

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KELI KRAUSE

**POLÍTICA CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES SUL-AMERICANOS**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Keli Krause

**POLÍTICA CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES SUL-AMERICANOS**

Porto Alegre

2022

KELI KRAUSE

**POLÍTICA CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES SUL-AMERICANOS**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador Dr. Emil Albert Sobottka

Porto Alegre

2022

POLÍTICA CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES SUL-AMERICANOS



DEDICATÓRIA

A educação sempre teve papel importante na minha vida, agradeço todos os ensinamentos sobre a vida e a minha família por ser meu alicerce em todas as fases da minha vida, pois dedico esse doutorado a todos que acreditam que só a educação é o caminho. Essa tese de doutorado é a prova de que nenhum sonho é inalcançável e de que só a educação cria pontes indestrutíveis. Minha conquista só foi capaz através de cada um de vocês que fizeram parte de toda minha formação, desde minha infância até hoje. Essa tese é nossa!

AGRADECIMENTOS

Desafio tão grande foi escrever esta Tese de Doutorado no momento da pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2022; assim, quero agradecer a Deus pelo maravilhoso presente que é a vida! Por ser quem sou e por tudo que superei na vida e mais uma vez Deus me fortaleceu para chegar ao fim desse desafio.

Para agradecer às pessoas que fizeram parte desta minha trajetória, inicialmente está minha família por ser meu alicerce em todas as fases da minha vida e dedico esse título de doutora a todos vocês com muito amor e com a certeza de que estarão presentes em todas minhas conquistas!

Agradeço à reitoria e à direção do campus da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) pela liberação do meu afastamento para qualificação.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. **Emil Albert Sobottka**, que soube me conceder as palavras certas para que eu desenvolvesse este trabalho, e obrigada pelas constantes demonstrações com muita sabedoria e humildade. O ser humano nunca consegue aprender tudo, mas é por meio da aprendizagem que ele alcança seus objetivos. Na minha vida, ainda tenho muitas metas para alcançar, mas sei que quando conquistar algumas delas, muito se deve a você, querido professor.

Aos queridos professores membros da banca de qualificação da tese, Professor Dr. **Geder Luis Parzianello** da Unipampa campus São Borja, Professor Dr. **Leonardo Peluso Crespi** da Udelar (Universidad de La República - Uruguay) e a Professora Dra. **Teresa Schneider Marques** da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS pelas contribuições e sugestões para continuação e desenvolvimento do meu trabalho.

Os demais professores, e a secretária **Rosane Andrade**, o coordenador **Rafael Machado Madeira** do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelos atendimentos.

Agradeço as minhas queridas intérpretes/tradutoras de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), **Angélica Preto**, **Denize Cohen Bochernitsan** e também **Thaíse de Albuquerque Barros**, que acompanharam nas aulas de doutorado à distância.

Os meus sinceros agradecimentos para as pessoas que me enviaram os materiais em língua espanhola do Uruguai, Paraguai, Venezuela e Argentina e o dos materiais aqui do Brasil, para enriquecer o estudo de pesquisa. Também intérprete de LSU – uruguaia **Sylvia Siré**; a surda oralizada **Estephania M. Manica** que mora em Buenos Aires, na Argentina; a surda sinalizante **Andréa Mazacotte** que mora em Foz de Iguaçu, o surdo sinalizante **Antônio Abreu** (presidente de FENEIS) e o surdo sinalizante venezuelano **Javier Ramírez**.

Agradecimento especial aos queridos professores doutores que compuseram a banca de defesa da tese de doutorado, o professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), **Geder Parzianello**, juntamente com a professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), **Marianne Stumpf**, e o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), **Rafael Machado Madeira**.

Quando existe gratidão pelo que já temos, tendemos a ter muito mais disposição para lutar pelo que ainda almejamos. Gratidão deve morar sempre em nosso coração, pois é importante ter ciência de que sempre existem motivos para agradecer.

RESUMO

A presente tese trata de uma análise comparativa entre o contexto sociocultural e político de cinco países Sul-Americanos (Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai), abordando a política cultural da comunidade surda e apresentando quadros comparativos de direitos humanos. Para entender a situação na perspectiva fenomenológica social e política dentro do contexto dos movimentos sociais surdos e suas reivindicações pelas políticas públicas da comunidade surda, da luta dos direitos e de cidadania. O estudo apresenta os direitos elementares da comunidade surda como minoria, com enfoques nas práticas de políticas públicas, dentro de uma perspectiva do construtivismo social, tendo como objetivo analisar a política para comunidade surda e comparar suas mobilizações em cada país, apresentando, assim, sua estrutura social da história e sua cultura nos processos políticos, e também ainda um sentido mais amplo de direitos de surdos no âmbito jurídico. Desse modo, a presente tese faz uma breve comparação sobre a garantia dos direitos humanos por meio de políticas públicas, contextualizadas nas diversas áreas da vida da comunidade surda, com qualidade e acessível a todos, e buscando entender e discutir a cidadania no exercício do poder político no que tange à acessibilidade.

Palavras-chaves: surdos, política cultural, direitos, Libras, cidadania.

ABSTRACT

This thesis deals with a comparative analysis between the sociocultural and political context of five South American countries (Argentina, Brazil, Paraguay, Venezuela and Uruguay), addressing the cultural policy of the deaf community and presenting comparative frameworks of human rights. To understand the situation from a social and political phenomenological perspective within the context of deaf social movements and their claims for public policies for the deaf community, the struggle for rights and citizenship. The study presents the elementary rights of the deaf community as a minority, focusing on public policy practices, within a perspective of social constructivism, with the objective of analyzing the policy for the deaf community and comparing its mobilizations in each country, thus presenting its social structure of history and its culture in political processes, and also a broader sense of deaf rights in the legal field. Thus, this thesis makes a brief comparison on the guarantee of human rights through public policies, contextualized in the various areas of life of the deaf community, with quality and accessible to all, and seeking to understand and discuss citizenship in the exercise of power policy regarding accessibility.

Keywords: deaf people, cultural policy, rights, Libras, citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reunião com os surdos uruguaios.....	34
Figura 2: Reunião com o surdo venezuelano.....	35
Figura 3: Comunidade surda argentina protestando em Buenos Aires	85
Figura 4: Print do vídeo sobre representação	91
Figura 5: Mobilização em frente do Congresso Nacional	92
Figura 6: Palco atrás do Congresso Nacional.....	92
Figura 7: Mobilização em frente do Congresso Nacional 2	93
Figura 8: Mobilização com a tela	93
Figura 9: Print do vídeo de Instagram sobre a câmara de deputados argentinos	94
Figura 10 – Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda	114
Figura 11 – Prof. ^a Dr. ^a surda Patrícia. Suas mãos que falam.....	114
Figura 12: A imagem do evento “Feminismo e Empoderamento Surdo”	117
Figura 13: Matrículas de educação especial no ensino fundamental.....	161
Figura 14: Matrículas de educação especial no ensino médio.....	161
Figura 15: Closed caption na televisão.....	231
Figura 16: Janela de Língua de Sinais	234
Figura 17: Canal de Youtube do GEIL.....	243
Figura 18: Sites google do GEIL.....	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura social do surdo na história	66
Quadro 2: População surda do país.	145
Quadro 3: Origem da Língua de Sinais	147
Quadro 4: Oficialização da Língua de Sinais	153
Quadro 5: Dia do Surdo	158
Quadro 6: Matriculados surdos da educação básica.....	159
Quadro 7: Escolas de Surdos.....	166
Quadro 8: Matriculados Surdos do Ensino Superior.....	171
Quadro 9: Ranking sobre a melhor educação de surdos.	183
Quadro 10: Classe, escolaridade e numeração para tils.	190
Quadro 11: Horas e a remuneração para tils.	191
Quadro 12: Remuneração para tils do IFFar.	192
Quadro 13: Requisitos e ingressos	192
Quadro 14: Habilitação para Tils.	193
Quadro 15: Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais	196
Quadro 16: Associações de Intérpretes de Língua de Sinais.....	198
Quadro 17: Formação profissional de TILS.....	198
Quadro 18: Salário de tradutores/intérpretes de línguas de sinais.....	200
Quadro 19: Mercado de trabalho para Surdos.....	201
Quadro 20: Aposentadoria para PcD.....	205
Quadro 21: Carteira de motorista para surdos.....	207
Quadro 22: Passe livre	210
Quadro 23: Isenção do imposto para surdos	212
Quadro 24: Aplicativo específico para a comunidade surda.	220
Quadro 25: APP do S.O.S Surdo.....	221

Quadro 26: Atendimento às mulheres surdas.....	223
Quadro 27: Programa de Surdos na televisão e no WebTV.....	237
Quadro 28: Avatar nos sites e App.....	240
Quadro 29: Acessibilidade da saúde para as pessoas surdas.....	251
Quadro 30: Atendimento as mulheres surdas à saúde.....	255
Quadro 31: Programa habitacional.....	257
Quadro 32: Associações de Surdos.....	264
Quadro 33: Associações de Surdos no Brasil.....	266
Quadro 34: Surdolimpíadas.....	269
Quadro 35: Medalhas em cinco países sul americanos na surdolimpiadas 2022.....	276
Quadro 36: Aspectos conquistados na política pública da comunidade no país.	286

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Mestres e doutores por área de estudo.	179
Gráfico 2: Mestres, doutores e pós-doutorados surdos no Brasil.....	180
Gráfico 3: Mestres, doutores e pós-doutorados surdos no Brasil entre 1998 e 2021.	181

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAS – Asociación Argentina de Surdomudas
AATI – Asociación Argentina de Traductores e Interpretes
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABSM – Associação Brasileira de Surdos-Mudos
ACERP - Associação de Comunicação Educativa Roquette – Pinto
AD – Descrição de áudio
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AEE – Atedimento Educacional Especializado
AGILS – Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANILSPAR – Asociación Nacional de Intérpretes de Lengua de Señas, Interpretes Sordos y Guias Interpretes para Surdociegos de Paraguay
APS – Asociación Paraguaya de Sordos
ASAM – Asociación de Sordomudos de Ayuda Mutua
ASC – Asociación de Sordos Mudos de Caracas
ASL – American Sign Language
ASMG – Associação dos Surdos de Minas Gerais
ASOCULSOR – Asociación Cultural de Sordos
ASG – Associação dos Surdos de Goiás
ASK – Asociación de Sordos de Ka´aguasu
ASOIVE – Asociación de Intérpretes de Lengua de SeñasVenezolana
ASOISY - Asociación de Intérpretes de Lengua de SeñasVenezolana de Yaracuy
ASORSAFE – Asociación de Sordos de Santa Fé
ASUR – Asociación de Sordos del Uruguay
ASSP – Associação dos Surdos de São Paulo
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAAZ – Asociación de Sordos de Encarnación
CAD – Confederación Argentina de Deportes
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa em Nível Superior

CAS – Confederación Argentina de Sordos Mudos

CBDS – Confederação Brasileira de Desportos de Surdos

CC – Closed Caption

CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

CID – Classificação Internacional de Doenças

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CIL – Central de Interpretação de Libras

CINDE – Centro Investigación y Desarrollo para La Persina Sorda

CND – Conselho Nacional de Desportos

CNSE – Confederación Estatal de Personas Sordos

COA – Comitê Olimpico Argentino

CONICET – Conselho Nacional de Investigações Científicos e Técnicos

CISS – Comitê Internacional Sports dos Sourds

CSP – Centro de Sordos del Paraguay

CSPy – Asociación de Sordos de Coronel Oviedo e Centro de Sordos del Paraguay

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito

CONSUDES – Confederación Sudamericana Desportiva de Sordos

COPIDIS – Comisión para la Plena Participación e Inclusión de las Personas con Discapacidad

CPOR – Centro Preparatório de Oficiais da Reserva

CRPD – Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

DEAM – Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres

DGEEC – Direção-Geral de Estatística, Pesquisas e Censos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FEBRAPLIS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FENVESOR – Federación Venezolanos de Sordos

FIAPAS – Confederación Espanola de Familias de Personas Sordos

FONAVIS – Fondo Nacional de la Vivienda Social

FSL – French Sign Language

FWD – Federation World Deaf

GGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

GMVV – Grand Misión Vivienda Venezuela

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDA – Instituto de Análise de Defesa

IDH – Índices de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

INALSA - Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina

INCA – Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais

INDEC – Instituto Nacional de Estadísticas y Censos

INDE – Instituto Nacional de Estadística

INE – Instituto Nacional de Estadística

INELESA – Pseudo-Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

INJS – Instituto Nacional de Jovens Surdos

IPI – Insenção sobre produto industrializado

IPTU – Isenção do imposto predial e territorial urbano

IPV – Instituto Provincial de la Vivienda

ISPEE – Instituto Superior del Profesorado en Educación Especial

ISCD – Comitê Internacional de Esportes para Surdos

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIS – Língua Italiana dos Sinais

LSA – Lengua de Señas Argentina

LSCB – Língua dos Sinais das Cidades Brasileiras

LSB – Língua de Sinais Brasileira
LSPy – Lengua de Señas Paraguaya
LSU – Lengua de Señas Uruguaya
LSV – Lengua de Señas Venezolana
MAS – Movimento Surdo de Argentina
MCMV – Programa Miha Casa, Minha Vida
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MOS – Especialidade Ocupacional Militar
MUVH – Ministerio de Urbanismo, Vivienda y Habitat
MPF – Ministério Público Federal
MVOT – Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial
NBR – Norma Brasileira
NDAA – Autorização de Defesa Nacional
NEEs – Necessidades Educacionais Especiais
NMS – Novos Movimentos Sociais
NUPPES - Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos
PANAMDES – Pan American Deaf Sports Organization
PCF – Pólo Renascencista Comunista
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Projeto de Lei
PNE – Plano Nacional de Educação
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROLIBRAS – Certificação de Proficiência em Traduções e Interpretações da Libras/Língua Portuguesa
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional de Trabalho

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SIC-MEC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao cidadão

SIV – Serviço de Intermediação por Vídeo

SNDP – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SPL – Secretaria de Políticas Linguísticas

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SSRS – Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul

STP – Secretaria Técnica de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social

TDD – Telecommunications device for the deaf

TILS – Tradutores/Intérpretes de Línguas de Sinais

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TUILSU – Técnico Universitário em Intérprete de LSU/Espanhol

UAPS – Unidade de Atendimento aos Surdos

UdelaR – Universidad da República

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ULA – Universidad del los Andes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNL – Universidad Nacional del Litoral

UNELLEZ – Universidad Nacional Experimental de los Llaros Occidentales Ezequiel Zamora

USS – Unidad de Atención a la Salud para Personas Sordas

WASLI – World Association of Sign Language Interpreters

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	21
1.1.	A PERCEPÇÃO DA POLÍTICA NA MINHA VIDA.....	26
1.2.	NOTAS METODOLÓGICAS	31
2.	CONSTRUTIVISMO SOCIAL DO SURDO NO ÂMBITO SOCIOPOLÍTICO	39
2.1.	Antiguidade e os surdos excluídos na sociedade.....	39
2.2.	O papel da Igreja relacionada aos surdos na Idade Média	43
2.3.	Monges e padres adotam a educação para surdos na Idade Moderna	44
2.4.	O reconhecimento do L'Épée.....	45
2.5.	Movimento surdo da educação na Idade Contemporânea	49
2.6.	O reconhecimento do surdo Berthier.....	52
2.8.	Retomada dos movimentos surdos na década de 60.	61
2.8.	Novos Movimentos Sociais Surdos no Mundo	64
2.9.	Resumo geral da estrutura social das pessoas surdas na história	66
3.	ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS NOS PAÍSES SUL-AMERICANOS.....	70
3.1.	Argentina.....	79
3.2.	Brasil	95
3.3.	Paraguai.....	127
3.4.	Uruguai.....	132
3.5.	Venezuela.....	138
4.	UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA CIDADANIA PLENA SURDA DOS PAÍSES SULAMERICANOS	144
4.1.	População surda do país	144
4.2.	Origem da Língua de Sinais	146
4.3.	Oficialização da Língua de Sinais	150
4.4.	Dia do surdo	157
4.5.	Educação de Surdos	158
4.5.1.	Educação Básica.....	159
4.5.2.	Escola de Surdos	165
4.5.3.	Ensino Superior	170
4.5.3.	Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado	175
4.6.	Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais	184

4.7. Mercado de Trabalho para Surdos	200
4.8. Previdência Social e Aposentadoria.....	204
4.9. Transportes	206
4.9.1. Carteira de Motorista para surdos	206
4.9.2. Passe Livre	209
4.9.3. Isenção de Imposto em veículos.....	211
5.0. Segurança Pública para Surdos	214
5.0.1. Acesso aos profissionais surdos das organizações policiais.....	214
6.0. Cidadania comunicativa surda e acessibilidade.	228
6.1.1. Legenda (<i>Closed Caption</i>) na televisão.....	231
6.1.2. Janela de Língua de Sinais na televisão	233
6.1.3. Os programas de Surdos na televisão.....	236
6.1.4. Avatares nos sítios eletrônicos e aplicativos (App).....	240
6.1.5. Telefone para Surdos.....	244
7.0. Acessibilidade na repartição pública.....	246
7.0.1. Acessibilidade da Saúde para as pessoas surdas e com deficiências auditivas ..	250
7.0.2. Atendimento as mulheres surdas à saúde	254
8.0. Moradia para surdos	255
8.0. 1. Habitação e Imposto da residência.....	261
9.0. Associação de Surdos.....	262
9.0.1. Esportes e Lazer para surdos	268
5. CARACTERISITCAS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICAS CULTURAIIS PARA A POPULAÇÃO SURDA NOS PÁISES SULAMERICANOS	278
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	288

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais imbuídos da luta pelos direitos humanos e pela cidadania mostram que historicamente a conquista de políticas públicas tem sido um processo contínuo de inclusão e exclusão, pelo qual diferentes grupos buscam o reconhecimento de seus direitos fundamentais, enquanto seres humanos e cidadãos. Ao passar do tempo, percebe-se que as sociedades não entendiam as causas e a forma de tratamento das pessoas com deficiências. As diferentes culturas tradicionais e dominantes apresentavam diversos problemas como a aceitação com naturalidade das deficiências e acreditavam que a deficiência era causada por obra do demônio, feitiço ou mesmo até por forças do além.

A comunidade surda define as pessoas surdas através da cultura e de sua identidade tais como: surdos oralizados (não há convivência com a comunidade surda, capaz de realizar leitura labial, utiliza língua oral para estabelecer uma comunicação com outras pessoas e utilização de aparelhos auditivos ou implantes cocleares), surdos sinalizantes (são bilíngues como usuários de Libras e escrevem em português), surdos implantados (são pessoas que utilizam os implantes cocleares para ajudar a audição e podem utilizar a oralização e/ou a língua de sinais), e deficientes auditivos (são ouvintes, ou seja, identificam-se com o mundo ouvinte, perdem a audição e utilizam próteses auditivas ou implantes cocleares), estes tipos de diversidade são definidos como espaços de partilha linguística e cultural. Os dois termos diferentes (Povo Surdo e Comunidade Surda) demonstram com a autora Strobel (2009, p.6) relata que o termo Povo Surdo¹ é o grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão; enquanto o termo comunidade surda significa que todos os integrantes, tais como familiares de surdos, tradutores/intérpretes de Libras e demais pessoas que socializam com pessoas surdas, podem ser também associação de surdos, instituições, escolas, eventos, encontros, entre outros.

¹ Surdo, com “S” maiúsculo, para representa-lo como sujeito cultural e político (Sherman Wilcox e Perrin Wilcox, 2005), nesse significado que a militância surda participa ativamente da comunidade surda, tem sua cultura própria e luta por seus direitos.

É nas comunidades surdas, na interação com o outro-surdo e com o mundo ouvinte, que diferentes trajetórias se encontram, que – na multiplicidade de vozes e de sinais – recriam-se as identidades Surdas, as narrativas pessoais, os marcadores culturais, as lutas e os discursos que permeiam os grupos Surdos. Os próprios conceitos subjacentes ao “ser Surdo” são produzidos e reconstruídos, em parte, na experiência das diferentes comunidades: “alguns enfatizam mais os aspectos políticos, outros os aspectos referentes à língua de sinais e artes, alguns mantêm um tipo ‘ser surdo’ como minoria, como comunidade, como povo” (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 220).

Em relação aos fatores sociais e estruturais, normas, regras têm sido criadas e utilizadas para subsidiar a construção das políticas públicas para pessoa com deficiência. Percebe-se que o movimento social, quando há participação dos mesmos, ajuda na questão política, e assim conquistam visibilidade e afirmam seus direitos em vários países. O papel das políticas públicas para surdos proporciona acessibilidades de qualidade na inclusão social do Surdo para exercício da plena cidadania, conforme Krause (2020, p. 65 e 66), relata que “toda pessoa surda deve ter a garantia de seus direitos civis, políticos, socioeconômicos e culturais...” e “as políticas públicas abrangem áreas como a educação, saúde, arte, cultura, direitos humanos, moradia, segurança, transporte e meio ambiente. Essas áreas são trabalhadas por intermediário dos agentes políticos que representam a população, tanto na esfera do governo como do Estado”.

O estudo atual está direcionado à vida política da comunidade surda na questão do processo legislativo nas esferas municipal, estadual e federal, com objetivo de compreender os direitos sociais já conquistados, ao viés de reivindicações e lutas da comunidade, que visam a garantia da igualdade, liberdade e dignidade na relação com o direito constitucional entre o comportamento político e instituições relacionadas ao movimento social surdo de alguns países sul-americanos. Em cada país há diferentes contextos, legislações e conquistas, que foram desenvolvidos para resolver ou não os problemas ou atenuá-los. Autores como Evans (1993) e Skocpol (1985) citam que em todos os procedimentos relacionados às políticas públicas, sejam provenientes do Governo ou do Estado, as ações e articulações dependem de atores estatais e societais. Dependendo de sua autonomia e de suas capacidades, pode determinar os resultados das políticas. Segundo Pentead e Fortunato (2015, p. 130):

O Estado tem o papel de agente promotor e é responsável pela criação, desenvolvimento e implantação das políticas públicas, contudo, é permeável as influências internas (dos seus agentes, da burocracia, das normas institucionais, da acomodação de interesses políticos), e externas (movimentos populares, grupos de interesses, mídia). A atividade de governar e de formular Políticas Públicas é complexa, pois, além das influências (internas e externas), ela também é afetada pelos

fatores estruturais, pela cultura política e até mesmo pela conjuntura política (interna e internacional).

Inspiro-me na teoria de Axel Honneth² para pensar o sujeito surdo na luta por reconhecimento, na construção do ser cidadão e bem-estar na vida social, com igualdade de direitos e com inclusão social. O autor nos ajuda a pensar como são estabelecidas institucionalmente e culturalmente as “formas ampliadas de reconhecimento recíproco” nas sociedades ocidentais (HONNETH, 2017, p. 156).

A escolha dos cinco países – Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Venezuela - para integrar a pesquisa foi pensada em seu desenvolvimento político e social, sua perspectiva da cultura e da história da colonização. Com o passar do tempo, os mesmos integraram o Mercosul (Mercado Comum do Sul) com o objetivo de melhorar as áreas comerciais e de investimentos, promovendo desenvolvimento econômico e liberdade na forma da política comercial e de ampliação dos espaços de participação social.

Com o Mercosul, as temáticas diversas, tais como: agricultura, cultura, direitos humanos, educação, mulher, saúde, turismo; temas estes em que são feitas as políticas públicas, começam a ter maior visibilidade, uma vez que há uma troca entre os países em busca da efetivação da cidadania. De acordo com a Santos (2019, p. 128), relata que

Este fato abriu espaço para uma pluralidade de novos movimentos sociais, os quais se articulam para exigir políticas públicas justas, principalmente relacionadas ao mercado econômico, ao respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente ecologicamente sustentáveis.

Conforme Júnior (2013) explica que observatório de políticas públicas de direitos humanos nos países do bloco, percebeu as violações a direitos humanos e pensou fazer uma criação do Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos desde 2009 que, ao cumprir com esse propósito, capacita e promove a participação da sociedade civil nos âmbitos institucionais do Mercosul. Mais tarde, em 2013, segundo mesmo autor (2013, p. 109), relata que

“...IPPDH apresentou o projeto “Construindo uma Infraestrutura para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos”, que será financiada pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Trata-se de um projeto regional que pretende fortalecer as instituições públicas e sociais do Mercosul para incrementar o alcance e a coordenação das políticas do bloco nesta matéria, contemplando a criação de plataformas virtuais, agências governamentais e organizações sociais, além da capacitação dos funcionários públicos envolvidos”.

² Axel Honneth é um filósofo e sociólogo alemão, que estudou o campo da filosofia social e prática na tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt por meio de uma teoria do reconhecimento recíproco.

No Mercosul (2021) é apresentada a decisão Conselho do Mercado Comum - CMC nº 64/10, que criou um Estatuto da Cidadania do Mercosul, com objetivo de promover os referidos cidadãos e residentes dos estados partes do Mercosul com justiça e inclusão social.

O problema de minha pesquisa, que procura ampliar a cidadania ativa para a comunidade surda dos países sul-americanos até o ponto avanço democratização, pode ter garantia na parcela da população surda para conhecer as legislações comparativas entre esses países das políticas culturais e dos direitos sociais surdos.

Essa interação mostra a importância das ciências sociais uma vez que as pesquisas constatarem que o surgimento dos movimentos em buscas realizadas nos países com o objetivo de uma melhoria, as pesquisas dedicadas aos menos favorecidos são ressaltadas e, entre eles, os surdos. As pesquisas assumem o foco principal e inédito propondo um comparativo entre esses países da política em questão de legislação, aplicação e desenvolvimento dos direitos de cidadania desta comunidade.

Assim sendo, o objetivo da pesquisa é este: comparar as políticas públicas em cinco diferentes países, focando na sua aplicação e origem, partindo da seguinte pergunta: as políticas públicas em países com relações diplomáticas mais próximas do Brasil tiveram suas políticas baseadas na educação como a política do Brasil?

Uma análise comparativa sobre as leis e decretos que garantem acessibilidade dessa parcela da população surda nos países sul-americanos, mais especificamente: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, mostra que existem muitas diferenças de política cultural e nas perspectivas dos direitos humanos e culturais acessíveis. Aspectos acima citados com grande valia para entender o contexto do movimento surdo, com o foco em sua importância de organizar politicamente os interesses da comunidade nos países citados, e essa relação com suas reivindicações nos campos articulados às políticas públicas.

A comparação internacional que agrega dados de várias fontes oficiais e os estudos comparativos como prática das diferenças entre direitos humanos, culturais e políticos da plena cidadania da população surda dos países sul-americanos que estabelecem leis e correlações entre os fenômenos sociais e políticos, mostram que a luta pela conquista dos avanços dos cidadãos surdos não tem relação entre ter vantagens e desvantagens nos países comparativos. É essencial compreender as relações entre a comunidade surda e a política cultural para encontrar respostas que levem ao desenvolvimento dos segmentos sociais.

Conforme Honneth (2017), devemos compreender o respeito social e valor de um indivíduo na medida em que esse se mede intersubjetivamente como forma de reconhecimento da comunidade de valores. Nesse sentido, percebe-se que a comunidade surda sempre está procurando viabilizar direitos políticos e sociais, lutando para ter direito à acessibilidade como inclusão social do surdo e *status* jurídico de cidadão, obtido por luta social frente a instituições privadas e públicas. (NOVAES, 2014, p.12).

É de conhecimento geral que, infelizmente, ocorrem desigualdades relacionadas às inúmeras diversidades culturais, no âmbito social e político, mas a diversificada busca do Estado Democrático de Direito com um novo paradigma jurídico, cujo olhar encontra-se na garantia da dignidade da pessoa humana para promover a igualdade de oportunidades e do enaltecimento das minorias, como reconhecimento da diferença e, principalmente, a eticidade na relação, como a teoria hegeliana relata:

[...] o direito moderno representa um médium de reconhecimento que expressa propriedades universais de sujeitos humanos de maneira diferenciadora, aquela segunda forma de reconhecimento requer um médium social que deve expressar as diferenças de propriedade entre sujeitos humanos universais, isto é, intersubjetivamente vinculante. (HONNETH, 2017, p. 199).

Utilizaram-se os autores Badie e Hermet (1993), Hall e Taylor (2003), Peres (2008), Schepsle (2007) e sua perspectiva de analisar alguns aspectos das instituições políticas comparativas e, Clifford Geertz (1997), da análise cultural e dos métodos comparativos nos fatos sociais sobre a política da comunidade surda, as manifestações que aconteceram em prol de melhorias e demandas para que o surdo exerça sua cidadania de forma digna. O autor Acca (2019) propõe em seu campo teórico de aplicação de direitos sociais como direitos humanos numa interpretação de sua estrutura jurídica constitucional em relação à construção de soluções jurídicas para problemas complexos que afetam nossa sociedade do Surdo. Também os autores Touraine (1978), Melucci (2001) e Montañó e Duriguetto (2011), na perspectiva de analisar alguns aspectos dos movimentos sociais da comunidade surda, e aportes teóricos de Destro (2020) da Cidadania e Inclusão e de Novaes (2014) mencionam sobre o direito para as pessoas surdas se inserirem na sociedade contemporânea.

Portanto, os autores contribuíram para a complexidade das correntes teóricas sociológicas e filosóficas, propondo paradigmas diversos no campo da vida pública e social do Surdo, focando o direito fundamental como um filtro da política cultural da comunidade surda nos países sulamericanos, lutando pela elaboração de políticas públicas

e o seu cumprimento para melhor e a participação na estrutura social do país, reduzindo as desigualdades da sociedade.

1.1. A PERCEPÇÃO DA POLÍTICA NA MINHA VIDA

O aprofundamento de minha percepção política nos atos sociais ocorreu no ano de 2013, quando realiza-se um concurso oferecendo sete vagas para professor de Libras nas várias cidades, na região do Pampa, da Unipampa. Conforme outro lugar (2018, p. 122) já citei:

[...] durante minha entrevista na banca no ato do concurso, fui questionada: “Você realmente quer, se aprovada for, assumir a vaga em São Borja?” Respondi que sim, pois fiz sorteio para qual das cidades e as três vezes caiu São Borja. Diante a minha resposta, informam-me que existe muito preconceito na região. Preconceito calcado no desconhecimento das possibilidades do surdo e da língua.

Em outra ocasião (Krause 2018, p. 123) relatei que “após concluído o concurso, para surpresa de muitos, tomaram posse sete professores de Língua Brasileira de Sinais. Este resultado evidenciou a preocupação da Universidade com o reconhecimento do surdo, o seu conhecimento sobre a língua e a cultura surda”. O marco de minha trajetória política estava surgindo e minha percepção de atos políticos calçados em fatos diários estava começando a aflorar.

Quando cheguei na Unipampa, eu entrava nos diferentes setores e muitos servidores não sabiam da minha surdez durante a primeira semana, olhavam desconfiados. Após terem conhecimento, pareciam olhar diferente, ter opinião sem conhecimento do assunto, enfim o preconceito, porque, na verdade, não tinham contato com pessoa surda e nem conhecimento sobre a Libras e o surdo. A conquista de um lugar foi construída aos poucos e aliados ouvintes e surdos foram juntando-se a causa

A Universidade Federal do Pampa – Unipampa abre as portas, através da oferta da disciplina de Libras, para discussão nas questões de inclusão e acessibilidade dos surdos. Após a oficialização da Libras – Língua Brasileira de Sinais no Brasil em 2002, e com a nova dinâmica estrutural metodológica em que os surdos estão inseridos, seja no âmbito educacional ou social como um todo, o reconhecimento do uso da Libras tem se tornado fator primordial para a construção de conhecimentos por parte dos surdos já relatei (KRAUSE, 2018, p. 121). A comunidade acadêmica da Unipampa os alunos não somente aprendem a Libras, mas também pesquisam sobre temas diferentes envolvendo

o sujeito surdo, bem como as atividades desenvolvidas ao longo dos semestres nas aulas de Libras. Para maior compreensão das mudanças ocorridas na universidade, como no curso de jornalismo, os acadêmicos conhecem as normas brasileiras, aprendem a ensaiar e editar na janela de Libras como acessibilidade no programa de televisão, e tem como prática real o programa Pampa News, é um jornal educativo semanal da Universidade Federal do Pampa. Já no curso de relações públicas, os alunos pesquisam a criar alguns programas relacionados a Libras sobre a acessibilidade para as pessoas que necessitam. Neste curso a acadêmica Márcia Batista apresentou seu trabalho sobre a cartilha inclusiva da comunicação em Libras, com objetivo de orientar como comunicar-se com as pessoas surdas em toda cidade de São Borja. Outro curso de ciências humanas há três componentes de Libras (I, II e práticas pedagógicas das ciências humanas em Libras), a Márcia Silva apresentou seu trabalho de conclusão de curso – intitulado “LIBRAS Comunicação em Movimento no Contexto Escolar de São Borja: Reflexões sobre importância da inclusão de Libras como disciplina curricular”. Este trabalho calçou a luta para política com os vereadores João Dornelles e Valério Cassafuz o qual organizam o projeto de lei nº 059/2019 que obriga as escolas da rede municipal de ensino a ministrar a disciplina de Libras e foi aprovado em plenário e ir à sanção do Prefeito, porém com uma metodologia e forma de oficina de Libras até 6 anos do ensino fundamental nas redes escolas municipais de São Borja. Mesma acadêmica Márcia Silva se profissionalizou em tradutora/intérprete e professora de Libras hoje. E tem mais histórias de acadêmicos de vários cursos de graduação. Nesse sentido, essa disciplina de Libras contribuiu muito para acadêmicos e a sociedade no desenvolvimento das atividades e dos projetos relacionados à Libras na comunidade interna e externa da Unipampa, bem como a presença de um(a) surdo(a) no quadro profissional da instituição.

Assim ocorreu meu envolvimento e luta política dentro da academia e foi na academia a ponte para envolvimento com a comunidade surda. Quando conheci uma surda que era estudante de Ciência Política na Unipampa, a mesma me convidou para o primeiro encontro com os surdos na pizzaria para conhece-los no mês de dezembro de 2013. Fiz perguntas relacionadas no que trabalham. Me responderam que não tem emprego que somente ficam em casa “recebem benefícios como o BCP”. Observei os surdos e percebi que não conhecem informações sobre os direitos e as lutas sociais. Ao sair da pizzaria, os surdos perceberam que eu entrei no meu carro e começaram a fazer as perguntas para mim que você tem carteira de motorista? Eu falei que sim, eles me pediram para ver, mostrei minha carteira de motorista para eles ficaram admirados e me falam que

o surdo pode dirigir carro? Respondi a eles que claro que sim, pode. Neste momento percebi que aquela cidade não tem liderança surda. Faltava um exemplo, um modelo de outro surdo para eles também lutarem pelos seus direitos.

Fiquei inquieta, percebi que aquela cidade parecia vazia de direitos dos surdos, pensei em fazer um projeto de extensão: Língua e a surdez na comunidade de São Borja. Segundo Krause (2018) já mencionei que “os diversos projetos com objetivo de ampliar a participação e o conhecimento da cultura surda na comunidade acadêmica através de: palestra, oficina, evento e outros, trazendo e estimulando, portanto, motivando a comunidade universitária e externa na cidade de São Borja”. Algumas outras atividades na forma de projetos desenvolvidos na extensão, ensino e pesquisa da Unipampa estão colocados abaixo, considerando início em 2014 até os dias de hoje.

- Em 2014, o primeiro projeto de extensão foi a palestra sobre a **educação de surdos**, naquele momento as palestrantes foram as professoras da Escola de Ensino Médio Concórdia para Surdos de Santa Rosa.

- Em 2015, o projeto de ensino foi “**Talk em Libras**, que tinha entre seus objetivos melhorar a proficiência dos universitários na Libras, através de encontros descontraídos, nos quais são tratados temas atuais. É importante estimular o aprendizado da Libras e da cultura, partindo da motivação e do interesse que os jovens têm pelo aprendizado e prática de novas línguas e também de temas diversos” (KRAUSE, 2018, p. 134);

- Em 2015, o projeto de extensão foi a **Primeira Semana de Surdos: Cidadania em Prática**, que discutiu educação inclusiva, família e mercado de trabalho para surdos, entre outros assuntos que os convidados palestras surdos e ouvintes. Conforme Krause (2018, p. 135) relatei que

Um fato que aconteceu e que me deixou muito emocionada foi, quando durante o evento de seminário na semana de palestras, um surdo veio e quase chorando me disse que era a primeira vez que estava participando de um encontro sobre surdez. Um cidadão de aproximadamente 30 anos que, durante sua vida acadêmica, era incluído em uma escola regular e depois quando maior frequentava AEE, uma vez por semana. Nesse momento, fiquei imaginando quantos ainda estão na mesma situação. Sem acesso a informações, analfabetos, à margem da sociedade.

Ainda no mesmo evento, também a primeira caminhada do Setembro Azul destaca a importância da difusão de Libras e a cultura surda na cidade de São Borja. Esse momento, as pessoas olharam a caminhada com faixas sobre a Libras e o surdo, porque ainda há um desconhecimento da Libras, portanto importante foi mostrar à sociedade para ver e entender.

- Nos dias 22 a 24 de setembro de 2016, o projeto de extensão foi a **2ª Semana de Surdos: Cidadania em Prática**, coordenado pela professora de Libras, Keli Krause, juntamente com a parceria do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), e a colaboração das docentes do IFFar, Eliane Porto e Carla Zappe. Na ocasião, foi discutida a educação bilíngue, família e tecnologia para o cidadão surdo, entre outros assuntos. Este mês em que são lembradas as lutas por melhores condições de vida, trabalho, saúde, educação, dignidade e cidadania.

- Nos dias 25 e 26 de outubro de 2018, o projeto de extensão foi **1º Seminário Oeste Fronteiriço de Libras** com objetivo de valorizar a Cultura Surda, discutir assuntos relacionados à Libras e difundir seu uso, promovendo a inclusão social da pessoa surda no auditório praticamente lotado para as palestras do evento.

- No dia 24 de abril de 2019, o evento da Unipampa focou os cidadãos surdos e a luta por reconhecimento nos 17 anos da lei de Libras. Onde somente os professores, técnicos e alunos do campus São Borja e comunidade em geral.

- No dia 9 de novembro de 2019, a professora e intérprete de Libras na Escola Estadual de Ensino Médio Aparicio Silva Rillo, Márcia Silva organizou um evento intitulado **“I Encontro Regional de Movimentos sobre Libras”** com apoio de diversas instituições (Unipampa, Câmara Municipal de Vereadores, Secretaria Municipal da Educação, e outros). Fiquei muito feliz em ver outras instituições envolvidas na organização e a difusão da Libras, não só sempre Unipampa.

Meu envolvimento na academia, trouxe para mim um aprofundamento e envolvimento na política, porém houveram alguns atos nos quais fui modelo que não havia, ou participei ativamente destes momentos. Abaixo apresento os pontos principais, sobre as lutas de seus direitos nas instituições, pois meu envolvimento com a comunidade surda é concreto e não tem como separar eu Keli surda professora e eu Keli pessoa surda.

- Em 2014, uma surda conseguiu seu primeiro emprego na farmácia Pancel, mais tarde, os surdos começaram no mercado de trabalho nos ambientes diferentes até os dias de hoje (Mercado, Loja Pompeia, Farmácia e outros). Fiquei emocionada que um surdo veio na minha sala de docente na Unipampa, conversou comigo que a orientação sobre a carteira de trabalho, porque ele quer muito trabalho, mas sua mãe não deixou trabalhar, ele não sabia porquê? Neste momento este surdo de 21 anos soube do BPC, não sabia antes. O surdo falou que tem direito a trabalhar e receber o salário normal igual outras pessoas. Alguns dias depois, a intérprete de Libras, Márcia Silva acompanhou o surdo na Polícia Federal para fazer a carteira de trabalho e depois de alguns dias, o surdo veio

novamente para me mostrar a primeira carteira de trabalho, fiquei muito feliz por ver. Na ocasião ele me pediu que o ajudasse a fazer currículo vitae para ele. Após, eu, surdo e a intérprete de Libras fomos nas empresas diferentes (loja quero-quero, loja Benoit, Mercado Chesini, loja Maganeluiza e entre outras) para explicar os gerentes ou supervisores. Demorou um pouco, mas chamaram o mesmo surdo para o primeiro emprego e ficou muito, muito, muito feliz.

- Sobre a carteira de motorista, os surdos olharam meus amigos surdos de outras cidades que visitaram minha casa em São Borja, eles conversaram sobre o carro, resolveram fazer carteira de motorista no CFC com aulas teóricas e práticas desde agosto a novembro de 2018. Em janeiro de 2019, um surdo fez a primeira carteira de motorista e ficou muito feliz. Até os dias de hoje, quatro surdos têm carteira de motoristas.

- Sobre a educação de surdos, duas surdas fazem faculdade no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), uma no curso de turismo e uma no sistema de informação e ainda estão fazendo faculdade. Também a prefeitura municipal contrata três intérpretes de Libras para as escolas regulares, pois tem alunos surdos na sala de aula nas redes escolares.

A comunidade surda e ouvinte pensou e organizou uma Associação dos Surdos de São Borja – ASSB foi fundada no dia 5 de dezembro de 2019. É de grande importância o papel da Associação numa comunidade pois, através dela consegue se manifestar em prol na promoção de direitos da Comunidade Surda no município, bem como na representatividade que a entidade constitui aos seus associados, surdos e não surdos, enquanto luta por uma cidadania responsável e por uma democracia de direitos sociais verdadeiramente inclusiva. Em 2020 e 2021, o movimento esteve parado por causa de pandemia do covid 19, porque essa cidade foi gravemente atingida e um número elevado de óbitos. No início de 2022, voltou o movimento surdo da Associação, oferecendo curso de Libras gratuito para público aberto na plataforma virtual e alguns projetos desenvolvidos pela informação sobre a Libras e o surdo.

Lembramos que a teoria do Honneth apresenta em seu trabalho relevante aspecto sobre a dimensão de autoconfiança na luta por reconhecimento relacionado aos sujeitos surdos confiam noutros surdos que são competentes e capazes, esses modelos surdos lutam de seus direitos como cidadania ativa.

Atualmente, movimento e o reconhecimento da Libras nessa visão da cidade que o desenvolvimento social e política como: Associação de Surdos de São Borja – ASSB, três intérpretes de Libras (Três de prefeitura municipal e uma de contratação da Instituição

Federal e Estadual), três professores surdos de Libras (dois da Unipampa e uma da CAM – Centro de Atendimento Múltiplos), a comunidade surda está inserida socialmente. Foi de suma importância o gestor da Unipampa lutar pelas vagas de professores e intérpretes de Libras, é uma retrospectiva de lutas sociais e inclusão para todas as cidades, com expectativas para mais instituições a nos ter como um exemplo.

Enfim para muitos pode parecer um resumo de atividades acadêmicas e sociais, mas a história da surdez mostra a importância destes fatores para o desenvolvimento do reconhecimento e para o protagonismo. O próprio Honneth nos traz em sua teoria do reconhecimento há três esferas: dos afetos e da autoconfiança, a das leis e direitos, do auto respeito; a da solidariedade social e da auto estima.

1.2. NOTAS METODOLÓGICAS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que usou diferentes estratégias metodológicas para abordar a problemática proposta de uma maneira complexa. O delineamento da pesquisa é o de estudo de caso. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em contexto de vida real, para analisar fenômenos que englobam importantes condições contextuais/conjunturais. Para captar essa complexidade, precisa-se de múltiplas abordagens e técnicas de produção de dados.

Como foi mencionado, analisaram-se os programas sociais e políticas dos cinco países (Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai), direcionados à comunidade surda de maneira comparativa. A comparação nas ciências sociais é abordada de maneiras diferentes. Neste estudo, será direcionada a entender processos e contextos diferenciados, que nos permitam interpretar como foram geradas diversas formas sociais (BARTH, 2000).

Portanto, o método comparativo é de suma importância para a realização deste estudo, fazendo-se necessário que se conheça como foi sua origem. Buscando suas origens, o desenvolvimento da concepção de método comparativo se deve, em grande parte, ao trabalho de John Stuart Mill, *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*, de 1843. Em relação aos métodos de pesquisa experimental, definiu duas formas básicas, que se dividem. Segundo Mill:

Os métodos mais simples e familiares de escolher entre as circunstâncias que precedem ou seguem um fenômeno, aquelas às quais esse fenômeno está realmente ligado por uma lei invariável são dois: um consiste em comparar os

diferentes casos em que o fenômeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenômeno não ocorre. Esses dois métodos podem ser respectivamente denominados o método de concordância e o método de diferença. (Mill, 1984, p. 196).

Após 1895, encontramos o autor Durkheim que descreveu sobre como o método comparativo desmontra a causa de um fenômeno no outro.

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando podem ser produzidos artificialmente à vontade do observador, o método de verificação é a experimentação propriamente dita. Quando, pelo contrário, a produção dos fatos não está ao nosso alcance e não obtemos senão tais quais se produziram espontaneamente, o método a empregar é o da experimentação indireta, ou método comparativo. (Durkheim, 1987, p.109).

Durkheim entende que o método comparativo é aplicável às ciências sociais, mas o único que apresenta maior utilidade é o método das variações concomitantes, pois é muito difícil encontrar fenômenos sociais em que as semelhanças ou diferenças sejam de um único ponto. É importante ressaltar que Mill (1984) não considerou apropriado os métodos de concordância e diferença na operacionalização das Ciências Sociais. Nas palavras de Stuart Mill: “Se dois ou mais casos do fenômeno objeto de investigação têm apenas uma circunstância em comum, essa circunstância única em que todos os casos concordam é a causa (ou efeito) do fenômeno” (MILL, 1984, p.198).

Badie e Hermet (1993) citam que o método comparativo clássico descreveu sobre a transculturalidade de práticas políticas no período da modernidade política pelo cenário internacional apresentando através dos métodos de comparações. Por causa disso, cada país apresenta seu método próprio e variável, dependendo das culturas e histórias vinculadas com fenomenologia política e social causadas pelas mudanças culturais de mobilização.

Cada país apresenta uma estrutura de política e de cultura; por exemplo, sistema político, ideologia, demanda, burocracia, infraestruturas, função das instituições políticas, processo de democratização, entre outros. Na sociedade moderna, os autores Badie e Hermet (1993, 37p.) utilizam o seguinte conceito: “definição normativa de cultura, considerando cultura como o conjunto de valores compartilhados por todos os membros de uma sociedade” e observam os modelos políticos nas produções de comportamentais sociais.

Segundo antropólogo Geertz (1997), utiliza-se o método de análise cultural. A interpretação e a compreensão na teoria e na metodologia considerando os fenômenos

culturais na organização da vida social. Portanto, a cultura é o entrelaçamento de significados criados pelo comportamento político e pelas instituições. Nesse sentido, a mudança sociocultural, a econômica e política na evolução da estrutura das instituições relacionadas aos âmbitos políticos e sociais, possui uma diferença estrutural em cada país.

Não se pode afirmar que é um processo de transformação descomplicado e nem que é um processo homogêneo, pois os países, tendo em vista especificidades e possibilidades econômicas, políticas e sociais, construíram diferentes tipos de Estado Social, com características mais progressistas, mais conservadoras ou intermediárias.

No caso do Uruguai, escolheu-se uma pesquisa com o grupo focal. Realizou-se uma reunião com um grupo específico de surdos pertencentes à comunidade surda do referido país (Claudia Diaz³, Ana Gopar⁴, Fabricio Etcheverry⁵, Pablo Garcia⁶, Elaine Fernández⁷ e Ignacia Flores⁸), na plataforma Zoom, sobre as informações de direitos de surdos no teu país próprio e comunicamos a utilizar *LSU – Lengua de Señas Uruguaya*, depois da reunião, salvar e colocar o vídeo no link de youtube para facilitar e olhar a gravação do vídeo em outros dias que traduzido por transcrever em português em relação com os assuntos contextualizados na parte do texto da tese de doutorado, e conforme a imagem a seguir:

³ Docente da LSU no CERESO (Centro de Recursos para Estudiantes Sordos de La DGES) em Montevideo.

⁴ Professora da LSU para as pessoas ouvintes no CINDE (Centro de Investigación y Desarrollo para la Persona Surda) e instrutora para os alunos surdos na Escola N° 112 em Montevideo.

⁵ Professor da LSU na TUILSU (Tecnólogo en Interpretación y Traductor LSU-Español na Udelar) em Montevideo.

⁶ Professor da LSU para as pessoas ouvintes no CINDE (Centro de Investigación y Desarrollo para la Persona Surda) e para os universitários surdos na Tuilsu, Facultad de Humanidades FHCE- Udelar (Universidad de la República) em Montevideo.

⁷ Docente da LSU nas TUILSU (Tecnólogo en Interpretación y Traductor LSU-Español na Udelar) e CLE (Centro de Lenguas Extranjeiras) em Montevideo.

⁸ Instrutora da LSU para os alunos surdos na Escola N° 167 e professora da LSU para ouvintes e de tecnologia para ouvintes e surdos na TUILSU (Tecnólogo en Interpretación y Traductor LSU-Español na Udelar) em Montevideo.



Figura 1: Reunião com os surdos uruguaios
Fonte: Plataforma Zoom da Krause (2022).

Esta reunião foi necessária para entender melhor e conhecer mais profundamente a realidade Uruguiaia. Alguns passos anteriores a entrevista foram necessários, tais como: enviar um e-mail para os participantes Uruguaios, e combinar um dia propicio. Depois conhecer um pouco mais a *LSU*, porque o convite foi enviado em espanhol escrito como sinalizado em *LSU*. A *LSU* foi aprendida pelo you tube e por algum conhecimento que já tinha escrita foi escrita e incrementada por uma interprete conhecedora do espanhol. No dia marcado foi enviado o link e explicado a dinâmica. Neste vídeo estavam presentes 2 professores de *LSU* e 3 instrutores surdos, a pesquisadora (eu, no caso) e a intérprete. Então realizou se a conversa fazendo a primeira pergunta (estas foram enviadas previamente) e essa dinâmica continuou até todas as respostas. Ao final duvidas esclarecidas, perguntas respondidas, passou se para a segunda fase: transcrição da conversa.

No caso da Venezuela, realizou-se uma reunião com o professor doutro surdo da *Universidad Pedagógica Experimental Libertador (UPEL)* da Caracas, Javier Ramírez, na plataforma Zoom, combinei com os três surdos venezuelanos, mas não conseguimos marcar para reunião como grupo focal, portanto eles têm outros compromissos em honorários diferentes e também as duas horas diferentes dos fusos horários entre Brasil e

Venezuela. Consegui dialogar com o querido surdo Javier, que contribuiu com informações sobre os direitos dos surdos no seu país. Não foi usado a *LSV (Lengua de señas Venezuelana)*, e nem Libras, porque as línguas de sinais diferentes, mas a Língua de Sinais Internacionais - SI traduzido em inglês *Internacional Sign- IS*⁹, conforme a imagem:

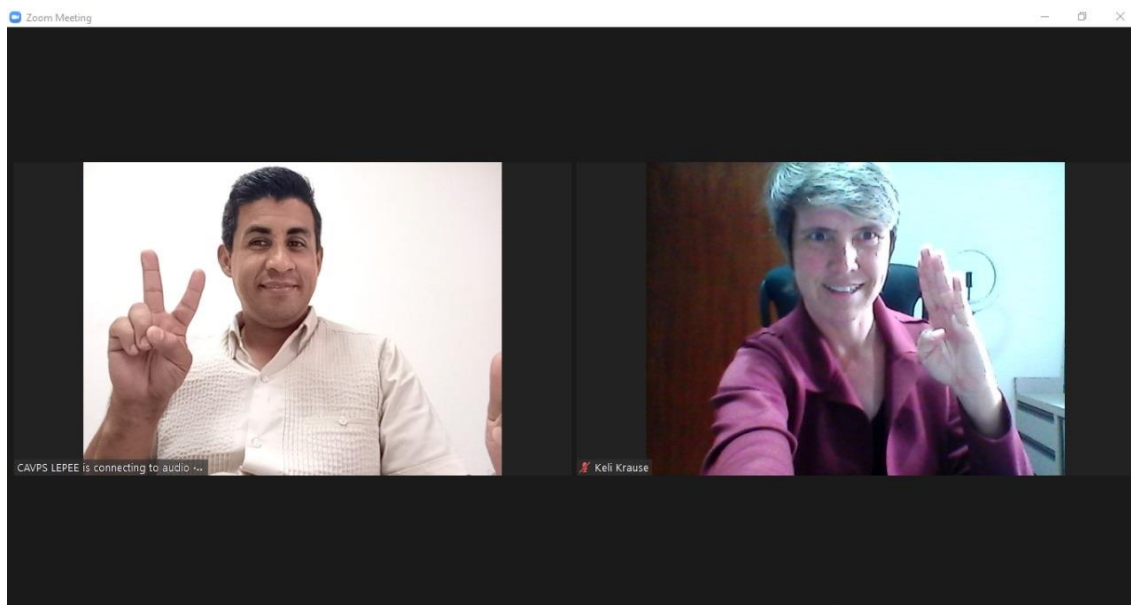


Figura 2: Reunião com o surdo venezuelano
Fonte: Plataforma Zoom da Krause (2022).

Grupo focal é definido por Morgan (1997) como uma técnica que coleta informações por meio da interação grupal. Kitzinger (2000) define o grupo focal como uma forma de entrevistas com grupos, em que se tem como um dos objetivos a coleta de informações detalhadas, sugerida por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo.

A luta política e social dos surdos é por reconhecimento e por direitos de cidadania na teoria social com os aportes teóricos Fraser e Honneth (2006) quando eles apresentam sua proposta sobre as lutas por reconhecimento e as lutas por redistribuição na análise de justiça social e na reivindicação territorial para política. Em ambos, suas perspectivas da teoria de reconhecimento para entender as práticas sociais e políticas que o movimento

⁹ Língua de sinais internacionais é considerada uma língua humana utilizada para quebrar as barreiras linguísticas nos diversos contextos que possuem características pluriculturais, pois existe um território único da comunidade surda, assim, há uma pluralidade de comunidades surdas nos países do mundo chamada de comunidade surda mundial por Schetrit (2016). O esclarecimento da língua de sinais mundial serve a presença da tradução/interpretação de diferentes línguas de sinais para os eventos, as conferências, os esportes, as reuniões entre outros, o que financeiramente se torna inviável, por isso há uma regra que deverá ter o interprete da língua local do evento e a língua internacional, assim o evento exige presença dois intérpretes, por exemplo, no México (SI e LSM), na Inglaterra (SI e BSL) e outros.

social organiza a exigir os seus direitos. Nesse sentido, o contexto é o cenário dos países sul-americanos que destaca a importância do reconhecimento e da redistribuição na sociedade contemporânea como a inclusão de Surdo.

Honneth (2015) propõe a teoria de liberdade social que está sendo exercida pela comunidade surda através de uma vida pública democrática nas instituições de acordo com o cenário político da América do Sul, bem como estabelece relações na vida pública e política para compreender a autolegislação, e como as leis de construção do ordenamento justo que ativistas de movimentos sociais surdos buscam, e alcançar a reconstrução do desenvolvimento social.

No caso desta pesquisa, a solução desta situação foi a implementação das políticas para a comunidade surda no seu país, dentro do campo das instituições desta comunidade surda, pensando-a como minoria, através dos enfoques nas práticas políticas e públicas, na perspectiva institucional para o sistema jurídico liberal-democrático na atualidade.

Conclui-se, depois desta pequena introdução ao método comparativo que, para os estudos das políticas nacionais de inclusão de surdos será necessário analisar as culturas e políticas nacionais, conhecendo as lutas pela liberdade social na instituição da vida público-política como cidadão surdo e tendo como objeto de pesquisa o reconhecimento cultural e social na perspectiva de teoria da justiça e de liberdade social, focando na análise da sociedade. É a metodologia mais aplicável para um estudo deste âmbito nas ciências sociais.

A presente pesquisa realiza uma análise documental e bibliográfica, referente a legislações, políticas e outros, tendo por objetivo comparar o campo da política pública e da garantia dos direitos humanos da comunidade surda em alguns países sul-americanos, verificando como cada país apresenta sua política cultural diferentemente e o desenvolvimento da estima e reconhecimento social na base de direito fundamental à acessibilidade e da cidadania nos processos políticos observáveis.

A pesquisa documental e bibliográfica (física e digital) foi realizada em fontes de trabalhos em diversas áreas, como materiais escritos, materiais estatísticos e elementos iconográficos como a língua espanhola traduzida para o português. Também é objeto de pesquisa pessoas de naturalidade estrangeira, com o intuito de que elas possam repassar as fontes naturais de informações, sendo posteriormente realizadas entrevistas sinalizadas em vídeo (*Lengua de Señas Uruguay – LSU*) e procuramos as informações os vídeos do youtube em línguas de sinais diferentes tais como: *Lengua de Señas Argentina - LSA*,

Lengua de Señas Paraguaya - LSPy e Lengua de Señas Venezolana - LSV) traduzidas para o português escrito.

Nesta pesquisa três outros países serão acrescentados (Paraguai, Uruguai e Venezuela), complementando e utilizando contribuições do texto da minha dissertação de mestrado (Argentina e Brasil). Sentiu-se a necessidade de ampliar o campo de estudo para aperfeiçoar e ampliar a pesquisa no processo de uma tese de doutorado focada na teoria de reconhecimento desenvolvida por Axel Honneth, que trabalha com as dimensões do direito de liberdade e justiça social na base da eticidade democrática como direitos humanos dos surdos e nas perspectivas políticas culturais desse contexto e movimento social Surdo.

Ao procurar os materiais para a realização da análise, percebeu-se que há poucas bibliografias (digital e física), sobre esses três países: Uruguai, Paraguai e Venezuela, fazendo que eu optasse em realizar a busca de informações e dados *in loco*, porém no ano de 2020, não foi possível realizar devido à pandemia¹⁰ do Coronavírus, impedindo a realização da viagem.

O presente estudo se encontra dividido em cinco capítulos, além da introdução já apresentada, as notas metodológicas e as considerações finais.

No **segundo capítulo** apresento o construtivismo social do Surdo no âmbito sociopolítico na evolução da questão social nos séculos. Também descrevo a evolução dos movimentos sociais dos surdos na Europa e sua base teórica para o reconhecimento de cidadania surda, como pessoas ativas e produtivas na sociedade encontradas na teoria de Axel Honneth.

No **terceiro capítulo** demonstro a trajetória histórica dos movimentos e organizações surdos na América do Sul com cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai) nas lutas por reconhecimento, a teoria de liberdade desenvolvidas pelo filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth e nas lutas por redistribuição desenvolvida pela filósofa norte-americana Nancy Fraser na base teórica apoiando as conquistas da comunidade surda, com objetivo de gerar mudanças sociais por meio de embate político, dentro da sociedade contemporânea, e suas ideias de luta por direitos dos surdos na análise de justiça social.

No **quarto capítulo**, tomando por base as pesquisas bibliográficas e de legislações, apresento uma análise comparativa da garantia dos direitos humanos nas políticas

¹⁰ Espalha por diferentes continentes com a população transmite nova doença.

públicas contextualizadas com as diversas áreas da comunidade surda dos países sulamericanos, e de como a apropriação da cidadania surda, portanto, garante o acesso à informação e à comunicação, ao trabalho, à saúde, à educação, ao transporte, à cultura, entre outros.

No **quinto capítulo** apresento a perspectiva sobre os movimentos surdos e políticos de suma relevância, que realizam estudos, pesquisas e produções para compreender e analisar as instituições políticas surdas, com foco na promoção da mudança no ambiente político destes países sulamericanos, para que haja novas oportunidades, possibilitando aos grupos sociais surdos a divulgação de suas reivindicações para uma sociedade majoritária.

2. CONSTRUTIVISMO SOCIAL DO SURDO NO ÂMBITO SOCIOPOLÍTICO

Neste capítulo, apresenta-se a perspectiva histórica do pensamento europeu, focando no período da idade antiga até os dias de hoje nos pontos principais dos movimentos, relacionados com as pessoas surdas do mundo. Faz-se necessário este estudo da sociedade desigual para entender a construção do ser cidadão e bem-estar na vida social sobre a inclusão social do Surdo. O Surdo, na perspectiva da inclusão, teve através dos movimentos sociais sua luta por reconhecimento paralela com a luta pela cidadania sob a ótica da teoria social. O estudo de Honneth de suas dimensões do reconhecimento recíproco, segundo Fuhrmann (2013, p.87), cita que “os indivíduos e grupos só formam suas identidades e são reconhecidos quando aceitos nas relações com o próximo (amor), na prática institucional (justiça/direito) e na convivência em comunidade (solidariedade)”. Ao conhecer a história destes sujeitos, sob a ótica social e política, perceber-se a que os surdos tentam romper com o imaginário social, o mito de que são pessoas descapacitadas, pessoas deficientes e com limitações para desenvolver atividades sociais. Cabe ressaltar que o surdo sempre teve suas conquistas utilizando-se de encontros esportivos e de sua educação para que conseguisse estruturar-se como grupo e movimento social combinando suas ações e compartilhando suas vitórias, principalmente na França e na Europa, onde tudo começou. Nesse estudo apresentam-se aspectos centrais das estruturais sociais pelas pessoas surdas, direcionada à estratificação social e combate às desigualdades.

2.1. Antiguidade e os surdos excluídos na sociedade

É necessário trazer algumas informações para melhor compreensão da importância da luta e das conquistas pelos movimentos surdos. Reforça-se aqui que, historicamente, as concepções sobre sociedade e pessoa definiram a existência de sujeitos enquanto pensadores, trabalhadores, produtores da cultura e da política. Escrever sobre o período conhecido como Antiguidade, que está relacionado ao surdo, é saber da escassez de

informações e também que por causa da abrangência do período obriga-nos a limitar o período. Com isso, consideramos as sociedades egípcias e hebraicas e os gregos como referência. A mudança na estrutura social ocorrida por necessidade, ou seja, quando há mudança no modo de vida comunitário para uma sociedade organizada por divisões sociais, consolidando a preocupação com a economia e a política, dá margem para o surgimento da opressão e da desigualdade. Amaral (1994) em sua escrita, nos ajuda a elucidar esse período: assim como a loucura, a deficiência, na Antiguidade, oscilou entre dois polos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou dos demônios; ou algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano. Do venerável saber do oráculo cego à “animalidade”, da pessoa a ser extirpada do corpo sadio da humanidade. Assim, foi por muito tempo, em várias civilizações (ancestrais da nossa) (AMARAL,1994, p. 14).

Na idade antiga (476 d.C.), os romanos eliminavam as pessoas com deficiências, pois achavam que eram pessoas incapazes e castigadas. Entende-se como a *desumanização*¹¹, pois percebiam que o corpo físico não é perfeito, comparavam com o seu corpo e como as orelhas ouviam como poderia os surdos não ouvirem nada. Faz-se necessário saber que, indiferente período romano apontado, os romanos tinham uma estrutura que desprezava a pessoa considerada “fraca”. O Império Romano foi uma das mais fortes potências econômicas, políticas e militares do seu tempo. Então os soldados romanos pegavam as crianças, adolescentes e os adultos surdos (deficientes) na aldeia e os jogavam no Rio Tigre (localizado no Oriente Médio). Em alguns casos, por causa desta conduta, pais escondiam filhos com deficiências, pois sabiam seu futuro. Os surdos que conseguiam escapar da morte viviam escondidos ou eram escravizados nos moinhos de trigo. A sociedade romana, no decorrer de sua história política de civilização, possuía uma estrutura em que os considerados inferiores eram os escravos, que não possuíam nenhum direito, a não ser trabalhar. A sociedade só poderia ter pessoas perfeitas e, portanto, qualquer “defeito” não era aceito, pois era baseada na economia e na supremacia militar. Não somente os surdos eram discriminados, mas também outros grupos como as mulheres, filhos de escravos ...

Segundo Nakagawa (2012) não só a economia era a justificativa dos atos romanos, mas também a valorização da língua oral:

Na Roma Antiga, por exemplo, a primazia da língua oral no dia-a-dia da vida pública (nos espaços de participação política, nos comícios e festejos, nas

¹¹ A desumanização é a negação da humanidade plena nos outros e da crueldade e sofrimento que a acompanha.

transações de vários tipos etc.), bem como a importância da oratória na formação de um cidadão, levam a crer que à grande parte dos surdos¹² restava um pequeníssimo espaço de atuação. (NAKAGAWA, 2012, p.11).

Na Grécia, embora haja registro de diferentes condutas como: ver o surdo como um sujeito sagrado, na maior parte de sua história observa-se o infanticídio. No início, os gregos pensavam que os surdos precisavam ser protegidos para não serem amaldiçoados. A civilização grega apresenta em sua cultura tradicional que os espartanos preparavam os meninos a partir dos sete anos de idade para serem treinados como soldados; podia participar da guerra e a defesa da polis (significado cidade-Estado ou Líder). E, em relação aos meninos surdos fortes, os gregos não olhavam seus corpos normais, eles somente se preocupavam com os ouvidos que necessitavam ouvir. Por isso, os espartanos os lançavam de cima de rochedos de Taygété. Em Atenas, eram abandonados nos campos ou em praças públicas, e viviam miseravelmente como escravos e abandonados.

No Egito e na Pérsia, os surdos foram tratados de diferentes maneiras pelas primeiras civilizações, segundo autora Strobel (2008, p.82) relata que:

“Os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses, porque pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e ‘adoravam’ os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social”.

Em 368 a.C., o filósofo grego Sócrates fez um dos registros escritos mais antigos sobre os surdos e a língua de sinais, de acordo com Sackes (1998, p.31), relata que

“Se não tivéssemos voz nem língua, mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns com os outros, não deveríamos, como as pessoas que hoje são mudas, nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?”

Platão (427-347 a.C.) fundou a Acadêmica, que era uma instituição de ensino, com objetivo de sua ideia de dois grandes pilares da filosofia política na base da educação política para entender um sistema de ideias político como a justiça e a educação. Essa discussão do tema em questão: República, Política e Leis na esfera política. No seu mais importante diálogo, “A República”, demonstra seu interesse prático pela dimensão ética e política da existência humana. Parte da reflexão sobre a situação política de Atenas e apresenta o que poderia ser considerada uma proposta ideal de cidade-Estado, uma alternativa à realidade existente (MARCONDES, 2002).

¹² A pessoa que não adquiria forma de fala oral.

O grego filósofo Platão não pensou as pessoas com deficiências relacionadas à política da existência humana, por isso a exclusão da sociedade. Para ver GUGEL (2007, p. 63) relata sobre os deficientes escondidos que

A República, Livro IV, 460 c - Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém.

Nesse sentido, essas pessoas com deficiências, especialmente os surdos, também estavam na sociedade desigual e também escondidos algum lugar de aldeias, de bairros e outros.

Em 355 a.C., o filósofo Aristóteles (384-322), discípulo direto de Platão, autor do estudo sobre a política, ética, democracia e outros campos de conhecimentos, trazendo discussões relativas ao Estado, à justiça, às formas de governo, à escravidão e muitas outras. Neste, Aristóteles dedicou seu estudo sobre os vários modelos de Constituições para compreender o conceito de cidadão nas formas de constituição e relação com os gregos escravos, mulheres e crianças. Embora seus estudos também focassem na consciência humana, percebe-se que em relação ao surdo, encontramos uma citação da autora Strobel (2008, p. 18) que relata o pensamento deste filósofo em relação ao surdo:

“Ele acreditava que quando não se falavam, conseqüentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que: “... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam sensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar”.

Neste sentido, Aristóteles apresenta que *ética é uma doutrina moral individual, e a política é uma doutrina moral social*. Dizia que para haver um pensamento deveria ser representada uma linguagem e, para se ter uma linguagem, era necessário ouvir.

A linguagem estruturada daria condições ao homem de abstrair as noções de bem e de mal, justo e injusto, além de outros tantos aspectos que ajudam na formação de famílias e, por conseguinte, a manutenção do Estado (a forma acabada de sociedade). A fala, por estes pressupostos, figura como extremamente necessária, essencial para o cumprimento da vocação política do ser humano. A linguagem estruturada daria condições ao homem de abstrair as diversas noções e conceitos e expressar através da fala. E, por acreditar que não tinham acesso ao universo da fala (voz/phoné), nem à complexidade de um idioma, eram (des)tratados como excluídos, pois eram seres não educáveis, bestiais, improváveis para quaisquer atividades intelectivas.

E, assim, compreende-se o porquê do surdo não ser considerado, pois não era capaz de cumprir com sua função política e com a finalidade política, destinada naturalmente.

2.2. O papel da Igreja relacionada aos surdos na Idade Média

Neste item será explicado o primeiro registro de algum movimento em prol do surdo como ser humano, não divindade e nem pecador. Na Idade Média (depois do ano 476), as pessoas surdas não tinham direitos no campo religioso; eram proibidas de receberem a comunhão. Isso era justificado pelo grupo de sacerdotes da Igreja Católica; os surdos eram incapazes de confessar seus pecados, também havia decretos bíblicos contra o casamento de duas pessoas surdas, para que não se reproduzissem outros surdos.

De sujeito sem acesso à salvação – “já que, de acordo com Paulo na Epístola aos Romanos, a fé provém do ouvir a palavra de Cristo (Ergo fides ex auditu, auditur autem per verbum Christi)” (CAPOVILLA, 2000, p. 100) – o surdo passou a ser, em outros momentos, objeto de evangelização e donatário de educação formal. As transformações sociais, culturais, econômicas, religiosas, etc., que permearam o período renascentista desdobraram-se em novas formas de se olhar a surdez, enredando novos pressupostos para os esforços tomados em relação aos surdos-mudos.

Especificamente na história da sociedade do feudalismo era dividido em três classes sociais: o clero (eram donos de muitas propriedades e riquezas), a nobreza (os donos nobres das terras no papel de guerreiros; portanto, os defensores da cristandade) e os camponeses sobreviviam de seu próprio trabalho, pois era obrigatório o pagamento de muitos impostos para nobres e clero. Os surdos também se enquadravam nas leis que proibiam os mesmos de receberem heranças, de votar e, enfim, de todos os direitos como cidadãos, sendo excluídos da sociedade civil. Porém, famílias de nobres que tivessem filhos surdos queriam que os mesmos pudessem usufruir de sua herança e *status* e, com isso, a igreja assume a educação do surdo nobre.

A vida monástica aconteceu muito antes de cristianismo. Foi origem ao monasticismo ocidental. Os indivíduos que praticam o monasticismo são os monges (no caso dos homens) e monjas (no caso das mulheres). A reviravolta da história do surdo começa com a fundação da ordem dos beneditinos, fundada por São Bento (440-547). Os monges trabalhavam na prática religiosa como a cultura e a educação no ocidente pela vida monástica; isto é, significa as transformações da vida social da política e da religião.

De acordo com Reiley (2007), que realizou uma investigação sobre o papel da Igreja Católica nos primórdios da educação relativa à surdez, o fato de Ponce de León ser beneditino é um dado relevante a ser considerado. Segundo Silva (2012, p. 82) relata que

“Apoiada em Eriksson (2003), a autora argumenta sobre a existência de sistemas de sinais e alfabetos manuais já utilizados durante a Idade Média em mosteiros que seguiam votos de silêncio previstos pelas Regras Monásticas de São Bento (480-550).

Entretanto há outro fator a ser explorado. O início da instrução desses jovens surdos (poucos), em sua maioria no formato preceptorado, situava-se em contexto aristocrático, em uma estrutura social marcada por desigualdades e privilégios concedidos a sua família. Para além da benevolência caritativa e das intenções evangelizadoras dos preceptores religiosos estão os interesses econômicos, sociais e culturais de membros de uma aristocracia que, até então, contava com muito poder. Pensava-se na preservação dos direitos dos herdeiros surdos-mudos. A maior parte do povo surdo, no entanto, continuava a enfrentar uma série de descasos e infortúnios.

2.3. Monges e padres adotam a educação para surdos na Idade Moderna

Na Idade Moderna, entre os anos de 1584 a 1712, vários monges e padres trabalhavam com os surdos educando-os de acordo com a necessidade da família. Suas descobertas e estudos sobre a língua de sinais e métodos da educação para surdos fazem parte da evolução histórica. Nesse sentido, os monges beneditinos acolheram aos surdos ajudando na sua educação, pois acreditavam que as pessoas surdas têm sua linguagem desenvolvida e poderiam aprender a língua através do alfabeto manual. A história parece inserir o surdo na perspectiva da missão religiosa, mas ainda não inclusão atuante com a sociedade civil. De acordo com Destro (2020, p. 68) “o fortalecimento dos valores cristãos, como a caridade e a solidariedade, alterou gradualmente a forma como a sociedade via a pessoa com deficiência”. Essa conexão de Honneth (2003, p. 209) relata sobre a solidariedade que “... primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida”; portanto, a interação entre os monges e surdos.

O surdo permanece dependente da igreja, pois não tiveram suas experiências sobre os movimentos e não se pensava ou questionava as desigualdades sociais; portanto, os monges beneditinos protegiam os surdos. O resumo histórico da idade moderna apresenta a importância da Igreja na educação - base para a transformação - dos surdos no seu tempo

paralelo junto com a vida social e serão responsáveis pelo desenvolvimento humano e social da comunidade surda. Portanto, a igreja tem um importante papel na junção de surdos, mostrando que não estavam sozinhos, mas não desvinculando a necessidade de ouvir num mundo de sons, ou seja, ainda se utilizando de métodos orais e apoio no alfabeto manual.

2.4. O reconhecimento do L'Épée

O abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789), conhecido mundialmente como “Pai dos Surdos”, pois suas ações são o marco histórico da educação de surdos, utilizou-se de uma das primeiras, a língua de sinais, misturando a língua francesa com sinais e alfabeto manual. Segundo Strobel (2009, p. 22) relata que

L'Épée conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais.

Antes de L'Épée, os vários educadores europeus iniciavam seus estudos sobre os alfabetos manuais no período da vida monástica e dos monges beneditinos. Silva (2011, p. 83) relata sobre os sinais e surdos-mudos que

L'Épée é tido como o primeiro educador que, de fato, utilizou os sinais atribuídos aos surdos-mudos para a educação, fundando uma metodologia pioneira.... Não tratou propriamente essa forma de comunicação como uma língua, mas a enquadrou na gramática da língua francesa, inventando o que intitulou de sinais metódicos, um método combinado entre os sinais dos surdos-mudos e sinais que ele mesmo criou para adequar essa forma de comunicação a regras claras, como ele mesmo definia (Moura, 2003:34). Esse método representou uma mudança extremamente significativa na educação de surdos-mudos e na ampliação do léxico dessa forma de comunicação.

Ele resolveu abrir uma instituição para receber as crianças surdas e ensinou a língua de sinais¹³ na sala de aula e também ensino religioso nos alguns anos. L'Épée mesmo com o intuito de educar, começa o trabalho de descoberta do surdo sendo surdo, sujeito capaz e de direitos. Em 1755, financiou com seus próprios recursos a primeira escola pública para os surdos, nome antigo francês “*Institution Nationale de Sourds-Muets*” na capital francesa. O L'Épée já tinha fundada 21 escolas de surdos na França e

¹³ Os sinais utilizados chamados sinais metódicos, era uma mistura das gramáticas de sinais e francesa.

na Europa e é um exemplo forte da educação para surdos e que se expandiu para toda Europa. As escolas de L'Épée recebiam muitas pessoas de outros países europeus interessados em sua atividade que retornaram para seus países e fundaram escolas semelhantes, o que deu o Charles Michael de L'Épée uma fama continental.

A marca especialmente do L'Épée, acreditava a valorização da língua de sinais para os surdos parisienses. Este professor L'Épée era um 'amor' ao trabalho e deu a 'eticidade' para os surdos; por isso, adotou uma visão democrática da educação para surdos que é o reconhecimento educativo. Criou a *Langue des Signes Françaises - LSF* (escrita francesa traduzida em português: Língua Francesa de Sinais), e encontramos uma citação do site de El País e (Alberto López, 2018) relata que

“Utilizou seu patrimônio para integrar à sociedade pessoas surdas; portanto, “os surdos eram cidadãos com plenos direitos na sociedade. De acordo com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França. Como ele escreveu em seu livro de 1784, o verdadeiro método de educar os surdos-mudos, confirmado por uma longa experiência”.

De acordo com Destro (2020, p. 31) “a relação construída na esfera do amor apresenta ao indivíduo a segurança emocional, a coragem de se conectar com os demais”. L'Épée trabalhou na educação para surdos. Segundo Saavedra e Sobottka (2008, p. 11):

Honneth vai além e sustenta que o nível do reconhecimento do amor é o núcleo fundamental de toda a moralidade. Portanto, esse tipo de reconhecimento é responsável não só pelo desenvolvimento do **autorrespeito (selbstachtung)**, mas também pela base de autonomia necessária para a participação na vida pública.

Nesse sentido, aconteceu aceitação da sociedade e aproximadamente em 1784 ocorreu o protagonismo surdo, pois alguns surdos tornaram-se professores de outros surdos inserindo-se na sociedade civil. Diferentemente da história vista até agora da Idade Antiga até Idade Moderna em que os surdos eram excluídos na sociedade civil. Para Dicher e Trevisam (2014, s.p.):

Da jornada histórica percorrida pelas pessoas com deficiência através dos séculos, constata-se o lento processo a que se submeter em busca de respeito e igualdade, com vistas à efetiva inclusão social. Da árdua luta pelo direito de serem consideradas ao menos “pessoas humanas” dignas de vida, hoje já se pode lançar um olhar otimista suplantando de vez a segregação suportada por essa grande parcela da sociedade.

O próprio período histórico de L'Épée demonstra o quanto a política e o reconhecimento do sujeito é importante, pois somente após a demonstração às elites e aos nobres é que a proposta da educação foi aceita e estimulada. Cabe aqui lembrar que isso

só foi possível porque os surdos começam a encontrar-se descobrindo como diferente, mas com o mesmo direito que o ouvinte e onde ocorre isso? Como já foi falado, na educação.

A descoberta de uma comunicação para a instrução em língua de sinais e os surdos respondendo por escrito. Então, fez com que este grupo que anteriormente não estava nos sistemas sociais, passe a ter a oportunidade de ascender e assumir suas possibilidades como herdeiros e constituírem famílias sendo aceitos e até sendo admirados pela sociedade. Almeida (2021, p. 33) explica que

A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social - o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material - é afetado.

Assim, o socialmente invisível, passa a frequentar ou a ser visto como sistema social estável, mas não há relatos e onde se encontra a estratificação social (alto ou baixo) no registro dessa história.

Em 1750, O alemão Samuel Heinicke (1729-1790), conhecido “Pai de Método Alemão”, propõe o método oralismo puro na educação de surdos na Alemanha. Iniciou as bases da filosofia oralista, ou seja, de acordo com seu pensamento se o surdo aprendesse a língua de sinais não aprenderia a falar. Com este método, também demonstrou à sociedade que era possível o surdo se comunicar pela fala. Ele publicou a obra “Observações sobre os surdos e sobre a palavra” e também fundou a primeira escola de oralismo puro desde 1778 em Leipzig, inicialmente com 9 alunos.

Aqui, tem-se que registrar o conflito que a história mostra na busca pelos métodos para inserir o surdo na sociedade. O Oralismo – Alemanha, que pensava que o surdo era doente e precisava ser curado, e Língua de Sinais – França, que acreditava que respeitando a língua do surdo era possível integrá-lo na sociedade. Muitos anos na Europa, os nobres, educadores e filósofos começaram a conhecer os métodos e decidir qual utilizar.

Conforme Desloges¹⁴ (1779/1984, p. 30 e 34) ressalta sobre a importância de a língua de sinais ser a primeira língua do surdo:

Como um cidadão vendo sua linguagem depreciada por um alemão que conhecia poucas palavras em francês, eu também me sinto obrigado a defender minha própria língua sendo qualificada por Deschamps e ao mesmo tempo justificar o método do abade de

¹⁴ Pierre Desloges nasceu em 1747, em Le Grand-Pressigny fica localizada no centro da França, ficou surdo com sete anos de idade e com 27 anos de idade aprendeu a língua de sinais francesa com os surdos e ele escreveu o primeiro livro que foi publicado por um escritor surdo sobre a defesa da língua de sinais francesa era uma língua plena igual a outras linguisticamente.

L'Épée que é completamente baseado no uso de sinais. Eu atesto, além disso, oferecer mais que uma ideia exata da língua dos meus companheiros congenitamente surdos que são iletrados e as únicas fontes de instrução têm sido o senso comum e a convivência com seus semelhantes [...]

Suponho que ele [Deschamps] estivesse planejando aprender inglês a qualquer outra língua estrangeira, como faria? Começaria por ler uma gramática em inglês da qual ele não entenderia seguir uma palavra? Certamente não; ele escolheria uma gramática do inglês, escrita em francês e aprenderia facilmente a nova e desconhecida linguagem com a ajuda de sua língua nativa (DESLOGES, 1779/1984, p.34).

Desloges acreditou que L'Épée usou os sinais metódicos para os alunos surdos nesse Instituto Nacional de Surdos-Mudos na França; por isso, defendeu essa língua de sinais na comunidade francesa.

Nos meados de 1848, a comunidade surda francesa continuou suas lutas contra a filosofia oralista do professor alemão Heinicke e o momento histórico dos conflitos nas duas classes da educação para surdos tais como: França (língua de sinais) e Alemanha (oral) foram anos de suma importância dessa história em toda Europa.

Heinicke defende o oralismo para a comunidade surda, mas as pessoas surdas têm suas experiências e a língua de sinais é natural, além de adquirirem e assimilarem seu conhecimento visualmente. Habermas (1987, p. 178) menciona que

“Onde se desenvolve a intersubjetividade, a cultura, os valores, constitutivos do ser social, é o Mundo da Vida (Lebenswelt). É nele que se processa a ação comunicativa que permite pelo menos um emissor e pelo menos um receptor estabelecerem acordos, consensos.”

No dia 23 de dezembro de 1789, o Abade Charles Michel de L'Épée morreu em Paris. Pouco antes de sua morte, uma delegação de estudantes surdos e representantes da Assembleia Nacional da França discutiu e resolveu sobre a escola de L'Épée. Essa foi assumida pelo Governo francês em 1791 por sua contribuição à educação e ao desenvolvimento da comunidade surda francesa, lembrando a declaração da Assembleia recebida 'Benfeitor da Humanidade'. Desde 1784, a escola denominada *Institut National de Jeunes Sourds – INJS de Paris* traduzida em português Instituto Nacional de Jovens Surdos – INJS de Paris ainda é até os dias de hoje, instituto mundialmente famoso.

De acordo com a Souza (2021, p. 28) “sua escola perdeu um grande aliado político junto à elite francesa”, não podia perder esse instituto valorizado em toda Europa. Portanto, o surdo pedagogo Sicard assumiu a direção de uma escola para surdos em 1790 em Bordeaux, localizada no sudoeste da França com o intuito de ser representante perante os governos, demonstrando competência na pedagogia, reforçando a crença na escola.

2.5. Movimento surdo da educação na Idade Contemporânea

Neste item percebe-se que o surdo começa a se organizar mais concretamente como grupo social, ainda reivindicando o direito da comunicação, ganha no âmbito da educação. Durante o período da Revolução Francesa (1789), o Sicard¹⁵ foi preso e condenado. O aluno surdo Jean Massieu organizou uma petição e, juntamente com o grupo de alunos surdos do Instituto, reivindicou a libertação para ele. Os surdos Jean Massieu e Laurent Lerc foram alunos de L'Épée e tinham como instrutor o abade francês Sicard. Eles viriam a se tornar os primeiros professores surdos em todo o mundo e tiveram as experiências da política surda e aprenderam com o L'Épée, o que significava o protagonismo surdo.

Sicard foi liberado, porém continuou apoiando as políticas da família Bonaparte e o imperador francês exilou o mesmo na Inglaterra levando junto os três surdos Massieu, Clerc e Godard para Londres. A justificativa de levá-los foi uma estratégia para o auxílio da difusão do método de ensino de surdos através da língua de sinais e da escrita vindo a influenciar várias escolas de surdos neste país.

Conforme Edwards (2014, p. 14), este livro inglês nomeado *Words Made Flesh: Nineteenth-century deaf education and the growth of deaf culture* traduzido em português relata que

Em junho de 1812, a associação informou que havia contado oitenta e quatro surdos em Connecticut. A partir desse resultado, Cogswell estimou que havia cerca de quatrocentos surdos vivendo apenas na Nova Inglaterra e provavelmente dois mil no país como um todo. Ele usou os números do censo para iniciar uma campanha publicitária para convencer o público e o estado da necessidade de uma escola para surdos. Cogswell também organizou um grupo de seus amigos, muitos também ricos da Nova Inglaterra, para arrecadar fundos para enviar Thomas Hopkins Gallaudet em uma missão de apuração de fatos na Europa.

Em 1814, o americano Thomas Hopkins Gallaudet morava em Hartford percebeu que uma criança surda de nome Alice Gogwell não participava da brincadeira com outros. Não havia nenhuma escola de surdos nos Estados Unidos. Ele tentou ensinar-lhe pessoalmente e, juntamente com o pai da menina, o Dr. Masson Fitch Gogswell, pensou que poderiam criar uma escola de surdos. O Gallaudet recebeu uma notícia que acreditava

¹⁵ Nome completo dele: Roch-Ambroise Cucurron Sicard conhecido abade Sicard, trabalhava com o professor L'Épée na escola pública para surdos, desenvolveu o método do seu antecessor melhorando-o bastante para criar um dicionário dos surdos-mudos.

ser um boato, que tinha escolas de surdos na Europa. Thomas Gallaudet resolveu viajar para as várias cidades da Europa e buscou o conhecimento dos métodos de ensino aos surdos. Edwards (2014, p. 15) menciona que

“Gallaudet, por sua vez, foi primeiro para a Grã-Bretanha, onde esperava aprender sobre educação de surdos com a família Braidwood e planejava visitar as duas acadêmicas Braidwood de Londres. Os Braidwoods se ofereceram para levar Gallaudet como aprendiz em sua escola em Londres, onde ele ensinaria escrita à mão aos alunos enquanto aprendia o método oral de Braidwood, desde que ele promettesse ficar em Londres com eles por três anos. Gallaudet não estava disposto a concordar com esses termos”.

Visitou a Alemanha, mas não lhe foi permitido conhecer a escola de Heinicke. Na França, conheceu o Sicard, no evento público em Londres. Edwards (2014, p. 15) relata que

Por acaso, o abade Sicard estava em Londres, dando uma demonstração pública do método manual e em turnê com seus dois melhores ex-alunos, agora professores por direito próprio, Jean Massieu e Laurent Clerc. Gallaudet assistiu às exposições em Londres e encontrou-se em particular com o abade, que o instou a visitar a escola em Paris e prontamente se ofereceu para instruí-lo no método manual lá.

O Gallaudet percebeu e pensou que “essa educação incluiu não só ver a língua dos sinais em ação, mas também aprender um pouco sobre as atitudes surdas” (EDWARDS, 2014, p.19).

Na capital da Escócia, Edimburgo, Gallaudet conheceu um filósofo escocês da escola comum, Dugald Stewart. Desde 1815, Stewart era crítico feroz da educação oral e concordou com o Abbé Sicard. O conselho de Stewart para Gallaudet que abandonou completamente sua busca para aprender métodos orais e que deveria seguir o convite de Sicard e ir diretamente para Paris para aprender o método francês de educação manual (EDWARDS, 2014).

Edwards (2014, p. 21) relata que

Depois de dois meses em Paris, Gallaudet chegou à infeliz conclusão de que não seria capaz de dominar tudo o que precisava saber em tempo hábil. Ele precisava aprender tanto a Língua de Sinais Francesa quanto o método educacional francês, e isso era uma tarefa impossível em um curto período de tempo. Seus benefiteiros, por mais ricos que fossem, não pagariam por uma estadia indefinida no exterior.

Por isso, os Gallaudet e Sicard trocaram as informações e ideias e solicitaram para que um surdo o acompanhasse. Assim, Sicard indica o melhor aluno do Instituto Nacional

para Surdos-Mudos em Paris, na França. O professor surdo Laurent Clerc que viaja para os Estados Unidos.

No ano de 1817, Gallaudet e Clerc fundaram a primeira escola de surdos nos Estados Unidos. Chama-se Asilo de Connecticut e utilizou o método de língua de sinais como FSL e a escrita inglesa. Conforme Edwards (2014, p. 16) “aos 25 anos de vida da Escola Americana (1817-1842) havia vinte e cinco instrutores. Destes, seis eram surdos; e, com exceção do próprio Laurent Clerc, todos eram graduados da Escola Americana. Esta é uma alta porcentagem de professores surdos em geral: 24% do grupo examinado aqui era surdo”. Mais tarde, este movimento espalhou-se e as várias escolas de surdos surgiram. Timothy Dwight¹⁶ havia oferecido aos alunos de graduação de Yale uma visão da vida social na América, segundo Edwards (2014, p. 18) Dwight, sua reflexão e perspectiva de cidadão virtuoso e de moral para os sujeitos surdos, e menciona que

“Pode-se imaginar, portanto, que a educação de surdos foi um esforço missionário em dois sentidos. Primeiro, as escolas, como outras instituições americanas, forneceram o cenário para criar o cidadão virtuoso de vital importância. Segundo, se as instituições americanas dependessem da moralidade individual para seu sucesso, seguiu-se que todos os cidadãos teriam que se tornar morais. Todos os cidadãos participariam das instituições da vida americana, e essas instituições não poderiam pagar membros imorais”.

O professor surdo francês Clerc viveu sempre nos Estados Unidos até sua morte (1869) em Hartford. Essa história da trajetória sobre a educação de surdos nos Estados Unidos na “linha reta” significa um caminho de firma da língua de sinais. O Brasil possui as duas linhas da educação de surdos nas duas visões (visão clínica da surdez e sócio antropológica da surdez). Sua atuação tem diferentes perspectivas educacionais que serão mais bem explicadas no capítulo três.

Educadores como Laurent Clerc (Estados Unidos 1846-1869), Eduard Huet, entre outros, foram os primeiros líderes surdos a levarem a educação a outros países, realizando uma mobilização e convencimento da capacidade do surdo. Estes são de suma importância da visualidade na constituição dos sujeitos surdos expandiram os modelos surdos nas diversas regiões da América; são os alicerces da educação na língua de sinais que ajudam a construir uma sociedade. Mais tarde, as mudanças sociais ocorridas ao longo da história mostram as transformações nos paradigmas sociais.

¹⁶ Era presidente da Universidade de Yale que é uma instituição de ensino superior privada americana se localiza na cidade de New Haven, no estado de Connecticut, no nordeste dos Estados Unidos.

2.6. O reconhecimento do surdo Berthier

Berthier e Itard, medicina versus cultura, que impacto aconteceu através da história. O Berthier ficou furioso e contra ele, pois o Itard usou métodos cirúrgicos ou procedimentos invasivos, fez de cobaias um grupo de estudantes surdos. Segundo Lane (1984, p. 134)

Quando Claudius Forestier o jovem tinha 13 anos, foi submetido a um regime de purgativos cotidianos, e a parte externa de sua orelha externa foram cobertas por uma bandagem embebida em uma substância vescicante. Ao fim de poucos dias, sua orelha perdeu toda a pele, escorreu pus e ficou terrivelmente dolorosa. Quando se formou uma crosta, Itard novamente reaplicou a bandagem e o ferimento se reabriu. Em seguida, Itard repetiu o ciclo e introduziu soda cáustica na parte posterior da orelha de Foriester. Tudo isso sem qualquer resultado nem para Foriester e nem para os 30 estudantes que seriam submetidos a tal tratamento.

Percebe-se que houve duas etapas sobre a visão sobre o surdo e sua construção como sujeito conflituoso (visão clínica versus visão antropológica): a primeira geração (Pai de Surdos na França como L'Épée x Pai de Método Alemão como Heinicke) e a segunda geração (ativista surdo Berthier que defendeu a língua de sinais x médico Itard e utilizou o ensino de articulação de voz e a cirurgia da orelha). Porém, pode-se dizer que a partir de Ferdinand Berthier (ano de 1934), que inicia um movimento dos surdos. Seu exemplo através do movimento militante fica evidente por suas intenções políticas em toda comunidade surda e ouvinte.

Neste ponto da evolução da luta surda, evidencia o quanto a educação influenciou e influencia até hoje a concretude da luta desta comunidade. Na época passada, os professores franceses surdos eram líderes e lutavam pelos direitos políticos dos surdos. Percebe-se a ligação com o período do político francês Tocqueville (1805-1859), que relata em seu discurso sobre a liberdade e a legalidade, o respeito pelos direitos como justiça social. Tocqueville baseia sua pesquisa sobre o desenvolvimento igualitário na característica das sociedades humanas e as instituições políticas. Aconteceu que a relação com os franceses surdos como Pierre Pélissier, Joseph Cochefer, Jules Imbert, Jean Massieu e outros realizaram uma reunião e um longo caminho a percorrer sobre os cidadãos e a política. Montañó e Duriguetto (2011, p. 53) relatam sobre as associações e a minoria que

Para ele, “sociedade civil” é o espaço extraestatal e não mercantil, onde as maiorias (os cidadãos comuns) se organizam livremente

para se expressarem e para gerir e defender seus interesses. O governo é centralizado (centralização governamental) e comandado pela minoria esclarecida, enquanto na sociedade civil, descentralizada administrativamente, participaram as maiorias, o povo. Definitivamente, trata-se de uma proposta que, no fundo, procura deixar a minoria, os poderosos (e capazes), o governo do Estado – lembre-se de que era um monarquista constitucional (ver Chevallier, 1993, p. 251) – atribuindo à maioria do povo a gratificante, porém dócil e pacífica, atividade de participar por seus interesses particulares nas associações livre.

Nessa corrente do Honneth (2015, p.77) cita que “...os arranjos institucionais de uma dada sociedade puderem manter a solidariedade necessária à cidadania...”. Nesse sentido, os parisienses surdos pensavam e começavam a se organizar com a intenção de fundar uma associação de surdos como institucionalização, com objetivo de garantir a integração social da comunidade política visando à igualdade social e estimulando a inclusão social de todos os cidadãos.

Na França, os líderes surdos Ferdinand Berthier¹⁷ e Alfred Bocquin organizaram o primeiro encontro de banquete para surdos no dia 30 de novembro de 1834, tendo cerca de sessenta comparecimentos. Com a finalidade de homenagear L'Épée, esse banquete ocorria todos os anos como justificativa para reunir os surdos, para comemorar o aniversário do abade de L'Épée; porém, outros objetivos eram idealizados como: reduzir o isolamento social dos surdos e os preconceitos, e a defesa da importância e riqueza da língua de sinais.

Em 1836, Berthier escreveu a grande obra intitulada “Historie de l'éducation des sourds-muets”, foi o primeiro livro a respeito da história dos surdos como ponto central e suas consequências sociais sobre a vida dos surdos.

Conforme et al. Vieira (2021) explica que o Berthier queria publicar o registro da história imprescindível pela homenagem de L'Épée sobre a educação de surdos. Também procurou fazer um documento estatístico sobre a população surda para o censo prussiano desde 1836:

[...] tomando como base de nossos cálculos o censo de surdos-mudos na Prússia, o mais completo de todos os que existem, não é possível estimar o número de surdos-mudos na França em menos de 20 a 20.000, e a população total deles na Europa é menos de 140.000. O governo prussiano fez esse trabalho em três ocasiões diferentes. A pesquisa de 1825 encontrou 6.786 surdos-mudos; o de 1827, 6.764,

¹⁷ Ferdinand Berthier nasceu em 1803 em Louhans e ingressou na *Institution des Sourds-Muets* em Paris como estudante em 1811. Em 1818, tornou-se monitor, depois tutor, em 1824, e finalmente professor, em 1829, na mesma época como Alphonse Lenoir. Encontramos esse material como artigo publicado francês traduzido em português e segue ao link: <https://journals.openedition.org/rh19/4453>

e o 1828, 8.225 de uma população de 12.726.825 habitantes (BERTHIER, 1836, p. 20).

Conforme Câmara (2021, p. 53) “este trabalho é um manifesto político a favor da educação por meio da língua de sinais, no qual Berthier insiste em seu mérito social”. Nesse sentido, Berthier declara quantos surdos existem, pois quer mostrar os dados concretos para a ação governamental necessária como sinal de reconhecimento à ação caritativa do pai intelectual dos surdos, bem como reconhece a instituição criada por l'Épée como um dos cidadãos que mais merece reconhecimento da pátria e da humanidade.

Nessa corrente de Lage e Kelman (2021, p. 133) relata sobre o número das escolas de surdos na França que

[...] havia 22 mil surdos-mudos na França, a maior parte proveniente de famílias pobres, das quais apenas 500 recebiam educação nas 34 escolas existentes. Todavia, apenas nas duas escolas eram regulamentadas, os Institutos de Paris e Bordeaux.

Portanto, o governo da França avalia as escolas de surdos, até agora um ensino privado, para possibilitar a educação pública para as famílias de surdos pobres ingressaram na educação através deste sistema público.

Berthier fundou a Sociedade Central de Surdos-Mudos em Paris, com objetivo de reivindicar principalmente o acesso à igualdade (civil) por meio do uso livre da língua de sinais em todas as áreas da sociedade como lutas por valorização e o reconhecimento social. Florence (2013, p. 151) explica que

Em 27 de maio de 1838, Ferdinand Berthier "formalizou" os objetivos do Comitê dos surdos-mudos ao fundar a Sociedade Central dos surdos-mudos de Paris. Os membros dirigentes da Sociedade Central são geralmente os mesmos de antes, mas os estatutos agora definem o quadro geral de suas ações, em particular no artigo 2: “Seu objetivo principal é deliberar sobre os interesses dos surdos-mudos em geral, para trazer juntas em um feixe comum as luzes de todos os surdos-mudos espalhados pela superfície do globo, e de homens cultos que fizeram um estudo aprofundado desta especialidade, para fortalecer os laços que unem esta grande família, para oferecer a cada um de seus membros um ponto de encontro, um ponto focal para as comunicações recíprocas e para fornecer-lhes facilidades para atuar no mundo.

Berthier, ao observar todos os acontecimentos agregados com seus conhecimentos, sabia que só através da política conseguiria conquistar o surdo um lugar como sujeito, na sociedade. Com isso, lutou para fundar a primeira Sociedade Central dos Surdos-Mudos em toda a Europa com o objetivo de participar da vida política e foi o marco histórico das lutas por reconhecimento.

Nesse sentido, percebemos a relação com a teoria de Tocqueville que falou muito sobre as associações livres dos cidadãos; por isso, os surdos podiam participar das lutas sociais que “Berthier apoiou a possibilidade de expressar livremente suas opiniões em um ambiente fora do mundo político” (Florence, 2013, p. 152), transformando em atividades por interesses específicos de pequenos grupos como minoria na estrutural social. Nessa corrente de Cantin e Cantin (2021, p. 47) relatam que

O nascimento da *Société* inaugurou, oficialmente, uma militância surda que atua em dois eixos precisos: a igualdade social e a defesa da língua de sinais. A partir desse momento, fato inédito, os próprios surdos lideraram a luta, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a especificidade da comunidade.

Cantin e Cantin (2021, p. 49) ressaltam que [...] Berthier escreveu vários livros e enviou numerosas cartas com objetivo de informar e combater os preconceitos da sociedade contra os surdos. Nesse sentido, ele questionou sobre a igualdade de direitos dos surdos na sociedade civil; por isso, utilizou o envio das cartas para pessoas compreenderem e conhecerem os sujeitos surdos no espaço social.

Todos os anos havia encontros chamados banquetes para surdos com diversas atividades alegres e animadas, em que os surdos sinalizavam e fortaleciam sua resistência e fortalecimento da língua de sinais francesa. As autoras Lage e Kelman (2021) encontraram e analisaram as Atas dos banquetes e os materiais jornalísticos franceses, escolhendo dentre estes os três imprescindíveis das expressões dos 14º (1847), 15º (1848) e 16º (1849) banquetes e apresentam cada expressão em:

- 14º Banquetes de 1847: “Monglave, em discurso usando nossa mímica, clamou a glória dos surdos-mudos professores e homens de letras, bacharéis, poetas, matemáticos, químicos, pintores, litógrafos, impressores, trabalhadores diversos, marinheiros e soldados” (LAGE e KELMAN, 2021, p. 136).

Nesse sentido, no nascimento do movimento surdo nos anos de 1838 e 1850, houve o crescimento dos profissionais surdos, tais como pintores, escultores e obras. Isso demonstrava que o surdo poderia realizar trabalhos como os ouvintes se existissem possibilidades. Almeida (2011, p. 163) menciona as atividades relacionadas com os trabalhadores surdos competentes que

“por ter conhecimento das barreiras realmente existentes no mercado de trabalho, especialmente em áreas como medicina, direito, engenharia, membros de grupos minoritários sentem-se desestimulados a estudar e a competir por vagas nessas profissões, pois já internalizaram os estereótipos que compõem a visão média da sociedade acerca do desempenho deles”.

O 15º Banquete de 1848 demonstra expressão de Lage e Kelman (2021, p.129) que relatam: *Pairou no ar uma confiança na democracia, na aplicação rigorosa das divisas da República: Liberdade, Igualdade e Fraternidade!*

Nesse sentido, os surdos franceses comemoravam essa expressão que demonstravam no seu entender a ser liberdade (significado cidadão), Igualdade (significado igual outras humanidades) e Fraternidade (significado laço entre os surdos europeus) na democracia da Europa.

A primeira expressão “Ferdinand Berthier! À República” mostra o papel do Berthier na militância surda, sua corajosa conquista serviu de exemplo no âmbito da política. O surgimento do movimento surdo com Berthier, as observações da inferioridade dos surdos na vida social fez com que o mesmo entendesse os desafios da situação política sob a Monarquia. Florence (2013, p. 154) que relata:

Berthier, portanto, deseja esclarecer os surdos, especialmente os mais pobres, por meio do ensino da língua de sinais e, em longo prazo, reduzir as desigualdades individuais de que sofrem. Entre 1838 e 1847, Ferdinand Berthier utilizou um meio de servir à causa dos surdos que correspondia bem à situação política e social do momento: um grupo de pressão. Sob um sistema de censura parlamentar, onde um pequeno número de pessoas supostamente representa toda a população, um único indivíduo não pode ser ouvido da classe dominante.

Neste período se torna realidade a visibilidade crescente da comunidade surda como elite na forma de educação. Berthier é o representante desta geração e da luta da constituição de um grupo surdo e o uso de língua de sinais nos ambientes públicos como a comunidade surda para a sociedade. Almeida (2011, p. 110) relata sobre o conceito de representatividade, “É sempre uma conquista, o resultado de anos de lutas políticas e de intensa elaboração intelectual dos movimentos sociais que conseguiram influenciar as instituições”.

A Carliez¹⁸ (2016) escreveu, ao traduzir em português o artigo francês, que se nomeiam primeiros banquetes dos surdos-mudos no surgimento do esporte silencioso 1834-1924 por uma história política das mobilizações coletivas dos surdos. Encontramos uma citação importante em (BENEVENUTO, 2013) que relata que

As línguas de sinais significam um elemento fundamental na existência social e política dos surdos e este culto foi desencadeado na origem do movimento para frear suas interdições. Estes acontecimentos são o esboço de uma mudança na história da educação dos surdos: eles deixam os bancos da escola e se tornam

¹⁸ Tradução: Maria Luizete Sobral Carliez, acesso ao link: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/3707/3834>

não somente profissionais de seu próprio ensino, mas também atores políticos.

É de suma importância o movimento surdo de sua língua própria na vida social. Montañó e Duriguetto (2011, p. 72) relatam que

Segundo Habermas, a linguagem e a cultura (não o trabalho) são os aspectos básicos, centrais, do mundo da vida. Nele operam-se os processos de reprodução cultural, integração social e socialização, correspondendo, segundo Habermas, à cultura, sociedade e subjetividade.

Boaventura (2016, p. 67) menciona que

A imprensa foi, também, um importante vetor de informação na difusão desses eventos e um instrumento político poderoso que manteve os surdos atentos. Lê-se, por exemplo, nos relatórios dos banquetes na imprensa surda: Boletim da Sociedade Universal dos Surdos-Mudos (banquetes de 1888-1889).

Conforme Panthéon (2019, p.13) relata sobre a ativista surda relacionada à imprensa pela Sociedade Universal dos Surdos-Mudos que

Um ativismo surdo surge em várias formas de resistência: disseminação da tradição dos banquetes nas províncias; criação artística e literária, publicação em diversos jornais - a imprensa muda de informação, mas também de compromisso político pelos direitos dos surdos, associações desportivas, etc.

Nos dias 6 a 11 de setembro de 1880, o Congresso Internacional de Educadores de Surdo em Milão, na Itália, os 256 participantes, e apenas 4 professores surdos participaram deste evento, nenhum intérprete de língua de sinais. Entre outros assuntos tratados, debateu-se sobre a metodologia de ensino aos surdos e há três modos de método tais como: língua de sinais, oralismo e gestual-oral. A proposta da organização do congresso foi Alexandre Graham Bell, conhecido pela invenção do telefone. Graham Bell influenciou fortemente o ensino da oralização para os alunos surdos, concordando com o alemão Heinicke. O papel de Graham Bell foi fundamental, pois sua esposa era surda e, com isso, o mesmo pesquisava para melhorar o nível de audição da mesma. Esse congresso discutiu muito até resolver votar pela obrigação do método oralismo, proibido uso da língua de sinais. Esse modelo educacional expandiu-se rapidamente para todo o país. Portanto, o discurso clínico, encoberto pelo progresso científico, persiste em querer “tratar” os surdos e fazê-los falar. O que ocasionou uma grande tensão na comunidade surda, pois estava havendo um retrocesso bem significativo, já que os surdos não poderiam mais usar a língua de sinais como primeira língua. Depois do Congresso do Milão em 1880, os funcionários e educadores surdos destas escolas foram demitidos nos vários países.

Com a morte do Bethier em 1886, com 83 anos de idade, os surdos sofrem um retrocesso. Retornam a serem considerados inferiores e o medo do domínio ouvinte cresce. A perda da credibilidade de profissionais abalam as estruturas; porém, esses mesmos profissionais formam a resistência surda, a qual perpetua a língua de sinais e fundam as associações com o objetivo de ter um lugar de referência para a instrução geral (não educativa e um lugar de representatividade).

“a comunidade surda parisiense, em particular, perdeu uma pessoa de alto nível que, principalmente, deixou um grande vazio que nunca foi preenchido. [...] com a decisão de proibir a língua de sinais nas escolas de surdos franceses, os professores perderam toda a credibilidade ao serem demitidos nos anos 1882-1987, fato esse que os enfraqueceu” (CANTIN e CANTIN, 2021, p. 58).

Berthier deixou como mensagem ao povo, de acordo com Bertin (2010, p. 166) que: “Nesta esperança, tenho a honra de oferecer a vocês, com minha perfeita consideração, os protestos de minha gratidão”. Nesse sentido, o surdo Berthier ofereceu as coisas positivas para a comunidade surda francesa e aos surdos europeus. Os surdos continuaram a levantar bandeiras e preservar as já erguidas em todos os países: direitos humanos dos surdos e as lutas que a defesa da língua de sinais no âmbito educacional, associativo e esportivo, demonstrando a força da união. Mais tarde, outros novos aspectos, tais como o trabalho, a saúde, entre outros foram agregados. O ativismo surdo, começado de maneira tão silenciosa, concretizou as bases e a vida pública e política do surdo, embora ainda com pouco conhecimento no sistema social, fortaleceu e movimentos foram feitos seguindo o modelo de Berthier, francês surdo.

No próximo item esclareceremos sobre as atividades esportivas, que foram executadas nos períodos anteriormente citados, mas não com tanta ênfase como em 1990. Portanto, o movimento associativo surdo criado por Berthier, no momento de sua morte, a comunidade surda europeia começou a fundar novas associações de surdos, com objetivo de organizar a resistência da língua de sinais e a luta de direito da cidadania. Nessa perspectiva, a associação de surdos contra a proposta do método oralismo, Heinicke e Bell eram ouvintismos e audismos; nesse sentido, a invisível da subjetividade da comunidade surda tem sua experiência e sua língua natural.

2.7. Movimento associativo surdo europeu a partir do ano 1900

Os surdos ampliaram essa mobilização coletiva, praticando atividades esportivas tais como: a primeira corrida amistosa de surdos em Paris-Versalhes e desenvolvimento

de competições de ciclismo para surdos em 1890; Primeiro campeonato francês de surdos desde 1900 e o surdo Eugéne Rubens-Alcais teve uma ideia de uma Federação Desportiva dos Surdos-Mudos da França em 1919. Impressionantemente, encontramos uma citação do site francês de Hypotheses¹⁹ que explica porque a competição de ciclismo para surdos é importante:

“Em seu livro Um Século de Ciclismo na Terra dos Surdos, onde explica claramente o fascínio dos surdos pelo ciclismo, principalmente na época em que sua carteira de habilitação era proibida por motivos médicos (1911, início da carteira de habilitação até 1959). Assim, a bicicleta representa uma liberdade de movimento, mas também de sucesso social, porque os rendimentos, em particular dos surdos, eram bastante baixos.”

Em 1924, a primeiro Olimpíada para surdos em Paris, antigo nome francês “Comité International des Sports Silencieux” traduzida em português: Comitê Internacional dos Jogos Silenciosos, foi fundado do surdo Eugéne Alcais, reunindo 9 países e 133 atletas surdos participaram nas sete modalidades: atletismo, ciclismo, saltos ornamentais, futebol tiro, natação e tênis. Desde 2000, adota-se o nome Surdolimpíadas até os dias de hoje.

Conforme Hypotheses (2012, s/n) relata sobre a relevância da história mundial dos surdos, pois dois pontos foram reconhecidos principais em sua época. Sua representação mostra as expectativas surdas sendo: “a liberdade, porque a bicicleta representa justamente um símbolo de rebelião diante dos obstáculos sociais à capacidade do surdo de ser autônomo” e “mídia atenciosa relaciona aos políticos pelas pessoas surdas no surdolimpíada”. Nesse sentido, a meritocracia dos surdos possui exatamente as mesmas condições sociais, econômicas e políticas que a sociedade viabilizou, os surdos iniciaram a organizar-se na estratificação social. Nessa corrente, a teoria weberiana busca o sentido da ação coletiva, a intencionalidade dos fenômenos e processos. As ações sociais são orientadas por fins e valores, baseadas na visão de mundo dos indivíduos, há um grande papel para valores dos indivíduos e grupos sociais, resultantes de motivações (GOHN, 2014).

Pode-se dizer que embora a França tenha se destacado na educação no esporte teve sua importância, porém não há registro após a surdolimpíada. Na última surdolimpíada realizada na sede de Estocolmo, na Suécia desde 1939, encontramos novas indicações na Alemanha quanto a segunda guerra mundial onde os surdos são chamados para

¹⁹ Acesso ao link <https://noetomalalie.hypotheses.org/109>

trabalharem nas fabricas, mas ainda em condições desiguais. Os registros dos alemães surdos são encontrados no site²⁰ alemão traduzido em português, relatando:

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, os soldados alemães foram necessários. Rapazes e homens surdos foram inicialmente isentos do serviço militar. Durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma escassez de trabalhadores qualificados na indústria porque os defensores estavam na frente. Portanto, até o fim da guerra, surdos eram usados para operar as máquinas. As viagens de visita e eventos sociais para surdos, como festivais esportivos, deixaram de acontecer a partir de 1942/43 devido ao caos das guerras e das deportações.

Brégain (2020, p. 22) relata que “durante o período entre guerras, as organizações intergovernamentais e as agências governamentais começam a se interessar pela causa de algumas categorias de pessoas com deficiência (cegos, deficientes de guerra, vítimas de acidentes de trabalho, simples de espírito, etc)”. Nesse sentido, os militantes participavam das guerras e ficaram feridos; por isso, deficientes buscam seus direitos humanos nas Organizações das Nações Unidas - ONU.

Com o término da Segunda Guerra Mundial criou as agências especializadas, tais como: OIT – Organização Internacional de Trabalho, OMS – Organização Mundial de Saúde e UNESCO – (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) “foi motivado pela necessidade de agilizar a assistência distribuída aos militares mutilados e a população europeia ferida pela guerra” (BRÉGAIN, 2020, p. 583) e desejam cuidar de pessoa com deficiência. A corrente do Brégain (2020, p. 27) relata que:

Agora, precisamente, no início dos anos cinquenta, especialistas internacionais elogiam a modernidade do programa internacional de reabilitação. Não é surpreendente, já que as grandes potências (Estados Unidos, França, Reino Unido, URSS) compartilham a mesma convicção neste momento – projetos de modernização econômica e social são necessárias, o que contribui para tornar a modernização um dos principais objetivos da ação de organizações intergovernamentais (Cooper, 2010, p.200).

Conforme Brégain (2020, p. 583) menciona “o objetivo do aspecto humanitário de sua intervenção escondia um objetivo político, o de impedir a propagação das reivindicações socialistas entre a população ferida”. Portanto, cada nação própria criou as normas jurídicas e configuradas institucionais. Segundo Brégain (2020, p. 29) o “conceito de internacionalização deve ser usado ética pública sobre a deficiência”. Essa perspectiva das políticas públicas nos países próprios baseia-se da ideia dos padrões internacionais

²⁰ Acesso ao link alemão: <https://www.taubwissen.de/content/index.php/geschichte/geoerlose-in-der-zeit-des-nationalsozialismus/2-weltkrieg-und-die-zeit-nach-1945/599-nazi2weltkriegunach1945.html>

por organizações intergovernamentais que são, por exemplo, ONU, OMS, OIT e UNESCO.

Paulus (2016, p. 96) relata sobre a primeira e a segunda guerras mundiais na Alemanha que a comunidade surda alemã viveu:

“Um dilema: de um lado, eles eram aceitos porque respondiam à ótica “normal”, às vezes ligada à Lei da Raça ariana (ideologia de raça nórdica dos nazistas: loiro, alto e com olhos azuis, raça pura) e podiam ser empregados; mas, por outro lado, os surdos não eram aceitos, pois os seus genes seriam defeituosos e, vistos pela mesma lei (Lex Zwichau), eram deficientes e teriam de ser eliminados geneticamente”.

Milhares de pessoas surdas foram submetidas à eugenia, à eutanásia, à esterilização, bem como a abortos forçados na expectativa de que as pessoas surdas fossem eliminadas em futuras gerações arianas (SPELLING e SILVA, 2019, p. 4). Aconteceu nisso, os nazistas aprovaram uma lei contra doenças hereditárias desde 1939 que não se passam aos filhos, porque evitariam a geração dos surdos. Segundo o site alemão de *VerbaVoice*²¹ traduzido em português que 15.000 surdos foram esterilizados à força.

O que aconteceu dentro da educação dos surdos alemã, de acordo com Paulus (2016, p. 96) cita que:

“oralismo era mais duro, os métodos de ensino da fala eram mais brutais (uma borracha na boca para treinar a fonema /r/, por exemplo) e os castigos para alunos surdos pelo uso de DGS²² eram muito graves e até mesmo violentos, aplicados pelos professores nazistas ouvintes”.

Portanto, sabe-se através de poucas informações que os surdos alemães são chamados para ajudar na economia industrial, e não há nenhum registro esportivo desta época. O retorno para surdolimpíada na cidade de Copenhagen, na Dinamarca desde 1949, e dez anos depois da segunda guerra mundial.

2.8. Retomada dos movimentos surdos na década de 60.

Conforme Destro (2020) relata que após o final da Segunda Guerra Mundial iniciou a internacionalização dos direitos humanos em que:

“A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), possibilitou a propagação do princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade, servindo de diretriz para leis internacionais

²¹ Site alemão: <https://www.verbavoice.de/blog/297-geschichte-der-gehoerlosenbildung>

²² Língua de Sinais Alemã chama-se Deutsche Geärdenssprache

e nacionais, abrindo caminho para a tutela da pessoa com deficiência” (Destro, p.19, 2020).

Portanto, vários países têm suas próprias constituições federais ou nacionais sobre os direitos sociais como democracias e constitucionalistas contemporâneas e têm suas leis alinhadas com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sendo assim, a criação das instituições no desenvolvimento de uma cultura jurídica *é o fato de que os direitos sociais entrariam em rota de colisão com os direitos civis e políticos* (ACCA, 2019, p.34) por meio das políticas públicas na diminuição da desigualdade social.

Em 1950, a comunidade surda participou da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Percebeu, após uma reflexão, a necessidade de se organizar. Dessa forma, surgiu, anos mais tarde, a Federação Mundial de Surdos – FWD (traduzido em inglês da sigla: World Federation of the Deaf). Sua fundação aconteceu no dia 23 de setembro de 1951 em Roma, Itália. Buscar o amplo direito de surdos do mundo todo que enfrentam barreiras para acesso total, igualdade de direitos humanos e participação nas decisões de formulação de políticas que os afetam. Frente a isso, tem, entre seus objetivos, garantir que os surdos em todos os países tenham o direito de preservar suas próprias línguas de sinais, organizações e atividades culturais. O mais importante entre as prioridades da WFD são os surdos nos países em desenvolvimento; o direito à língua gestual; à igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade, incluindo acesso à educação e informação.

Neste primeiro Congresso Mundial havia apenas delegados de 25 associações nacionais de surdos presentes. Hoje, há representação de 125 países em cinco continentes. Conforme citação do site de WFD²³ que explica sobre os membros importantes:

A WFD colabora com as Nações Unidas e suas agências desde o final dos anos 1950. Mais recentemente, a WFD foi fundamental na defesa e no desenvolvimento da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), que foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006 e entrou em vigor em 2008. A WFD continua ativamente envolvida na implementação da CDPD, monitorando e promovendo a sua ratificação pelos Estados Membros.

Essa relação entre direito e surdo é importante ser debatida e reconhecida para que se tenha na sociedade civil, a participação dos surdos em tratar dos mais variados assuntos: política, religião, artes, família, saúde, raça e outros nas relações sociais. É visto as normas jurídicas, segundo Almeida (2011, p. 131) menciona que

²³ Acesso ao link: <https://wfdeaf.org/>

A vida, a liberdade, a igualdade e a propriedade são valores que devem ser cultivados por toda a humanidade e, mesmo que não estejam positivados – expressamente amparados por numa norma jurídica emanada por autoridade instituída, devem ser protegidos...

Na década de 60 é o começo dos países europeus liberais-democratas “na parte de política estatal como dos movimentos culturais” (Honneth, 2015, p. 402); nesse sentido, a mudança social relacionada com a liberdade jurídica. Por isso, o direito garantindo à saúde, ao trabalho, à segurança, entre outros, na esfera socioeconômica que é a expressão institucional em movimentos políticos e atividades jurídicas.

Honneth (2015) explica que é o início da política social de Estado, atenção de formas medidas pelo mercado da liberdade social; por isso, é a forma de direitos de interlocução dos consumidores para interesse das empresas; a partir daí, surgiu a produção capitalista nos países europeus nessa década de 60. Nessa corrente, Honneth (2015, p. 409) relata que:

[...], o discurso jurídico fortalecia de maneira notável a autoridade dos poderes governamentais que monitoravam cartéis e monopólios, tornando possível um controle do comportamento mercadológico das grandes empresas quanto a políticas de preços, concepção de produtos e técnicas de propaganda.

Percebe-se, nas décadas de 70 e 80, o início dos movimentos de cidadania conhecidos como o Novo Movimento Social e representa a participação da minoria na política e no social, tendo como objetivo de desenvolvimentos na esfera da sociedade civil democrática. De acordo com Panthéon (2019, p. 13) relata sobre retormada dos movimentos surdos que:

Movimentos minoritários na década de 1960 reivindicando liberdades civis na Europa e nos Estados Unidos também ressoam com a comunidade surda. Essa nova forma de ativismo reivindicando o direito à diferença desencadeou o Réveil Sourd na França na década de 1970. A autoconsciência e a expressão de um modo de ser / existir surdo reivindicam o reconhecimento da língua de sinais - fundamento da cultura surda - que é indissociável da promoção do surdo na sociedade (Panthéon, 2019, p. 13).

Este movimento significativo contribuiu para o surgimento de novos olhares sobre a problemática; por exemplo, o grupo minoritário luta por seus direitos na sociedade contemporânea e viabiliza sua luta por reconhecimento.

Conforme DHES (2014, p. 78) relata sobre a discriminação das pessoas com deficiências:

[...] tenhamos a exata compreensão da discriminação que sofrem as pessoas com deficiência, vamos discutir alguns fenômenos que dão origem ao comportamento discriminatório, e que se situam no âmbito das relações sociais, mas que estão, antes de sua exteriorização, fora do ambiente próprio das normas jurídicas.

De acordo com Mally (1993), os alemães surdos se escondiam silenciosamente nos períodos de 1945 a 1975, porque tinham medo dos nazistas. Em meados de 1980, os surdos alemães perceberam o valor da sua língua de sinais e, mais tarde, a DGS foi reconhecida pela lei em 1 de maio de 2002 no Código dos Direitos das Pessoas com Deficiência em geral, a “Lei de Igualdade das Pessoas Deficientes” (PAULUS, 2016).

Entre 1956 e 1985, os surdos europeus buscaram o espaço na sociedade e a luta das diversas atividades tais como: cursos de língua de sinais, pesquisa linguística, criação de dicionários, produção de fitas de vídeo e filmes em LSF, teatro, centro cultural, os estudos de sinais na televisão, crescente interesse da mídia, entre outros, nas transformações sociais e econômicas, além dos movimentos sociais surdos no sistema jurídico, produzindo mudanças importantes em relação ao tratamento da questão social.

Nessa retrospectiva histórica do movimento social e as articulações das instituições políticas em busca pelo reconhecimento do lugar da comunidade surda francesa nas lutas sociais como reconhecimento social e fazer cultural que se desdobra em políticas culturais como, por exemplo, o respeito de valorização da língua de sinais na qualidade de vida cultural como reconhecimento cultural. Essa teoria de reconhecimento e sua interferência na construção da cidadania refletindo diretamente na sua inclusão social.

Não somente as mobilizações e movimentos sociais surdos europeus durante o mesmo período, também outros países da América, África, Ásia e Oceania, pois tinham sua história das associações de surdos e filiam-se com a WFD. Nesse contexto de fenômeno social e político diferente em cada país próprio que se apresentam novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos *como discursiva da formação democrática da vontade de um povo* (Honneth, 2015, p. 502). Nesse sentido, cada identidade e diferença como mulheres, índios, negros, pobres, surdos em geral, são importantes num amplo processo de institucionalização de uma vida pública nacional.

2.8. Novos Movimentos Sociais Surdos no Mundo

A partir dos anos de 1960-1970, apareceu o chamado Novos Movimentos Sociais – NMS, na Europa. Este movimento destacava que as novas ações abriam espaços sociais e culturais; por isso, os movimentos no contexto das mudanças sociais. Demonstrar sua definição é articular com as demandas e lutas e colocar no cenário político temas como as questões de gênero, de raça, de etnia, de religião, de sexualidade e de ecologia,

referentes às esferas da reprodução social – os bens de consumo coletivo: saúde, educação, transporte, moradia, etc. Apresentar a compreensão que o conceito das demandas dos NMS pela política, conforme os autores Montão e Duriguetto (2011, p. 266) mencionam que

O fato de terem sua dimensão política reduzida aos limites de seus horizontes imediatos de interesses locais ou singulares acabou por retirar deles a perspectiva de inserção no quadro da realidade econômica, social e política maior e da luta de classes.

O pensamento do francês Touraine refletiu outra definição de NMS, que seria as ações sociais localizadas que promovem as mudanças e o desenvolvimento histórico, não mais as classes, não mais as lutas de classes. Qualquer possibilidade de articulação das políticas públicas que o grupo dos cidadãos (diversas étnicas, raças, diversidades e outros) participava de diversos movimentos, significativa de bem à defesa da coletividade; isto é, são direitos coletivos à vida social. Essa definição combina com as relações sociais surdas, pois a experiência social e cultural representa a política e os discursos ideológicos.

Nessa corrente teórica de reconhecimento social com o sociólogo alemão Axel Honneth e a forma de reconhecimento de Hegel (amor, direito e solidariedade) significa bem que a comunidade surda e ouvinte, familiares, intérpretes, atores políticos e outros uniram força à luta junta pela cidadania surda nos movimentos sociais. Esse sentimento de injustiça passa a ter relevância política.

Os novos movimentos surdos assumiram um decisivo protagonismo político no campo do direito, como forma de militância surda, com objetivo das lutas contra a desigualdade no campo jurídico a fim de garantir a cidadania aos grupos minoritários. De acordo com Almeida (2011, p. 198) no tocante aos grupos sociais que a sociologia denomina de minorias. Assim, chega-se a duas conclusões:

1 - A identificação de um grupo social minoritário deve levar em conta as peculiaridades de cada formação social, uma vez que a dinâmica do processo discriminatório vincula-se à lógica da economia e da política.

2- A discriminação só se torna sistemática se forem reproduzidas as condições sociopolíticas que naturalizem a desigualdade de tratamento oferecido a indivíduos pertencentes a grupos minoritários [...].

Essa teoria de novos movimentos sociais combina com os surdos, pois criaram muitas instituições em parceria com organizações civis, como ONG – organizações não governamentais, que desempenham o papel de mediadores; por exemplo, as associações de surdos, federações, confederações e entre outros, na forma de políticas públicas. Em

1917, a Associação Francesa e Estrangeira de Surdos foi uma ONG nas fronteiras nacionais, mas não atingiu ser uma organização internacional. Brégain (2020, p. 104) menciona que

Os líderes dessas ONGs às vezes colaboravam para organizar alguns congressos, como o 4º Congresso Internacional de Paris (1931). Este congresso foi presidido por Henri Laufer, presidente da Associação Francesa e Estrangeira de Surdos, e o secretário do Congresso não foi outro se não Eugène Rubens-Alcais. Eles organizaram outros congressos internacionais durante o período entre guerras (Ligere, 1924; Praga, 1928; Argel, 1930; Liège, 1930; Buffalo, 1930; Paris, 1937), mas esses congressos eram espaços para debates mais nacionais.

Nessa corrente, a teoria de sociólogo norte-americano Charles Tilly (1978), segundo Gohn (2014, p. 31) menciona e:

“se diferencia um pouco deste grupo por sua abordagem histórica, preocupada com os ciclos de protesto que os movimentos constroem, mas ele também acentua o aspecto da institucionalização das práticas sociais”.

Até os dias de hoje, a comunidade surda continua sua luta de direitos civis e políticos nos novos movimentos sociais, pois ainda está na sociedade desigual; portanto, a busca ampla dos direitos pelo sistema jurídico na vida social e o crescimento das institucionalizações surdos nas esferas municipais, estaduais e federais.

2.9. Resumo geral da estrutura social das pessoas surdas na história

Neste item, pretende-se apresentar um resumo geral sobre a visão da estrutura social das pessoas surdas nas ordens do período da história nos pontos reconhecimentos movimentos. O combate às desigualdades sociais e a estratificação social para os surdos acontecem igual a outras minorias como os negros, gêneros, raças e na pirâmide social como baixa, média e alta.

Quadro 1: Estrutura social do surdo na história

Idade Antiga 4.000 a.C.. a 476 d.C	Idade Média 476 d.C. a 1453	Idade Moderna 1453 a 1789	Idade contemporânea 1789 a hoje
Excluídos da sociedade na hierarquização	Excluídos da sociedade na hierarquização	Colocação no sistema social, mas continua sociedade desigual	Colocação no sistema social, mas continua sociedade desigual
Desumanização	Desumanização	Humanização	Direito e Surdo
Nenhuma	Nenhuma	Religião e Política	Sociopolítica

Fonte: Krause, 2021.

O quadro anteriormente visualizado apresenta um resumo da teoria da evolução nos séculos. Percebe-se que na idade antiga e média aparece a exclusão social, pois os surdos eram considerados doentes, loucos, anormais, incapazes e etc. A idade moderna busca de humanização no campo religioso que os monges e padres protegiam os surdos na base educação como humanização. Mais tarde, o reconhecimento do L'Épée ensinava os surdos na valorização da língua de sinais pelo início de movimento educativo nesse período da religião e da política. Na Idade contemporânea, o ativista Berthier era marco histórico do movimento associativo pela comunidade surda francesa; por isso, as conquistas de seus direitos dos Surdos. Ele espalhou e ganhou notoriedade por toda Europa, viabilizado por Berthier e com a ascensão do nacionalismo, a solidariedade e a unificação surda para além das fronteiras para concretizar o movimento surdo e seus caminhos a reivindicações aos governos até os dias de hoje em todo o mundo como as práticas sociais e políticas; dessa forma, sua visão sociopolítica.

As pessoas surdas do mundo continuam a lutar por *status* jurídico que é a necessidade vital das camadas sociais que compõem as minorias; nesse sentido, entendidas como as que estão à margem da sociedade tida dentro dos padrões de normalidade (NOVAES, 2014). Nesse sentido, essa relação com o jurídico e o político pela sociedade chamada sociopolítica, é o que o surdo está reivindicando. As demandas pelos interesses políticos apoiados para fazer a legislação pelo direito que é compreender as posições sociais nesta perspectiva da teoria de reconhecimento recíproco. Por exemplo, no Brasil há muitas conquistas da comunidade surda tais como moradia, saúde, educação, trabalho, previdência social, e outros; estão as três de modos na pirâmide social (alta, média e baixa), pois elas dependem de cada país em que os direitos civis de surdos são diferentes.

Em qualquer período histórico, a experiência da surdez é (re)configurada por um sem-fim de fatores. Os fatos descritos aqui, ou em outros históricos sobre a surdez, não seguem uma linha harmônica, estável, descolada dos acontecimentos de fundo em que se dão: ao contrário, são resultados de conflitos, lutas e contradições; produzem e são produzidos pelos momentos históricos em que estão ancorados. Como qualquer luta social, de minoria, eles são norteados e olhados por interesses de classe, relações de poder, políticas de Estado e formações discursivas específicas.

Por que nós surdos continuamos a lutar? Não estamos na vida social 100%? Então, ainda estamos na sociedade desigual; assim, o Direito de Igualdade deve ser analisado

com vistas a uma perspectiva ampla, mas o campo jurídico existente num tratamento desigual, segundo Novaes (2014, p. 33)

Assim a relação entre o *descripen* e a igualdade que se pretende alcançar justiça a discriminação positiva em favor de determinados grupos “minoritários”, com vistas à efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Nesse sentido, sobre o tratamento desigual pelo campo jurídico demonstra as legislações bonitas, mas não prática em realidade. Um exemplo do Brasil, atualmente, a 19 anos da Lei de Libras, algumas cidades não apresentam que acessibilidade para as pessoas surdas nas repartições públicas e privadas; por isso, ainda faltam as informações, sendo considerado como discriminação, pois mesmo havendo leis ainda há resistência da sociedade de aceitar a inclusão social do surdo.

Essa teoria social é de suma relevância sob o olhar de sociabilização para compreender os estudos sociais e políticos que se relacionam com as várias pessoas (negras, mulheres, surdas, japonesas, pessoas com deficiências, entre outros) relacionadas aos movimentos sociais pelo direito em todo o mundo.

Velho (1981, p. 75) explica sobre os “grupos de status privilégio” que o sociólogo Weber sugere três dimensões: classe, status e partido. Nesse estudo da estratificação social para a comunidade surda no âmbito da sociologia foca com status no contexto atual de relações sociais surdos que lutam por seus direitos, cujas reivindicações por estima social como reconhecimento social, por isso o status jurídico da comunidade surda.

De acordo com Pastore e Valle Silva (2000), a mudança que prepara a base para construção de uma estrutura de sociedade relacionada ao fenômeno de estratificação refere-se ao grupo de surdos colocando no sistema de estratificação social.

Infelizmente, a herança da discriminação ainda é até os dias de hoje e o ponto de vista do poder político e de dinheiro, também a cultura tradicionalmente. A importância da teoria social de sociologia apresentar que a prática da sociedade em realidade e a visão da nova configuração dos agrupamentos sociais humanos para compreender as pessoas surdas inserem na inclusão social, por isso a aceitação da sociedade contemporânea encontra resistência dos movimentos.

Essa justiça política apresenta a eticidade democrática nas teorias de liberdade para compreender as oportunidades de inclusão de cada membro da sociedade no processo democrático e em igualdade de direitos e relações com as lutas sociais surdas podem ser institucionalizados nos âmbitos das relações econômicas, culturais e políticas.

No próximo capítulo da tese apresenta-se a trajetória histórica dos movimentos e organizações surdas na América do Sul dos cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai) nas lutas pelo reconhecimento, com objetivo de gerar mudanças sociais por meio de embate político, dentro da sociedade contemporânea e suas ideias de luta por direitos dos surdos relacionam as garantias jurídicas, a autolegislação democrática e o Estado de direitos nestes países.

3. ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS NOS PAÍSES SUL-AMERICANOS

Neste capítulo, apresenta-se uma retrospectiva histórica das relações dos movimentos sociais, as lutas e as conquistas dos cidadãos surdos sulamericanos, a cultura política do nacionalismo, e a visão histórico-cultural da fronteira dos países nos rumos da América do Sul. O surgimento dos movimentos sociais surdos sul-americanos trouxe consigo as influências europeias como os modelos de associação e de educação, usadas como política cultural da comunidade surda Europeia. Mais tarde, os diversos programas sociais e políticas também foram trazidos, discutidos pelos próprios surdos nos encontros esportivos e educacionais, em que trocavam informações, ideias,... que até os dias de hoje ocorre este procedimento de trocas de informações. Percebe-se a concepção bidimensional (conhecimento e distribuição) da injustiça social para as reivindicações de aspectos fundamentais: fenomenologia das experiências sociais e políticas.

Para enriquecer o conhecimento e entender mais claramente como acontece a concepção bidimensional se faz necessário a pesquisa e a coleta de informações sobre novas políticas culturais e sociais neste caso, na comunidade surda considerando as transformações sociais, tecnológicas e políticas através dos séculos, para compreender a influência do embate político e do movimento social surdo.

Neste trabalho, os pensamentos de Axel Honneth, baseados na teoria de reconhecimento de como as lutas por reconhecimento, e de Nancy Fraser, para utilizar a base teórica sobre as injustiças sociais e desigualdades socioeconômicos na prática da política cultural como as lutas por redistribuição serão abordadas como a questão da comunidade surda nas esferas de ação institucionalizadas.

Honneth aponta três possibilidades do reconhecimento, retomadas da teoria hegeliana: de autoconfiança, de autorrespeito e de autoestima. Elas nos servem para pensar o que faz de nós surdos cidadãos para construir o conteúdo dado do amor, do direito e da solidariedade na importância social das Libras na sociedade, em uma visão interacionista, humanística e jurídica, assim como sua cultura (NOVAES, 2014).

A maioria das crianças surdas cresce e aprende sua língua materna - Libras na educação bilíngue e na família. Depois, adquirem o modelo adulto surdo. Segundo Honneth (2017, p. 194), a criança adquire a confiança para manifestar espontaneamente suas carências mediante a experiência contínua da dedicação materna. Já o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber sua ação como uma manifestação da própria autonomia, respeitada por todos, e outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico. Nesse sentido, é construída sua identidade e cultura surda; por isso, sua autoconfiança de ser surdo inato, após ação coletiva de um grupo surdo com objetivo de alcançar mudanças sociais por meio do embate político e a importância para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e reivindicação.

Nós, surdos, temos experiências do cuidado com o outro por meio da luta pelo direito à igualdade da comunidade surda, no sentido do reconhecimento de sua língua, de sua identidade, de sua cultura e meio de comunicação específico: a Língua Brasileira de Sinais. Por isso, temos possibilidade de fortalecimento da autoestima na construção da cidadania surda e na dignidade humana como reconhecimento.

Destaca-se a importância do reconhecimento da identidade cultural surda relacionada com a defesa de língua de sinais pelos movimentos sociais surdos. Strobel (2008) ressalta que quando se fala em cultura surda está em jogo comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e preenchem as comunidades surdas. É fundamental olharmos para a identidade cultural surda dentro de um contexto multicultural.

[...] as identidades surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a que estão sujeitas, face à presença do poder ouvintista que lhes impõem regras, inclusive, encontrando no estereótipo surdo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo. (PERLIN, 1998, p. 52).

Conforme Honneth (2017), devemos compreender o respeito social e valor de um indivíduo, na medida em que esse se mede intersubjetivamente como forma de reconhecimento da comunidade de valores. Nesse sentido, nossa comunidade surda sempre está procurando viabilizar nossos direitos políticos e sociais, lutando para ter direito à acessibilidade como inclusão social do surdo e *status* jurídico de cidadão, obtido por luta social frente a instituições privadas e públicas. (NOVAES, 2014, p.12).

Honneth (2017) ressalta que, na sociedade moderna, partindo de um ponto de vista de uma ampliação das normas jurídicas relacionadas com as diferenças sociais de classe, deu-se um processo gerido de ampliação de direitos individuais, fundamentais nos direitos

políticos de participação e nos direitos sociais de bem-estar de seus cidadãos. Esses direitos são uma forma de coletividade política e de alcance social do *status* de uma pessoa de direito como “reconhecimento jurídico se encontra com a conquista do autorrespeito” (HONNETH, 2017, p. 195).

As relações jurídicas geram autorrespeito: “consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2017, p. 195). Nesse sentido, os dois mundos (o dos surdos e o dos ouvintes) trocam seus respeitos e interações sociais e culturais em principalmente três pautas de amor, eticidade e solidariedade. Por exemplo, cita-se o movimento social dos surdos “Setembro Azul”, que é uma mobilização realizada anualmente no mês de setembro, e criada para celebrar as inúmeras conquistas da Comunidade Surda no Brasil, direitos adquiridos a partir de muita luta e de mobilização. A comunidade ouvinte, sensibilizada, sempre apoia a comunidade surda que, por meio de atividades promovidas pelas associações e instituições que desenvolvem algum tipo de trabalho com os surdos, tem o objetivo de levantar uma reflexão sobre o lugar social que os surdos possuem e como garantir do Estado uma cidadania digna e plena.

É de conhecimento geral que, infelizmente, ocorrem desigualdades relacionadas às inúmeras diversidades culturais, no âmbito social e político, mas a diversidade busca do Estado Democrático de Direito um novo paradigma jurídico, cujo olhar encontra-se na garantia da dignidade da pessoa humana para promover a igualdade de oportunidades e do enaltecimento das minorias como reconhecimento da diferença e, principalmente, a eticidade na relação, como a teoria hegeliana relata:

[...] o direito moderno representa um médium de reconhecimento que expressa propriedades universais de sujeitos humanos de maneira diferenciadora, aquela segunda forma de reconhecimento requer um médium social que deve expressar as diferenças de propriedade entre sujeitos humanos universais, isto é, intersubjetivamente vinculante. (HONNETH, 2017, p. 199)

Segundo Bucci (2006, p.38-39), políticas públicas “são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e às atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinadas”. Complementa que “deve visar à realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários a sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento dos resultados”. De acordo com Destro (2020, p.124) “a colocação da pessoa com deficiência de maneira igualitária na

sociedade passa pelo respeito e aceitação dos atores sociais”. Nesse sentido, os atores sociais surdos participam das políticas públicas abrangidas em áreas como a educação, saúde, arte, cultura, direitos humanos, moradia, segurança, transporte e meio ambiente. Essas áreas são trabalhadas por intermédio dos agentes políticos que representam a população, tanto na esfera do governo como do Estado. Destro (2020, p. 112) relata sobre a implementação de políticas públicas em que

“A responsabilidade do Estado pode ser verificada em vários aspectos, destacando-se para o presente estudo a responsabilidade de legislar (Poder Legislativo), de implementar políticas públicas (Poder Executivo), de exigir o cumprimento das leis e demais normativas inclusivas (Poder Judiciário), de fiscalizar seus órgãos e a sociedade civil, bem como de se garantir a educação em direitos humanos, destacando-se a temática da pessoa com deficiência. A atuação deficitária em uma dessas frentes será suficiente para inviabilizar efetivação do direito à acessibilidade, refletindo na cidadania e na inclusão social”.

O Estado Democrático de Direito enfrenta o pedido de direito moderno em que o direito universal se expressa; conseqüentemente, a perspectiva das instituições sociais e das políticas nos países sul-americanos formam as injustiças sociais nessa corrente da autora Fraser (2002, p.11) de sua teoria sobre a distribuição e redistribuição que:

Do ponto de vista **distributivo**, a injustiça surge na forma de desigualdades semelhantes às da classe, baseadas na estrutura econômica da sociedade. Aqui, a quintessência da injustiça é a má distribuição, sem sentido lato, englobando não só a desigualdade de rendimentos, mas também a exploração, a privação e a marginalização ou exclusão dos mercados de trabalho. Conseqüentemente, o remédio está na **redistribuição**, também entendida em sentido lato, abrangendo não só a transferência de rendimentos, mas também a reorganização da divisão do trabalho, a transformação da estrutura da posse da propriedade e a democratização dos processos através dos quais se tomam decisões relativas ao investimento.

Para mostrar a conceituação de reconhecimento, de distribuição e de redistribuição relação com a sociedade contemporânea aos critérios de justiça social no sistema de normas de ação para entender melhor:

- **Reconhecimento (Honneth):** as lutas sociais são superações da subordinação; por isso, corrigir as injustiças sociais culturais, como a humilhação, o desrespeito e a negação de direitos a pessoas de grupos. Essa forma de subordinação nas hierarquias institucionalizadas de valor cultural é o sentido da luta por igualdade jurídica para a vida social significada e o reconhecimento de uma humanidade.

- **Distribuição (Fraser):** a injustiça nasce na forma de desigualdades similares às

de classe, baseadas na estrutura econômica da sociedade. Fraser (2006) explica que a perspectiva de dualismo (reconhecimento e distribuição), a interpretação da cultura e economia nas sociedades e institucionalizações relacionadas aos problemas políticos-morais para entender a significado reconhecimento cultural, pois a falta de respeito social nesse contexto fenomenológico ocorre nos âmbitos jurídicos, políticos e culturais.

- **Redistribuição (Fraser):** é o sentido de reorganização da instituição social e política como a transformação da estrutura e consolidação da justiça social. Por exemplo, os grupos minoritários ficaram excluídos da sociedade, geralmente ligados a preconceito de cor, classe social, gênero e pessoas com deficiência.

Nesta pesquisa de justiça social da comunidade surda como minoria com enfoques nas práticas políticas e públicas na perspectiva institucional, tem como objetivo da análise institucional política comparada pela mobilização em cada país e apresenta que em sua história e cultura nos processos políticos observáveis [...] “como direito fundamental constitucional a ser tutelado pelo Estado e viabilizado pela sociedade”; portanto, “ainda se verifica a problemática do descumprimento dos dispositivos legais (internacionais e internos), pois vivemos uma crise de efetividade dos direitos” na Constituição Cidadã (Brasil) para parcela surda (Destro, 2020, p. 20).

Nas palavras de Pinsky (2016, p. 09) sobre a cidadania que é chave para a inclusão e para exercício da vida digna que

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos políticos e civis não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

A evolução do conceito de Cidadania e os termos diferentes nas fases de transformações sociais, políticas e culturais que ocorrem ao longo da história (surgimento do latim até os dias de hoje), encontramos um termo utilizado “Cidadania ativa” para a comunidade surda contemporânea, pois é a fase das mobilizações sociais em torno da conquista de direitos. Farias (2019, p. 22) apresenta o conceito da cidadania ativa por autora Benevides (1994) que

“O indivíduo não só se reconhece como portador de direitos, mas como um agente social por meio do qual novos direitos poderão ser alcançados e, por isso, luta por novos espaços de participação onde suas demandas possam ser expostas e atendidas. Nesse sentido, os movimentos sociais representam uma forma de exercício e

expressão dessa cidadania ativa, dado a sua predisposição em envolver-se nos problemas sociais para buscar solucioná-los”.

De acordo com a equipe editorial de Conceitos (2014), a definição de Cidadania ativa “se aplica a todas as pessoas que integram e se comprometem com a comunidade. Isto é, o cidadão ativo se encontra absolutamente envolvido em todos os assuntos que correspondem à comunidade em que vive e participa” e “além de conhecer seus direitos e deveres, praticam valores como solidariedade e tolerância e estão dispostos a agir para superação dos desafios de suas comunidades”.

A Comunidade surda é uma CIDADANIA ATIVA que institui a cidadã como usuária de direitos e deveres e, principalmente, participante da esfera pública como a inclusão social buscando novos direitos para abrir espaços de participação como uma cidadania ampliada. Nesse sentido, os sujeitos surdos continuam fazendo suas reivindicações, transformação e controle sobre o poder ou os poderes.

Dessa forma, a importância dos movimentos sociais surdos sulamericanos para a construção da cidadania e tem com a comunidade política para a formação de uma sociedade democrática ao tentarem possibilitar a inserção social do Surdo na sociedade de direitos. Estes fatos relacionados aos autores Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), a ação dos movimentos sociais é de suma importância para a abertura desses novos espaços de participação e até mesmo no sentido de amplificar a democracia na América Latina através da política cultural praticada por eles. Essa política cultural é praticada com o objetivo de dar uma nova ressignificação ao termo político, como também a quem determina as normas do jogo político. O termo "política cultural" é entendido, segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), como a atuação de grupos formados por diferentes contextos culturais que entram em conflito (FARIAS, 2019, p. 23).

De acordo com Destro (2020, p. 57) a “grande importância para o reconhecimento intersubjetivo do processo de formação da cidadania, pois esta concede ao indivíduo mecanismos de consciência política e de titularidade de direitos, capaz de habilitá-lo para lutar por direitos e por reconhecimento em caso de desrespeito”. Nesse sentido, a construção da cidadania: a implementação das políticas e do direito à acessibilidade para comunidade surda na vivência dos valores democráticos.

Novaes (2014) destaca a necessidade de convencer e converter a sociedade, bem como as autoridades, requerendo muito mais que decretos, normas e leis produzidas, muitas vezes, em gabinetes totalmente alheios a uma dura realidade enfrentada por cidadãos brindados pela natureza com uma linguagem especial, tal como as pessoas surdas.

A seguir, apresenta-se uma reflexão sobre como se deram essas lutas por reconhecimento e lutas por redistribuição dos movimentos surdos nos países sulamericanos na luta social, a busca e o reconhecimento dos direitos na vida pública democrática como liberdade social.

A forma de lutas por redistribuição relacionada à política cultural para reorganização da sociedade, nos movimentos sociais surdos, segundo Fraser (2010), as reivindicações por reconhecimento têm por objetivo a eliminação da condição de subordinação para promover a igualdade de *status* entre os indivíduos, identificados como membros integrais na interação social.

[...] os padrões institucionalizados de valor cultural experimam igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social. Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características a elas associadas. Portanto, excluem-se padrões institucionalizados de valor que negam a alguns o estatuto de parceiros plenos nas interações – quer ao imputar-lhes a carga de uma “diferença” excessiva, quer ao não reconhecer a sua particularidade. (Fraser, 2002, p.13).

A comunidade surda caracteriza a construção de uma identidade coletiva dos movimentos como os atores sociais surdos, sendo que, segundo Szwako e Dowbor (2017, p.4), “o caráter cultural-identitário é o traço caro aos Novos Movimentos Sociais”. Essas não são realidades internamente homogêneas ou pacíficas; sendo assim, resultado de trocas, negociações, decisões e conflitos. Uma relação de luta comum desenha-se no dia a dia: a luta pelo reconhecimento da surdez como diferença e o valor da comunicação para as pessoas surdas na vida social dos cidadãos. Por isso, essa identidade coletiva de surdos deu significado às ações coletivas do movimento.

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante. (SKLIAR, 2005, p. 6)

Conforme Brégain (2020), sua análise sobre as mobilizações associativas em tempos de ditadura no século XX, relação com a orientação das políticas públicas da pessoa com deficiência nas configurações políticas e modificação relação de poder político em três países (Argentina, Brasil e Espanha) que os intercâmbios culturais transnacionais que contribuem para a transformação das políticas nacionais.

As transformações de trajetórias políticas nacionais para públicos deficientes na fase de regime militar que, ao final de década de 60, a ideia dos direitos das pessoas com

deficiência foi generalizada nos discursos das organizações intergovernamentais e ONGs; por isso, os direitos humanos, esses discursos e movimentos sociais e dimensões, por exemplo, de gênero, de deficiência, de etnia, etc.

Neste trabalho da tese foco com cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) que desenvolveram as políticas sociais para proteger a comunidade surda sobre o exercício da cidadania. Brégain (2020, p. 256) relata que

Nesse período (1967-1983), as ONGs destacaram a necessidade de adotar instrumentos jurídicos internacionalmente vinculantes, bem como a legislação em nível nacional, para proteger os direitos das todas as pessoas com deficiência e assegurar a organização de serviços necessários para usufruí-los.

As associações de surdos nos países sulamericanos são ONGs, pois a comunidade surda lutou por reconhecimento com as conquistas de seus direitos nas políticas públicas. As instituições representativas surdas como FENEIS (Brasil), CAS (Argentina), ASUR (Uruguai), CONSORVEN (Venezuela) filiam-se com *WFD – World Federation of the Deaf* traduzido em português: Federação Mundial de Surdos, é a representação dos surdos nos diferentes países que essa federação (WFD) agrega com ONU, OMS, OIT e UNESCO. Realizou-se uma comparação sobre a retrospectiva dos movimentos sociais surdos de alguns países sulamericanos nas lutas pelo reconhecimento, com objetivo de gerar mudanças sociais por meio do embate político, dentro da sociedade contemporânea e seus ideais de luta por direitos dos surdos. Percebe-se que os movimentos sociais surdos iniciam seus movimentos embasados na educação e a associação são alicerces da política. Segundo Perlin (1998, p. 71):

Para o movimento surdo, contam as instâncias que afirmam a busca do direito do indivíduo surdo ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem estar social.

O estudo das ciências sociais e políticas busca a característica da prática política da época sobre a democracia que aconteceu na década de 1980. O início de cidadãos modernos, assim como o novo sistema democrático no processo de institucionalização que o governo de transição como transformação estrutural, e a construção de uma nova cultura política como novo cidadão com o objetivo de espaço público e privado e ao desenhar a imagem de um novo sujeito moderno e democrático na América Latina. Portanto, a abertura da atividade política à realização das primeiras eleições pós-ditaduras, e as ditaduras militares no cenário da América Latina dos anos 1960 a 1980,

relacionados com os cinco países sulamericanos: Argentina (1976-1983), Brasil (1964-1985), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1984) e Venezuela (1958-1983).

Zoppi-Fontana (2014) explica a temática de modernização que as campanhas eleitorais de pós-ditaduras representam um lugar da sociedade, transformar as relações sociais reformulando a demanda social como prática social nos meados de 1980. Por isso, novo cidadão (civil e político) na alteração do sistema político, essa é a ideologia política. Nessa corrente de mesma autora (2014, p. 214) menciona que

“...como um sistema moderno de valores e regras de jogos a serem interiorizados por cada um dos cidadãos. Uma qualidade de ser democrático, que constitui os cidadãos em sujeitos democráticos. Isso exige, segundo o DAL, uma mudança radical da mentalidade coletiva; mudança que, como vimos, consiste principalmente em a modernização das formas de pensar e fazer política”.

Como organização entre social e política no discurso sobre a democracia e a modernização, de acordo com a Zoppi-Fontana (2014, p. 159) cita

“...a construção desse imaginário político produzindo um deslizamento na caracterização das demandas sociais, que deixem de ser formuladas como questões da ordem do político (a questão de uma base mais ampla de participação efetiva da cidadania nas decisões do Estado) e da ordem do econômico (distribuição de renda mais equitativa, recuperação de nível salarial e de emprego, queda da inflação), para serem reelaborados/reinterpretados como questões da ordem cultural”.

Zoppi-Fontana (2014, p. 157) apresenta que “os cidadãos recuperam o exercício de seus direitos políticos e, com algumas diferenças, dependendo país, realizaram-se eleições gerais que instauraram a ordem institucional e instituíram os novos governos democráticos”, esse significado que *política do líder para o povo* (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 203). Para compreender a representação política que é um representante da sociedade e assumir o cargo de responsabilidade de governo segundo Zoppi-Fontana (2014, p. 204) “o discurso de modernização produzida a separação definitiva da língua do saber político em relação à língua legítima do povo, impondo os processos de metáfora política como mecanismos de representação/interpelação política”.

A relação com os sujeitos cidadãos surdos sulamericanos procura a ampliação da cidadania, não só cidadãos modernos, mas sempre processo de construção para cidadania na época histórica humana até os dias de hoje. Mas esses cidadãos modernos, a visão de vida política na época de pós-ditaduras militares no cenário de América do Sul que a mudança estrutural da instituição política relaciona com os surdos lutam a buscar seus direitos e deveres tais como movimentos sociais surdos e suas reivindicações pelas

políticas públicas da comunidade surda de cinco países sulamericanos como práticas sociais e políticas.

3.1. Argentina

A primeira escola privada para surdos em Buenos Aires foi fundada pelo mestre alemão Carlos Keil ou Karl Keil em 1857. Este movimento da educação na Argentina tem influência da Alemanha. Essa escola foi a segunda de um país da América do Sul, cuja primeira foi criada no Brasil um ano antes (DUVAL, 1990). Em 1871, a escola de surdos fechou devido ao falecimento do professor Keil em decorrência de febre amarela e, por isso, não houve mais registros dessa história.

Em 1881, foi fundada a Escola Bartolomé Ayrolo, por um médico que tinha uma filha surda e resolveu ir à Europa a fim de conhecer as metodologias referentes à Educação de Surdos. Ao retornar para a Argentina, aplicou o método com sua filha, obtendo êxito. Nessa mesma escola, que era voltada somente para meninos surdos, atuou como diretor. Mais tarde, em 1897, criou a Escola Osvaldo Magnasco para meninas surdas. O método educativo utilizado nestas escolas foi o europeu, evidenciando a influência europeia e a preocupação na educação de surdos em Buenos Aires, na Argentina.

Em 1878, nasceu José Antonio Terry, oriundo de uma família italiana de três filhos, surdo, nascido em Buenos Aires. Seu pai era um político argentino, que foi deputado, senador do parlamento nacional e ministro das finanças e dos negócios estrangeiros. Terry viajou para a Europa (Inglaterra, Espanha e a Itália) a fim de completar sua formação de pintor, período em que visitou museus e círculos de artes por cerca de sete anos. Em 1911, Terry retornou à Argentina, trazendo a Língua Italiana de Sinais (LIS), juntamente com outras experiências da Itália.

Em 30 de junho de 1912, foi fundada a primeira Associação de Surdos de Ajuda Mútua, acontecimento em que Terry teve um papel importante. Terry observou e estudou as associações Europeias e como ocorreu a formação de Berthier e outros líderes surdos e percebeu a importância das associações e, com isso, fundou a Associação na Argentina. Essa foi a primeira associação da América Latina com objetivo de defesa dos direitos da Comunidade Surda, dirigida exclusivamente por surdos, como indicado na Constituição com Entidade Pública Benefício nº 89. Em articulação com seu pai, foi formulada uma proposta ao governo argentino que ocasionou o oferecimento de um prédio para a associação. Essa forma de reconhecimento cultural, pois essa associação serviu de

modelo para implementação de outras associações em outros países da América Latina (Uruguai, Paraguai e Brasil), sendo que, atualmente, o Brasil apresenta um envolvimento maior devido a questões políticas, sociais e culturais. Desde o início até 2017, a associação teve aproximadamente 4.100 associados surdos argentinos de todas as faixas etárias, desde crianças a idosos, por ser a única associação de Surdos da Argentina, e um ambiente de difusão de Língua Argentina de Sinais.

Após a Primeira Guerra Mundial, muitos imigrantes italianos surdos retornaram para a Argentina a fim de difundir a origem da Língua de Sinais Argentina que possui, portanto, forte influência da Língua Italiana de Sinais (LIS). A associação em Buenos Aires foi a grande responsável pela oficialização da Língua Argentina de Sinais (LSA), e isso repercutiu no restante das províncias argentinas, conforme relata Jorge Ficunni.

No dia 30 de julho de 1932 foi fundada a Associação Argentina de Surdas, AAS, conhecida Casa Hogar, exclusivamente para atender às mulheres surdas na cidade de Buenos Aires, com o objetivo de um lar para as mulheres surdas em situação de vulnerabilidade e foi um local de encontro, palestras e atendimento permanente às mulheres surdas, para um encontro entre gestores e associados de diferentes associações de surdos e, também, para assembleias e eleições, para banquetes e celebrações com o reconhecimento público dos membros das comunidades (surdos e ouvintes) (FAMULARO, 2016, p. 77 e 78). A diretora Delfina Carlevato dessa associação mesma, de acordo com Famularo (2016, p.61) relata que “trabalha com as meninas surdas, conhece as específicas de sua pedagogia, conhece sua ação cultural essencialmente feminina, que a coloca nesta e casa está na vanguarda dos institutos de maior prestígio do país, pelo seu trabalho eminentemente positivo e prático”. Em dezembro de 1965, Delfina faleceu e, para homenagear a memória, pois ajudou pela AAS por muitos anos e a escrita da Associação Argentina de Surdas por ela (1965, p. 67) a autora menciona:

Ela nos deu conselhos maternos, apoio abnegado, amizade sólida e útil, o ensinamento de ser na vida o que ela foi: uma mulher íntegra, atenciosa, uma apóstola do bem e da virtude. Ela traçou nosso caminho com sua dedicação uma meta, um ideal a ser alcançado e um fim em nossa vida. Ela foi embora, mas sua memória durará para sempre, como a de uma grande mulher, merecedora do nosso amor e do nosso mais profundo respeito.

Em abril de 1939, o Congresso da Nação votou para a compra de um terreno para a construção do prédio do Instituto Nacional de Mulheres Surdas até março de 1945, quando foi feita a aquisição da Casa Hogar, o imóvel Gascón 1155. Esse espaço permitiu o desenvolvimento de cursos e foram organizadas atividades recreativas como tômbola,

feiras, quermeses, festas sociais, festas dançantes e encontros de associados e suas famílias durante nos finais de semanas (FAMULARO, 2016, p. 66 e 67). Famularo (2016, p. 71) relata que a sede própria da Casa Hogar funciona até os dias de hoje:

A sede da Calle Gascón 1155, a Associação Argentina de Surdas-Mudas, como entidade pública de assistência, tinha a missão de abrigar mulheres surdas com mais de 18 anos de idade sem família ou com poucos recursos, e organizar oficinas de treinamento. [...] Essa Casa Hogar tarefa levaria longos anos, com muitas limitações financeiras e procedimentos complicados para a concessão de subsídios. Além da receita obtida com a arrecadação de mensalidades, doações e benefícios de sorteios e diversas atividades, a ajuda do governo também foi utilizada para atender as necessidades de expansão da Casa Hogar. [...] No primeiro andar, quartos para 24 pensionistas e oficina de artesanato. No segundo andar, quartos com 36 aposentos e, no terceiro andar, alojamento.

No período de 1912 a 1974, houve uma expansão na criação das escolas e das associações de surdos. As escolas eram separadas conforme a sua metodologia de ensino, como: língua de sinais, oralismo e o bilinguismo nas regiões da Argentina. Essa diversidade ocorre por influência dos diversos os métodos da educação de surdos surgidos na Europa (língua de sinais – L'Épée e oralismo – Heinicke, e bilinguismo²⁴ – Suécia e Estados Unidos) e o modelo da Associação de Surdos - França.

Em 14 de maio de 1956, foi fundado o Instituto Oral Modelo²⁵ por Julia E. Polito Castro, Maria Haydeé Cáceres, Obdulia Garcia Pico e Sara Polito Castro; quatro jovens professoras. Estes jovens especializaram-se nos Estados Unidos na metodologia oral, cujo objetivo é de dedicar à habilitação auditiva e à educação de bebês e crianças com deficiência auditiva para que aprendam estratégias para possibilitar o ouvir, pensar e falar. Estas crianças estão efetivamente equipadas com aparelhos auditivos ou implantes cocleares que lhes permitem ouvir melhor os sons da linguagem nos Buenos Aires.

Em 1957, foi criada a Confederação Argentina de Surdos (CAS), que é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção e defesa dos direitos humanos de pessoas surdas que vivem na Argentina. Abrange os seguintes aspectos: Educação, Saúde, Legislação, Língua de Sinais, entre outros. De acordo com Gohn (2014, p. 52) que menciona sobre os “laços civis”, seus significados e a participação em associação, partidos, sindicatos, etc. Nesse sentido, as associações de surdos de várias regiões da Argentina filiam-se ao CAS, fortificando os laços das associações por uma

²⁴ O surgimento de método bilingue para surdos nos Estados Unidos começa a ser divulgado depois que o linguista William Stokoe apresenta seu estudo de Língua Americana de Sinais – ASL. A ASL e a escrita de Inglês são na base teoria bilíngue, mas a prática educacional de bilinguismo para surdos iniciou na Suécia.

²⁵ Seguir o link do IOM: <https://iom.edu.ar/>

confederação, tornando-se uma forte instituição na participação política pela esfera social e jurídica. Lavalle et al. (2017, p. 4), com relação à institucionalização, afirmam que “é a transformação em instituições de valores, interesses, demandas e recursos de atuação de MSs e OSCs atuando em nome de grupos marginalizados [...]”. Dessa forma, a CAS tem o papel de institucionalização das demandas da comunidade surda na luta pelos seus direitos.

Atualmente, a confederação conta com 23 províncias, com associações existentes no território argentino, sendo que somente 18 destas são filiadas. O objetivo é garantir os direitos da pessoa surda no país, permitindo o acesso às informações por intermédio da Federação Mundial de Surdos, que foi fundada em Roma, e atualmente, encontra-se situada em Helsinque (Finlândia), que recentemente teve a adesão da Unesco, OIT e OMS em seu plantel de filiações.

Dando prosseguimento, a comunidade surda argentina organizou uma proposta sobre a remoção de barreiras de comunicação, para dar acesso igualitário e oportunidades para as pessoas surdas, conforme Lei n.º 11.695, aprovada em 1995 em Buenos Aires. Essa quebra de barreira da comunicação deveria ter ocorrido com o reconhecimento da língua de sinais como a primeira língua para a comunidade surda argentina.

Segundo Martinez et al. (2017), na década de 1990, a luta da comunidade surda argentina pela implementação de políticas linguísticas de reconhecimento da LSA no território cresceu, quando um grupo de líderes surdos começou a conceber-se como sujeitos políticos, capazes de lutar por seus direitos. Esses líderes surdos formaram o que ficou conhecido como Grupo Seis, um movimento político sem história dentro da comunidade surda argentina.

Em 1998, um grupo formado por líderes surdos de várias províncias construiu uma proposta de reforma, cujo objetivo era a melhoria da qualidade de vida e defesa de seus direitos. Nesse mesmo ano, foi aprovada em Córdoba a Lei 8.690 (“Igualdade de Oportunidades, Deficiência Auditiva”). Esse reconhecimento de língua de sinais em primeiro marco histórico da lengua de señas argentina – LSA na província de Córdoba pelo nacional (Argentina). Um ano depois, outra província de Tucumán também aprovou ao reconhecimento de LSA na lei nº 6.941/99.

Aponta Melucci (2001) que às reivindicações organizacionais, às tensões institucionais e aos movimentos sociais é preciso acrescentar os protestos modernizadores. Deve ser introduzido o propósito da mudança social e discutir a noção de modernização. Mas deve intervir também no interior de um tipo societário, pois se uns

movimentos tendem a passar do presente ao futuro em nome da modernização, outros se definem pela luta em nome do presente contra o passado. Percebeu-se que a comunidade surda despertou e deu-se conta de quanto estava sendo prejudicada. Foram em busca de direitos para ter uma vida com princípios básicos que não tinham.

No ano de 2000, foi aprovada a Lei n.º 402 em Buenos Aires, e três anos depois a Lei n.º 7412 foi aprovada no estado de San Juan, sendo que ambas reconhecem a LSA enquanto língua falada e como forma de comunicação da comunidade surda.

De acordo com Martínez et al. (2017), nesse contexto, em 2002, organizou-se o Primeiro Congresso Nacional de Surdos, que teve como tema “O surdo no novo milênio”. No ano seguinte, aconteceu o Segundo Congresso Nacional dos Surdos, com o tema “The Deaf Today”. Esses eventos foram o prelúdio da Cúpula de 2007 e a luta pelos direitos linguísticos e culturais da comunidade.

O grupo de Surdos percebeu a ausência de uma legislação no que tange à nomeação de intérpretes de LSA para atendimento da comunidade surda, pois não há legislação específica nesse país. Resolveu que o grupo de CAS que trabalhou para fazer um projeto de lei sobre o reconhecimento da LSA com o patrocínio linguístico e cultural da comunidade surda argentina e enviou um documento, porém o projeto foi apresentado no Congresso Nacional, mas não foi levado em consideração pelos deputados (MARTINEZ et al., 2017).

O grupo analisou e identificou que por volta de 90% das famílias de pais ouvintes com filhos surdos apresentavam dificuldades de comunicação com seus filhos a partir da LSA em atividades simples, e que não havia um lugar específico para atender essas famílias. Decidiu a fundação de Pais e Familiares de Pessoas Surdas para sua Integração (Fundador) em 2003, que era uma organização da sociedade civil que se comprometia a conseguir uma comunicação acessível, com igualdade de oportunidades para todas as famílias com membros surdos. A Fundador propõe coletar informações em relação à surdez, cultura surda, língua de sinais, educação, família, comunicação e direitos de conversação em todos os ambientes frequentados pela comunidade surda, bem como elaborar livros, DVDs e outros materiais de forma gratuita para doação às famílias.

Em 2003, a província de Chaco, localizada no norte do país, obteve mais um reconhecimento da LSA aprovado na lei nº 5.168/2003 com muita alegria e a comunidade surda conquista de seu direito à língua natural.

Em 2005, na província de Mendoza, localizada no oeste do país, foi aprovada a Lei 7.393, que explicita acerca da igualdade de oportunidades para pessoas surdas, os direitos

de uso da LSA, educação bilíngue bicultural, os serviços de interpretação, entre outros.

De acordo com a lei, os surdos argentinos desfrutam de todos os seus direitos políticos e não se limitam ao exercício de sua vida social em qualquer aspecto [...] No entanto, os canais deficientes de acesso à informação limitam severamente os surdos argentinos para o exercício de seus direitos de cidadania. (WFD; SNAD, 2008, p. 51-52)

Em meados de 2008, foram à Espanha com o objetivo de vislumbrar o funcionamento das Instituições com o tema relacionado à família de surdos, visitaram a Confederación Estatal de Personas Sordas (CNSE) e a Confederación Española de Familias de Personas Sordas (Fiapas), que, traduzidas para o português, são a Confederação Estadual de Pessoas Surdas e a Confederação Espanhola de Famílias de Pessoas Surdas.

Em 2012, o Movimento Argentino dos Surdos (MAS) foi criado por iniciativa dos líderes surdos da Argentina, a fim de equidade de direitos e da participação dos surdos no cenário político atual. Segue a citação da fanpage²⁶ do MAS (s/d, s/p):

Fundamental a emancipação de pessoas surdas transformadas em assuntos políticos. Reparaphrase Peter Sloterdijk (2001 - “O desprezo das massas”), o MAS faz parte da consideração de que os surdos podem acessar o *status* de uma subjetividade política, de sua própria soberania. Os privilégios de senhorio, vontade, conhecimento e alma, como Sloterdijk diz, invadiram a nossa comunidade de surdos e nos conferem as exigências de dignidade ignoradas pela sociedade auditiva em geral. Essa repetida noção de deficiência que tão nos aborrece da sociedade é transformada hoje com nossas ações em uma soberania livre, emancipada e digna. Porque somos todos iguais por natureza.

No dia 21 de novembro de 2012, o projeto de Lei de Reconhecimento da *Lengua de Senās Argentina (LSA)* para que seja oficializada como Língua e Patrimônio Linguístico e Cultural da Comunidade surda foi levado ao Congresso Nacional. Segundo Martinez et al. (2017), nos últimos 20 anos, houve na Argentina uma luta pela implementação de políticas linguísticas em torno da Língua Argentina de Sinais, pois não há lei nacional, mas apenas existem cinco leis estaduais de LSA tais como: Mendoza, Córdoba, San Juan, Tucumán e Chaco.

Esse foi o primeiro movimento surdo e contou com a participação de três mil pessoas (surdos, intérpretes, familiares, amigos, colegas nas várias cidades da Argentina). Nesse sentido, “um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica [...], a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem

²⁶ Acesso ao link da fanpage:

https://www.facebook.com/pg/MovimientoArgentinoSurdos/about/?ref=page_internal.

reconhecidos como parte da mesma unidade social” (MELUCCI, 2001, p. 35).

Segundo Melucci (2001, p. 110), a respeito da mobilização coletiva e reconhecimento da língua:

Aspecto relevante dessas lutas é a defesa e a reivindicação de uma autonomia cultural. A reafirmação de patrimônio cultural feito de língua, costumes, tradições, próprias do grupo étnico, foi o instrumento com o qual as minorias se opuseram ao monopólio cultural e linguístico dos grupos dominantes, à integração forçada nos códigos simbólicos impostos pelo centro.

A seguir, imagem da comunidade surda argentina protestando em Buenos Aires nesse marco histórico de primeiro movimento social surdo. Nesse sentido, luta por reconhecimento desenvolvido por filósofo Axel Honneth.

Figura 3: Comunidade surda argentina protestando em Buenos Aires



Fonte: <https://www.facebook.com/MovimientoArgentinoSordos/>.

Em 3 de março de 2013, a comunidade surda recebeu com muita tristeza a notícia da não aprovação da Lei de Reconhecimento da *Lengua de Senãs Argentina (LSA)*. Mas não abdicou da luta por seus direitos, organizou um segundo protesto em frente ao Congresso Nacional. Não houve uma justificativa plausível sobre o motivo da não aprovação. Conforme Gohn (2014, p. 99) relata sobre os movimentos sociais, podemos relacionar com o movimento da comunidade surda argentina pois:

Para Touraine os movimentos sociais são fruto de uma vontade coletiva: “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberdade de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (Touraine 1978^a, p. 45).

De acordo com Gohn (2014, p. 99), concordamos com essa autora e a mesma explica que “Eles, movimentos, não são heróis coletivos, acontecimentos dramáticos ou excepcionais, nem elementos ou forças novas na sociedade”, porque dependem os

interesses políticos próprios, não pensam no agrupamento social e como minoria tem direito à igualdade humana.

Em 24 de setembro de 2013, ocorreu a primeira audiência pública na Câmara dos Deputados da Nação sobre o Projeto de Lei da *Lengua de Senãs Argentina (LSA)* e a criação do Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina (Inalsa)²⁷, elaboração feita pela Confederação Argentina de Surdos (CAS). A comunidade surda e ouvinte, juntamente com várias instituições, estiveram presentes na audiência pública apoiando o projeto, tais como: Assembleia Permanente dos Direitos Humanos, APDH, Comissão para a Plena Participação e Inclusão das Pessoas com Deficiência (Copidis) do Governo da cidade de Buenos Aires, Instituto Superior dos Professores em Educação Especial, Supervisão de Educação Especial (Ispee), Escola de surdos e hipoacúsicos n.º 28 “Bartolomeu Ayrolo”, Escola de surdos e hipoacúsicos n.º 29 “Osvaldo Magnasco”, Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais (Inca), Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet), Técnicos de intérpretes LSA-Espanhol, Universidade Nacional de Entre Rios, Universidade Nacional de Misiones, Universidade.

Os deputados tiveram dificuldades para organizar a discussão, pois foram apresentadas duas propostas; uma por parte do Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina (Inalsa) e outra elaborada pela Pseudo-Instituto Nacional de Lengua de Señas Argentina (Inelesa), que, juntamente com os surdos, propõem a inclusão social de surdos oralizados e sinalizantes, com deficiência auditiva e com implante coclear, na dimensão linguística e cultural da comunidade surda Argentina.

Martinez *et al.* (2017, p. 261-262), sobre a demanda de políticas linguísticas de reconhecimento de sua língua de sinais, afirmam:

No caso particular das diferentes comunidades surdas do mundo, observa-se, especialmente nos últimos 25 anos, que as comunidades surdas pertencentes a um grande número de países têm sido protagonistas de iniciativas de reconhecimento legal de suas próprias línguas de sinais [...] De fato, um dos principais objetivos da WFD²⁸ (World Federation of the Deaf) é obter o

²⁷ É um projeto de lei elaborado por representantes da comunidade surda argentina após a análise e reflexão da situação por que essa comunidade está passando em todas as áreas sociais, cujo problema fundamental é a sua origem na falta de reconhecimento da LSA como IDIOMA e, conseqüentemente, na falta de políticas linguísticas relacionadas a essa linguagem em nível nacional. Essas deficiências têm um forte impacto no acesso a áreas-chave para o desenvolvimento de pessoas, como educação, trabalho ou saúde. Em suma, impede o cumprimento dos direitos fundamentais do ser humano, como o direito à linguagem e à cultura, estabelecidos pela Constituição Nacional, leis nacionais e regulamentos internacionais.

²⁸ WFD – World Federation of the Deaf traduzida em português “Federação Mundial de Surdos” é uma organização internacional não-governamental, sem fins lucrativos que representa, aproximadamente 70 milhões de pessoas surdas em 127 países, todo o mundo. Foi estabelecida em Roma, em 1951. Segue ao link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_Mundial_de_Surdos.

reconhecimento, respeito e promoção das línguas dos sinais como parte da diversidade humana e, para isso, considerar essencial melhorar o estatuto legal das línguas de sinais naturais.

Martínez *et al.* (2017) analisam as disputas ideológicas e estratégia do discurso dominante que diferenciaram as propostas dos dois institutos mencionados. O que diferenciou os projetos de Inalsa e Inelesa, segundo Martínez *et al.* (2017, p. 270), foi que o projeto apresentado pelo Inelesa obteve a opinião majoritária:

[...] foi elaborado por atores não relacionados à comunidade surda de nosso país. Em princípio, observa-se que se denomina Língua de Sinais Argentina (LSA) à língua que é objeto de reconhecimento. Ao contrário de outros casos, como os mencionados por Wilcox, Krauseneker e Armstrong (2012), nesse projeto eles levam o mesmo nome convencionalmente usado pela comunidade surda de nosso país: Língua de Sinais Argentina (LSA). No entanto, em nenhum artigo do projeto é explicitamente definido o que é o LSA, o que é surpreendente, uma vez que é o objeto a ser legalmente reconhecido. Ao contrário, [a proposta do INALSA] que obteve uma opinião minoritária, que foi elaborada pelo órgão máximo da comunidade surda argentina, o CAS, conforme explicado na subseção anterior. Neste, o mesmo nome é observado para a língua (língua argentina de sinais) e, diferentemente da opinião da maioria, uma definição da LSA é proposta como uma linguagem natural que é transmitida na modalidade visual-espacial e que tem a mesma característica que qualquer outra linguagem (oral ou visual). Esta definição está claramente inscrita no paradigma sócio-antropológico e leva categorizações da disciplina linguística.

Então, com relação aos objetivos perseguidos no reconhecimento da língua observam-se diferenças nas seleções lexicais e nas ações propostas em ambos os projetos. De um lado, na opinião da maioria [...], há dois agrupamentos lexicais: um relacionado a uma perspectiva sócio-antropológica; outro, relacionado a uma perpetração médica. No primeiro grupo lexical, os nominais são observados como “surdos”, “intérpretes de LSA” ou “Associações da comunidade surda”, enquanto no segundo grupo de nominais como “deficientes auditivos” ou “incapacidade”. Essa coexistência de nominais que pertencem a paradigmas conflitantes gera uma grande ambiguidade em relação ao quadro ideológico em que este projeto é sustentado.

Ainda não foram aprovadas as propostas na Câmara de Deputados devido a divergências, e o material ainda está em estudo. Conforme citação do site²⁹ da Confederação Nacional de Surdos (CAS):

Em 28 de maio daquele ano, antes do Anexo do Congresso Nacional, a Comunidade de Surdos retorna para reivindicar os direitos de sua Língua Argentina de Sinais - LSA, em apoio do Projeto de Lei LSA / INALSA preparado pelo CAS. Esta convocação maciça obedece às reivindicações diante do medo

²⁹ Citação do site seguinte informação sobre o projeto de Inalsa: <http://inalsa.cas.org.ar/>.

de que os Deputados aprovem o Projeto INALESA, contrariamente aos interesses da comunidade de surdos.

Percebe-se que as duas vezes de manifestações da comunidade surda pediram o reconhecimento da *Lengua de Señas Argentina – LSA* não foi aprovado na instituição política. Nesse sentido, o ponto de vista distributivo, pois ainda está na desigualdade social, por isso o sistema patriarcal e a relação com a estrutura econômica da sociedade cita a “justiça como humilhação e a falta de respeito na sociedade contemporânea como a identidade coletiva como tal minoria, por isso a exclusão social nessa relaciona as fontes morais da experiência social” (Fraser, 2006).

Na Argentina, há dificuldade de união da própria comunidade surda, para lutar pelas políticas, há divergências entre os próprios surdos para organizar movimentos para lutar por leis que os favoreçam. As instituições dos surdos separados e egoístas, mas não conseguem suas lutas. A câmara dos deputados não conseguiu aprovar seus direitos da comunidade surda, por exemplo, o projeto de Lei de Reconhecimento da *Lengua de Senãs Argentina (LSA)* para que seja oficializada como Língua e Patrimônio Linguístico e Cultural da Comunidade surda desde 2012, não aprovação, pois não há entendimento da proposta certa, porque tem as duas ou mais instituições que apresentaram suas propostas diferentes, pois um grupo de surdos e outro grupo dos surdos oralizados e implantados cocleares. Até os dias de hoje, não há lei nacional e a defesa da língua para os surdos.

Um movimento social só surge e perdura quando o conflito coloca-se no nível do modelo cultural, que é central na sociedade considerada. Dessa forma, a cultura da sociedade surda argentina, em conflito com a perda de informações, na cultura e na sociedade em geral, com apoio de políticos, foi em busca de suas reivindicações. Mais tarde, CAS realizou alterações em sua proposta sobre a filiação das associações de surdos para unir e fortalecer o movimento.

A união entre os iguais ou pelo menos os simpatizantes fortalece o movimento e viabiliza a comntinuação da luta. Os líderes argentinos observaram como os brasileiros surdos conquistam seus direitos e o modelo dos movimentos surdos do Brasil, isto é, os sinalizantes, oralistas, implantes cocleares e outros se unem juntos para fazerem uma luta coletiva e com respeito de outros, esta corrente da teoria do reconhecimento sobre as esferas do reconhecimento tais como autorrespeito, autoconfiança e solideridade social por desenvolvido filosofo Axel Honneth.

Em 2015, foi criado um programa com o apoio da deputada Virginia González Gass, de Buenos Aires, para atender as mulheres surdas. Em 2017, a surda argentina Mariana Reuter

assume a liderança do movimento feminista surdo, em amparo às mulheres vítimas de violência. Esse projeto utilizou-se do recurso comunicativo por vídeo, procurando motivar as mulheres surdas argentinas. Foi criado o programa *Sordas Sin Violencia*, traduzido em português: “Surdas Sem Violência”, na sede de Fundasor, em parceria com outra ONG, em que foi criado o serviço de acompanhamento para mulheres surdas que sofreram diversos tipos de violências. Essa equipe contava com 18 funcionários³⁰. A surda Mariana Reuter com mais duas representantes, Ester Mancera e Ana Jaunalia, de *Sordas Sin Violencia*, retratando a participação no Fórum da ONU realizado em março de 2018 em Nova Iorque, nos Estados Unidos. É imprescindível exemplo de lutas contra a violência de mulheres surdas em outros países da América e outros continentes.

No mês de maio de 2021, a Confederação Argentina de Surdos – CAS elaborou uma campanha de abaixo-assinado, tendo como objetivo de reconhecer oficialmente a *Lengua Señas de Argentina – LSA* como língua natural e original que faz parte da linguística e cultural da comunidade surda em todo o território da Argentina como educação, direitos humanos, civis, culturais e políticos. E chegou a mais de 25 mil assinados durante os meses. Para a citação da CAS³¹ traduzida em português que:

Desde a CAS realizamos 6 grupos de trabalho federais nos quais participaram de representantes surdos e ouvintes de todas as províncias para acordar quais deveriam ser os eixos orientadores mínimos que uma Lei Federal de *Lengua Señas Argentina* deveria ter para garantir o acesso aos direitos humanos do nosso coletivo.

Nessa organização da CAS, uniu-se com as associações de surdos nos diferentes estados da Argentina e lutam juntos. Essa forma da instituição social forte para as lutas sociais e políticas tendo como objetivo da linguística e cultural para a parcela surda significa a cidadania de sua língua do país. Percebe-se que as associações de surdos importantes apoiam a lutar juntos para CAS iniciam os movimentos sociais.

O presidente da Câmara dos Deputados da Nação (*Diputados Argentina*³²), Sergio Massa se reuniu com as autoridades da Confederação Argentina de Surdos (CAS), recebeu uma proposta sobre a Lei Federal da *LSA* no dia 25 de agosto de 2021 e seguir a imagem:

³⁰ Essa instituição foi um sucesso na Argentina. Para mais informações, acesse o link: <http://sordassinviolencia.com/index.html>.

³¹ CAS – Confederação Argentina de Surdos e seguir o link: <https://cas.org.ar/leyfederala/>

³² Seguir o link do site de Câmara dos Deputados de Argentina: https://www.diputados.gov.ar/prensa/noticias/2021/noticias_1645.html?fbclid=IwAR0cjB3_TALza2Wp-DmpX7N4iga-oHEiKbMRdVzMbBUJ_S4Kr0HYoY2CI4c



Fonte: https://www.diputados.gov.ar/prensa/noticias/2021/noticias_1645.html?fbclid=IwAR0cjB3_TALza2Wp-DmpX7N4jga-oHEiKbMRdVzMbBUJ_S4Kr0HYoY2CI4c

Esse reconhecimento da *Lengua de Señas Argentina* – LSA pela iniciativa da Confederação Argentina de Surdos (CAS). Nesse sentido, ponto de vista redistributivo, pois a política da redistribuição (Fraser) e do reconhecimento (Honneth) na base teoria como luta social da comunidade surda argentina; portanto, as desigualdades sociais do Surdo nos anos 2012 a 2021, até conquista do direito da linguística e cultural pelos movimentos sociais como reconhecimento da língua no cenário político contemporâneo.

Contou com a participação de três mil pessoas ativistas desde 2012 que não desistiram e continuam a lutar até, enfim, do ano 2021, as instituições políticas são invisíveis à minoria como especificidade cultural, não importando o mínimo de número dos participantes no movimento. Claramente, os cidadãos de sua linguística e cultural no seu país, porque existe o multiculturalismo no acesso à vida pública democrática. Por isso o autor Honneth (2015) fala somente da preocupação à cultura majoritória.

Percebe-se que há poucos materiais e informações sobre o movimento social surdo da Argentina no que tange à surdez, mas está sendo desenvolvida uma campanha ativa para o congresso do país para reconhecer a *Lengua de Señas Argentina* (LSA) como manifestação linguístico-cultural.

A comunidade surda argentina promoveu no dia 23 de setembro de 2022 uma grande mobilização utilizando a cor azul. Sua organização foi realizada pela Confederação Argentina de Surdos - CAS, com o objetivo de enaltecer e lembrar a comunidade surda argentina a sua luta. O CAS promove junto com mais de 53 associações de surdos de todo o país, a família de surdos, os tradutores/intérpretes, demais pessoas

simpatizantes do movimento, manifestação em frente do Congresso Nacional nos Buenos Aires, na Argentina. Percebemos que a escrita espanhola “#LeyFederalLSA”, com objetivo do reconhecimento, respeito, patrimônio cultural, identidade e cultura surda, e sua primeira língua como *Lengua de Señas Argentina – LSA* nos direitos humanos de surdos como minoria linguística.

As fotos e os vídeos encontrados são maravilhosos, alguns foram escolhidos por apresentarem maior significado, foram retiradas do Facebook oficial da Confederação Argentina de Surdos – CAS.

Figura 4: Print do vídeo sobre representação



Fonte: <https://www.facebook.com/ConfederacionArgentinaDeSordos/videos/764181164693663/>

Lembramos que o filósofo e sociólogo alemão Honneth apresenta em seu trabalho relevante aspecto sobre a luta por reconhecimento. Baseado nestes escritos, a comunidade surda luta pelo reconhecimento de seus direitos como minoria linguística utilizadora da língua de sinais do seu país. Durante 10 anos (2012 a 2022) nunca desistiram e reenvidicam o reconhecimento de sua língua até hoje. Dez anos durante os quais os protagonistas (líderes) da comunidade surda erguem seus rostos e insistem no reconhecimento do seu direito linguístico. Grande luta ocorreu para que as instituições políticas entendessem e aceitassem a proposta de projeto. Mas ainda a lei não está aprovada, continua pelos trâmites na Câmara de Deputados, entre outras organizações da política.

Figura 5: Mobilização em frente do Congresso Nacional



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=454839096677563&set=pb.100064544300339.-2207520000..&type=3>

Figura 6: Palco atrás do Congresso Nacional



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=455579189936887&set=pb.100064544300339.-2207520000..>

Figura 7: Mobilização em frente do Congresso Nacional 2



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=456310869863719&set=pb.100064544300339.-2207520000..>

Figura 8: Mobilização com a tela



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=456310529863753&set=pb.100064544300339.-2207520000..>

Se faz necessário complementar a informação sobre a Argentina, que ocorreu após o término da escrita desta tese. A notícia que a câmara de deputados argentinos estava discutindo no projeto de lei sobre a importância do reconhecimento da *Lengua de Senãs Argentina – LSA*, foi aprovado, depois de várias tentativas, durante muitos anos, esse reconhecimento. Este fato aconteceu no dia 24 de novembro de 2022 e a comunidade surda ficou contente e com muita alegria, porque enfim poderão quebrar as barreiras nos âmbitos diferentes: educação, saúde, acessibilidade e entre outros. Nos próximos capítulos se apresentará como o desenvolvimento social e político da Argentina comparada aos outros países. E o papel imprescindível do surdo argentino, Enzo Rizzi que organizou a luta social surda, com objetivo da reivindicação que a articulações instituições políticas sobre a língua natural como língua de sinais no país.

Figura 9: Print do vídeo de Instagram sobre a câmara de deputados argentinos



Fonte: <https://www.instagram.com/tv/CIWy00GjhIt/?igshid=YmRhOGE0MWQ%3D>

Este momento importante foi de extrema relevância para a comunidade surda do país inteiro que comemora o reconhecimento da língua, pois é uma conquista que simboliza a liberdade social na vida pública democrática, nesta visão, a corrente de Honneth (2015, p. 558) cita que “

[...] nossa reconstrução idealizante, é a disposição, por parte dos cidadãos participantes da formação discursiva da vontade, em realizar prestações de ser serviços não remunerados para preparar e realizar apresentações de opinião diante do público.

Nesse sentido, os cidadãos surdos argentinos pudessem exercer juntos a liberdade de uma autolegislação democrática, o público surdo avança passos a passos na luta de diversas conquistas e atendimentos em repartições públicas relacionados ao reconhecimento da LSA e a ampliação de cidadania ativa surda.

3.2. Brasil

O processo de educação de Surdos no Brasil iniciou-se por meio do professor francês Edward Huet, que veio ao Brasil em 1855, a convite do imperador Dom Pedro II. Em seguida, foi fundada a primeira escola de surdos, chamada de Instituto Imperial de Surdos-Mudos, por meio da Lei n.º 839, de 26 de setembro de 1857. Atendendo somente meninos inicialmente, o atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) localizado no Rio de Janeiro. Conforme Linhares e Stumpf (2021, p. 36) citam que “o instituto já contemplava 19 estudantes (13 meninos e seis meninas)” surdos migrantes de outros estados do Brasil desde 1858. Huet trouxe sua metodologia e o ensino aos surdos era realizado por intermédio da Língua Francesa de Sinais (FSL). Aqui no Brasil, a influência Europeia veio juntamente com professores surdos franceses que adequaram às culturas dos dois países e enaltecem a educação do surdo brasileiro.

Strobel (2008) relata que o professor surdo Ernest Huet teve enormes dificuldades para lecionar no Ines, visto que as famílias brasileiras não reconheciam Huet como cidadão e não confiavam no seu trabalho pedagógico. Ele tinha poucos alunos. Muito diferente do professor surdo Laurent Clerc, que foi aos Estados Unidos, sendo surdo e que fazia o mesmo trabalho numa escola para surdos e, como Huet, também era francês.

De acordo com Strobel (2008), por motivos pessoais, o pedagogo pioneiro da educação de surdos no Brasil, Ernest Huet, após cinco anos na direção do Instituto, afastou-se dos seus trabalhos e viajou para o México em 1861, deixando como diretores ouvintes assumindo a direção do Instituto.

Linhares e Stumpf (2021, p. 37 e 38) relatam sobre os registros dos estudantes surdos da INES nas regiões do Brasil, ano de 1871 que

Observa-se um total de 282 meninos e 186 meninas, menores de 14 anos, perfazendo um total de 468 estudantes, mas ao verificar os maiores de 14 anos, esse número sobe para 924, chegando ao total geral de 1.392 estudantes Surdos no território brasileiro na época.

Em 1875 se tem notícia do primeiro dicionário de Língua de Sinais com 399 sinais,

criado por um desenhista surdo, Flausino José da Gama, que era aluno do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos. Os mesmos autores (2021) mencionam que o livro francês apresentava um sinalário em língua de sinais francesa, produzido pelo francês Pierre Pélissier (1856), o brasileiro Flausino (1875) utilizou as ilustrações e traduziu as palavras escritas do Francês para o português.

No ano de 1880 aconteceu o Congresso Internacional de educadores de surdos em Milão, na Itália, onde, entre outros assuntos tratados, debateu-se sobre a metodologia de ensino aos surdos. Na ocasião, foi levantada uma proposta em apoio à oralização e decidiu-se então pela proibição do uso da língua de sinais em todo o mundo. A idéia do congresso foi de Alexander Graham Bell, pois acreditou no método de oralismo por ser desenvolvido pelo alemão Samuel Heinicke. Começou a ameaçar aos sujeitos surdos como ouvintismo e audismo. Cabe ressaltar que Graham Bell era casado com uma mulher Surda e alguns de seus filhos também tinham essa deficiência.

Segundo Touraine (1978), toda ação coletiva supõe a existência de um ator, outros atores portadores de interesses diferentes dos seus e de um campo social em que se colocam suas relações. Nos elementos no nível organizacional, os membros que formulam reivindicações se definem a si próprios de duas maneiras: do interior e do exterior da organização. De um lado, consideram que, dando certa contribuição, devem receber uma retribuição justa, isto é, concedida no nível relativo de sua contribuição. Por outro lado, a organização é apenas um meio social particular no qual o ator só parcialmente se empenha. Ele age em função de seus outros papéis e do conjunto de seus outros papéis e do conjunto de seus interesses pessoais.

Em relação ao indivíduo surdo, quem tomava decisões em relação à educação de surdos e sua vida social, profissional, eram pessoas ouvintes que muitas vezes não tinham conhecimento sobre o indivíduo surdo. Com o passar do tempo, o surdo foi reivindicando as suas necessidades, e assim fazendo parte da tomada de decisões. Com isso, prevalece a sua participação.

No Brasil, essa metodologia começou a ser implementada na educação de surdos no ano de 1911 em São Paulo. Nicoláo Carusone, adepto do método oral puro no Instituto Paulista de Surdos Mudos “Rodrigues Alves”, instituição essa que tinha apoio do governo, permanecendo em sua prática de ensino oralista (LINAHRES e STUMPF, 2021). Esse modelo educacional expandiu-se rapidamente para todo o país, o que ocasionou uma grande tensão na comunidade surda brasileira, pois estava havendo um retrocesso bem significativo, já que os surdos não poderiam mais usar a língua de sinais

como primeira língua.

A imposição do método oral em todo Brasil criou uma atmosfera conflituosa entre os adeptos ao oralismo e aos defensores da língua de sinais. Dessa forma, em 1913, os surdos e os educadores ouvintes organizaram-se para fundar a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos (ABSM), com vistas ao fortalecimento do uso da língua brasileira de sinais na educação dos surdos. Alguns anos depois, houve uma expansão da criação de associações de surdos nas várias regiões do Brasil, para fortificação desses movimentos em nível nacional. Nesse sentido, houve uma movimentação social da comunidade surda brasileira bem significativa.

Segundo Linhares e Stumpf (2021, p. 44) relatam que “o Instituto Santa Teresinha, de São Paulo, fundado em 1929, na cidade de Campinas, e que teve a sede mudada para a cidade de São Paulo, em 1933, passou a funcionar como internato de meninos e meninas Surdas”.

Um embate do movimento surdo foi constituído historicamente com os médicos da área de otorrinolaringologia. Seguindo Touraine (1978), esse movimento social apresenta-se como uma combinação de um princípio de oposição, já que durante muitos anos os surdos foram vistos do ponto de vista clínico-terapêutico, modelo focado na incapacidade, e percebendo a surdez como uma doença nas orelhas, ou seja, um defeito a ser corrigido. Sendo marcado como um defeito da fala, o treinamento a partir da leitura labial seria muito necessário, entre outros. O surdo não era visto pelo espectro da diferença cultural e de identidade. Devido a isso, a comunidade surda pensa diferente e suas lutas sociais baseiam-se em valorizar e defender a língua de sinais, que é a língua natural dos surdos. A participação das lideranças surdas nesse contexto é de suma importância, pois destaca o comprometimento e busca da garantia dos direitos linguísticos e culturais.

Até os dias de hoje os médicos têm influências sobre o implante coclear e prótese auditivas para as pessoas surdas e há desvalorização de língua de sinais. Portanto, os filhos surdos de pais ouvintes acreditam nos médicos, e os surdos realizam audiometria, por exemplo, nos concursos públicos, no Enem, no passe-livre, entre outros que exigem para comprovação da surdez. No exame de audiometria³³, passados 90 dias, deve-se fazer nova audiometria. O sujeito surdo não tem como curar a surdez, são regras burocráticas que norteiam as leis sem embasamento.

³³ É um exame que avalia a capacidade do paciente para ouvir sons.

Percebe-se que é um problema sério, com gastos desnecessários. O movimento social surdo continua com suas lutas sociais, em defesa da língua de sinais, da cultura e da identidade surda. Por isso, são opostas as propostas de clínico-terapêutico e otorrinolaringologia.

Houve a evolução de quatro metodologias de ensino para os surdos do Brasil, sendo: língua de sinais (1857 a 1910), oralismo (1911 a 1969), comunicação total (1970 a 1980) e bilinguismo (1980 até hoje). O povo surdo do mundo sofreu consideravelmente no período de 1880 a 1970, devido à proibição do uso da língua de sinais por mais de 100 anos. Esse acontecimento permaneceu latente nas mentes até o ano 1971; porém, no Congresso Mundial de Surdos em Paris, a Língua de Sinais passou a ser valorizada e aceita.

Nos meados de 1961 um padre americano, Eugênio Oates, voltou do Brasil como autor missionário na Igreja Católica. Ele usava o método de Comunicação Total, pois tinha experiências adquiridas nos Estados Unidos, com instituições educacionais ligadas à surdez. Mesmo estando no Brasil, seguiu utilizando o método oralismo na educação. Ele publicou sua obra *Linguagem das Mãos* contém 1258 sinais fotografados. Mais tarde, criou vários dicionários de língua de sinais: modelos iconográficos e linguísticos até os dias de hoje e o crescimento dos pesquisadores sobre o método bilinguismo.

Na ditadura militar, entre 1964 e 1985, nos impressionamos imensamente e não há registros históricos relacionados aos surdos e sua vida social na citada época. Pensamos em elaborar pesquisas que resgatem e contenham narrativas históricas e relevantes de idosos surdos na faixa etária de idade (65 a 81 anos de idade) que possam relatar sobre a comunidade surda, como viviam na época da ditadura militar, como se relacionavam em sociedade.

O momento dos acontecimentos ligados ao Golpe de Estado e o que os surdos sentiram e vivenciaram:

Cidadã carioca surda Ana Regina Campello: Minha vivência no período da ditadura militar, quando aconteceu o “Golpe de Estado”, na época de 1964 (eu tinha sete anos) e a cidade do Rio de Janeiro era o distrito federal do Brasil implodiu o movimento militar. Lembro que o meu pai, que tinha que trabalhar no centro da cidade e não encontrava ônibus para ir, ficava furioso e zangado pelo movimento dos soldados na rua. Ele foi a pé até o centro da cidade e voltou para a casa à noite todo zangado. Esbanjava críticas contra o governo sem parar.

Goaino surdo Edson Gomes: Lembro que desde 1964, o governador Mauro Borges Teixeira de Góias era comunista, este é meu primo. Vi muitas notícias nos jornais sobre a revolução no Rio de Janeiro, alguns meses depois, trocou o presidente do Brasil

pelo general Castello Branco. O governador Mauro era contra a ditadura militar e assim aconteceu que o general militar preparou as armas e aviões que voaram perto do palácio do governo e também alguns lugares nos bairros, as pessoas de Goiânia assustadas e choravam nas ruas, pois as armas e veículos das forças armadas pelos exércitos voltaram para Goiás, porque era perto de Brasília. Quando o Mauro pensou melhor e resolveu deixar o cargo de governador, pois assim evitou a revolução. Após, a saída do governador tudo ficou calmo e a ditadura militar continuava.

Percebemos o que os surdos relataram na fase da ditadura militar é que a história da pessoa surda ficou invisível. Não há informações daquela época em relação aos surdos.

Edson Gomes: Pensei que a ditadura militar era perigosa durante os anos de 1964 e 1985, mas percebi que não pensaram nas pessoas surdas e nada de acontecimentos.

Ana Regina Campello: Aos meus onze anos de idade eu ganhei a primeira Revista “Veja”, assinada pelo meu pai e esta me trouxe mais interesse, questionamento e reflexão das críticas e informações tecidas sobre o período da ditadura. Do conteúdo jornalístico me inteirei na diferença entre o certo e o errado sobre a ditadura e a democracia. E assim comecei a construir a minha crítica construtiva e da percepção da justiça contra as injustiças, da ouvintização e do controle sobre os surdos e da sua língua de sinais.

Segundo Ana Regina Campello o movimento social surdo brasileiro durante o período da ditadura militar foi que:

Tudo fazia parte de uma revolução pós-colonial ou descolonizadora da política brasileira, da transição da ditadura militar para a democracia. O movimento dos surdos, sempre existiu por meio da criação das associações de surdos e sempre foi notório nas suas viagens esportivas. Foi um processo para a conquista da liberdade da zona de pertencimento de outro lugar, um lugar-comum.

Os próprios surdos, as lideranças surdas da época, influenciaram a minha trajetória política pela causa social e linguística. Os surdos, líderes e membros da comunidade da Associação Alvorada; Congregadora dos Surdos são, politicamente e culturalmente, engajados na preservação da história dos Surdos mais velhos, histórias, façanhas, lendas, aventuras, lutas e sempre usavam a língua de sinais como elemento de pertencimento forte da comunidade, o lugar-comum. Foi a Associação dos Surdos que me marcou e me formou intelectualmente pelo contato com a língua escrita e sua formalidade. Pude aprofundar os dilemas e segredos do estado da língua portuguesa. Eu me identificava com as tendências nacionalistas e com a comunidade Surda. Os surdos, que vivenciaram no período da ditadura, só contavam as histórias da “Rebelião dos Surdos” (BRASIL. INES, 2007, p. 83) dentro do INES, em 1950, dos quais os ex-alunos internados que fizeram manifestação e depredação nos setores internos contra os maus tratos dos inspetores e da péssima alimentação dirigida aos alunos internados e estudantes de fora do INES. Botaram fogo nas camas e jogaram pelas janelas em frente à Rua das Laranjeiras até o ponto

de ser acalmada pela polícia federal e pelo Corpo de Bombeiros. O ex-diretor foi exonerado. E outras histórias e façanhas heroicas pelas pessoas Surdas conhecidas e famosas no confronto contra “ouvintismo” e da “colonização” dos dirigentes, dos professores ouvintes.

Ana Regina Campello relata que no período da ditadura militar, de 1964 a 1985, a comunidade surda tinha relação reservada com o governo militar, ora com respeito e ora com cobrança pela existência das legislações nunca utilizadas. Sempre nos “ouvia” e não fizeram repreensão contra os surdos, ainda porque não sabiam e nem conheciam a nossa língua de sinais para nos comunicar. Era um empecilho comunicativo da parte do governo militar em não nos enquadrar como grupo de risco, como acontecia com os “manifestantes” contra o governo, como é os casos do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em 1969, da tortura do Stuart Angel, do desaparecimento de Rubens Paiva e da morte do jornalista Vladimir Herzog, até na bomba que explode no dia 30 de abril de 1981, no espetáculo musical comemorativo do Dia do Trabalho no Riocentro, Centro de Convenções, na Barra da Tijuca, do Rio de Janeiro. Perseguições, torturas físicas e psicológicas contra os surdos nunca aconteceu, a não ser da “Rebelião dos Surdos” (BRASIL. INES, 2007, p. 83) do INES porque o fato era mais sentido no interior da instituição e que são narradas pelos ex-alunos como consequência do modelo repressivo e da perspectiva das pessoas surdas como pessoas “deficientes” e eles utilizavam método de violência física, moral e de ética (não saber a língua de sinais e usava a LP como poder linguístico hegemônico e etnocêntrico), como caso de estupro (no Rio de Janeiro) e do Paraná – cidade de Curitiba (STROBEL, 2008), sexo não consensual contra os surdos internados do INES, violência física contra a negação da “oralização” durante o treinamento da fala pelos terapeutas de fala, etc. E recorrência da prática, como cita Lobo (2008):sempre recorrer às práticas, uma imensa variedade de práticas, mais ou menos metódicas, mais ou menos intencionais, modos simultâneos de agir e de pensar “que proveem a chave da inteligibilidade da constituição correlativa do sujeito e do objeto (FOUCAULT, 1988, p. 15 apud, LOBO, 2008).

Recusar a noção de um sujeito constituinte, a quem caberia dar conta dos objetos possíveis de conhecimento, é, ao mesmo tempo, recusar qualquer dado autoevidente, esteja ele no sujeito filosófico de um sujeito constituinte não é o mesmo que agir como se o sujeito não existisse, ou torná-lo uma abstração na busca de objetividade pura. (LOBO, 2008, p.22)

Em 1977, aconteceu a fundação da Feneida – Federação Nacional de Educação e

Integração dos Deficientes Auditivos, por profissionais do Ines e representantes entidades ligadas aos surdos. Sua visão inicial era clínica. Viam como um problema a surdez. A preocupação era comprar aparelhos auditivos e promover atendimentos fonoaudiológicos para atender aos surdos.

Segundo Rafaela Carvalho (2010, s/p)³⁴, “em meados dos anos 1980, nas igrejas protestantes, surgiram os primeiros intérpretes (atividades voluntárias, exercidas por parentes, amigos e a comunidade religiosa) e intelectuais dispostos a estudar a língua de sinais” em trabalhos religiosos, com objetivo de preocupação com a comunidade surda, pois “as investigações sobre a língua de sinais, bilinguismos e sobre o próprio sujeito surdo e suas possibilidades de aprendizagem por meio desta língua, a pessoa do intérprete se destaca neste cenário político e social” (SCHUBERT, 2015, p. 117). Os surdos começaram a conquistar a sua cidadania e suas discussões sociais e o reconhecimento da língua de sinais.

Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país. (QUADROS, 2008, p. 153)

De acordo com Sabanai (2007), em 1980, a Universidade Federal de Pernambuco iniciou os Estudos Linguísticos sobre a Língua de Sinais, sendo elaborado o primeiro boletim, intitulado: Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez (Geles). Nesse período de 1980 a 1986 chega ao Brasil o Bilinguismo e o início de pesquisas sistematizadas sobre a Língua de Sinais. Depois, a linguista brasileira Lucinda Ferreira Brito inicia seus importantes estudos linguísticos sobre a Língua de Sinais dos índios Urubu-Kaapor da floresta amazônica brasileira.

Ana Regina Campello menciona que a comunidade Surda diante da existência da Associação em nível nacional não tinha uma base consistentemente organizada. No auge do Congresso Nacional de Pessoas Deficientes, em 1981, do qual participei como representante da Associação Alvorada, que teve ligação com forças políticas e movimentos sociais de base, especialmente na área de deficientes físicos, os “chumbados”, os deficientes visuais, os “cegos”, os deficientes mentais, os “downs” ou “deficiência intelectual” e os hansenianos e nada da área dos surdos, em nível nacional.

³⁴ Ela escreveu sobre “Profissão de Intérprete de Libras surgiu nas igrejas cristãs”. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=41158>.

Impressionada com os movimentos de luta, voltei ao Rio de Janeiro e estava decidida a criar um movimento que tivesse significado. Criamos a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, em 1983 a 1986. Promovemos o primeiro Encontro dos Surdos para elaborarmos as nossas reivindicações junto às esferas federal, estadual e municipal, com participação das associações de surdos e de seus membros. Não eram só intelectuais, mas eram líderes que foram os protagonistas das narrativas surdas, desejosos, mas conscientes das dificuldades de seguir adiante na luta como representantes. Eram movimentos sociais que criaram uma política em nível nacional. No segundo e no terceiro encontros, mudamos a estratégia para emergir após o Congresso Nacional de Pessoas Deficientes, num espaço político próprio. As pessoas começaram a modificar os seus pensamentos e as lutas de modo consciente. Éramos um movimento social e pseudo-político. Por causa deles, fui indicada e eleita como presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos - FENEIDA em 1986, através das eleições que contava apenas com três representantes. Na minha gestão, mudamos a denominação de FENEIDA para Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, em 1987, para preencher a lacuna no contexto político, social, cultural, educacional e o reconhecimento da língua de sinais que faltava aqui no Brasil no campo político dos surdos.

Em 1983, um grupo de surdos organizou uma Comissão de Luta pelos Direitos no Rio de Janeiro, desenvolvendo um trabalho importante nessa área; nesse sentido, sua concepção socio-antropológica da surdez. O grupo ganhou força e legitimidade ao reivindicar, em 1987, com o objetivo de fortalecer a luta pelos direitos dos Surdos no Rio de Janeiro, a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis³⁵), nasceu com caráter estritamente político, tendo por primeira presidente a surda Ana Regina Campello. Nesse caso, entende-se a Feneis como uma forma de institucionalização das demandas da comunidade surda na luta pelos seus direitos, sendo que os valores societários surdos passam a ser reconhecidos pela coletividade como um todo. Aponta Ana Regina Campello que:

quando era eleita como presidente da FENEIS, reuni as reivindicações das pessoas surdas durante o evento desde 1983,

³⁵ A Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, fundada em 16 de maio de 1987, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, emprego, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos. É filiada à Federação Mundial dos Surdos, conta com uma rede de seis Administrações Regionais, e, face à importância, suas atividades foram reconhecidas como de utilidade pública federal, estadual e municipal. Acesso ao link: <https://feneis.org.br/quem-somos/>

leve à Brasília e propus na Comissão dos Constituintes da Constituição de 1988. Alguns itens das reivindicações foram inseridos na Constituição Federal, em 1988, na Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro, em 1989 e da Constituição Orgânica do Município do Rio de Janeiro, em 1990. Foi uma transição da ditadura para democracia da qual participei na política do Brasil.

De acordo com Rangel e Klein (2020, p. 41) consideramos que a criação da Feneis pode ser compreendida como um fator histórico e heroico. Caberia esclarecer que a liderança surda passa a ser visualizada nas ações daquele período, mas que se modificou pelo surgimento de novos líderes que passaram a lutar pelas necessidades da comunidade surda, em diferentes períodos, influenciando outras gerações.

Em 1986, a Língua de Sinais passou também a ser defendida no Brasil por profissionais influenciados pelos estudos divulgados pela Gallaudet University³⁶, que utiliza a Língua Americana de Sinais (ASL).

Segundo Schubert (2015), a Feneis teve participação significativa na profissionalização e formação de intérpretes ao longo dos anos, conforme cita Leite (2005, p. 41):

O intérprete no Brasil surge com respaldo da Feneis, a partir da luta da comunidade de surda contra as barreiras comunicativas; preparados e cursos livres de curta duração, organizados e promovidos por ela mesma. O próprio INES passa a utilizar dos serviços de intérpretes capacitados pela Feneis, a partir do final da década de 90.

A ação coletiva iniciada pela Feneis é um marco para a comunidade surda na história do Brasil e para os movimentos sociais surdos que repercute até os dias atuais nas mais diversas áreas, como a educação, a saúde, o transporte, o direito humano, o mercado de trabalho e outros. Dessa forma, cada vez mais se percebe a importância da institucionalização para, assim, facilitar o acesso das reivindicações com as instituições públicas. A Feneis, aliada às entidades e filiadas, propõe a garantia dos “direitos culturais, sociais e linguísticos [da população surda] em todos os continentes e com a qual a Feneis mantém intercâmbio constante, recebendo as informações científicas de todas as áreas envolvidas” (FENEIS, 1999, p. 5).

No Brasil, os surdos contam com seis Administrações Regionais da Feneis nos

³⁶ É a única universidade do mundo cujos programas são desenvolvidos para pessoas surdas. Está localizada em Washington, D.C., a capital dos Estados Unidos. É uma instituição privada, que conta com o apoio direto do Congresso desse país. A primeira língua oficial de Gallaudet é a American Sign Language (ASL), a língua de sinais dos Estados Unidos. Nessa língua, comunicam-se entre si empregados, estudantes e professores, e ditam-se a maioria dos cursos. Ainda que se conceda prioridade aos estudantes surdos, a universidade admite, também, um pequeno número de pessoas ouvintes a cada semestre. A esta se exige o domínio da ASL como requisito para permanecer na instituição.

seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Ceará. Possui relevância com sua atuação na sociedade. Suas atividades foram reconhecidas como sendo de utilidade pública tanto no âmbito federal, estadual, como municipal.

Em 1991, a Libras foi reconhecida oficialmente pelo Governo do Estado de Minas Gerais na Lei 10.397, de 10 de janeiro. Essa foi a primeira lei em todo o Brasil. Alguns anos depois, espalha-se para outros estados brasileiros com leis municipais e estaduais. De acordo com Rangel e Klein (2020, p. 31):

Os protagonistas surdos surgem para colaborar com a construção desse espaço de segurança e também de necessidade de aproximação. Bauman (2003, p.91) se utiliza das palavras de Jeffrey Weeks, ao afirmar que: “o mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as permissas de sua existência coletiva ameaçada e, por isso, constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder”.

A luta pelo reconhecimento da língua, no entanto, não parou. Em 1993, uma nova batalha começou, com um projeto de lei que buscava regulamentar a língua no país. Quase dez anos depois, em 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi finalmente reconhecida como uma língua oficial do Brasil. Segundo Quadros (2006, p. 142), o movimento surdo protagonizou essas ações de reconhecimento:

Os movimentos sociais alavancados pelos surdos estabeleceram como uma de suas prioridades o reconhecimento da língua de sinais [...]. Foram várias as estratégias adotadas para tornar a Pública a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Entre elas, citamos os projetos-lei encaminhados em diferentes instâncias governamentais [...]. Instaurou-se em várias unidades da Federação a discussão sobre a “língua de Sinais dos surdos”, determinando o reconhecimento, por meio da legislação, dessa língua como meio de comunicação legítimo dos surdos. Esse movimento foi bastante eficiente, pois gerou uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a língua de sinais brasileira, culminada na lei federal 10.436, 24/04/2002, que a reconhece no país.

As relações dos movimentos sociais surdos apresentam que o corte histórico de alguma identidade, como aponta Touraine (2003, p. 345), apresenta a definição do ator por ele mesmo, em um primeiro momento, que o movimento social deve escolher uma identidade, dizendo a quem ele representa, em nome de quem ele fala, quais são os interesses que protege ou defende.

As associações, organizações, escolas de surdos e outras instituições em todo o Brasil, são pioneiras do movimento social surdo que alcançaram o reconhecimento da

Língua de Sinais e a linguística. Já Rangel e Klein (2020) dizem que estes surdos que foram como heróis assumiram um papel político em defesa da língua de sua comunidade. Já Monteiro (2006, p. 284) atribuiu às atividades realizadas pelas associações de surdos uma contribuição fundamental para “[...] a preservação da Língua de Sinais e da Identidade Cultural Surda e, conseqüentemente, para o fortalecimento da luta pelos direitos dos Surdos”.

Na década de 90, a pesquisadora e linguista Lucinda Ferreira Brito, da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro destaca a gramática de uma língua de sinais, que é pioneira no Brasil. Brito (2013, p. 171) relata que

Lucinda Ferreira Brito escreveu em 2003, o livro *Legislação e a língua de sinais*, apresentando elementos da sua trajetória biográfica que se encontram relacionados tanto à sua precursora atuação no campo da linguística da Libras e do bilinguismo quanto à sua militância política pelos direitos dos surdos.

Um antigo documento foi encontrado referindo-se aos surdos como minoria linguística no Programa de Ação da Copdis. Escrito em 1986, é a expressão utilizada por uma língua como Língua dos Sinais das Cidades Brasileira – LSCB. Brito (2013, 172) menciona que “essa preocupação com a dimensão cultural da LSCB pode ser percebida nas diversas ações propostas pela Copadis para valorizar a língua e a cultura surdas, tais como: incluir a LSCB na educação dos surdos e nas atividades artístico-culturais destinadas aos surdos ou com participação deles (por exemplo, criar um canal de televisão por intérpretes especializados...); “[...] requisitar às pessoas que trabalham com surdos que saibam a língua dos sinais, LSCB” (COPADIS, 1986, p. 11). Nos meados de 1993, a língua de sinais conhecida LSB – Língua de Sinais Brasileira conforme BERENZ, 1998, p. 279) relata que

Talvez até mais do que para outros grupos minoritários, a língua desempenha um papel decisivo na comunidade surda, porque a comunicação, para as pessoas surdas, raramente é um dado adquirido. Em vez disso, ela deve ser conquistada à custa de considerável esforço concentrado. Os membros da comunidade estão unidos não pelo tipo físico ou país de origem de si próprios ou suas famílias, mas pela sua experiência comunicativa. Essa experiência comunicativa é geralmente marcada por formas de opressão sutis ou não tão sutis impostas pela maioria ouvinte. O atual interesse em questões da língua entre as pessoas surdas é uma evidência do despertar da consciência da comunidade surda. A mudança de paradigma na consciência Surda é deslocar-se de valorizar a fluência em português para valorizar a fluência em LSB.

De acordo com Brito (2013, p.162) que menciona: “nesse momento histórico, as justificativas explícitas para a campanha pela oficialização nacional da Libras ainda

estava relacionada ao *direito à comunicação*". Segundo Feneis (1996, p.6) fundamentalmente estariam mais aptos justamente ao exercício da cidadania. Logo, a bandeira da oficialização da Libras era então ligada, sobretudo, ao direito de cidadania.

A partir da década de 90, as lutas e movimentos sociais dos surdos no âmbito educacional nacional e internacional, como os pesquisadores da linguística, os atores da comunidade surda e os militantes surdos sobre o impacto dos políticos educacionais e linguísticos referente à educação de surdos.

Antes da oficialização da Libras, pode-se destacar algumas ações de afirmação surda no âmbito da academia, como em 1997, quando um grupo de pesquisadores surdos e ouvintes criaram um Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos (Nupes), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação para os estudantes dos cursos de mestrado e do doutorado, com objetivo de pesquisar e construir suas dissertações e teses na área da educação de surdos. Após inúmeras publicações e elevado número de produções e estudos surdos, espalhou-se para outras instituições de ensino no Brasil, tornando o Nupes um exemplo. Nessa perspectiva teórica que os seus pesquisadores nomearam como Estudos Surdos, aponta o teórico Skliar que

[...] um programa de pesquisa em educação, em que as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político (Skliar, 2005, p.5).

Em 1998, a gaúcha surda Gládis Perlin conquistou o título de doutora no Brasil, e concluiu seus estudos na área do conceito de identidades que na escrita do "Surdo", essa letra S maiúscula significa sujeito surdo, mas não há termo identidade própria. Ela propôs a criação de identidade surda, pois o espaço social chamado de cultura criou historicamente um estereótipo de incapacidade, de deficiência e outros. "O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evite a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada" (PERLIN, 1998, p. 54). Ela mostrou que a constante necessidade da comunidade surda em afirmar sua identidade sugere que é fundamental olharmos para a identidade cultural surda dentro de um contexto multicultural. A autora surda Perlin se tornou bastante conceituada, porque rapidamente propagaram-se seus importantes materiais sobre a construção das identidades surdas que incluem os movimentos, conhecimento das leis, políticas de inclusão e da ética. Mais

tarde, a autora Perlin e o pesquisador Skliar realizaram uma pesquisa aprofundada sobre as diferentes identidades nos diversos eixos como lutas sociais, a educação de surdos. Portanto, não podem ser considerados como um grupo de identidade homogênea.

O princípio de totalidade significa: por que lutar? Definição é um movimento social mesmo que represente ou defenda os interesses de um grupo em particular, afirma fazê-lo em nome de valores e realidade universais, reconhecidos pela coletividade como um todo. (Jr³⁷, s/n, s/p, 2010). Essa relação de uma gigantesca movimentação social surda, seguido as informações de acontecimentos:

Nos dias 20 a 24 de abril de 1999, aconteceram passeatas durante o Pré-Congresso ao V Congresso de Educação Bilíngue para Surdos em Porto Alegre, que são um exemplo de demonstrações públicas da existência do movimento social, em que os militantes surdos discutiram sobre o documento intitulado “A educação que nós surdos queremos”, elaborado pela Feneis e que demarcava suas principais reivindicações. Esse documento foi entregue ao governo do estado do Rio Grande do Sul, com objetivo da formulação e implantação de políticas públicas para a educação e a garantia dos direitos das pessoas surdas e deficientes auditivas.

Conforme Quadros e Stumpf (2018, p. 20) relata sobre o documento pelo MEC no V Congresso anteriormente da citação:

Desta discussão, resultou um documento elaborado pelos surdos: **A educação que nós surdos queremos**, que foi entregue à assessora técnica do Ministério da Educação (MEC) pelo presidente da FENEIS. O MEC assumiu a responsabilidade deste documento sobre os questionamentos e solicitações da comunidade surda. O documento reivindicava implementar o curso de professor de libras e o curso de intérprete em nível superior e a ampliação da discussão sobre Educação Bilíngue de Surdos.

Nesse contexto do documento anteriormente, conforme Cunha Júnior (2015, p.187) destaca que

[...] esse documento está pautado em três eixos temáticos, a saber: o primeiro Políticas e Práticas Educacionais para Surdos; o segundo, Comunidade, Cultura e Identidade; o terceiro, Formação do Profissional Surdo. O documento apresenta 147 tópicos, entre os quais estão o estabelecimento de propostas pedagógicas, princípios educativos, estrutura escolar, formação de profissionais etc.

Em passeata, a Feneis/RS aproveitou fazer um projeto de Lei que tratava da oficialização da Libras como Lei Estadual de Libras no estado do Rio Grande do Sul. A reunião junto à Câmara Federal e Casa Civil do GovernodoRS aconteceu no mês de abril de 1999, mas houve demora para fazer o processo. Em dezembro, a Assembleia Legislativa

³⁷ Escrito por Roberto Mosca Jr sobre Movimentos Sociais e segue ao link: <https://pt.slideshare.net/camos72/movimentos-sociais>.

aprovou a Lei n.º 11.405, de 31 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências.

Art. 1º- Ficam reconhecidos, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e os demais recursos de expressão a ela associados, como meios de comunicação objetiva e de uso corrente.

Parágrafo único – Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais o meio de comunicação de natureza visual – gestual, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidade de pessoas surdas do Brasil, sendo a forma de expressão dos portadores de deficiência auditiva e a sua língua natural. Art. 2º- Fica assegurado aos surdos o direito à informação e ao atendimento em toda a Administração Pública, direta e indireta, por servidor em condições de comunicar-se através da LIBRAS.

Parágrafo único - Para efetivar o disposto neste artigo o Poder Executivo poderá estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas que atuem no atendimento dos surdos.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Existem muitas leis municipais e estaduais de Libras em quase todo o Brasil. As autoras Thoma e Klein (2010, p. 25) afirmam:

[...] a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), primeiramente em alguns municípios e Estados, serviu de estratégia para o fortalecimento do movimento surdo no sentido de chegar ao Congresso Nacional, no ano de 2002, para a promulgação da Lei de Oficialização da Libras em todo o território nacional.

Conforme Britto (2013, p. 229) há relatos sobre a lei da Libras que “os ativistas surdos se mobilizaram para entregar um documento de solicitação coletiva ao senador Pedro Simon. Tratou-se de “[...] um abaixo-assinado de mais de 5 mil assinaturas solicitando a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional” (Feneis, 2002b, p. 4).

O marco histórico ocorreu no dia 3 de abril de 2002. Conscientes da importância do momento, muitos ativistas surdos acompanharam de intérpretes e militantes ouvintes marcaram a sua presença no centro do poder legislativo federal pelo Senado Federal, no Distrito Federal, em que manifestam suas crenças e aspirações de diversas formas. Finalmente, assim que o presidente do Senado anunciou a aprovação da lei, os surdos celebraram o resultado aplaudindo em Libras e festejou com muita emoção esta Vitória de toda a comunidade Surda brasileira. No dia 24 de abril de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei Ordinária Federal nº n.º 10.436, que reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais, segundo Britto (2013, p. 234 e 12).

Nesse sentido, a corrente da teoria de reconhecimento pelo filósofo e sociólogo

Honneth e a relação com a comunidade surda na luta pela ampliação de seus direitos e a língua oficial como reconhecimento da Libras nesse país inteiro. Esse diploma legislativo contribuiu para a inclusão social do surdo por meio de comunicação, que ocasionou uma miríade de oportunidades novas para a comunidade surda. Tivemos o crescimento de universitários surdos nas instituições de ensino superior e em todos os níveis de ensino, contando com a presença de intérprete de língua de sinais, acesso a novas informações sobre cidadania, política, saúde, educação, acessibilidade e outros aspectos sociais em geral.

Conforme Rangel e Klein (2020, p. 31) no espaço da comunidade conhecemos a língua, adquirimos laços fortes, aprendemos a viver com uma sociedade majoritariamente diferente linguisticamente. Mesmo com as diferenças entre os sujeitos surdos, o sentimento de “unidade”, destacado por Ladd (2013) sobreassi entre os sujeitos da comunidade.

Nos meados de 2004 podemos mencionar a interface entre o movimento surdo e o movimento de mulheres, sendo destacado o movimento feminista surdo. A pedagoga surda Shirley Vilhava, do Mato Grosso do Sul, refletiu sobre o histórico do dia da mulher, explica o porquê dessa data comemorativa, participando das políticas para as mulheres desenvolvidas no estado de Mato Grosso do Sul. Ela entrou em contato com outras surdas brasileiras para propor um evento que teve como nome I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas, que foi realizado em Belo Horizonte em 2004. Esse encontro foi organizado pela gaúcha Dr.^a Gládis Perlin, educadora e militante surda, e lá foram discutidas as lutas e movimentos das mulheres surdas, para quebrar o paradigma de a esposa ser submissa ao marido e reforçar a ideia de igualdade entre homens e mulheres. Esse encontro teve como objetivo constituir movimentos em prol das mulheres surdas nos países latino-americanos, por meio de debates sobre a realidade social das mulheres surdas na América Latina nos aspectos referentes à saúde, à violência, à educação, à sexualidade, à política, aos direitos, à cidadania.

O Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/02, foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa normatiza a relação da Libras e a educação de surdos. Seguintes itens desse decreto: A inclusão da Libras como disciplina curricular nas instituições públicas e privadas, a formação de professor e instrutor de Libras na educação básica, os alunos com direitos à educação, à formação de tradutor/intérprete de Libras-Língua Portuguesa e o direito à saúde das pessoas surdas e com deficiências auditivas. Essa busca da valorização do decreto que contribuiu muito para os profissionais de Libras e o crescimento do concurso público para os servidores

docentes surdos e tradutores/intérpretes de Libras nas Instituições de Ensino Superior – IES e as contratações para eles nas instituições privadas. Também os professores surdos, professores bilíngues, e os tradutores/intérpretes de Libras nas educações básicas.

Em 2005, uma equipe de pesquisadores e o Ministério de Educação (MEC) perceberam que havia falta de avaliação dos profissionais na área de surdez e da Libras em todo o Brasil, o que motivou a criação de um exame estabelecido pelo Decreto n.º 5.626/2005, para ser realizado no prazo de 10 anos após a publicação do Decreto, de 2006 a 2016. Então, foi criado o Programa Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa (Prolibras). Segundo Quadros e Stumpf (2018, p. 21) citam que:

Estes cursos não eram de nível superior, mas foram muito importantes naquele momento da história da constituição política e linguística da comunidade surda brasileira. Estes cursos mobilizaram lideranças surdas de todo país e contribuíram para a articulação política dos surdos brasileiros que sempre estavam buscando a melhoria da educação dos surdos no Brasil.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é a responsável pela organização do Prolibras, sendo credenciada pelo Inep e parceira do MEC nos anos de 2006 a 2010. A partir do ano 2011, a realização passou a se dar pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) no Rio de Janeiro, órgão vinculado ao Ministério da Educação. A seguir, demonstra-se a quantidade de certificações que ocorreram pela Secretaria da Educação Especial do MEC entre 2006 a 2008: “[...] o programa certificou 4.104 pessoas. Deste conjunto, 1.938 profissionais têm certificado para o ensino da Libras e 2.167, para tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais” (MEC, Brasil).

Em 2006, houve a criação do curso de graduação a distância em Letras/ Libras de forma pioneira na América Latina, com o objetivo de formar professores de Língua de Sinais. Ofereceu-se na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) esse curso, em parceria com outras nove instituições de ensino superior. Segundo Strobel (2008, p. 75):

A coordenadora responsável pelo projeto de criação e oferecimento do curso em âmbito nacional é a professora da UFSC, Ronice Muller de Quadros. Ronice explica a importância dessa licenciatura: “A nova lei criou uma demanda grande por profissionais com essa graduação. Há vários anos, o MEC vem oferecendo capacitação para pessoas preferencialmente surdas que atuam como instrutores da Língua de Sinais sem a licenciatura. O objetivo do projeto é formar professores com essa graduação”. O número de surdos também é um fator relevante. Existem cerca de 170 mil surdos no Brasil, de acordo com o último censo realizado, no ano de 2007.

Sobre essa relação entre as legislações e o decreto na área de Libras, por causa de curso, Sarturi e Dall'Alba (2014, p. 3) explicam que

Com o Decreto nº 5.626/2005 fica instituída a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua de Sinais nos currículos dos Cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia. No entanto, para inserir a Língua de Sinais no currículo é necessário formar os profissionais com profundo conhecimento da cultura surda e da gramática da Língua de Sinais, além de outros elementos que constituem o cotidiano das comunidades surdas. Nesse contexto, podemos afirmar que esse foi um dos motivos da criação do curso de Letras/ Libras. O 4º artigo da lei nº 10.436/2002 detalha que os sistemas educacionais Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médios e superiores, do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conforme legislação vigente.

Em 2008, houve a criação de mais um curso de bacharelado em Letras/Libras para tradutores/intérpretes, que contava com 15 polos nas instituições federais de ensino superior em estados brasileiros, sendo simultâneos os cursos (Licenciatura e Bacharelado). Alguns anos depois, mais de 20 cidades do Brasil criaram cursos de Letras/Libras, e instituições de ensino particulares organizaram seus próprios cursos, sem parceria com a UFSC, mas vinculados ao Ministério da Educação (MEC).

Mesmo ano de 2008, cada ano, o movimento social surdo organizado realiza, no que já se tornou tradição, passeatas em várias cidades do Brasil, em um movimento conhecido como Setembro Azul (atualmente dominante Surdo Azul, mas conhecido com outros nomes como mês do surdo.....), sendo marcado por diversos eventos da comunidade surda, com o objetivo de conscientizar sobre a acessibilidade e a comemoração das conquistas. De acordo com Britto (2013, p.199) relata que “a data foi oficializado como o dia do surdo em diversas cidades e estados. Finalmente, a Lei Federal nº 11.796, de 29 de outubro de 2008, instituiu o Dia Nacional do Surdo”.

Por que setembro? Esse mês tem datas importantes para a comunidade surda, sejam elas lembranças das perdas do passado ou celebrações das conquistas:

06/09 e 11/09: o período que a lembra do Congresso de Milão de 1880, no qual foi proibido o uso das Línguas de Sinais na educação dos surdos. Esse marco fez com que os surdos tivessem que se adaptar às línguas orais até que as línguas de sinais fossem novamente aceitas.

10/09: Dia Mundial das Línguas de Sinais. No Brasil, a data estimula a discussão acerca da falta de acessibilidade em Libras nos ambientes físicos. No ano de 2018, ONU

aprovou e alterou novo dia para 23 de setembro.

20 a 26/09: Semana Internacional dos Surdos. As comunidades surdas têm se expandido e prosperado ao longo dos anos e nos dando força. Agora é a hora de celebrar sua incrível resistência em nível local, nacional e internacional. Está significado que os diversos países, seus surdos têm nossas próprias comunidades, nossas próprias culturas, nossas próprias línguas, línguas de sinais, que nos unem a todos.

23/09: ONU declarou a comemoração do **Dia Internacional de Língua de Sinais.**

26/09: Dia Nacional do Surdo. O dia foi escolhido por ser a data de fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), a primeira escola para surdos do Brasil.

30/09: Dia Internacional do Surdo.

30/09: Celebra o **Dia do Tradutor**, no qual são feitas várias homenagens aos Intérpretes de Libras.

A autora Gonçalves (2016, s/p) explica o porquê da cor azul:

Em 1999, no XIII Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos, na Austrália, aconteceu a Cerimônia da Fita Azul (Blue Ribbon Ceremony), em lembrança dos surdos que foram vítimas da opressão. Neste evento, o Dr. Paddy Ladd (surdo), usou pela primeira vez a fita de cor azul como símbolo do movimento³⁸.

Para Ferraz (2009, p. 66), as pessoas do Dia Nacional dos Surdos têm se estabelecido como espaços políticos privilegiados para a construção da identidade e da consciência política dos sujeitos surdos:

As associações de Surdos, a Feneis e algumas escolas de Surdos divulgam sobre cultura, identidade e língua de sinais, ajudam a construir a consciência política dos Surdos sobre os seus direitos. Informam sobre a história dos Surdos, a construção e a importância da identidade, o movimento de Surdos etc. Mas, são poucos os espaços políticos para os Surdos exercerem e lutarem por seus direitos. A passeata é um destes espaços.

Antes de 2010 não há registros documentais sobre a consciência negra relacionados à surdez, sendo que somente em meados de 2010 começou a organizar-se o Encontro da Consciência Negra para Surdos nos vários escritórios regionais da Feneis, com o apoio de diferentes instituições de ensino, por intermédio de eventos, e divulgação a partir da imprensa local. Depois do ano de 2010, o crescimento do grupo dos negros surdos e a luta por seus direitos expandiu o Movimento de Negros Surdos em todo o Brasil, não somente negros, mas também começaram o grupo de feminista surda e a violência contra mulher.

Em 2010, alguns delegados surdos do Brasil e os representantes da Feneis

³⁸ <http://www.maosemmovimento.com.br/setembro-azul/>.

participaram da Conferência Nacional da Educação (Conae), que discutiu relativamente sobre as políticas educacionais e serviu de base para elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE). Tal conferência foi marcada pela mobilização de surdos revoltos, que perceberam que muitas pautas da educação para surdos haviam sido suprimidas e eles queriam abranger a educação inclusiva e os surdos reclamaram dessa proposta. A votação das pautas combinadas acabou sendo conturbada, sendo que a edição 40, da Revista da Feneis, de junho a agosto de 2010, apresentou que o Conae rejeitou a proposta que apoia a escola de surdos. Conforme a jornalista Regiane Lucas:

Na opinião dos surdos usuários da Língua de Sinais sobre a conferência, a regra da maioria não se mostrou a mais democrática. Das onze propostas defendidas pelos representantes da comunidade surda, apenas três foram aprovadas. [...] Em geral, as propostas defendidas pelos representantes da comunidade surda visavam à manutenção e à criação de escolas bilíngues para surdos. Segundo o delegado Neivaldo Zovico, houve um forte *lobby* das entidades favoráveis à escola inclusiva, perspectiva também apoiada pelo governo. Ele explica que a conferência foi dividida em seis subtemas e que as propostas sobre os surdos entraram no eixo seis “Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”. “Durante a fase de discussão interna ao eixo seis, fizemos um acordo de que todos nós votaríamos a favor das propostas apresentadas pelos diferentes grupos – negros, quilombolas, Movimento dos Sem Terra, dentre outros.

Zovico (delegado e professor) na ocasião relata “Partimos do princípio de que ninguém conhece melhor a realidade do que aqueles que a vivenciam”. No momento da votação, sete propostas foram totalmente rejeitadas, três aprovadas com 50% e uma, obteve 30%. Neivaldo argumenta que os dirigentes governistas manipularam o grupo. Segundo Neivaldo:

Nas nossas costas, depois de sairmos da plenária, os participantes do eixo seis foram chamados para uma reunião com representantes do Governo Federal e de ONGs conveniadas ao Ministério da Educação (MEC). Eles os convenceram a votar contra as propostas destacadas pelo grupo de surdos, acusando nossas ideias de segregacionistas. Os únicos movimentos que nos apoiaram até o fim foram a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e a Educação do Campo. (LUCAS Regiane; MADEIRA, Diogo, 2010, p. 22- 23)

Nos dias 19 e 20 de maio de 2011 houve uma grande mobilização em Brasília convocada pela comunidade surda, evento que reuniu representantes de várias cidades do Brasil em frente ao prédio do MEC. A manifestação foi organizada pela Feneis sobre Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda, com objetivo de defesa da educação bilíngue para surdos e contra o fechamento das escolas especiais.

Figura 10 – Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda



Fonte: <http://www.jb.com.br/media/fotos/2011/05/20/900x510both/20Surdos1.jpg>.

Essa foto mostra o momento da manifestação em defesa da educação e da Cultura Surda, passeata realizada em 20 de maio de 2011, saindo do Museu Nacional e chegando em frente ao Senado Federal. Viabilizou que os surdos protestassem no Congresso Nacional. Esse foi um marco histórico do movimento educativo e a luta por reconhecimento e desenvolvimento pelo sociólogo e filósofo Axel Honneth.

Figura 11 – Prof.^a Dr.^a surda Patrícia. Suas mãos que falam.



Fonte: <http://anapaulajung.blogspot.com.br/2011/05/movimento-em-favor-de-educa-cao-e-da.html>.

Essa foto é da Prof.^a Dr.^a surda Patrícia Luiza Rezende, Diretora do Departamento de Políticas Educacionais da Feneis, trazendo as denúncias e reivindicações da Comunidade Surda Brasileira, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, na manhã de 19 de maio de 2011, escrita por Ana Paula Jung (2011). Ela colaborou com a defesa dos espaços de educação bilíngue para surdos.

Rangel e Klein (2020, p. 82) relatam que os feitos da Federação na defesa dos direitos surdos e no empoderamento destes na construção de ações que valorizem a

comunidade surda e a língua de sinais foram destacados como um feito heroico da Feneis. Entretanto, as ações não se retringiram apenas ao espaço social, para o desenvolvimento destas ações. Nesse sentido, Brito (2013, p. 37) afirma que a interação de:

[...] intelectuais com os militantes surdos era variável. Ao lado de contatos mais esporádicos, ligados a atividades acadêmicas específicas, muitos deles nutriram laços de amizade com importantes ativistas surdos e mantiveram contatos regulares com organizações do movimento, principalmente com a Feneis, onde alguns deles passaram, inclusive, a desempenhar atividades de pesquisa e docência ligadas a Libras.

Sobre esses movimentos dos surdos naquele momento Campello e Rezende (2014) afirmam:

A mobilização em defesa de nossas Escolas Bilíngues de Surdos vem dos primórdios, mas com maior intensidade a partir da explosão do Movimento Surdo, quando na ameaça do fechamento da nossa escola centenária. Enfim, estamos construindo a nossa política da verdade: as escolas bilíngues de surdos não são segregadas, não são segregadoras e nem segregacionistas como tem alardeado tanto o Ministério da Educação. Pelo contrário, são espaços de construção do conhecimento para cumprimento do papel social de tornar os alunos cidadãos verdadeiros, conhecedores e cumpridos dos seus deveres e defensores dos seus direitos, o que, em síntese, leva à verdadeira inclusão (Campello; Rezende, 2014, p. 89).

Nesse contexto educacional, Rangel e Klein (2020, p. 84) relatam que a defesa da escola bilíngue leva em consideração a necessidade de preparação de um espaço a fim de receber de forma adequada os alunos surdos. Com base no que afirma o Decreto 5.626/2005, que destaca a “educação bilíngue: Libras-Língua Portuguesa como segunda língua” (BRASIL, Art. 11, 2005). A defesa desta modalidade de educação foi o que impulsionou o movimento em defesa das escolas.

Em 2012, a Câmara Distrital de Brasília aprovou o Projeto de Lei 725/2012, que referiu sobre a criação de uma Escola Bilíngue para Surdos, com a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua. A escola bilíngue para surdos, como é organizada: “Educação Bilíngue para surdos contempla crianças surdas nas séries iniciais do Ensino Fundamental e tem como objetivo conhecer o bilinguismo como proposta educacional, constituindo a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda” (BLOGS DE SAPO, s/n, s/p)³⁹. Mais tarde, “o Plano Nacional de Educação votado em 2014 por meio da Lei Federal 13.005/2014,

³⁹ Disponível em: <https://adaptareincluir.blogs.sapo.pt/9824.html>. Acesso em: 26 out. 2017.

estabelece uma política de Educação de Surdos ampla e diversificada, que oficializa e legaliza as escolas bilíngues para surdos com provisão de recursos públicos” (QUADROS e STUMPF, 2018, p. 24) . Segundo Linhares e Stumpf (2021, p. 56) relata que “a educação bilíngue foi enfim reconhecida com a nova regulamentação do PNE, na meta 4.7:

4.7 garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) estudantes surdos (as) e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

Em 2013, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus Palhoça, inaugurou o primeiro campus bilíngue Libras-português da América Latina, em que foram ofertados dois cursos: Multimídia e Educação Bilíngue, com capacidade para atender 800 alunos em sala e mais 1.200 a distância.

Mesmo ano de 2013, a TV Ines foi o primeiro canal de Web TV para surdos e foi lançado no Brasil em 2013, numa parceria entre a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp)⁴⁰ e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Existe o canal com conteúdo audiovisual bilíngue, com legendas e locução em português, acessível ao público surdo e ouvinte – o que a torna única no propósito de integrar o público surdo e ouvinte dentro da mesma programação. Também existem parcerias com a TV Escola, Ministério de Saúde (Fiocruz), a TV do governo Federal (NBR), Justiça Federal, Ministério Público Federal (MPF), canal Saúde e Tribunal Superior Eleitoral. É um canal de televisão bilíngue, sendo seu desafio a produção de narrativas audiovisuais que conjuguem Libras e Língua Portuguesa, integrando públicos. Sua equipe de profissionais é composta por surdos e ouvintes, incluindo tradutores/intérpretes.

Em 2015, ocorreu o primeiro encontro sobre Violência contra Mulheres Surdas, sendo esse evento realizado na Escola Pública Municipal Helen Keller, em São Paulo. Em 2016, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional: Feminismo e Empoderamento Surdo, no Rio de Janeiro, com objetivo de criar o programa de Política de Mulheres Surdas, com foco na mulher surda carente de informações e que nunca foram debatidas, como: Violência doméstica, Lei Maria da Penha, machismo, sexismo, objetivação do corpo da mulher e a relação entre desigualdade de gênero.

⁴⁰ Segundo anuncia seu portal, a empresa Roquette-Pinto trabalha pela melhoria da educação no Brasil, com objetivo de comunicar para educar pela tecnologia a fim de produzir conteúdo de qualidade e acessível a todos. Os três projetos de Roquette-Pinto Comunicação Educativa são TV Escola, TV Ines, Hora do Enem. Esse portal diz que “acredita que educação é para todos. Por isso, temos o compromisso de tornar programas audiovisuais (gravados e ao vivo) totalmente acessíveis, seja por meio de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e legenda aberta (ou oculta) para surdos ou por meio de projetos com audiodescrição para cegos”

Figura 12: A imagem do evento “Feminismo e Empoderamento Surdo”



Fonte: <http://blog.feneis.org.br/wp-content/uploads/2016/11/capapalestra-01-1040x446.png>.

A Lei Brasileira da Inclusão – LBI foi a lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, que é o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiências, visando à sua inclusão social e à cidadania como capacidade civil nas políticas públicas. Antes da LBI, as leis separadas de tipos de deficiências, as pessoas procuravam as informações confundidas; por isso, a lei especifica geral em focalizar com as pessoas com deficiências, incluindo os surdos também.

As duas surdas brasileiras Gládis Perlin e Schirley Vilhava são representantes da Feneis e participaram da Consulta Nacional para as Mulheres com Deficiência e Mulheres Ciganas, que aconteceu nos dias 11 a 13 de março de 2016, em Brasília, tendo a Feneis como norteadora da temática da mulher surda. Perlin e Vilhava (2016, p. 3-6) apresentam que,

[...] tendo em vista a existência da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Brasil e a necessidade de conscientizar a mulher surda referente aos problemas constantes, acreditamos ser pertinente trazer a público a temática com o olhar relevante ao aspecto crescente do problema presente e redundante da mulher surda. [...] A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual.

As autoras citadas fizeram propostas sobre políticas referentes a diversas áreas, com apelo à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para que atendem aos anseios da comunidade surda, a fim de encorajar políticas para as

mulheres surdas, sejam políticas específicas ou conjuntas às de mulheres ouvintes.

Em 2017, o povo surdo celebra uma nova conquista com o lançamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em Libras. Cerca de seis mil alunos surdos e com deficiência auditiva utilizaram esse recurso e realizaram o exame por meio de uma vídeo-prova. Porém em Curitiba 2014, alguns surdos que terminaram o o ensino médio, ingressaram na justiça, pois o Enem, embora houvesse tradução, esta não era de qualidade, ou seja a buscar o ambito judicial sobre Enem, pois os mesmos não se qualificarm no exame, site da Terra educação⁴¹ (2014) relata que “solicitaram, junto ao Tribunal Federal do Paraná (TF-PR), o direito de refazer o exame por se sentirem lesados devido à má qualificação dos tradutores-intérpretes e ao fato de eles terem se negado a traduzir os enunciados das questões e alternativas de respostas”. No mesmo site da Terra educação (2014) menciona que:

Comprovar o domínio da modalidade escrita da língua portuguesa é uma das habilidades avaliadas na prova e, por Lei, não pode ser substituída pela Libras, apesar deste idioma, que conta com gramática própria, ser uma língua oficial no País desde 2002.

A Feneis e o advogado paranaense Bruno Meirinho elaboram “as reivindicações para os exames futuros para prover maior acessibilidade em Libras no exame, com a prova transcrita em vídeo integral e previamente. A medida ajudaria a dar mais independência aos surdos e garantiria uma tradução igualitária para todos” (Terra educação, 2014). Nos últimos 19 anos, a equipe de correção das redações do Enem não contava com profissionais da área de Letras que corrigissem as redações levando em conta a estrutura do português como segunda língua, e a acessibilidade aos surdos era pensada apenas a partir da presença de um intérprete de Libras na hora da prova. Percebe-se que foi de suma importância o Enem 2016, pois contou com a inscrição de 7.131 deficientes auditivos e 2.290 surdos. Juntos, eles representaram 0,1% do total de inscritos. O recurso de tradutor-intérprete de libras foi solicitado por 3.562 participantes e o de leitura labial, por 1.624. Portanto, a disposição da acessibilidade melhorou para os inscritos surdos e para os deficientes auditivos. Mas uma comemoração para o povo surdo foi o tema da redação, que foi sobre os desafios para a formação educacional dos surdos, quando, com isso, o MEC alegou buscar a ampliação da acessibilidade e políticas afirmativas para os surdos.

Os candidatos surdos tiveram a oportunidade de realizar a prova do Enem na sua

⁴¹ O link do site da Terra educação: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/enem/grupo-de-estudantes-surdos-conquista-direito-de-refazer-enem.5e8b3b0518957410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

própria língua, e isso é muito importante para o desenvolvimento educacional dos surdos em nível nacional, pois, dessa forma, haverá um crescimento dos surdos matriculados no ensino superior e nos demais níveis de ensino. Iniciativas dessa magnitude são de extrema relevância nessa área, tendo em vista que, na Argentina, há apenas cerca de 2% de surdos universitários e não há especialistas, mestres ou doutores surdos. Portanto, a partir da elevação da escolaridade dos surdos, a qualidade de vida das pessoas surdas brasileiras pode melhorar e há o reforço de suas lutas por igualdade social.

Outra interface interessante de destacar é entre o movimento surdo e o movimento negro. Exemplo disso foi a proposta que Sandro dos Santos Pereira, um surdo negro, fez à Associação de Surdos de São Paulo (ASSP), de organizar um evento que foi chamado I Conferência da Inclusão Social do Negro Surdo, em 2008. O evento já teve cinco edições em várias cidades do Brasil, e realizou o sexto congresso em Florianópolis, em 2017, com objetivo do “empoderamento de lideranças dentro da comunidade surda, a fim de lutar pela legitimação dos direitos sociais, perpassando temas transversais que envolvem o arcabouço histórico da comunidade negra e surda” (CNISNS21, 2017).

Percebemos que os candidatos surdos nas eleições de 2012, 2014 e 2016, trouxeram uma retrospectiva dos movimentos sociais e políticos surdos em prol do reconhecimento da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

É de suma importância refletir sobre o olhar dos partidos políticos acerca da sociedade civil surda como grupo de interesse. A relação entre candidatos surdos e suas propostas alinhadas a demanda dos eleitores surdos brasileiros, bem como o fortalecimento da possibilidade de ações e participação deste público da sociedade na gestão pública. Nesse sentido, percebemos a necessidade de uma série de políticas públicas inclusivas capazes de promover a inserção social, com vistas a uma melhor socialização e a construção da cidadania surda.

Percebe-se que todos os candidatos surdos são dos partidos políticos da esquerda. Abaixo segue um resumo bibliográfico de cada candidato e as marcas de sua trajetória de luta por reconhecimento, segundo consta:

1 – Paullo Vieira é paulista surdo, 47 anos de idade, é assessor surdo e trabalha na prefeitura de São Paulo. Foi candidato a Deputado Estadual de São Paulo pelo Partido Humanista da solidariedade - PHS nesta eleição de 2012 e 2014, mas não foi eleito. Foi o segundo mais votado para Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência na cidade de São Caetano e foi presidente da ASSP (Associação de Surdos de São Paulo). O festival esportivo e cultural dos alunos surdos é de sua autoria. Foi organizador da luta da

comunidade surda paulista, com mais de mil pessoas participantes da passeata desde 2007 e entregou o projeto para escolas bilíngues na Assembleia Legislativa e outros.

2 – Sandro Pereira foi candidato a Deputado Federal por São Paulo pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL nas eleições de 2012 e 2014, mas não foi eleito. Esse surdo negro propôs ao presidente surdo Paulo Vieira, da Associação de Surdos de São Paulo – ASSP, a organização de um evento nacional que foi chamado I Conferência da Inclusão Social do Negro Surdo, em 2008, com participantes homens e mulheres. Este evento já teve cinco edições em várias cidades do Brasil, e a sexta edição ocorreu em novembro deste ano em Florianópolis.

3 – Christiane Elizabeth Righetto é paranaense surda foi candidata a Deputada Estadual do Paraná pelo Partido Socialismo e Liberdade nas eleições de 2012 e 2014, mas não foi eleita.

4 – Milton Bezerra foi candidato a Deputado Federal pela Bahia pelo Partido Socialista Brasileiro nas eleições de 2012 e 2014, mas não foi eleito.

5 – Samuel Souza foi candidato surdo a Vereador de Campo Grande pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB na eleição de 2012.

6 – Mineiro surdo Lucas Vargas foi candidato a Vereador de Juiz de Fora em Minas Gerais na eleição de 2012.

7 - Cláudia Gouveia, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), São José do Rio Preto – SP na eleição de 2012.

8 – O Goiano Pedro Henrique, 35 anos de idade, foi candidato a Vereador de Catalão pelo Partido Social Democrático – PSD na eleição de 2012 e 2014. Em 2016 foi eleito e único vereador surdo oficial em todo o Brasil.

9 – Jacques Douglas foi candidato a Vereador de Jaguariúna – São Paulo pelo Partido Social Liberal – PSL na eleição de 2012, mas não foi eleito.

10 – O gaúcho surdo Cristiano Strack foi candidato a Deputado Estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano Brasileiro. Ele é professor de história em uma escola para surdos. O deputado Carlos Gomes incentivou-o para candidatar-se, mas não foi eleito. Porém, tornou-se assessor do deputado federal Carlos Gomes do PRB até os dias de hoje. Seus trabalhos são a aprovação do projeto que garante intérprete de Libras em órgãos públicos; também solicita à ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) que analise permissão de voo a piloto surdo, entre outros.

11 – O gaúcho Tibiriçá Vianna Maineri, surdo, foi candidato ao cargo de vereador de Caxias do Sul, pelo Partido Republicano Brasileiro – PRB, na eleição de 2016. Ele ficou

como suplente e, em seguida, iniciou um trabalho na Coordenadoria da Acessibilidade do município. Quando em seguida foi chamado para assumir o cargo de vereador no lugar do titular, preferiu ficar à frente da Coordenadoria da Acessibilidade. Tibiriçá é um dos fundadores da Sociedade dos Surdos de Caxias do Sul desde 1986 e era professor de Libras na Escola Estadual Especial de Ensino Médio Helen Keller em Caixas do Sul.

A grande parte dos candidatos surdos não foi eleita; por isso, os autores Baqueros e Linhares (2011) relatam em seu texto sobre as bases para compreender a cultura política (anti) partidária e, nesse sentido, pode ser que a sociedade tenha desconfiado dos candidatos surdos. Nunca viram nenhum surdo assumir algum cargo político e duvidaram da capacidade dos surdos em promover a representação política. Ou, simplesmente pensar que ele iria apenas representar a comunidade surda, por fazer parte de seu grupo de interesse, deixando de lado as demandas dos demais grupos de interesse. Mas, esse é um pensamento focalizado na questão da surdez, e não percebendo o surdo como detentor de conhecimentos e saberes como os demais candidatos, olhando apenas a perspectiva da deficiência, não enxergando a capacidade do surdo em gerir.

Neste sentido, os partidos políticos são permanentemente questionados em relação a uma das suas funções essenciais: a de canalizar ou intermediar os interesses e demandas da sociedade para transformá-los em estratégias políticas eficientes [...] (Szwako e Dowbor, 2017, pg.3).

Essa relação aos candidatos surdos, que em sua maioria se filiam a um partido político, com o intuito de ingressar no sistema político, com vistas a promover uma transformação de estratégias políticas eficientes, através de uma mediação política entre Estado e sociedade, com foco no fortalecimento dos valores democráticos, das instituições políticas e públicas. Os autores Mainwaring e Scully (2008) at al Banqueros e Linhares (2011, pg. 5) relatam que:

“[...] a qualidade democrática e pensar numa governança democrática; ou seja, no caso dos partidos políticos, é imperativo que sejam eficientes na sua capacidade de mediação política, de educação política, de articular e agregar os interesses dos diferentes setores da sociedade, produzindo, desse modo, mais credibilidade e legitimidade aos olhos da cidadania”.

Sabemos que há diferentes perspectiva acerca dos candidatos surdos, muitos ainda os veem com uma forte ligação à imagem e/ou símbolo da surdez pensando pelo lado da deficiência e esta marca é levada à nossa representação política. Conclui-se que os movimentos sociais foram e continuam sendo relevantes no processo de institucionalização. E isso é perceptível na comunidade surda, pois os movimentos sociais

emergidos desta comunidade foram de grande valor para o avanço e o acesso destes, aos bens e serviços governamentais em nível nacional, através das articulações realizadas, bem como através do processo de institucionalização. Através deste processo houve o surgimento de lideranças surdas atuantes e envolvidas nas discussões e articulações nos espaços políticos, ocupando um lugar como cidadãos de direito, tanto na esfera municipal, na estadual como na federal. Com base nessas reflexões creio que, à medida que a participação dos surdos nos espaços políticos seja ampliada, haverá uma melhor aceitação social, pois é importante levar em consideração que o ingresso dessa parcela da sociedade em cargos políticos é muito recente.

Em 1º de janeiro de 2019, o momento de posse do governo federal Bolsonaro com sua primeira-dama da república mostrou-a sinalizando para todo o mundo, parecendo carismática e empática ao respeito à comunidade surda; os povos surdos acreditaram nela, porque foi uma grande proposta das políticas públicas no nosso país. E ficamos orgulhosos com os 12 surdos que trabalhavam no Governo Bolsonaro, segue com os nomes de cada Ministério: No Ministério dos Direitos Humanos: 1) Priscila Gaspar (2019 a 2022) - Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2) Antônio Campos (2019) - Coordenador acessibilidade e tecnologia; 3) Paulo Vieira (2019 a 2021) - Diretor de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiências; 4) Filipe Correia (2019 a 2020) - Coordenador diretor políticas temáticas dos direitos da pessoa com deficiência

No Ministério da Educação: 1) Karin Strobel (2019 a 2020) - Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos 2) Crisiane Nunes (2019 a 2022) - Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; 3) Rodrigo Rosso (2022) - Diretor de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; 4) Flaviane Reis (2019) - Coordenadora Geral de Políticas de Educação Bilingue de Surdos; 5) André Reichert (2019 a 2020) - Colaborador Técnico; 6) Messias Ramos (2020 a 2021) - Colaborador Técnico; 7) Karoline Kust (2021) - Colaboradora Técnico.

No Ministério da Cidadania: 1) Cezar Oliveira (2019) "Contrato de Terceirização" - assessor de sinais em Libras do governo que foram escolhidos para representar nossa comunidade surda com as autoridades dentro do Congresso Nacional, pois foi um marco na nossa representatividade pela a primeira vez na história.

A perspectiva do governo federal durante o ano 2019 e 2020, não foi muito satisfatória, pois aconteceram mudanças que prejudicaram a comunidade surda e os demais grupos minoritários. Ao longo dos anos, a comunidade surda sempre unida e apoiando as lutas; entretanto, o marco histórico foi diferente nesta política, retornando dois grupos separados como esquerda e direita. Normalmente, as pessoas ouvintes iguais,

mas infelizmente, os surdos perderam o foco e entraram no jogo político nunca visto antes na história. Os bolsonaristas surdos contra os esquerdos surdos esqueceram a viabilização das políticas públicas da comunidade surda do nosso país e focalizados com apoio pelo bolsonarismo, provavelmente influenciados pela propaganda da primeira dama Michele, mostrando na mídia seu dom de sinalizar e seu trabalho assistencial ao público surdo.

Cito algumas modificações que ocorreram neste período entre 2019 e 2020, pela política da comunidade surda e a importância da permanência destes projetos a qual foi descartada pelo governo atual na escrita afirmativa:

1 – Suspensão dos concursos públicos para tradutores/intérpretes de Libras nas instituições públicas de várias cidades do Brasil e obter somente contratação continuada; os concursos públicos para tradutores/intérpretes de Libras são importantes, pois trabalham com os professores surdos nas Universidades Federais tais como: reuniões, informações da instituição, atender os alunos, entre outros.

2 – Projeto para intérpretes voluntárias; como essas pessoas irão viver sem salário? No meu entender existe uma grande diferença entre voluntariado e o trabalhador que precisa de salário para viver dignamente. Os intérpretes voluntários são os que trabalham na Igreja, na Instituição social ou em Ongs para ajudar, auxiliar e aprender mais com as pessoas surdas que frequentam estes ambientes. Mas os que são trabalhadores que precisam de remuneração e qualificação para atuar nas empresas e Instituições Federais e Privadas têm que estar aptos e qualificados para tal função.

3 – Cortar as cotas do mercado de trabalho para pessoas com deficiências (projeto de lei 6.159/2019); o governo pretende que as empresas não tenham mais obrigação de cumprir cotas para os trabalhadores com deficiência, especificamente os surdos que parecem ser excluídos por acharem que eles são incapazes e fiquem em casa para receber BPC. Nesse sentido, como nós surdos lutamos pelo direito básico de viver com qualidade e dignidade, conquistas dos direitos humanos e o desafio da inclusão, mas o retrocesso da história antiga na comunidade surda ainda permuta.

4 – Cortar as cotas de pós-graduação para indígenas, negros e pessoas com deficiências; são importantes, pois o crescimento de estudantes desenvolvidos pela educação, a redução de discriminação e a consciência pelas diversidades culturais. Quando fiz minha pesquisa de mestrado percebi que não tem mestres e doutores surdos na Argentina como aqui no Brasil; por isso, o governo ignora descumprir a educação para os surdos.

5 – Cortar BPC (Benefício de Prestação Continuada); BPC para idosos e pessoas com deficiências, não podemos aceitar isso, pois essas pessoas vulneráveis principalmente os idosos precisam muito deste Benefício para viver, pois é a única renda que eles têm. Mas os jovens, alguns não precisam estar recebendo BCP, pois as empresas precisam avaliar bem para dar oportunidade às pessoas com deficiências pois sei que dependendo da deficiência não será possível trabalhar, mas primeiro temos que verificar com cautela pois estão descartando talentos importantíssimos por acharem que são incapazes.

Nesse sentido, o autor Da Matta (1985) apresenta seu trabalho sobre a questão da cidadania relacionada à inclusão do sujeito surdo e suas diversidades na política cultural. Ele escreveu as palavras “a casa”, que significa as relações privadas e “a rua”, que significa as relações públicas no texto e apresenta muitas palavras antônimas contextualizadas nas áreas diversas da vida da comunidade no Brasil. Os mortos oferecem métodos em lugares na sociedade com falhas e apontam alternativas sociais e morais que podem ser importantes nas sociedades brasileiras. Assim, entendemos porque a morte mata, mas os mortos não morrem. Cada vez mais a violência, o preconceito, o poder, a exclusão, o *bullying*, a ganância toma conta, matando, mas deixando vivo. Por isso, parece que os invisíveis são a minoria da comunidade surda, só pensa em Poder e Política que controla um país chamado “Estado das Instituições”; por isso, esquece-se de ser representante do povo.

Então, o governo atual está sempre com intérprete de Libras ao seu lado no Congresso Nacional e também nas *lives* particulares em sua casa e somente mostra seu discurso particular e ideológico próprio. Quando chegou a pandemia aqui no Brasil, os surdos assistiram a TV jornal várias vezes todo dia, e ficaram assustados, porque não entendiam o que estava acontecendo, o ministério da saúde informava e orientava sobre o coronavírus todos os dias, mas nós surdos não conseguimos acompanhar os acontecimentos por não ter a acessibilidade de Libras na janela no canto da TV, somente por legenda e, como é robotizada, apresenta as palavras trocadas e com erros. Para nós conseguirmos acompanhar, temos que obter as informações nas redes sociais tais como: Facebook, Whastapp e Youtube; e vídeos na *internet*, que ajuda muito para as pessoas surdas entenderem melhor, pois sua língua materna é a Libras. Perceber que o discursivo governo próprio está com seu lado de intérprete de Libras, porque não estão com outros ministérios; por exemplo, ministério de saúde, de suma importância na informação sobre

a pandemia e com as orientações de saúde. Obviamente, há um programa de televisão para Senado Federal que se nomeia Senado TV, sempre presença com janela de Libras.

Como exemplo, o auxílio emergencial, o surdo entra no APP do Banco Caixa, mas não consegue entender se tem direito ou não ao auxílio, pois o vídeo em Libras não esclarece quais as pessoas surdas que têm direito. Quando temos dúvidas não sabemos a quem recorrer e isso é frequente; então, o que nos ajuda são os amigos que já passaram por alguma experiência parecida com a minha ou quando tem alguém que nos explica por entender do assunto via Whatsapp.

De acordo com o autor Latour (2012), a relação com as Redes Sociais são muito utilizadas pelas pessoas para interação e trocas sociais; isso tem sido uma forma de utilização da tecnologia de grande ajuda para a acessibilidade dos surdos. A concepção socioantropológica da surdez é de suma importância para o reconhecimento do sujeito surdo com identidade e cultura, através da perspectiva das diferenças. E os avanços tecnológicos funcionam como estratégias de visibilidade, ferramenta de difusão do reconhecimento das diferenças e requerimento de luta por direitos.

Os cidadãos possuem vida social ativa e têm todo o direito de ter acesso aos meios de comunicação, tanto como forma de diversão como também de informação. A comunicação é um dos principais fatores do processo de inclusão do ser humano e significa participação, convivência e socialização.

Nas eleições de 2020, tivemos uma lista de 67 candidatos surdos e surdas em diferentes cargos como vereador e vice-prefeito, distribuídos em 61 municípios de todas as regiões do país. Nunca visto antes, foi o maior número de candidatos neste sentido. As primeiras vereadoras surdas eleitas pelo PSB – Partido Socialista Brasileiro de Paranaguá, no Paraná, Isabelle Dias, tem 30 anos de idade. Outra vereadora surda parabalina eleita pelo partido Cidadania, Ana Kelly Nunes Bezerra, conhecida Kelinha de Naldo, tem 25 anos de idade, no município de Araçagi, na Paraíba. O vereador surdo eleito, Tibiriçá Maineri pelo PRB – Partido Republicano Brasileiro, no município de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, tem 60 anos de idade, concorreu nas eleições de 2016, mas não foi eleito. Candidatou-se novamente até conseguir o cargo político como vereador.

Em 2021, a comunidade surda brasileira sente falta dos movimentos surdos nas políticas públicas, começam a se unirem às lutas novamente e voltam as reivindicações e as propostas, nada a ver aos dois grupos da política como esquerda e direita, mas ainda está ofusco a personalidade particular.

Como principais conquistas no âmbito legal, existem quatro leis importantes

sancionadas nos últimos 20 anos. As Leis e o Decreto são fortes aliados dos surdos, tais como: a Lei da Acessibilidade n.º 10.098/2000, a Lei n.º 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua, e o Decreto n.º 5.626/2005, que a regulamenta, e a Lei de profissão de tradutor e intérprete de Libras n.º 12.319/2010.

No Brasil, as lideranças surdas que foram incansáveis em suas lutas e, por isso, continuaram alcançando melhores condições de vida através da institucionalização, havendo o ingresso para articulações no sistema político e nas ações institucionais do Estado. As lutas de direitos e as reivindicações como a garantia dos direitos humanos por meio das políticas públicas, contextualizadas nas diversas áreas da vida comunidade surda. O grupo dos interesses tais como: as pessoas surdas e com deficiências auditivas, surdocegueiras, os surdos oralizados, os surdos implantes cocleares, os intérpretes de Libras, familiares e outros, se unem e lutam juntas, com muito mais força para buscar e conquistar seus direitos. Portanto, os políticos, os legislativos e outros ficam alerta e aceitem os movimentos sociais surdos e os apoiem cada vez mais. Utilizando as palavras de Honneth (2017, p. 138 e 139) relata que

[...] reconhecer-se reciprocamente como pessoa de direito significa que ambos os sujeitos incluem em sua própria ação, com efeito de controle, a vontade comunitária incorporada nas normas intersubjetivamente reconhecidas de uma sociedade [...]. A experiência de ser reconhecido pelos membros da coletividade como uma pessoa de direito significa para o sujeito individual poder adotar em relação a si mesmo uma atitude positiva; pois, inversamente, aqueles lhe conferem, pelo fato de saberem-se obrigados a respeitar seus direitos, as propriedades de um ator moralmente imputável.

Nesse sentido, a citação demonstra que os sujeitos surdos têm sua experiência intersubjetivamente, por isso a luta comunitária apresenta a coletividade tendo um reconhecimento social o que significa a valorização da comunidade surda. Essa retrospectivamente movimental demonstra que a fenomenologia das relações de reconhecimento como a construção de ser cidadãos surdos em bem-estar na sociedade focaliza com o âmbito jurídico e político.

Percebe-se que esse texto, que a educação de surdos e a associação de surdos, são bases e iniciam movimentos em toda história das organizações e movimentos sociais surdos do Brasil convergiram no sentido de promover a forma de comunicação sinalizada, tendo por objetivo buscar, por força da lei, o reconhecimento social e jurídico, os direitos surdos por meio das políticas públicas, contextualizadas nas diversas áreas da vida da comunidade surda (SOUZA, 1998, BRITO, 2013).

3.3 Paraguai

Não encontramos muitos materiais sobre a história de surdos paraguaios. Existem poucas publicações e recentes produções científicas e acadêmicas. Encontramos e apresentaremos algumas publicações digitais em espanhol a partir de 2015. Uma obra chama-se *Sondeo sociolingüístico sobre los sordos en el Paraguay* traduzida por português “Pesquisa Sociolinguística sobre Surdos no Paraguai”, com autores Elizabeth Parks e Jason Parks e o livro nomeia-se *Comunidades Sordas en América Latina: Lengua-cultura-educacion-identidad* com as organizadoras Zambrano e Pedrosa, 2017.

Em abril de 1961, foi a fundação do *Centro de Sordos del Paraguay – CSP*, na capital, Assunção, com o objetivo de lutar para melhorar a vida dos surdos e hoje ela tem 400 membros nessa associação.

Em 1962, foi criada a primeira escola de surdos do Paraguai, em Assunção. Dois anos depois foi fundada outra escola, a Escola Especial nº 6 Fonoaudiologia Paraguai-Uruguai Rosa Peña, também na capital.

Em 1972, foi fundado o Instituto Antônio Próvolo, que fica no bairro sudeste de Assunção. Esse instituto e mais duas escolas utilizavam o método oral (uso da fala e da leitura labial nas salas de aula, sem língua de sinais).

Em 1978, o governo paraguaio protegeu as pessoas com deficiências com leis que não aceitavam discriminação, mas não encontramos o número da lei, somente a fala da proteção dos cidadãos com deficiências. Mais tarde, foi acrescentado um novo artigo, o 58, da Constituição de 1992 que garante direitos médicos, educação, recreação, desenvolvimento profissional para facilitar a integração social com as pessoas com deficiências.

Na década de 80 iniciou também uma escola denominada Escola Especial nº 10 Instituto "Antonio Próvolo", na Ciudad del Leste, que fica na fronteira com o estado do Paraná – Brasil. Essa escola começou a utilizar língua de sinais enquanto as outras escolas anteriores usavam o método oralismo.

De acordo com Falcão et al (2017, p. 239), tocante à legislação paraguaia pelo Ministério de Educação e Cultura e o Departamento de Educação Especial lançaram a Curricular Nº 27/1981, que conta com as seguintes orientações referentes às deficiências auditivas e problemas da linguagem:

As crianças e jovens surdos e deficientes auditivos são atendidos em escolas especiais e salas de aula integradas. Os programas destinam-

se a desenvolver nas crianças um nível adequado de linguagem que lhes permita integrar-se desde a tenra idade na educação regular e na sociedade. As crianças que iniciaram ou se encontram cursando a escola em Programas do Sistema Regular de diferentes níveis ou Centros de Alfabetização assistem aos programas de apoio para o desenvolvimento da linguagem e do treinamento auditivo em horários alterados. Os problemas da linguagem são tratados no serviço fonoaudiológico que está vinculado ao Departamento de Educação Especial ou em Serviços de terapia da linguagem das diferentes instituições da comunidade.

O parágrafo acima versa sobre o problema de linguagem, em que a fala oral é colocada como centro, porém hoje sabemos que discordamos, o que é importante é uma abordagem visualmente pedagógica para as crianças surdas, assim elas podem aprender melhor utilizando recursos visuais como a primeira língua de sinais.

Em 1996, foi fundada outra escola, a Escola Rayito na cidade de Filadelfia que é uma cidade pequena localizada no noroeste do Paraguai. Em 2002, o censo nacional realizado pela Direção-Geral de Estatística, Pesquisas e Censos (DGEEC) apresentou que havia aproximadamente 40 mil pessoas com deficiências, somente surdos em torno de 900, e com deficiência auditiva, cerca de 3.200, ou 6% da população com deficiência. De acordo com a DGEEC, 2002, “ a Lei 2.479 exige que 2% de todos os servidores públicos sejam pessoas com deficiências, mas, a partir do ano 2006, os surdos ainda lutavam pela aplicação dessa lei”.

No mesmo ano, foi criada a fundação da *Asociación Paraguaya de Sordos (APS)*, no capital da Paraguai.

Segundo Parks (2015, p. 9) relata o que alguns surdos paraguaios comentavam sobre a situação dos empregos:

A economia melhora suas chances de encontrar um emprego com melhor remuneração também aumentam as oportunidades (principalmente nas duas maiores cidades: Assunção e Ciudad del Este). Atualmente, os surdos encontram emprego como mecânico, balconista de mercearia, correios, carpintaria, alfaiataria, serviços elétricos, computadores, pintores, construção e outros empregos que se concentram no trabalho.

Parks, 2015, elabora um questionário para a comunidade surda paraguaia, o que é necessário para um melhor desenvolvimento no país. Eles responderam aos seguintes itens principais: 1 – Associações de Surdos, 2 - organizações religiosas, 3 – melhorar cuidados médicos para diagnosticar a perda auditiva em, principalmente, crianças, 4 – Aprender a fluência em LSPy, 5 – Educação e aperfeiçoamento, usando LSPy nas escolas de surdos, 6 – O crescimento dos empregos, 7 – Igualdade entre surdos e ouvintes, 8 –

Reconhecimento de LSPy como língua oficial, 9 – Materiais em LSPY e 10- O aumento dos intérpretes de LSPy.

Conforme a citação da publicação digital com os autores, Parks (2015, p. 10) relata sobre os intérpretes de língua de sinais traduzida por português que:

Os participantes do questionário, pode haver cerca de cinquenta intérpretes treinados em LSPy no Paraguai. No entanto, muitos surdos referem-se a pessoas que usam sinais como "intérpretes". Foi relatado que a maioria dos intérpretes continua aprendendo LSPy por meio de suas interações com amigos surdos e familiares. Embora não existam escolas específicas de interpretação, nenhuma associação nacional de intérpretes, nenhum código de ética oficial, as associações de surdos oferecem algum treinamento para ouvintes que usam sinais e querem trabalhar como intérpretes em escritórios de associações, ou em outras esferas. E a interpretação como profissão está crescendo.

Em 2004, houve a fundação de *Asociación Cultural de Sordos (ASOCULSOR)* na capital do Paraguai com cerca de cinquenta associados. Não sabemos por que na capital Assunção há três associações tais como: *Centro de Sordos del Paraguay – CSP*, *Asociación Paraguaya de Sordos (APS)* e *Asociación Cultural de Sordos (ASOCULSOR)*; não encontramos as informações e quais diferenças nos objetivos entre essas associações.

Em 2005, a cidade de Coronel Oviedo que está a 150 Km a leste de Assunção, fundou outra *Asociación de Sordos de Coronel Oviedo*, com objetivo da luta a vida da comunidade surda paraguaia. Um ano depois, mais uma fundação: *Asociación de Sordos de Ka'aguasu (ASK)* na cidade de Caaguazú, que fica a sudeste do Paraguai, cerca de duas horas de viagem (Assunção-Caaguazú).

Em 2008, a cidade de Encarnación, localizada no sul do país e também a fronteira com Posadas, na Argentina fundou a *Asociación de Sordos de Encarnación (CAAZ)*.

Percebe-se que no período de 2004 a 2008, as associações de surdos foram fundadas nas várias cidades do Paraguai. A comunidade surda percebeu que necessitavam encontros com outros surdos para trocarem as experiências e combinar a resistência da língua de sinais. A luta da vida pública e política para a busca da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de surdos continua através das reuniões dos surdos nas associações, pois vários fracassos ocorreram com os surdos que participavam da política por estarem sozinhos, sem apoio.

No mesmo ano, a maioria dos surdos paraguaios que assistem aos serviços religiosos frequentam as reuniões Batistas ou de Testemunhas de Jeová. De acordo com os autores, Parks (2015, p. 17) menciona que:

“As Testemunhas de Jeová são ativas no Paraguai e, segundo consta, até 100 surdos frequentam a igreja das Testemunhas de Jeová em Assunção. Algumas pessoas indicam que as Testemunhas de Jeová usam sinais melhores do que os Batistas e, por isso, esse grupo está crescendo”.

O pastor e a liderança desta igreja iniciaram um projeto para traduzir a Bíblia para LSPy em 2008. Falcão et al (2017, p. 252) relata sobre aspectos políticos e sociais diante da comunidade surda do Paraguai:

“A organização em grupos e comunidades seguem um modelo semelhante ao Brasil que é um país de referência com instituições ativas do Sul e Sudeste influenciados nas políticas e na formação da população”.

“Com isto, o acesso à informação é muito limitado e só atinge aos surdos mais próximos da capital e que estão continuamente envolvidos com a militância em busca de direitos como escolarização, saúde, acesso ao mercado de trabalho e renda”.

De acordo com o Falcão et al (2017, p. 239), “o avanço político, social, econômico e cultural está presente a partir da Resolução 43/2009 do Programa Paraguay para Todos quando reconhece e implementa o uso da “linguagem de sinais” no sistema educacional nacional, em instituições educacionais da gestão pública, subvencionada e privada. Também estabelece no Artigo 24 da Lei 1264 Geral da Educação, ponto 3, inciso b) “facilitar a aprendizagem da linguagem de sinais e a promoção da identidade linguística das pessoas surdas”, (PARAGUAY, 2009, p.3).

Anteriormente, explicamos como o ensino da língua de sinais se tornou oficial no Paraguai, passando a ser obrigatório em classes com surdos, também na formação de professores e permitida em todos os ambientes públicos com uma proposta bilíngue. Essas formas bilíngues, tais como: a língua padrão (espanhol escrito) como L2 e a Língua de Sinais Paraguaia como L1.

Percebe-se que a fanpage da *Asociación de Sordos de Coronel Oviedo* e *Centro de Sordos del Paraguay (CSPy)* é fortalecida pelo movimento surdo, que participa das políticas sociais, e não há somente festa dos surdos, esportes, entre outros. Significa uma importante conquista de espaço político para as discussões e articulações das lutas das comunidades surdas (Souza, 1998). Essas pessoas da associação representam o reconhecimento de sua língua e de sua cultura.

No final de 2020 houve uma grande conquista, a lei nº 6530/20. O objetivo desta Lei será apresentado a seguir com a citação de seu artigo 1: “é conceder o reconhecimento oficial à Língua de Sinais Paraguaia (LSPy) como língua de comunicação, instrução, promoção da identidade, cultura e direitos linguísticos, reconhecendo a Língua de Sinais como primeira língua das pessoas com deficiência auditiva do Paraguai, para uma participação plena e efetiva na sociedade”. Os surdos do Paraguai conseguem o reconhecimento de sua língua antes da Argentina que ainda não têm uma lei nacional até os dias de hoje, mas ainda está processando nos deputados organizados pela lei da língua oficial no seu país.

No Paraguai, as políticas paraguaias são iguais às políticas uruguaias que são invisíveis à comunidade surda, pois não há as instituições dos surdos e, por isso, os sujeitos não conhecem informações como, por exemplo, associações, clubes surdos e outros assuntos pertinentes a essa comunidade. O comportamento político não pensa nos grupos minoritários, geralmente ligados ao preconceito de cor, classe social ou gênero; ficaram excluídos da sociedade, marginalizados e não tiveram a plenitude de seus direitos básicos garantidos. No ano de 2009, o governo federal começou a se preocupar com a educação para surdos, porque havia uma quantidade grande de pessoas analfabetas e começou a promover a inserção social das pessoas com deficiências na vida social. Embora o Paraguai seja o único país Bilingue oficialmente (espanhol e Guarani) no dia 20 de maio de 2020, os surdos paraguaios começaram a luta pelo reconhecimento da *Lengua de Señas Paraguayas (LSP)*, muito atrasado, se nós olharmos para a história dos outros países, porém justificável do ponto de vista dos fracassos das instituições, das políticas e dos surdos.

Nessa perspectiva da teoria de Fraser sobre a dimensão de distribuição este momento da política cultural de seu país, demora muitos anos para que ocorra a transição para redistribuição, portanto as mudanças estruturais das instituições políticas que a democracia verdadeira direcionada pelo povo em suas lutas sociais surdas, já conquistadas são poucas, como o reconhecimento primordial da LSPy recente, porque antes desta haviam muitas desigualdades sociais e a econômicas. Mas esse país sob o ponto de vista de que o reconhecimento como associação e educação nesta dimensão de autorrespeito na teoria do reconhecimento honnethiana (2017, p. 200 e 201) cita que

[...] mudança histórica que ela experimentou na passagem das sociedades tradicionais para as modernas: assim como a relação jurídica, a estima social só pode assumir a forma que nos é familiar hoje depois que desenvolveu a ponto de não caber mais nas condições-limite das sociedades articuladas em estamentos.

A comunidade surda paraguaia não desenvolveu muito por não haver instituições políticas surdas fortes e seguras. Mesmo com a fundação das poucas associações de surdos, o direito à educação, o movimento fracassou. Por quê? Ressaltamos mais informações no quinto capítulo para compreender a perspectiva dos movimentos surdos e políticos.

3.4. Uruguai

Em 1902, algumas pessoas surdas se encontraram em um bar para ter contato com outros surdos que utilizavam a Língua de Sinais Uruguai, traduzido por espanhol LSU – significa - *Lengua de Señas Uruguay*. Outros surdos souberam dos encontros nesse bar e também passaram a frequentá-lo.

No dia 25 de julho de 1910, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Sua primeira diretora argentina foi a Ana Bruzzone que junto com outros professores trabalhou na cidade de Buenos Aires. Atualmente, denominada Escola N° 197 “Ana Bruzzone de Scarone”, na cidade de Montevideú que hoje fica na rua Urquiza. Nesta escola está presente um sistema educacional bilíngue, por meio do qual se pretende garantir que as crianças surdas que lá frequentam sejam falantes nativas de LSU e o desenvolvimento de competência na segunda língua (espanhol).

No dia 05 de maio de 1928, foi fundada a primeira Associação Uruguia de Surdos (*Asociación de Sordos de Uruguay – ASUR*) em Montevideú. Com sua filiação de Federação Mundial de Surdos em 1959, com objetivo de evidenciar o quadro histórico e cultural da comunidade surda. Atualmente, ASUR é uma associação importante, realizando o contato entre surdos com a educação e também com encontros dos esportivos surdos. A ASUR contava com cerca de 600 associados surdos e, talvez, um elevado número de surdos vinculados. (CRESPI, 2010, p.100). CRESPI (2010, p. 103) relata que:

“Realizam-se encontros de camaradagem, jogo de cartas e outro, são praticados desportos e instituídas comissões com função social. Por exemplo, podemos citar a Comissão de Mulheres (que se reúne aos sábados), que se encarrega de promover as mulheres surdas, sua colocação profissional, o combate à discriminação de gênero e a violência doméstica com base em estereótipos sexistas. Este é um espaço de socialização da cultura feminina surda. Há também a Comissão da Juventude, que se tornou um contexto privilegiado da cultura jovem surda. Os encontros de camaradagem das sextas-feiras são comuns na Associação, onde diferentes gerações se reúnem para conversar e comer, aproveitando o fao de as Comissões de Juventude e Idosos se reunirem nesses mesmos dias, uma forma de nucleação de jovens e idosos. Portanto, a ASUR é um dos espaços privilegiados da

comunidade surda, onde não só a LSU e uma cultura surda historicamente herdada se sustentam, em permanente reprodução e renegociação, mas também se estabelecem as relações sociais mais significativas de amizades, amor, família, etc”.

De acordo com Oviedo e Famularo (2021, p.9) “uma escola para surdos não é apenas um importante para o desenvolvimento integral dos surdos, mas também uma contribuição para a construção da comunidade surda tanto no desenvolvimento de sua língua, bem como de sua cultura. Um dos dados mais marcantes da história da educação de surdos no Uruguai que gostaríamos de destacar é que o fundador e primeiro presidente da ASUR, Sr. Ernesto Ucar, foi aluno de Manuel Collazo Villar. Ucar está registrado no Livro Matriz do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Montevidéu, do ano de 1891, como um dos oito alunos surdos em uma sala de aula da escola nº 12, ano 2 no bairro da Aguada, antecedente da criação da Escola nº 197”.

Em 1968, no dia 21 de setembro foi criado o Dia Nacional do Surdo, após a aprovação da proposta pela *Asociación de Sordos de Uruguay – ASUR*.

Em 1973, foi fundada a *Escuela N° 84*⁴², esta Escola do Ensino Fundamental para as crianças surdas na cidade de Maldonado, cidade vizinha de Punta del Este. Ficando cerca de 137 km de Montevidéu.

A *Escuela 105* foi fundada no dia 16 de setembro no ano de 1976, na cidade de Rivera que fica ao norte do país, no Uruguai e distante 500 km da capital Montevidéu. Esta cidade está na fronteira de Santana de Livramento no Brasil. Vaz (2017, p. 68) relata que “atende alunos surdos e também alunos com transtornos ou alterações na fala, provenientes de outras escolas do departamento de Rivera, em uma “Sala de Lenguaje”. Essa sala é destinada a atendimentos fonoarticulatórios e de reabilitação da fala para surdos e para ouvintes que apresentam transtornos da fala. Esse tipo de sala está também presente em outras escolas pelo país, mas nessa fronteira, os atendimentos têm uma peculiaridade, porque objetivam o atendimento de crianças que têm dificuldades em articular o espanhol, em função do Portuñol”.

Em 1977, foi fundada a *Escuela N° 116 Sordos de Salto* que fica na região noroeste do Uruguai, situada a 498 km de Montevidéu e que faz fronteira com a Argentina.

⁴² Acesso ao link da escola: <https://escuelan84.negocio.site/#summary>

Em 1980, Luis Behares, que é um linguístico uruguaio e que pesquisou o estudo da linguística de *Lengua de Señas Uruguay*, entrou em contato com as pessoas da Universidade Gallaudet nos Estados Unidos.

A partir de 1983, foi lançado um projeto multinacional de aperfeiçoamento e especialização de pessoal de educação especial. No âmbito deste projeto, foi desenvolvida uma investigação sobre a Língua de Sinais da comunidade surda do Uruguai. Esta constituiu uma das bases para a codificação das mesmas e a realização do primeiro dicionário de Língua de Sinais Uruguaia.

Em 1987, houve uma grande conquista, todas as escolas públicas para surdos (Montevideu, Maldonado, Salto e Rivera) e as salas de aula para surdos das escolas públicas para ouvintes (resto do país) são bilíngues. É ministrado em LSU (Língua de Sinais do Uruguai) como primeira língua e em espanhol como segunda. Após as boas experiências reunidas no projeto para escolas para surdos na década de 1990, os surdos ingressaram no ensino médio com intérpretes da LSU.

No ano de 1991, criou-se um grupo de pesquisa chamado “*Centro de Investigacion y Desarrollo para la Persona Sorda - CINDE*” para realizar um dicionário de Lengua de Señas uruguayas, também a linguística argentina Graciela Galisedo participou desse grupo. CRESPI (2010, p. 106) menciona que:

“Intimamente ligados à ASUR, não só por compartilharem as mesmas dependências, mas porque muitos de seus membros integram uma ou mais dessas organizações, como o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Surdos (CINDE), a Escola de Língua de Sinais Uruguai (ELSU) e a Organização Desportiva de Surdos do Uruguai (ODSU). O CINDE é um Centro que trata de assuntos relacionados à língua de sinais e à promoção dos Direitos Civis dos surdos. Iniciou as suas atividades no final da década de oitenta no quadro da Associação de Surdos e só no final da década de noventa obteve o seu estatuto jurídico.

Conforme citado do site do Instituto da Comunidade Surda do Uruguai (CINDE):

O CINDE participou ativamente das áreas de discussão que levaram à implantação do Modelo Bilíngue de Educação na Educação Especial para surdos escolares, a partir de 1990. Dirigiu, em conjunto com a APASU (Associação de Pais e Amigos dos Surdos do Uruguai), e obteve com sucesso a participação profissional de intérpretes de Língua de Sinais uruguaio no ensino médio de jovens surdos integrados em dois centros educacionais de Montevideu (Liceos N.º 32, Guayabo e No. 35 IAVA). O mesmo aconteceu com o CETP-UTU para vários de seus centros educacionais, tanto em Montevideu como em várias cidades do interior do país. Estes projetos têm tido muito sucesso e tendo já servido 20 anos continua hoje com a intervenção, considerada excelente, intérpretes formados no CINDE cujos membros mais antigos cumprem 23 anos de funcionamento.

Em 1993, os surdos uruguaios viajaram para os interiores do Uruguai para conhecer outros grupos de surdos.

Alguns surdos começaram no colégio Guayabo em 1996, depois no IAVA em 1999 e, posteriormente, outros colégios foram acrescentados, chegando até agora cerca de 30 em todo o país.

Em 2001, foi promulgada a Lei 17.378, que é a que reconhece a Língua de Sinais como língua oficial dos surdos no Uruguai. As iniciativas desenvolvidas pela ASUR e CINDE permitiram a aprovação dessa lei de 25 de junho de 2001, que reconhece a LSU como a língua das comunidades surdas no Uruguai. Esta lei obriga o Estado a contratar intérpretes de LSU/Espanhol em todos os lugares públicos (Ensino Secundário, Universidade da República, Judiciário, TV entre outros) (CRESPI, 2010, p.115).

Em 2002, início de programas bilíngues nas Escolas de Educação Especial para surdos na cidade de Buenos Aires.

A UdelaR foi aprovada pelo Conselho de Administração (Resolução no 8, Dist. 116/03, 08/04/03) sobre o TUILSU⁴³ constitui um dispositivo universitário orientado para a formação profissional de Intérpretes universitários de LSU-Espanhol –LSU desde 2003.

Em 2007, os alunos surdos ingressaram na universidade com intérpretes pela primeira vez.

No mesmo ano, foi publicado o dicionário bilíngue LSU- Espanhol, que foi desenvolvido pelo CINDE.

No ano de 2009, a criação do TUILSU (Técnico Universitário em Intérprete de LSU/Espanhol) na realização da Universidade da República – UdelaR em Montevideo, com o objetivo de estudar e prática para trabalhar a intérprete de LSU para a comunidade surda uruguiaia nas repartições públicas tais como: administrativos, educacionais, religiosos, conferências, aulas, congressos, atividades acadêmicas, cinema, TV, entre outros.

Conforme citação do site⁴⁴ do Instituto da Comunidade Surda do Uruguai (CINDE) sobre os cursos intensivos da LSU desde 2009:

Em convênio com o PRONADIS (MIDES), desde 2009 oferece cursos intensivos de comunicação em Língua de Sinais Uruguiaia para pais e familiares de surdos, bem como para profissionais e

⁴³ Tecnicatura Universitária en Interpretación LSU-Espanol-LSU traduzida em português: Técnico Universitário de Intérprete LSU-espanhol-LSU e segue ao link: <https://udelar.edu.uy/portal/2019/02/tecnicatura-universitaria-en-interpretacion-lsu-espanol-lsu/>

⁴⁴ Acesso ao link: <http://www.cinde.net/logros.html>

funcionários públicos com o objetivo de receber, atender e orientar surdos que comparecerem a vários procedimentos. Os cursos são ministrados em duas modalidades: presencial e por videoconferência, o que permite chegar a todo o país.

No mesmo ano de 2009, conforme Oviedo e Famularo (2021, p. 83) “a Lei N° 18.437, Lei Geral de Educação que considera diferentes línguas maternas existente no país (espanhol de Uruguai, português uruguaio, Língua de sinais uruguaia) e o treinamento multilíngue através de ensino de segunda língua e línguas estrangeiras”.

Nos dias 3 a 5 de novembro de 2011, a TUILSU organizou um evento “II Encontro Internacional de Intérpretes, o I Encontro Regional de Surdos e o Congresso Regional de Pesquisadores de Língua de Sinais e Cultura Surda, também estes eventos organizados pela Faculdade de Ciências Humanas e da Educação e pela Universidade da República.

Em 2014, a primeira novela surda chamada Identidades, tem 12 capítulos no Uruguai e falada em *Lengua de Señas Uruguayas – LSU*. Foi realizado com surdos e ouvintes por iniciativa de uma equipe de professores da Faculdade de Letras e Ciências da Educação, com objetivo de estudar as diferentes identidades e quadros discursivos pela comunidade surda, enquanto comunidade linguística minoritária.

No ano de 2016, a comunidade surda uruguaia organizou um evento sobre o Dia Internacional de Surdos nos dias 21 a 27 de setembro, não somente comemorando, mas também lutando pelas políticas desenvolvidas no Município para a comunidade surda, e que têm alcançado suas conquistas e sua diversidade. Após, foi criado o grupo de Cultura Surda a Secretaria de Desenvolvimento Social que visavam melhorias da acessibilidade nos órgãos públicos, tradução para LSU no publicitário do Sistema Metropolitano de Transportes, criação de central de intérprete LSU, entre outros.

Em 2017, foram pouco mais de 7.200 horas de interpretação realizadas por uma equipe profissional composta por 42 intérpretes na organização pela CINDE.

Em 2021, foi a primeira professora surda Verónica Gastelú para acessar na escola N°197 Ana Bruzzone de Scarone, de Montevideú.

Atualmente, CINDE e ASUR são fortalecidas lutas dos direitos humanos para a comunidade surda uruguaia até os dias de hoje.

No Uruguai, há dificuldade de organização de um movimento social e o protagonismo surdo, pois não há políticas muito conhecidas sobre os direitos humanos, começando pela própria educação. Porém, as instituições das políticas uruguaias não promovem a inserção social do surdo, perduram alguns problemas sociais tais como:

poucos empregos, quase nenhum surdo formado na graduação, poucos direitos, entre outros. Mediante esses fatos, a comunidade surda uruguaia percebeu que o Brasil tem muito mais leis, lutas, movimentos sociais e políticas; começou a aprender com os surdos brasileiros, tendo os mesmos como exemplos. Hoje, os uruguaianos surdos começam a organizar a luta e o movimento para reivindicar seus direitos, mas ainda sua visibilidade é pouca e as instituições das políticas estão demorando na aceitação desta comunidade e não notá-los é a política usada.

Nesse sentido, o autor Badie (1993, p.34) relata que a diversidade quer seu protagonismo, e, com isso, estrutura sua história política.

“...não só essa diversidade cabe a cada espaço político que aspira à soberania e, portanto, na elaboração de sua própria cena política, mas dentro de cada um desses espaços de soberania surgem suas próprias histórias que produzem sua própria tradição política e sua própria relação com o político”.

No Uruguai, a luta e a organização do movimento surdo demoram a surgir, pois o governo federal costumou a oferecer os benefícios para as pessoas com deficiências, especialmente surdos há muitos anos, o que atrasou o reconhecimento cultural da comunidade surda.

A perspectiva da comunidade surda uruguaia não pensa competir com outras instituições. Mesmo que haja objetivo de lutas a direitos e cidadãos surdos, porém não há apoio dos atores políticos e legislativos e os mesmos não têm interesse que se mostre a reivindicação desta minoria. Portanto, não há interesse em estruturar a política pública para os surdos. Nesse sentido, o ponto de vista distributivo, porque aquele país da instituição política pouca apoiada pela comunidade surda uruguaia ainda está na estratificação e desigualdade social nas políticas públicas. A corrente da filosofia norte americana, Fraser baseia sua teoria sobre o dualismo como redistribuição e reconhecimento relacionado com a instituição representativa surda uruguaia. O reconhecimento da educação e associação são para a comunidade surda valores que a história das lutas sociais surdas mostram o reconhecimento da existência desta comunidade.

3.5. Venezuela

Na década de 1930 foi fundado o Instituto Venezuelano de Cegos e Surdos-Mudos, com o professor espanhol Vicente Alnoriaga⁴⁵ e a senhora americana Ramona Landaeta de Kienzler e iniciaram uma escola de surdos mudos e cegos com o nome Simón Bolívar, aquele professor com um projeto sobre o atendimento pedagógico às crianças surdas, utilizando o método oralista; portanto, a concepção clínico-reabilitadora da surdez. Após o ano 1942, decidiu-se separar as crianças surdas e cegas.

Antes de 1950, o imigrante surdo José Arquero Urbano foi líder dos surdos de Madrid e também foi presidente da Associação de Surdos de Madrid, na Espanha. Ele voltou da Venezuela e encontrou com um surdo venezuelano chamado Gustavo Álvarez. Alguns dias depois, conheceu a comunidade surda venezuelana e o convidaram a participar de uma reunião sobre a associação de surdos. José foi um grande influenciador dos sinais trazidos por origem de Língua de Sinais Espanhola – LSE e conforme POLEO (2021, p. 35) relata que “Gustavo Álvarez, estudou por 4 anos da Escola para Surdos de Valência, na Espanha e usava a Língua de Sinais Espanhola”.

No dia 1 de abril de 1950, o surdo espanhol José Arquero Urbano ajudou a fundar uma *Asociación de Sordomudos de Caracas - ASC*, trabalhou com a comunidade surda venezuelana por quatro anos, atuando em reuniões, festas, atividades entre outras coisas para associação de surdos. Mais tarde, perceberam a necessidade de uma sede para associação de surdos e conseguiram um edifício Ateca, no ano de 1954.

Em 1953, o delegado venezuelano Juan Luis Marroquim participou do Jogo Desportivo de Surdos e Congresso da Federação Mundial de Surdos (WFD) aconteceu em Bruxelas, na Bélgica.

Em 1954, a primeira escola nomeada Irmãs Religiosas Franciscanas somente para mulheres surdas.

Em 1956, na *Asociación de Sordomudos de Caracas - ASC* colaborou com a construção da escola para surdos que se chama *Escuela Taller de Sordos Los Chorros*. No ano de 1959, a equipe da ACS viajou para o estado de Zulia que está localizado na parte noroeste do país e apoiou a fundação de outra *Asociación de Sordomudos del Edo*. Em 1963, foi fundado o Desporto de Surdos e a nova diretoria pela organização da ACS,

⁴⁵ Nasceu em Pamplona, Espanha, ele tinha experiência com crianças surdas na Escola de São Francisco em Pamplona, foi professor de surdo e também fonoaudióloga para adultos surdos individuais (POLEO, 2021).

com o objetivo de atividades esportivas. Mais tarde, o presidente da ACS, o surdo espanhol José, estava muito preocupado, pois os surdos não têm empregos. Ele lutou e esclareceu para as empresas, indústrias, entre outros, até eles começaram a trabalhar e aprender as práticas.

No ano de 1957, os dois delegados venezuelanos participaram do terceiro congresso mundial de surdos em Roma, na Itália.

Em 1961, o Ministério da Educação ofereceu uma primeira escola pública oralista e foi fundada por David Pascoe e esta escola não aceitava a LSV. Poleo (2021, p. 40) menciona que

Hoje existem mais escolas públicas para Surdos em quase todos os Estados da Venezuela, iniciando a integração ou inclusão. Em 1985, é decretado que a educação de surdos deve ser bilíngue, LSV e espanhol escrito.

Em 1965, a ACS conseguiu uma sede própria. Foi importante, porque tem muitas atividades para a comunidade surda venezuelana tais como: oficinas, palestras, festas, seminário, concursos Miss Surdos, teatro, entre outros.

Em 1967, os atletas surdos de pingue-pongue e natação participaram do Jogo Latino Americano em Rio de Janeiro, no Brasil.

Conforme Arado (s/a não apresenta o ano do livro, p. 56) na década de 70, um surdo Pedro Elias Marcano (Popeye) participou de Campeonato Nacional de Motonáutica com os ouvintes.

No ano de 1971, a diretoria de ACS viajou para a cidade de Valencia, no estado de Carabobo localizado no norte do país, aproximadamente duas horas de carro da capital Caracas, ajudando a criar outra associação de surdos.

No ano de 1976, a criação de *Organización Deportiva Silenciosa de Venezuela (O.D.S.V.)* com objetivo de esportes para surdos, e selecionar para competição entre os países diferentes.

O Ministério da Educação, em sua proposta de Educação especial, criou a Atenção Legal à Criança Surda (PAINS) no ano de 1985, com objetivo de mudar a educação, pois “perceber e valorizar surdos dentro de critérios socioantropológicos em que se dá um valor substantivo à noção de diferença linguística e cultural” de acordo com Luque e Pérez et al (2017, p.112”) traduzida em português.

Conforme Luque e Pérez (2017, p. 113) nos anos de 1985 a 1997, os resultados pedagógicos positivos alcançados pelos alunos se devem ao fato das instituições de ensino para surdos deixarem de ser clínicas de linguagem e se tornarem verdadeiras

escolas, trabalhando a partir de aspectos que responderam à psicossociolinguística, características dos alunos a saber: (a) a conformação dos ambientes de uso da LSV; (b) a importância de uma intervenção que garantisse a aquisição antecipada da LSV; (c) a ênfase na aprendizagem e ensino do espanhol escrito como segunda língua; (d) a implementação do mesmo currículo escolar que as crianças ouvintes recebiam (Venezuela, 1985).

No dia 3 de junho de 1989, fundou a *Federación Venezolana de Sordos* – FENVESOR traduzido em português: Federação Venezuela de Surdos. Mais tarde, filiou-se com a Federação Mundial de Surdos – FMS em mês de julho de 1991.

Em 1992, o marco histórico de movimento social surdo em frente do Congresso sobre a demanda da lei que o direito dos surdos como trabalho. No mesmo ano, os representantes de CAS participaram do Encontro Latino Americano de Surdos e não informa em que cidade e país.

Em 1995, o FERVESOR organizou o primeiro Acampamento Nacional de Jovens Surdos no Parque Nacional de Avila em Caracas.

No ano de 1998, a reforma da Constituição Venezuela no artigo 81, a língua de sinais venezuelana – LSV é reconhecida como uma língua, sendo esse um marco de reconhecimento dentro da constituição nacional na tentativa de inserção social do Surdo.

Em 2003, a *Federación Venezolana de Sordos* - FERVESOR assume suas primeiras responsabilidades internacionais: a Diretoria Regional da Secretaria Sul-Americana para Surdos da FMS (FWD) e também a vice-presidente e presidente da Federação Mundial da Juventude Surda.

Em 2006, presidente de CAS foi membro do conselho diretoria de CONAPDIS (*Consejo Nacional para la Integración de Personas Incapacitadas*). Esta instituição foi fundada em 1994, com objetivo de participar da formulação de políticas, diretrizes, planos, projetos e estratégias para pessoas com deficiências no desenvolvimento social.

No mesmo ano de 2006, vice-presidente de CAS, Victor Baute, foi representante da Venezuela pela ONU nas discussões finais do Convenção Internacional das Pessoas com Deficiências.

Em 2007, o primeiro e o segundo curso de LSV básico para policias, advogados, trabalhadores sociais, professores, entre outros.

Em 2007, a Fundação Vanessa Peretti⁴⁶, que surgiu em 13 de setembro; é uma organização social, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, sem patrimônio próprio, constituída para promover a participação social de crianças e de adolescentes surdos e suas famílias, inspirada nos princípios dos direitos humanos, enquadrados nos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais.

Em 2010, o documento elaborado pela FEVENSOR, sobre a Proposta Bilíngue para Educação Básica de Surdos, segundo Luque e Pérez (2017, p. 116) relatam que

em 2012, que seja, no período crítico que destacamos na seção anterior, a comunidade surda protesta perante o MPPE, exigindo educação bilíngue de qualidade, e apresenta também um manifesto perante as autoridades da Assembleia Nacional e dos Ministérios da Educação, Comuns e Educação Universitária e, por fim, elaboram uma proposta educativa que demonstre um produto de conhecimento do problema e das possíveis soluções, com ações claras que levem a: (a) capacitar as famílias na LSV, comunidade surda e cultura; (b) avaliar a competência dos professores de LSV; (c) incentivar a inclusão da disciplina de LSV em todas as séries; (d) promover a participação da federação e associações de surdos no ambiente escolar; (e) avaliar a competência de alunos surdos em leitura e escrita em espanhol; (f) a atribuição nas escolas, de quadros dirigentes competentes no uso da LSV e com conhecimentos da cultura surda, salienta-se também a seriedade de um currículo escolar que não contemple cursos específicos para surdos, por um lado, compreender a estrutura da língua de sinais e seu uso adequado.

Luque e Pérez (2017, p. 118) menciona que

Em 2004, iniciou-se a Licenciatura em Educação, Comunicação e Cultura de Surdos na *Universidad de Los Andes (ULA)* e essa instituição pública está localizada no estado de Mérida. Seu objetivo geral foi criar um espaço de inclusão universitária para formar professores surdos na área de educação para crianças e jovens surdos. Em uma das três componentes da grade curricular, especificamente na formação especializada, contemplaram cursos voltados ao fortalecimento da área de “Identidade e Cultura Surda”. A referida licenciatura iniciou e terminou com os 37 inscritos...

Em 2010, a FEVENSOR alterou o nome de *Confederación Sordos de Venezuela-CONSORVEN* traduzido em português: Confederação dos Surdos da Venezuela.

No mesmo ano, a CONSORVEN organizou um Segundo Acampamento Mundial para Meninos e Meninas Surdos na Ilha de Margarita localizada nordeste de Caracas conhecido mar do Caribe.

⁴⁶ É uma organização social, sem fins lucrativos como Organização não governamental (ONG), com objetivo de trabalhamos pelo bem-estar dos surdos e seguir o link da FUNVAPE: <https://funvape.org/>

No ano de 2010, CONSORVEN foi Membro do Conselho de Administração da Rede Latino-Americana de Pessoas com Deficiência e seus Familiares (RIADIS) e o também Membro Consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU) em primeira vez.

Em 2012, *MPPEUCT (Ministerio del Poder Popular para Educación Universitaria Ciencia y Tecnología)* para surdos está ligada à criação da Universidade Politécnica Territorial Kléber Ramirez do Estado de Mérida (UPTM), concebida para atender às necessidades de formação universitária de diversas comunidades do país, incluídos surdos e de intérpretes de espanhol/LSV (LUQUE e PERÉZ, P. 118, 2017).

Luque e Pérez (2017) explicam que no ano de 2014, a Gestão do Ministério do Poder Popular para a Educação (MPPE), essa nova equipe realiza nova estrutura e promove a educação inclusiva pelos professores, familiares e alunos dessa área e as mesmas autoras (p.114) mencionam que (a) antes de integrar as crianças surdas na escola regular deve haver uma adequada sensibilização e formação dos professores, bem como ter os intérpretes de LSV; (b) o pessoal envolvido no ato pedagógico é obrigado a ter domínio da LSV, além de “educar para independência, para o trabalho e para a vida desde o Ensino Fundamental” (VENEZUELA, 2014, p.24); (c) a abordagem de ensino deve ser mais dinâmica, “[...] em que podemos aprender diferentes manifestações culturais [...] bem como ofícios que nos ajudam a ser independentes” (op.cit;p 30); e (d) alunos surdos não se sentem à vontade em escolas ouvintes (op.cit.). Alguns desses mandatos foram implementados, embora nem sempre com a rapidez e eficiência necessárias.

Em 2015, a Comunidade Surda ativa realizou a campanha por meio do fortalecimento dos movimentos associativos e da defesa dos direitos humanos.

Em 2017, no Marco do Dia Internacional dos Surdos, foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos Surdos: “Inovação, Pesquisa e Desafios da Comunidade Surda na Venezuela em matéria de Direitos Humanos”.

Rara são as informações da história da comunidade surda na Venezuela, pois não encontramos mais materiais da história até os dias de hoje.

Percebemos ser de suma importância do conhecimento da história das organizações e movimentos surdos na América do Sul. Nesses textos encontrados que a história de origens dos movimentos educativos e associativos em alguns países sul-americanos que vem se construindo a política cultural da comunidade surda e mostram as influências europeias na herança histórica da luta por reconhecimento e as conquistas dos direitos humanos para surdos. Canclini (2009, p.2) também aborda a experiência dos movimentos sociais, principalmente focada na relação dos direitos à igualdade, mas

também em relação aos direitos à diferença. Ademais, especifica a América Latina como berço das redefinições do que se entende por cidadania, não apenas como valor abstrato e, sim, como valor mutável e constantemente construindo com práticas e com discursos. Isso inclui a luta pelo reconhecimento de outros como sujeitos de interesses válidos.

De acordo com Rangel e Klein (2020, p. 37) o deslocamento de significados e de ideias, feito tanto pelos indivíduos surdos, como pelo grupo e pela comunidade surda, dá força às lutas políticas surdas [...] os interesses surdos não são desmotivados; pelo contrário, são ideias de melhorias, de consolidação do respeito ao surdo que conseguem permanecer nas variadas gerações de surdos. [...] A construção desse diálogo entre sujeitos surdos e sociedade é uma construção cidadã, que exige de ambas as partes concessões, negociações e respeito.

Nesse contexto, é de suma relevância realizar estudos, pesquisas e produções para compreender e analisar as instituições políticas surdas, com o objetivo de mudança no ambiente político para haver novas oportunidades, possibilitando aos grupos sociais surdos a divulgação de suas reivindicações para a sociedade em geral dos países Sul Americanos. Em alguns países a instituição da comunidade surda articulou-se e integrou-se com atores políticos, legislativos, surdos, entre outros, com o objetivo principal a modificação das instituições e dos indivíduos, com a melhoria da comunidade, respeitando as solicitações da mesma.

A corrente da teoria honnethiana apresenta seu trabalho relevante no aspecto reconhecimento pela comunidade surda venezuelana já foi conquistada, na instituição política e representação surda, mas por outro lado a estratificação social ainda está desigualdade, continuando a construção e ampliação da cidadania ativa.

A visão de cinco países sulamericanos apresentam que a história das lutas sociais, podem e são diferentes, mas existem semelhanças de lutas como o reconhecimento, principalmente, sobre a legislação da língua de sinais e o desencadeamento do desenvolvimento social. Enfim, este trabalho é baseado na teoria honnethiana (2015) sobre a liberdade social e sua eticidade, nesse sentido, os cidadãos surdos participantes da vida pública-política no âmbito jurídico e também no mesmo teórico, Honneth (2017) sobre as lutas por reconhecimento que a compreensão da realidade social, onde, neste caso, os cidadãos surdos buscam a justiça social, a dignidade humana, igualdade e direito no reconhecimento do valor da cultura surda nas articulações das instituições políticas como reconhecimento cultural em cada país diferentemente.


4. UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA CIDADANIA PLENA SURDA DOS PAÍSES SULAMERICANOS

Uma análise comparativa entre as políticas direcionadas à comunidade surda nos países Sul Americano se faz necessária para analisarmos seus impactos na transformação da realidade social do Surdo. As leis e os decretos que garantem a acessibilidade aos surdos para exercício da plena cidadania são recentes nesses países, tornando-se importantes instrumentos para efetivar a acessibilidade e inclusão social em diferentes ambientes ao difundir a língua de sinais.

Apresento um breve histórico sobre a origem da língua de sinais em cinco países para entender os movimentos sociais (já tratados no terceiro capítulo), como as políticas destinadas à comunidade surda. A luta pelo reconhecimento e pela consolidação da parcela surda é histórica e obrigatória para todos os Estados Democráticos de Direito nas esferas jurídica e social comparativos de emenda constitucional nos países sulamericanos que focam a comunidade surda como centro de reconhecimento e efetivação da cidadania.

4.1. População surda do país

Os dados do censo são importantes para dimensionar a população surda do país, pois serve como base para a criação de políticas públicas em diversas áreas em cinco países investigados. No quadro a seguir, evidenciam-se dados referentes à população surda de cada país.

País	População surda do país	Habitantes do país
	Segundo a I Encuesta Nacional de Personas con Discapacidad 2002-2003 do Indec, 2.176.123 pessoas possuem uma deficiência, sendo que 12% dessa população apresenta deficiência auditiva. - Indec 2010: 12% da população argentina apresenta “dificuldade ou limitação permanente”, sendo 5.114.190 pessoas. Desse grupo, 8,3% apresentam dificuldades auditivas.	IBGE 2019 Quase 45 milhões

	<p>- O IBGE 2010 apresenta que a deficiência auditiva atinge 9,7 milhões de brasileiros; isso significa 5,2% da população brasileira, destes, 2,6 milhões são surdos. Esse censo apresenta dados relacionados a não conseguir ouvir de modo algum (347.481), grande dificuldade em ouvir (1.799.885) e alguma dificuldade em ouvir (7.574.797). O IBGE 2020 apresenta que 10,9 milhões das deficiências auditivas.</p> <p>- Para o censo IBGE 2020 esta parcela corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda.</p>	<p>IBGE 2020 212,7 milhões</p>
	<p>A estimativa da população surda no Paraguai é em torno de 35.000 de surdos desde 2018, mas não existe registro do censo.</p>	<p>IBGE 2019 7 milhões</p>
	<p>No Uruguai existem 30 mil surdos, segundo dados do último censo de 2011.</p>	<p>IBGE 2019 Quase 3,5 milhões</p>
	<p>O censo nacional de 2011, segundo dados realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), vivem no país cerca de 108.000 surdos, o que representa 0,4% da população total. Esse número tende a variar, considerando a migração de muitos surdos para outros países.</p>	<p>IBGE 2019 Quase 29 milhões</p>

Quadro 2: População surda do país.

Fonte: Krause (2021).

No caso do **Brasil**, dados oficiais sobre deficiência são coletados desde 2000, ano do primeiro censo em que o IBGE contabilizou essas informações. Segundo os Censos de 2000 e de 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e conforme mostrado no glossário da pesquisa, a deficiência auditiva – incapacidade auditiva (mesmo com o uso de aparelho auditivo, se a pessoa usá-lo) – foi dividida em: incapaz de ouvir (pessoa se declara totalmente surda), grande dificuldade permanente de ouvir (pessoa declara ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo) ou alguma dificuldade permanente de ouvir (pessoa declara ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo). Observa-se que essa terminologia é clínica e usa como referência a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, conhecida como CIF, desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que complementa a Classificação Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde (CID).

No entanto, remanesceram dúvidas no questionário usado pelo IBGE, porque ele não esclarece detalhes sobre a deficiência auditiva e não faz distinção, por exemplo, dos

surdos que utilizavam implante coclear ou aparelhos auditivos, de deficientes auditivos oralizados e que utilizam a Libras, dos bilíngues, entre outros.

Na **Argentina**, a primeira vez que se coletou informação sobre pessoas com deficiência foi na *I Encuesta Nacional de Personas con Discapacidad 2002- 2003*, realizada pelo *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (Indec)*, para complementar o censo 2001 e expandir as informações sobre pessoas com deficiência, já estando prevista a realização da segunda edição no ano de 2018. No censo argentino de 2010, foi coletada informação a partir da seguinte questão: se a pessoa apresentava dificuldade ou limitação permanente; se sim, qual o tipo de dificuldade ou limitação. Esses dados foram cruzados com indicadores sociais para mostrar situações de igualdade/desigualdade de direitos.

No **Paraguai** há cerca de 35 mil surdos desde 2018, mas não existia censo oficial. De acordo com Falcão et al. (2017, p. 252) “até a conclusão da pesquisa em dezembro de 2012 não existia um número exato da população de surdos no Paraguai”.

No **Uruguai**, segundo dados extraoficiais, existem 30 mil pessoas com deficiência auditiva: surdos e deficiência auditiva não se encontrou no último censo uruguaio oficial de 2011 dados específicos. O Instituto Nacional de Estatística - INDE, somente apresenta os dados sobre as pessoas com deficiências, sem especificar a quantidade de surdos. Um site⁴⁷ que mostra o presidente da ASUR comentando sobre esse dado.

Na **Venezuela**, o censo nacional de 2011, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), mostra que vivem no país cerca de 108.000 surdos, o que representa 0,4% da população total. Esse número tende a variar, considerando a migração de muitos surdos para outros países. Não há mais novos registros do último censo de 2020.

4.2. Origem da Língua de Sinais

É importante o conhecimento da origem e evolução da língua. Por exemplo, na Europa surgiu o latim, conforme (FUNAG, 2010, p.19) relata que “do latim procedem diversos idiomas chamados românticos, romances ou neolatinos”. Após muitos anos, houve a evolução de novos idiomas, como exemplo: francês, alemão, inglês, espanhol, holandês, entre outros, nos seis continentes diferentes como Ásia, Europa, América, Oceania, África e Antártica. Com o descobrimento do Brasil em 1500, veio o português,

⁴⁷ Acesso ao link: <https://www.elpais.com.uy/vida-actual/personas-sordas-demandan-decidir-forma-quieren-comunicarse.html>

língua falada em Portugal; mas já existia outra língua indígena. Para reflexão e conhecimento, qual a história da origem da língua de sinais nos países sulamericanos para o conhecimento?

De forma resumida, apresentamos o quadro sobre a origem da língua de sinais em cada território:

	Língua oficial: Lingua Dei Segni Italiana - LIS Traduzida por português: Língua Italiana de Sinais - LIS
	Língua oficial: Langue des Signes Française - LSF Traduzida por português: Língua Francesa de Sinais - LSF
	Língua oficial: Lengua de Señas Uruguay - LSU Traduzida por português: Língua Uruguaia de Sinais
	Língua oficial: Lengua de Señas Argentina – LSA Traduzida por português: Língua Argentina de Sinais - LSA
	Língua oficial: Lengua de Signos Española - LSE Traduzida por português: Língua Espanhola de Sinais - LES

Quadro 3: Origem da Língua de Sinais

Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, o argentino surdo José Antônio Terry viveu e aprendeu com a comunidade surda da Europa. Quando voltou a Buenos Aires, influenciou a comunidade surda argentina com a Língua Italiana de Sinais – LIS. Mais tarde, transformando-a na *Lengua de Señas Argentina – LSA*. Este foi um relato encontrado num livro *online* nomeado “Una mirada transversal de la sordera” organizado pela Comisión para la Plena Participación e Inclusión de las Personas con Discapacidad – COPIDIS. *Relata* Massone (et al, 2015, p. 60) que “naquela época, o LSA recebeu influências da Língua de Sinais Italiana (LSI), produto da forte imigração que a Argentina teve a partir do final do século XIX e início do XX”. Afirma ainda que:

Da mesma forma, sabe-se que José Antonio Terry frequentava a comunidade surda francesa e participava de suas atividades culturais. Por esse motivo, é frequente a crença na comunidade surda de que Terry traz influências da LSF para a LSA. Porém, além de não haver estudos que corroborem essa interferência linguística,

também não encontramos, até o momento, evidências linguísticas que corroborem esse fato .

Do estudo desses textos sobre a influência de Terry e de qual língua de sinais europeia, LSF ou LSI, corroborou para a formação da LSA, a maioria dos surdos argentinos afirma que certamente sua origem tem a italiana como central.

No **Brasil**, o imperador Dom Pedro II convidou o professor francês surdo Eduard Huet para vir ao Brasil no ano de 1855, organizando e fundando assim a primeira escola de surdos, com o antigo nome Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, desde 1857. Atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES, no Rio de Janeiro. Utilizava o método da Língua Francesa de Sinais. Aproximadamente, na década de 80, usava-se a Língua de Sinais Brasileira – LSB, utilizada pela comunidade surda. De acordo com a dissertação do Araujo⁴⁸ (2013,p. 19)

“a sigla LSB (Língua de Sinais Brasileira), vem sendo utilizada para designar a Língua Brasileira de Sinais dos surdos no Brasil, principalmente no meio acadêmico. Essa denominação segue o modelo adotado por países que se referem às línguas de sinais com o termo Língua de Sinais, acompanhado da indicação do país onde ela é empregada, como a Língua de Sinais Americana –American Sign Language (ASL) e a Língua de Sinais Francesa –Langue de Signes Française (LSF)”.

A língua de sinais se tornou, então oficial, como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no dia 24 de abril de 2002, nº 10.346. Segundo Faria⁴⁹ que em sua dissertação de mestrado (2003, p.27) mencionou sobre a Libras que:

“..foi a sigla adotada por pesquisadores, a partir do II Congresso Latino-Americano de Bilinguismo para surdos, em substituição à LSCB (Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros), termo antes utilizado em pesquisas linguísticas, envolvendo a Língua de Sinais Brasileira. Desde outubro de 1993, a Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS) reconheceu a potencialidade da LS da comunidade surda do Brasil e designou o nome LIBRAS, posteriormente adotado pela World Federal Association of Deaf e pelo Ministério da Educação do Brasil (Silva, 2001:17). Por outro lado, segundo Quadros (2000), “existe uma convenção internacional de que as LS sejam identificadas por meio de três letras”. Além disso, na LS falada pela comunidade surda brasileira, o adjetivo ocupa, comumente, uma posição após o substantivo e a expressão “Língua de Sinais” é representada por um único item lexical na Língua de Sinais Brasileira cuja transcrição por notações léxicas resultaria em LÍNGUA-DE-SINAIS BRASIL (LSB) e a sequência

⁴⁸ Acesso ao link da dissertação de mestrado com o Araujo na UNB:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14621/1/2013_AdrianaDiasSambraneldeAraujo.pdf

⁴⁹ Acesso ao link da dissertação de mestrado com a Faria na UNB:

<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/19346.pdf>

Língua Brasileira de Sinais, representada pela sigla LIBRAS estaria também lexicalizada de forma invertida, ferindo não somente a ordem sintática “nome + adjetivo” na estrutura utilizada pelos falantes da Língua de Sinais Brasileira como também dos falantes da LP. Em LP também se diz, LS do Japão (japonesa), LS dos EUA (Americana), e, por que não, LS do Brasil (Brasileira)? Apesar das discussões que envolvem a possibilidade de o nome de uma língua poder ser traduzido nas diversas línguas sem nenhuma semelhança com a nomenclatura original da língua traduzida; apesar de uma sigla poder ser traduzida ou não de uma língua para outra como AIDS que permaneceu no Brasil como tal e em Portugal foi traduzida por SIDA; apesar de uma sigla não ser submetida a priori a questões relativas à gramaticalidade ou agramaticalidade; e ainda, apesar de ser LIBRAS, enfim, o nome pelo qual também a lei federal de nº 10.436, de 24 de abril de 2002 oficializou a língua dos surdos do Brasil. Persiste sobre este termo um grande questionamento por parte da comunidade surda e também por alguns pesquisadores. Também na American Sign Language o nome inicialmente sugerido para a língua teria sido AMSLAM. Mais tarde, no entanto, convencionou-se, pela comunidade surda, ASL. Enfim, trata-se mais de uma questão político-ideológica do que qualquer outra. Dessa forma, parte da comunidade surda brasileira, bem como de pesquisadores, opta por LSB (Língua de Sinais Brasileira), sigla que adoto. Ao final da dissertação, encontra-se o apêndice com seções que apresentam mais informações sobre a LSB, seu *status* linguístico, sua constituição e as normas de transcrição adotadas nesta pesquisa”.

Na **Paraguai**, a informação foi recebida através do contato com os dois surdos paraguaios para averiguar a origem correta da língua e me enviaram mais informação sobre isso e que foi a influência da *Lengua de Señas Uruguaya – LSU*, pois durante a década de 1950, muitas crianças surdas paraguaias foram estudar na escola de surdos no Uruguai. Ao retornarem, eles e suas famílias fundaram o Centro de Surdos do Paraguai, em 1961, e a Primeira Escola Paraguaia de Surdos; posteriormente surgiram outras. A língua uruguaia de sinais prevaleceu sobre as várias línguas de sinais que existiam naturalmente na época. Nesse país, sua respectiva evolução tem início no ano de 2021, a língua de sinais reconhecida como *Lengua de Señas Paraguaya – LSPy*.

No **Uruguai**, a professora argentina Ana Bruzzone, ao mudar-se para Montevideu, capital Uruguaia, foi diretora da primeira escola de surdos a utilizar o método de *Lengua de Señas Argentina – LSA*, que de sua respectiva evolução tem no ano do 2001, a língua de sinais oficial reconhecida como *Lengua de Señas Uruguaya – LSU*.

Na **Venezuela**, o surdo espanhol José Arquero Urbano viveu em Madrid, na Espanha. Ele viajou para Caracas em 1948, encontrou com o venezuelano surdo Gustavo Alvarez, ambos começaram um contato. Alguns anos depois, José Arquero, com seu prestígio, acabou por ser o líder da comunidade surda venezuelana em especial, da ACS e teve forte influência na *Lengua de Signos Española – LSE* e, mais tarde, ao

reconhecimento a *Lengua de Señas Venezolana – LSV*.

4.3 Oficialização da Língua de Sinais

Para compreender a língua oficial que é a língua considerada como própria de um país tendo como exemplo, o alemão que é a língua oficial da Alemanha. Outro exemplo: A Austrália é uma região que, com a chegada de colonos britânicos no território, tem como língua oficial o inglês e um exemplo do Canadá, as línguas inglesa e francesa. Nos países sulamericanos apresentam em cada país a língua oficial. Como o Brasil (língua portuguesa ou português), a Argentina (língua espanhola), o Paraguai (reconhecido como um país bilíngue com as línguas guarani e espanhol), o Uruguai (espanhol ou castelhano) e a Venezuela (espanhol ou castelhano).

Em relação com a língua de sinais, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 diz que à proteção das minorias religiosas, étnicas e raciais, juntou-se a proteção às minorias linguísticas e, seguindo a tradição que situa a proteção jurídica de minorias no campo dos direitos humanos, a proteção jurídica de minorias linguísticas tem sido estudada em termos de direitos humanos linguísticos (SIGALES-GONÇALVES, 2020, p. 4) e “[...] interesse da comunidade internacional e dos Estados nacionais na proteção e defesa dos direitos das minorias e dos grupos vulneráveis” (ABREU, 2020, p. 173). Nesse sentido, a comunidade surda representa a minoria linguística como a língua de sinais em todo o mundo.

O americano linguístico Willian Stokoe, conhecido mundialmente como pai da linguística da língua de sinais, iniciou, no ano de 1960, o estudo linguístico da Língua Americana de Sinais – ASL e espalhou-se em todo o mundo. Nesse sentido, começou as produções científicas e acadêmicas sobre a língua de sinais, com o objetivo da introdução aos estudos linguísticos em seus diversos níveis de análise: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, estrutura gramatical, entre outros no sistema linguístico. Antes do ano de 1960, os linguísticos acharam que a comunidade surda não tinha um sistema linguístico em língua de sinais.

Conforme Turi (1990) explica que o estudo de Direito Linguístico no campo jurídico, para entender:

Para o estudo jurídico do “Direito Linguístico”, uma distinção fundamental é a distinção entre “norma jurídica” (regulação jurídica das línguas propriamente dita - uma lei que oficialize determinado idioma, por exemplo) e “norma linguística” (essa clássica noção de “norma padrão da língua”, que diz, por exemplo, como devemos

falar e escrever “direito” – como não escrever ou falar “nóis compra”. Essa distinção exige um trabalho teórico sobre a noção de “norma” e sobre os determinantes “linguística” e “jurídica” que foge ao escopo deste trabalho, mas já indicamos a necessidade de investimento científico na questão.

De acordo com Sigales-Gonçalves (2020) sua questão da relevância do direito linguístico para as políticas linguísticas que o campo de estudo do direito linguístico tem como assegurados direitos das línguas das minorias tendo objetivo de promover as igualdades nas suas diversidades e, também, contribuir para a promoção da justiça social. ABREU (2019) menciona que “trazendo a proteção jurídica necessária para a criação, planejamento e implementação de ações concretas aos sujeitos linguísticos, nos mais diversos contextos político-sociais”.

Nesse sentido, os protagonismos surdos que têm assumido debates sobre os direitos linguísticos nos seus movimentos políticos, buscam por justiça social como língua de sinais para a população surda e apresenta ser o bilinguismo que é a habilidade humana de alguém usar bem dois idiomas distintos, para ver o direito linguístico da comunidade surda que a língua de sinais é a primeira língua ou nativa como L1 e a segunda língua como L2 (modalidade de escrita no seu país). Dar um exemplo do Brasil, de acordo com Ferreira (2015, p. 2) que “a língua portuguesa é uma língua oral-auditiva, sendo que para os ouvintes adquiri-la se torna uma maneira fácil e natural, pois a todo momento somos expostos a ela. A língua de sinais é uma língua visual-espacial, sendo esta natural para o surdo, pois não é necessário um treinamento para adquiri-la, conforme cita RUBIO et al (2014, p. 14) “a língua de sinais é a única que pode ser adquirida naturalmente pelo surdo; basta que ele seja posto em contato com os seus pares”.

Os surdos, a comunidade com suas próprias demandas e pautas, têm seus direitos linguísticos para o desenvolvimento de políticas de inclusão para a comunidade surda na comparação da oficialização da Língua de Sinais como reconhecimento jurídico da língua de sinais como conquista política de um movimento social surdo. Tendo objetivo de direitos de liberdade, igualdade e não discriminação na luta de seus direitos como língua oficial da língua de sinais, contribuição para a constituição desse arquivo jurídico de Direito Linguístico, com os desenhos do sinal próprio da língua oficial em cada país, com a data, o número da lei da língua de sinais entre os países, percebemos as diferenças.

Bandeira	Língua oficial / Sinal	Número de Lei e data
	<p>Lengua de Señas Argentina – LSA</p> 	<p>Não há a lei nacional</p> <p>Lei de Reconhecimento da LSA, sob o processo D 4582/22-23 a partir de 22 de novembro de 2022.</p>
	<p>Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</p> 	<p>Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.</p>
	<p>Lengua de Señas Paraguaya – LSPy</p>  <p>OBS: Não há sinal próprio</p>	<p>Lei nº 6.530, de 12 de maio de 2020</p>

	<p>Lengua de Señas Uruguaya – LSU</p> 	<p>Lei nº 17.378, de 25 de junho de 2001</p>
	<p>Lengua de Señas Venezolana – LSV</p> 	<p>Constituição Nacional em 1999 Art. 81 - reconhece o direito dos surdos de se comunicarem por meio da LSV, enquanto o artigo 101 estabelece que esse grupo de pessoas tem o direito de ser informado, em seu idioma, por meio da televisão pública e privada.</p>

Quadro 4: Oficialização da Língua de Sinais
Fonte: Krause (2021).

No **Brasil**, existem leis municipais, estaduais e Federal, nas quais a Libras é reconhecida como língua oficial brasileira, por intermédio da Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Essas legislações significam a representação da conquista por políticas públicas das lideranças do movimento social dos surdos em várias cidades do Brasil.

Na **Argentina**, existem 23 províncias, das quais existem somente cinco leis provinciais de LSA. Não há lei nacional, mas já houve várias mobilizações referentes a projetos de Lei para o Reconhecimento da Lengua de Señas Argentina (LSA), mas não foram aprovados, como referimos no capítulo anterior.

No dia 29 de agosto, Dia Nacional da *Lengua de Señas Argentina – LSA* traz a celebração para os surdos argentinos, o direito de nascimento de cada pessoa surda no mundo e um dia a mais na direção do alcance da Lei Federal de LSA. No dia 19 de

setembro, a iluminação com cor azul em frente ao prédio do Congresso Nacional por causa do Dia Nacional das Pessoas Surdas na Argentina e a citação do Facebook da Cas que:

“A cor azul tem um peso simbólico enorme, pois é um emblema que pertença à comunidade surda. Simboliza a luta das pessoas surdas pelo reconhecimento dos seus direitos humanos e linguísticos essenciais, promove o respeito pela Língua Argentina de Sinais como traço identitário e visibiliza a sua existência como comunidade minoritária com a sua própria língua e cultura. Em síntese, esta cor coesa toda uma cosmovisão da comunidade surda”.

Conforme Perfil⁵⁰ (2021) explica que “a fachada do Parlamento Nacional foi iluminada nessa cor com o objetivo de promover o reconhecimento da língua de sinais argentina e equalizar direitos e oportunidades” e a Cas (Confederação Argentina de Surdos) explica o porquê

“Na Argentina, é comemorado todo dia 19 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos em homenagem à sanção da Lei 1.666 de 1885, que criou o primeiro instituto educacional para surdos e mudos. As ONGs exigem a oficialização da Língua de Sinais e o INADI presta serviços para garantir os direitos dos surdos”.

“[...] esta cor se faz presente e todos os anos molda uma maré azul ondeante nos lenços e bandeiras alusivas que são citadas em qualquer acontecimento que congrega as pessoas surdas pela mesma causa em qualquer ponto do país”.

“Para lhe somar mais força, a CAS propôs como lema que este 2021 seja o “Ano do Reconhecimento da Língua de Sinais Argentina”.

Como escrito no capítulo anterior, a Língua de Sinais Argentina foi reconhecida o processo D 4582/22-23 que realizou-se no dia 24 de novembro de 2022.

No **Paraguai** a lei do país é a mais recente se comparada com outros países Sulamericanos. Por meio da Lei 6.530/20, o Poder Executivo reconheceu oficialmente a Língua de Sinais Paraguaia (LSPy) como a primeira língua das pessoas surdas para uma participação plena e efetiva na sociedade. Conforme citação do site do *LN La Nación*⁵¹ traduzida por português relata:

O projeto foi promovido pela Subcomissão de Informação, Comunicação e Língua de Sinais da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência (Conadis), liderada pela Secretaria de Políticas Linguísticas (SPL), em conjunto com os

⁵⁰ Seguir o link de Perfil: [El Congreso, iluminado de azul por el Día Nacional de las Personas Sordas | Perfil](#)

⁵¹ Site de LN La Nación é de <https://www.lanacion.com.py/pais/2020/05/22/lengua-de-senas-paraguayas-reconocida-como-primera-lengua-de-las-personas-con-discapacidad-auditiva/>

associados, entre eles o Relay Paraguai Centro, dependente da Secretaria Técnica de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social (STP).

O **Uruguai** reconhece a *Lengua de Señas Uruguya - LSU* como língua dos surdos pela lei 17.378, esse projeto foi promovido pela *ASUR* e *CINDE*, que permitiu sua aprovação em 25 de junho de 2001. Não existem leis municipais e estaduais; é única a lei nacional. Segundo Crespi (2020, p. 86) cita que:

“Da Lei da LSU há o reconhecimento oficial de que existe uma comunidade minoritária de uruguaios que são falantes de uma língua própria e diferente daquela tacitamente atribuída à maioria e ao Estado. Deve-se notar que LSU é a única língua que no Uruguai teve reconhecimento legal”.

Essa lei da *LSU* não tem marco político como o Estado se compromete, mas tem língua materna como política bilíngue muito forte. A lei diz que o respeito pela língua materna desde 2009 dos educandos como educação bilíngue para surdos.

Na **Venezuela**, a *LSV* é reconhecida oficial por meio da nova constituição nacional desde 1999. Não encontramos o número da Lei; porém, dentro da constituição, segue o artigo 81 que declara que os venezuelanos surdos têm o direito de usar sua língua de sinais. Enquanto o artigo 101 estabelece que esse grupo de pessoas tem o direito de ser informado, em seu idioma, por meio da televisão pública e privada. Impressionantemente, a Venezuela tem a primeira lei de reconhecimento da Língua de Sinais dentro da constituição, se comparada com outros países sulamericanos e somente dois anos depois houve a oficialização no Brasil.

O bilinguismo (surdo) como L1 e L2 nos países sulamericanos são Argentina (*LSA* e espanhol), Brasil (*LIBRAS* e o português), Uruguai (*LSU* e espanhol), Paraguai (*LSPy*, guarani e espanhol), e Venezuela (*LSV* e espanhol). Impressionantemente, o único português é do Brasil e outros espanhóis de todos os países são as modalidades de escritas iguais, mas somente diferentemente língua de sinais.

A lei de língua de sinais como reconhecimento jurídico ajuda muito no desenvolvimento da política pública para a comunicação entre surdos e ouvintes nas repartições públicas e também trazendo a garantia de direitos e deveres aos surdos nos âmbitos diferentes tais como educação, saúde, trabalho, moradia, entre outros.

Percebemos que no país da Argentina não há a lei nacional de língua de sinais como *LSA*. Vamos ver como é o desenvolvimento da política pública da comunidade surda argentina nos próximos textos sobre a comparação da garantia de direitos aos surdos nos quadros comparativos.

Acrescentamos as informações sobre PORTUNHOL, que é a mistura entre português e espanhol na comunicação entre os países como Brasil (Santana do Livramento) e Uruguai (Rivera). De acordo com Batista (et al., 2008, p. 35) “os moradores de ambas as cidades mantêm diálogos diariamente, o que faz com que haja uma compreensão das duas línguas por meio dos moradores”. Conforme Mota (2012) conceitua o termo como:

“uma língua não gramatizada, historicamente, o portunhol que circula na fronteira uruguaio-brasileira circunscreve-se mais amplamente ao domínio da oralidade na sociedade fronteiriça, ao mesmo tempo em que sua enunciação encontra lugar em situações de familiaridade e/ou afetividade por parte de seus falantes” (MOTA, 2012, p. 131)

Na comunidade surda brasileira e na uruguia há uma língua de sinais cuja mistura chama-se LIBRALSU. De acordo com o Batista (et al., 2008, p. 40) “esta língua de sinais compartilhada designa uma terceira forma de se comunicar na fronteira entre surdos brasileiros e uruguaios. Inicialmente era chamada de LIBRAÑOL, posteriormente foi traduzida para LIBRALSU”. Peluso e Lodi (2015, p. 64 e 65) citam e traduzida por português que:

A visualidade não é algo que pode ser ensinado, é uma forma de estar em o mundo, que é fundamentalmente determinado pela linguagem e discurso [...] a visualidade das línguas de sinais e, portanto, de ser surdos e sua cultura.

Figueira (2016, p. 58) relata que

Uma comunidade surda nessa fronteira, um grupo de pessoas surdas e ouvintes de nacionalidades diferentes ou iguais, brasileiros ou/e uruguaios ou “doble-chapa”, fronteiriços, que falam em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e/ou a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU) e ainda, algo que é da ordem do encontro destas línguas de sinais na fronteira, um terceiro espaço de comunicação que vem sendo nomeado e traduzido como LIBRAÑol ou LIBRALSU; assim como falam em Português, e/ou Espanhol e o Portuñol, se relacionam, se compreendem e nos contam a partir de suas narrativas sobre os laços que compartilham.

Não haver um comprometimento com uma pureza linguística com relação à interação e tradução entre essas duas línguas de sinais e, também, entre as línguas orais com as quais escrevemos a tradução; pois, em alguns momentos poderá ser atravessado pelas línguas em contato na fronteira. Os surdos da fronteira produzem suas subjetividades, produzindo enunciados que por sua vez produzem verdades a respeito dessa comunidade surda e sobre as suas identidades culturais (FIGUEIRA, 2016, p. 32 e 34).


4.4. Dia do surdo

A importância da data comemorativa escrito por Kleber Sampaio⁵² (2015) e menciona que “datas comemorativas reconhecem a importância de um fato histórico, homenageiam uma profissão, registram uma conquista social ou política e buscam mobilizar a sociedade em torno de uma causa” para o conhecimento da lei em relação com o dia do surdo no contexto histórico para representar, lutar e desenvolver a reflexão sobre os direitos e inclusão das pessoas surdas na sociedade contemporânea.

A data alusiva ao respeito à população surda e à garantia e preservação de seus direitos e a importância de se desenvolver de políticas públicas para avançar ainda mais na inclusão dessas pessoas na sociedade. No quadro a seguir, listam-se as datas comparativas entre os países sul-americanos:

País	Dia do Surdo/data	Número de Lei e data	Motivo
	Dia 19 de setembro Dia Nacional das Pessoas Surdas	Lei 1.666 de 1885	Em memória da promulgação da Lei 1.666 que cria o primeiro Instituto Nacional de Educação para Surdos e Mudos em 1885.
	Dia 26 de setembro Dia Nacional do Surdo	Lei nº 11.796 em 29 de outubro de 2008.	Essa data foi escolhida por ser o dia de fundação da primeira escola para surdos do Brasil, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro em 1857.
	Não há dia do surdo.		
	Dia 21 de setembro Dia Nacional das Pessoas Surdas	Não existe a lei, mas a Associação de Surdos de Montevideu criou em 1968. Nessa data do mês, o início da primavera, a ASUR sempre tem um festival de surdos em cada ano, por isso essa lembrança.	Não tem memória da promulgação.

⁵² Seguir o link do EBC: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2015/01/datas-comemorativas-lembram-fatos-historicos-e-despertam-curiosidade>

	<p>Não tem dia do surdo.</p>		
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------	--	--

Quadro 5: Dia do Surdo
 Fonte: Krause (2021).

Cada ano sempre tem data alusiva como o dia do surdo, pois o movimento social surdo organiza, no que já se tornou tradição, em várias cidades do país, sendo marcado por diversos eventos da comunidade, com o objetivo de conscientizar e difundir sobre a acessibilidade e a comemoração das conquistas na sociedade viabilizando conhecer a comunidade surda do país.

Percebemos que a Argentina não mostra informação clara sobre o ano da lei. Estamos com dúvida quanto ao ano 1885, se realmente faz referência à fundação da primeira escola nacional de surdos-mudos.

Somente dois países (Argentina e Brasil) têm a Lei do Dia Nacional do Surdo. Mas nos cinco países sulamericanos existe a Semana Internacional das Pessoas Surdas; portanto, filiam-se com a World Federation of People Deaf – WFD, traduzida em português, Federação Mundial de Surdos. Em cada país se organizam eventos próprios como festivais, oficinas, palestras, entre outros.

Impressionante, os três países (Argentina, Brasil e Uruguai) têm organizado em sua iluminação a cor azul em frente ao prédio do Congresso Nacional em alusão ao Dia Nacional das Pessoas Surdas. É uma demonstração importante da lembrança desse dia especial para surdos no país inteiro.

4.5. Educação de Surdos

É de grande relevância o censo escolar para a educação do país. Segundo o autor Paulo Freire “é necessário enxergar a educação como instrumento de formação de uma consciência crítica e política dos indivíduos”, para analisar o sistema educacional para surdos, a busca por melhorias de qualidade da educação e a importância de coleta de dados estatísticos educacionais para saber quantos matriculados surdos existem no seu país com direito à educação.

No quadro a seguir, evidenciam-se dados referentes à educação de surdos e à classificação: educação básica, ensino superior e pós-graduação nos países sulamericanos.

4.5.1. Educação Básica

País	Surdos Matriculados no Ensino Fundamental	Surdos matriculados no Ensino Médio
	<p><i>Estudio Nacional sobre el Perfil de las Personas con Discapacidad 2018</i> apresenta o número de porcentagem dos alunos com deficiências auditivas no nível da escolaridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 18% de ensino fundamental incompleto. 	<ul style="list-style-type: none"> - 45,1% de ensino médio incompleto. - 20,3% de ensino médio completo.
	<p>Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) do ano de 2012 mostra que o número de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) dobrou: Surdos matriculados na Educação Básica (74.547):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Surdos matriculados na educação infantil (4.485). - Surdos matriculados no ensino fundamental (51.330). <p>O Censo Escolar de 2016 registra que o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos, 32.121 com deficiência auditiva e 328 alunos com surdocegueira.</p>	<p>INEP/MEC 2012 apresenta que os Surdos matriculados no ensino médio (8.751).</p>
	<p>INE – Instituto Nacional de Estadística Paraguay não existe o registro para os estudantes surdos e deficiências auditivas. Também não demonstra os dados dos alunos com tipo de deficiências.</p>	
	<p>INE – Instituto Nacional de Estadística 2010 não há registro de censo escolar com números de surdos e ou deficientes auditivos matriculados. Na realização da entrevista com os surdos uruguaios, os mesmos comentam que há cerca de 350 alunos matriculados na educação básica em todo o Uruguai. Esse informativo número alguns anos passados.</p>	<p>No Uruguai, as escolas regulares têm uma classe especial de surdos com professores e instrutores surdos nas cidades diferentes. Nesse sentido, parece o atendimento educacional especializado – AEE no Brasil. Por exemplo, em Montevideu tem 18 alunos surdos numa classe no turno de manhã e tarde, e outra cidade tem cinco alunos e as várias cidades do Uruguai apresentam pouco número de surdos, totalizado de 350 matriculados surdos no país inteiro.</p>
	<p>INE – Instituto Nacional de Estadística Venezuela não existe o registro para os estudantes surdos e deficiências auditivas.</p>	

Quadro 6: Matriculados surdos da educação básica

Fonte: Krause (2021).

No **Brasil**, o decreto n.º 5.626, que regulamenta a Lei n.º 10.436/2002, Lei de Libras apresenta que o surdo tem direito à educação básica e de qualidade. Segundo as leis, as portarias e os decretos, encerram em si a acessibilidade, a inclusão dos alunos surdos, o direito ao ensino bilíngue com a Libras, como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua, ao direito de ter o tradutor/intérprete de Libras educacional e vários outros assuntos.

Essa forma de política pública da educação foca a base no sistema de inclusão das escolas públicas e privadas, sendo a inclusão inserida nas escolas, no sentido de que devem ser respeitadas as diferenças do aluno com necessidades especiais, como é o caso da surdez e da deficiência auditiva. As escolas são obrigadas a manter um tradutor intérprete nas salas de aulas para os alunos surdos e deficientes auditivos. Segundo Pereira (2008), além do intérprete de Língua de Sinais, proficiente em Libras e em Língua Portuguesa, o Decreto Federal n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares.

Aproximadamente na década de 80 até meados de 2005, a educação especial para surdos em todo o Brasil, já era praticado o bilíngüismo, cuja qualidade de educação tem melhorado. Após a utópica política educacional que é inserida na educação inclusiva, com objetivo da redução de discriminação, de despesa da educação especial, também reduziram-se os profissionais qualificados, entre outros; na realidade, a prática educacional e os professores desqualificados para a educação inclusiva não focaram nos alunos surdos, pois eram diversas deficiências atendidas.

O censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2020, p. 29) demonstra que as matrículas de educação especial no ensino fundamental e ensino médio entre 2009 e 2020 apresentam queda das classes especiais e o crescimento dos alunos com deficiências inseridos na escola regular. Percebemos no gráfico a seguir, a estatística:

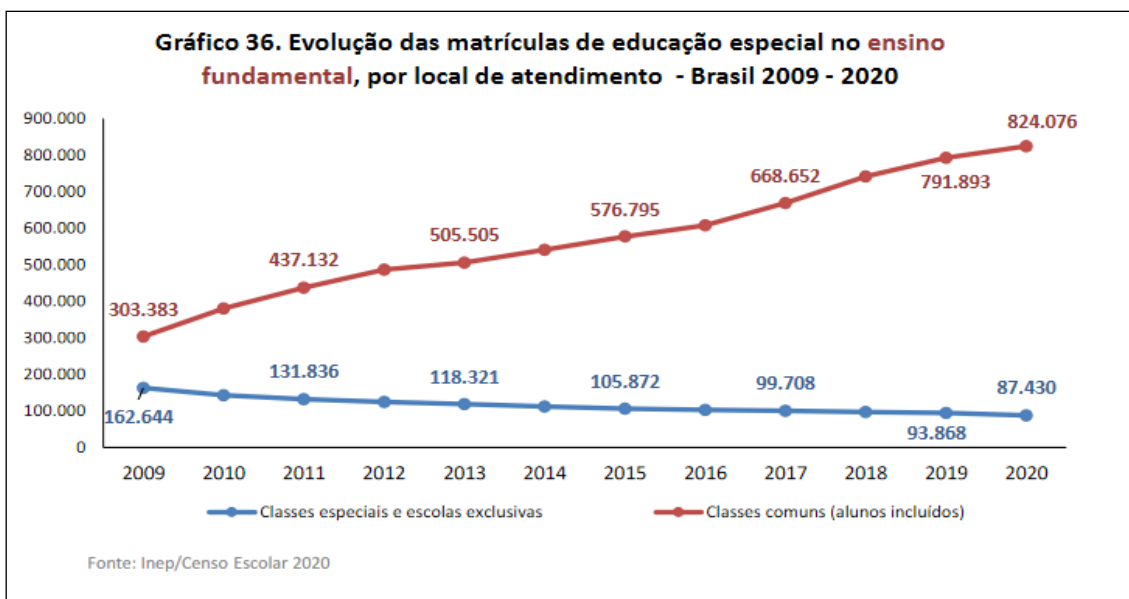


Figura 13: Matrículas de educação especial no ensino fundamental
 Fonte: Inep/Censo Escolar, 2020.

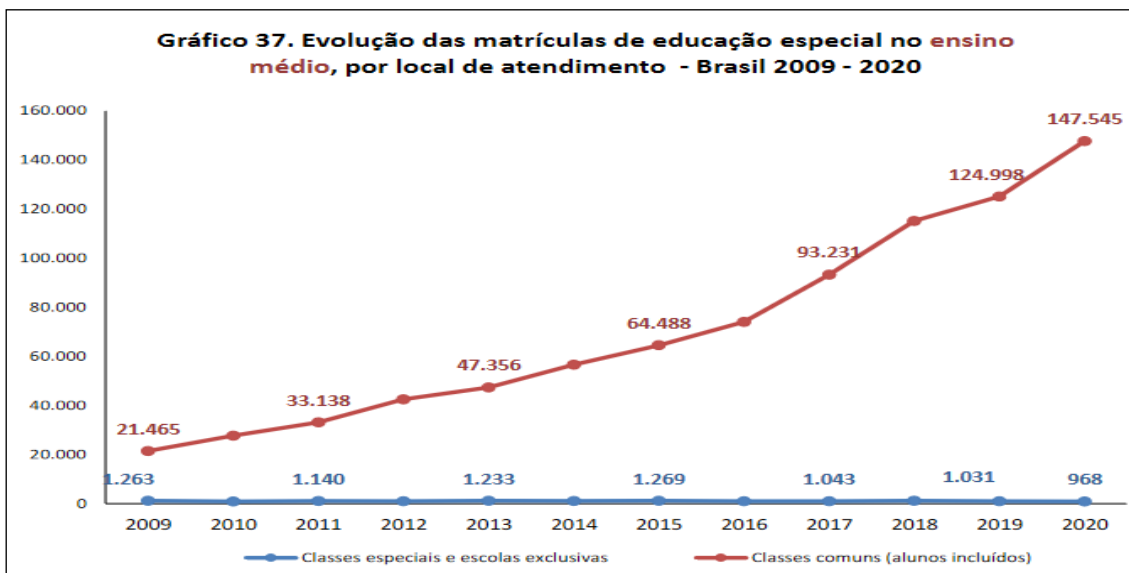


Figura 14: Matrículas de educação especial no ensino médio
 Fonte: Inep/Censo Escolar, 2020.

Percebe-se que há várias cidades do Brasil em que o aluno surdo não conta com a presença de intérprete de Libras na educação básica; isso é um grande problema e torna mais difícil o processo ensino-aprendizagem, pois a falta de formação nas regiões para esses profissionais, e a não contratação de Tradutores/intérpretes de Língua de Sinais (Tils), depende da secretaria municipal e estadual de educação, que por muitas vezes não conhece o funcionamento para contratação de Tils, para os matriculados surdos na educação. Os maiores problemas da educação básica como na educação inclusiva para as crianças surdas estão na ausência de tradutor/intérprete em sala de aula. Conforme Krause

e Klein (2017, p. 7) ressaltam que:

A legislação prevê a esse sujeito formas de disseminar sua língua e reconhece o surdo como ser falante dessa (Libras), assim, o surdo tem direito à educação básica de qualidade como qualquer outro sujeito. Entretanto, percebe-se que em várias cidades do Brasil, o aluno surdo fica desassistido sem presença de intérprete de Libras na educação básica, mesmo com a legislação da Educação Inclusiva que consta como direito “*os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola*”(MEC, 2014).

Isso ainda é comum, ficar sem acessibilidade. Mesmo depois de 22 anos da publicação do decreto 5.626, ainda não é respeitada a legislação e a falta de conscientização prevalece. Pensar um direito efetivo da vida real no cotidiano do surdo, com a garantia de receber comunicação prevista em lei; nesse caso, por meio da Libras. *A legislação prevê a esse sujeito formas de disseminar sua língua e reconhece o surdo como ser falante dessa (Libras); assim, o surdo tem direito à educação básica de qualidade como qualquer outro sujeito* (Krause e Klein, 2017, p.7).

Percebe-se que hoje, com as leis, oferecer a disciplina de Libras nas escolas, é uma maravilha. No entanto, isso não acontece como deveria ser, pois não temos profissionais habilitados para essa função. Existe carência de intérpretes nas instituições educacionais, falta de oferta para formar profissionais nessa área. Já vivenciamos realidades em que profissionais foram contratados, dizendo, ou seja, apresentando certificado, mas que na realidade não era fluente ou sem condições de fazer essa tradução. É uma triste realidade que enfrentamos. Mas, por outro lado, muito já foi conquistado pela comunidade surda do Brasil. Percebe-se que para ter mais conquistas são necessárias batalhas, mobilizações, protestos para acontecer melhoras na educação.

As políticas educacionais criam estratégias para oferecer aos alunos com deficiência um atendimento educacional especializado (AEE), visando à complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular. Segue a definição de AEE: “é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). Nas salas de recursos multifuncionais, o atendimento é realizado em turno oposto ao frequentado nas turmas comuns, possibilitando ao professor rever suas práticas à luz das novas referências pedagógicas da inclusão (DUTRA, 2007). O AEE é destinado ao aluno surdo com objetivo de propiciar o ensino da Libras e a aquisição em Libras de referentes nos diferentes conteúdos curriculares (favorecer o conhecimento e a aquisição

de termos científicos) e no ensino de Língua Portuguesa (trabalhar as especificidades da língua).

Dando como exemplo, algumas prefeituras municipais deveriam lançar concursos para intérprete/tradutor de Libras na educação básica, e não apenas remanejar os professores do AEE para esta atuação; pois isso, não é da alçada do profissional de AEE, o que em muito prejudica os alunos surdos. Como outra situação, refere-se que há uma sala de AEE dentro das escolas, as crianças surdas incluídas no ensino regular, porém não há intérprete/tradutor de Libras (Tils). Por isso, a ineficácia dessa lei na realidade prática das políticas públicas e na qualidade da educação inclusiva para os alunos surdos e com deficiências auditivas na sala de aula.

Em 2011, os movimentos surdos pediram a educação bilíngue para surdos no Congresso Nacional, já explicado anteriormente no item sobre Movimento Surdo a Favor da Educação e da Cultura Surda. Após o ano de 2012, o primeiro projeto de Lei sobre a defesa de educação bilíngue para surdos foi aprovado. Mais tarde, algumas cidades fundaram escolas bilíngues para surdos, pois asseguravam aos alunos surdos e com deficientes auditivos direitos à educação.

O censo escolar é o mais importante levantamento estatístico educacional e é relevante para saber quantos alunos surdos estão matriculados na educação básica. Contribui para ampliar as possibilidades da educação para surdos. Infelizmente, percebe-se que os dados do censo escolar da educação básica após o ano de 2013 não são animadores, porque apresentam somente “os alunos com deficiências”, não especificando quantos tipos de deficiências e não demonstrando o número de matriculados surdos, em todos os níveis de ensino. Há a necessidade de viabilizar a perspectiva de educação e de ensino de língua bilíngue em nosso país, fortalecendo a formação dos profissionais da rede de apoio entre alunos surdos, dos professores, gestores escolares e familiares.

A Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos elaborou um projeto sobre a educação bilíngue de surdos, preocupada com as crianças surdas nas várias escolas inclusivas desqualificadas em todo o Brasil e que agora irão trabalhar sobre uma perspectiva de educação bilíngue. Também se manifesta em choque, devido aos números de candidatos surdos ao ENEM reprovados. A instituição atribui esse desempenho certamente à educação inclusiva desqualificada, fruto da inserção sem critérios dos alunos surdos nas escolas regulares, afirmação resultante de pesquisas realizadas pela federação. Os movimentos surdos (associações de surdos, os profissionais surdos e ouvintes da educação, familiares e outros em todo o Brasil) apoiados pela Feneis

cobravam esse projeto de lei enviado ao Senado Federal.

No dia 25 de maio de 2021, o plenário do Senado discutiu o projeto da Lei nº 4.909, de 2020 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação - LDB, e dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. A lei de 1996 oferecia a disciplina de Libras para alunos surdos no sistema de educação, e a modalidade de língua de sinais como primeira língua– L1 e o português escrito como segunda língua – L2 para os surdos. No texto atual, acrescenta-se à LDB “ da Educação Bilingue para Surdos”, em que está proposto escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polo de educação bilíngue de surdos, bem como define quem será atendido: surdos, surdoscegos, com deficiências auditivas sinalizantes, surdos com altas habilidades ou supertodação ou com deficiências associadas.

Em 13 de julho de 2021, a Câmara de Deputados aprova o projeto de lei nº 4.909 com as novas regras para educação bilíngue de surdos, enviando-a ao Presidente do Brasil para assiná-lo. Conforme a citação do site de Senadonotícias⁵³ que no dia 3 de agosto de 2021

“o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.191, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da educação especial. Entende-se como educação bilíngue aquela que tem a língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda”.

A comunidade surda do Brasil ficou muito feliz, pois essa lei objetiva sobremaneira ao priorizar que as crianças surdas adquiram por primeira língua a Libras e o português escrito como segunda; um importante passo na direção da educação de qualificada.

Na **Argentina**, não há lei específica na área de educação de surdos, somente a CDPD⁵⁴, que diz que os profissionais trabalharão com os alunos com deficiências, mas não regula se eles devem conhecer a LSA para trabalhar com os alunos com deficiência auditiva e surdos. Não há essa obrigatoriedade na educação inclusiva, sendo situação bem diferente à brasileira. Portanto, o censo Indec 2010 demonstra que as pessoas com deficiências ou limitação permanente de 3 anos ou mais, que frequentam algum estabelecimento de ensino, registram 90,2% de frequência na escola regular e de 9,8% na

⁵³ Seguir o link de Senadonotícias: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb>

⁵⁴ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (CDPD)

escola especial. No *Estudio Nacional sobre el Perfil de las Personas con Discapacidad* 2018 não demonstra o número de percentagem dos matriculados surdos na educação básica, somente deficiências auditivas, não especialmente, a surdez.

No **Paraguai**, impressiona que o Instituto Nacional de Estadística – INE não realizou o censo escolar para os alunos surdos, também não existe registro dos números dos alunos com deficiências. Mas a informação do relatório especial sobre os direitos das pessoas com deficiências no Paraguai (2017) relata que no sistema de educação há cerca de 23.573 matriculados com algum tipo de deficiência.

Na **Venezuela**, também não há o registro dos matriculados surdos e deficientes auditivos e nenhum dado demonstrado no censo escolar pelo INE – Instituto Nacional de Estadística.

4.5.2. Escola de Surdos

Reconhecendo a condição bilíngue e bicultural das pessoas surdas, Skliar (1997/2004) defende que as crianças surdas devem crescer bilíngues, que a primeira língua delas deve ser a língua de sinais e que a segunda deve ser a língua majoritária, na modalidade escrita (PEREIRA e VIEIRA, 2009).

De acordo com as autoras Pereira e Vieira (2009, p. 65) relatam sobre bilinguismo na educação de surdos:

“O reconhecimento de que a língua de sinais possibilita o desenvolvimento das pessoas surdas em todos os seus aspectos, somado à reivindicação das comunidades de surdos quanto ao direito de usar esta língua, tem levado, nos últimos anos, muitas instituições a adotarem um modelo bilíngue na educação dos alunos surdos. Neste modelo, a primeira língua é a de Sinais, que dará o arcabouço para o aprendizado da segunda língua, preferencialmente na modalidade escrita, que, por ser visual, é mais acessível aos alunos surdos.”






A educação bilíngue que atende aos alunos surdos e apresenta a mesma grade curricular das escolas brasileiras, somente diferente que os professores são obrigados a falar na língua de sinais e há a disciplina de Libras principalmente para instrutor ou professor surdo e o ensino de Libras para as crianças surdas como a primeira língua natural. É o local de difusão da cultura surda. Mertzani (2020, p. 07) cita que:

“A educação bilíngue para surdos pressupõe o ensino de duas línguas, mas não de forma concomitante. A Libras é considerada a língua natural dos surdos brasileiros e deve ser ensinada com prioridade na escola, bem como ser a língua de instrução de todos os demais conteúdos e disciplinas. A Língua Portuguesa deve ser ensinada como segunda língua, na modalidade escrita. Portanto,

quando uma criança surda ingressa na escola e ainda não adquiriu a Libras, ou seja, a sua língua, esse deve ser o primeiro conhecimento a ser adquirido de forma natural.

Também todos os profissionais nos ambientes escolares tais como: secretaria, diretora, serventes, bibliotecário, entre outros, utilizam a língua de sinais, porque se comunicam com os alunos surdos.

Apresentamos o quadro sobre as quantidades de escolas de surdos nos países sul-americanos que existem e conhecemos onde as escolas ficam em cidades diferentes:

	<p>1 – La Plata - Escuela de Educación Especial Antonio Próvolo. 2 – La Plata - Escuela 528 para sordos e hipoacúsicos. 3 – Corrientes - Instituto de Educación Especial Integrar Sordos e Hipoacúsicos. 4 – Santa Fé - Escuela Especial No. 2013 Para Niños Sordos "María Ana Mac Cotter de Madrazzo". 5 - Oberá - Escuela Especial N 13 para sordos e hipoacúsicos "Arco Iris".</p>
	<p>No Brasil existe mais de 70 escolas de surdos em alguns estados brasileiros.</p>
	<p>No Paraguai existem as quatro escolas de surdos: 1 – Assunção (Primera Escuela Paraguaya de Sordos). 2– San Lorenzo (Antonio Provolo Institute). 3 – Cidade de Leste (10 Instituto Antonio Provolo). 4 – Encarnação (Centro Educacional Antonio Provolo).</p>
	<p>No Uruguai tem quatro escolas públicas para surdos nas cidades diferentes: 1 – Montevideú (Escuela N° 197). 2 – Rivera (Escuela N° 105). 3 – Mandonado (Escuela N° 84). 4 – Salto (Escuela N° 116).</p>
	<p>Na Venezuela há 46 escolas de surdos em todo o país.</p>

Quadro 7: Escolas de Surdos
 Fonte: Krause (2022).

Na **Argentina** existem vinte províncias e somente cinco escolas de surdos e deficientes auditivos tais como: *Escuela de Educación Especial Antonio Próvolo* para surdos e deficientes que foi fundada em 1841. O nível do ensino é ensino fundamental na cidade de La Plata na província de Buenos Aires.

Outra *Escuela 528 para sordos e hipoacúsicos* foi fundada em 1961. Esta escola

tinha uma filosofia oralista puramente e, mais tarde, no ano de 2000 começou a utilizar a língua de sinais. Em 2007, a abordagem pedagógica é estabelecida como “Ensino Intercultural Bilíngue”. Esta instituição tem os níveis do ensino são inicial e primário.

Na cidade de Corrientes que está localizada no norte do país há uma escola de surdos nomeada espanhola *Institute de Educación Especial Integrar Sordos e Hipoacúsico*. É o nível primário e secundário.

Outra *Escuela Especial N° 2013 Para Niños Sordos, "María Ana Mac Cotter de Madrazo"*, na cidade de Rosário, está localizada na província de Santa Fé e a quase 8 horas de viagem para a capital do país, Buenos Aires.

No município de Oberá que está localizado no nordeste do país, na provincia de Misiones e bem perto do Rio Grande do Sul, no Brasil, existe uma *Escuela Especial N° 13 para sordos e hipoacústicos "Arco Iris"*.

No **Brasil** não tem os dados oficiais. A pesquisadora surda Patrícia Rezende elaborou as coletas de dados particulares sobre as quantidades escolas bilíngues para surdos. Ela falou que tem cerca de 70 escolas de surdos em todos os estados brasileiros, mas não publicou as produções acadêmicas e científicas.

No Rio Grande do Sul tem dez escolas de surdos nas cidades diferentes, tais como: Santa Rosa (Escola de Ensino Médio Concórdia para Surdos), Santa Maria (Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser), Pelotas (Escola Especial Professor Alfredo Dub), Rio Grande (Escola Bilíngue Profa. Carmem Regina Teixeira Baldino), Caxias do Sul (Escola Estadual Especial de Ensino Médio Helen Keller), Porto Alegre (3 escolas: 1. Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, 2. Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilíngue Salomão Watnick e 3. Escola Estadual de Ensino Médio para Surdos Professora Lilia Mazon), Gravataí (Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos), Novo Hamburgo (Escola Estadual Especial Keli Meise Machado) e Canoas (Escola Municipal de Ensino Fundamental Bilíngue para Surdos Vitória).

Nova lei do ano 2021 (N° Lei nº 14.191). A Educação Bilíngue para Surdos esclarece que atendem os alunos surdos, surdocegos, com deficiências auditivas sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências em escolas bilíngues de surdos (sede própria), classes bilíngues de surdos (se não tem sede própria e o uso do colégio oferece alguma classe especial para surdos), escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos (sede própria na numa cidade que é perto dos vários municípios e levam os alunos surdos).

No **Paraguai** há as quatro escolas de surdos. Em uma escola é a capital do Paraguai, Assunção, nomeada Primeira Escuela Paraguaya de Sordos e foi fundada em 1962. Há mais de 100 alunos surdos do nível inicial até a educação de jovens e adultos e este informativo é desde 2017 por escrita de abc en el Este⁵⁵. Os autores Parks e Parks (2015) citam que o nome das três instituições iguais chamadas Instituto Antonio Provolo, nas cidades diferentes tais como: a cidade de San Lorenzo está localizada na parte Central, a 9 km da capital Assunção e o nome da Escola paraguaia é Instituto Antonio Provolo que foi fundada em 1972 e também foi criada em Cidade de Leste, em 10 Instituto Antonio Provolo e está localizada no extremo leste do país. Foi fundada na década de 80, e outra cidade, última é Encarnação, no Centro Educacional Antonio Provolo e foi fundada em 1999. Estas escolas de Provolo são mais resistentes para o uso de bilíngues em espanhol e em LSPy.

Segundo Parks e Parks (2015, p. 13, 2015) relatam que:

“Alguns surdos de Ciudad del Este são bilíngues em Língua Brasileira de Sinais e em LSPY por causa do tempo que passaram lá. Por fim, o Centro de Apoio à Educação Inclusiva ajuda integrar os alunos em escolas regulares para ouvintes, com a ajuda de intérpretes e outros serviços de apoio. Isso ocorre principalmente após a nona série, mas muito poucos alunos surdos permanecem na escola o tempo suficiente para se integrar”.

No **Uruguai** existem quatro escolas públicas para surdos nas cidades diferentes tais como: a *Escuela n° 197* conhecida por Ana Bruzzone de Sacarone, foi fundada em 1910, esta escola é bilíngue em LSU e espanhol, e fica na capital do Uruguai, Montevídeu. Em outra escola *Escuela N° 105*, que foi fundada em 1976, seria o ensino fundamental na cidade de Rivera e está localizada no norte do país e a cidade vizinha de Santana do Livramento, no Brasil.

Conforme Figueira (2016, p. 64 a 75) explica que alguns surdos brasileiros estudam na *Escuela N° 105* na Rivera, no Uruguai, porque a cidade de Santana do Livramento, no Brasil, não tem uma escola para surdos, mas tem uma escola regular nomeada Liberato que trabalha com inclusão e não tem estrutura, visto que não conta com o profissional intérprete de língua de sinais. A importância da educação bilíngue é que a construção de identidade cultural surda quando teve o contato com outros colegas surdos. Alguns surdos estudam na mesma escola Liberato no ensino fundamental e médio. Também aconteceu que na *Escuela N° 105* não há o ensino médio. Vaz (2017, p.68) menciona que

“Esta escola oferece o ensino de ciclo 1° até o 6° ano; depois desse

⁵⁵ Link de abc en el Este: https://www-abc-com-py.translate.googleusercontent.com/edicion-impresa/locales/escuela-de-sordos-cumple-55-anos-1653479.html? x_tr_sl=es& x_tr_tl=pt& x_tr_hl=pt-BR& x_tr_pto=sc

primeiro ciclo, vem o Liceo, com mais seis anos, que equivale, no Brasil, ao ensino médio. Porém, na escola investigada não há este nível de ensino, pois trata-se de uma “Escuela” e essas são apenas responsáveis pelo ensino primário, sendo necessário mudar de instituição para um Liceo, para prosseguir com os estudos.”

De acordo com Vaz (2017, p. 68 e 69) sobre o término do nível primário da Escuela N° 105 o que faz:

“Os alunos brasileiros e os uruguaios não tinham como continuar estudando no Uruguai e então vinham ao Brasil para estudar na Escola Liberato, pois no Uruguai não havia oferta de intérprete de língua de sinais até 2016 e, na Escola Liberato, havia o atendimento para surdos na sala de recursos, com língua de sinais” e “As famílias dos surdos uruguaios, depois que as crianças acabam os estudos na Escuela 105, geralmente mudam para Montevidéu, se quiserem que seus filhos continuem seus estudos, pois na capital há Liceo para surdos”.

Na terceira *Escuela N° 84* que foi fundada em 1973, o nível do ensino é o ensino fundamental na região de Maldonado, conhecida cidade de Punta Del Leste e está localizada no sul do país a 130 km da capital de Montevidéu.

Na quarta *Escuela N° 116* que foi fundada em 1977, na cidade de Salto no noroeste do país e que faz fronteira com a Argentina. Segundo Crespi (2020, p.75), traduzindo em espanhol por português relata que:

“A Escola bilíngue LSU-Espanhol 116 da cidade de Salto foi fundada em 1977 e começou como foi estabelecido na época, como uma instituição oralista, com corpo docente exclusivamente ouvinte e a proibição do uso da LSU em aula. A partir do ano 1987 começou sua virada para um programa bilíngüe, com a gradual entrada da LSU no campo educacional e a contratação de educadores surdos”.

Na **Venezuela** há 46 escolas de surdos em todo o país, com **45 escolas públicas** e com **uma escola privada** (IVAL⁵⁶). Nas escolas de surdos ingressam crianças surdas a partir de 2 a 5 anos de idade na pré-escola até o ensino médio.




Destaco uma síntese de nomes das escolas nas várias cidades da Venezuela: na **capital** de Caracas há seis escolas de surdos (UEE Caracas, UEE Juan Pablo Bonet, UEE David Pascoe, UEE Mirian de Valez, UEE Gran Colombia e UEE Helen Keller); no **noroeste** do estado de Guanare há duas escolas de surdos nomeada UEE Guanare e UEE Acarigua; no **oeste** do estado de Trujillo há uma escola de surdos nomeada UEE Angela

⁵⁶ IVAL – *Instituto Universitario de La Audición y el Lenguaje* no capital de Caracas, é essa instituição privada, com objetivo de estudantes e pacientes com deficiência auditiva e distúrbios de linguagem. Forma profissionais nas carreiras de Técnicos Universitários especializados em Terapia da Linguagem e na Educação de Crianças Surdas e/ou com Distúrbios de Linguagem, que ingressam no mercado de trabalho devidamente qualificados nestas áreas da comunicação. Seguir o link: <https://ival.com.ve/>



Alvarez Lugo; no **sul** do estado de San Fernando de Apure há uma escola de surdos chamada Escola para Deficiência Auditiva Carlos Perez; no **noroeste** do estado de Barinas há uma, UEE Rafael Vegas Sanchez; no **nordeste** do estado de Monagas há uma escola de surdo chamada UE. Luis Casneiro; no **norte** do estado de Miranda há uma escola de surdos, Los Teques e outro no estado de Barquisimeto há quatro escolas de surdos (Unidad Educativa Especial Bolivariana Icoal, Unidad Educativa Especial Bolivariana María Meléndez de García, Unidad Educativa Especial Bolivariana Carora) e outro estado de Aragua há uma escola de surdos, U.E.E.N Villa de Cura, entre outras.

Percebemos que os países **Brasil e Venezuela** são semelhantes, avançados nas políticas públicas educacionais; contudo, é de suma importância que a base da educação para crianças surdas seja dada em escolas de surdos para que adquiram a Libras (Brasil) e LSV (Venezuela) como sua primeira língua; e o português (Brasil) e espanhol (Venezuela) escrito como segunda língua.

4.5.3. Ensino Superior

País	Matriculados e graduandos surdos no Ensino Superior
	<p>Entrevistas com pessoas argentinas dizem que há cerca de 0,2% de universitários surdos desde 2017.</p> <p>INDEC. Estudio Nacional sobre el Perfil de las Peronas con Discapacidad 2018 apresenta 16% de deficiências auditivas no Ensino Superior e Mestrado incompleto e completo, não mostra especialmente, surdos e ou deficiências auditivas.</p>
	<p>Segue o número de universitários surdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MEC/Inep apresenta que de 665 no ano de 2003, passa para 4.660 em 2009. - O censo de 2013 apresenta que há 1.488 universitários surdos. - INEP 2019 (p.66) apresenta que o número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência. Escolhemos especialmente, surdez em torno de 2.556 e a deficiência auditiva em torno de 6.569.
	<p>Há 15 universitários surdos na graduação em ciências da educação, na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional del Este (UNE)⁵⁷ no dia 30 de julho de 2021. Eles são os primeiros a terminar uma carreira universitária em nível nacional.</p>

⁵⁷ Seguir a informação do facebook de UNE sobre os formados surdos paraguaios: <https://www.facebook.com/553910128039125/posts/4179984462098322/?sfnsn=wiwspwa>

	<p>Aproximadamente dez formados surdos de graduação até os dias de hoje (2022).</p>
	<p>Nos dados do ano 2014 apresenta 58 graduados surdos, e em 2017 não existem dados oficiais, mas aproximadamente 1.550 graduados surdos nas universidades.</p>

Quadro 8: Matriculados Surdos do Ensino Superior

Fonte: Krause (2021).

No **Brasil**, a comunidade surda lutou para ingressar no ensino superior, conseguindo a aprovação da Portaria n.º 1.679/99, que dispõe sobre a exigência da presença de intérprete de Libras. Desde então, percebeu-se que já no ano de 2009 os números se elevaram significativamente, passando para 4.660 estudantes surdos matriculados no ensino superior, havendo clara influência da lei de Libras para com a acessibilidade nas instituições de ensino superior.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP que realizou o censo escolar 2019 (p.66) menciona “o número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência” e segue o número de matriculados surdos em torno de 2.556. Este é o maior número em que relação ao ano de 2013, que contabilizava 1.488 universitários surdos. Refletem a busca pela qualidade em educação e os avanços nas conquistas da comunidade surda brasileira. A partir do ano de 2017, o MEC inaugurou o sistema de videoprova em Libras no Enem para os candidatos surdos. Conforme Monteiro et al. (2017, p. 30) sobre as pessoas surdas têm oportunidades de acesso ao ensino superior e houve avanços por meio de políticas públicas como:

“Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Programa Universidade para Todos (ProUni); Políticas de Ações Afirmativas; e Plano de Reestauração e Expansão das Universidades Federais (Reuni)”.

Anteriormente à citação sobre os programas importantes do Ensino Superior pelo Ministério da Educação (MEC), abordo aqui sobre o surgimento, o objetivo e os programas educacionais relacionados à comunidade surda brasileira:

- Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998, com objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao término do ensino médio. Relacionado ao surdo, há acessibilidade como a presença tradutor/intérprete de Libras, a videoprova em Libras no *notebook* para candidato surdo desde 2017

e há profissional específico para avaliação da redação do Enem e também tempo adicional desde 2020. Leitura labial para o candidato com deficiência auditiva, como apresentado na cartilha do Enem ⁵⁸ para surdos.

- Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi criado em 2010, com objetivo de democratizar o acesso às universidades públicas e a oferta de vagas pelo sistema aumentou em mais de 410% (média geral - prova e redação do Enem), esclarece que o candidato recebe a nota média do Enem para ver em qual universidade pública de várias cidades do Brasil vai frequentar; por exemplo, Caxias do Sul não tem curso da área ou da vaga; aí procura outra cidade de São Paulo se tem curso para verificar e, dependendo da universidade se aceita a nota média do curso para vaga. E, para o estudante surdo, não há a diferença sendo igual outras pessoas ouvintes.
- Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%) de cursos de graduação. Não há a diferença, sendo igual entre o surdo e o ouvinte.
- Políticas de Ações Afirmativas foi criado em 2016. Nesse sentido, em todas as universidades públicas têm cotas para vagas de graduação tais como: indígenas, raciais, pessoas com deficiências, quilombolas, entre outros. Relacionado ao surdo, tem direito ao ensino superior com cotas de vaga de graduação como pessoa com deficiência.
- Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi criado em 2003, e busca ampliar e a permanência na educação superior, com objetivo de redução das taxas de evasão, de ocupação das vagas ociosas e do aumento do número de vagas ofertadas. Não há a diferença, sendo igual entre o surdo e o ouvinte.

Os surdos têm direito à educação relacionada à garantia dos direitos constitucionais como direito social e também ao rompimento da segregação e discriminação social a fatores relacionados à cultura, à cor, ao gênero, ao status, ao prestígio e outros.

⁵⁸ Seguir o link do ENEM:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_avaliacao_das_redacoes_dos_participantes_surdos_ou_com_deficiencia_auditiva.pdf

Na **Argentina**, 0,2% de universitários são surdos; porém faltam políticas públicas que organizem e ofereçam contratação de intérprete de LSA nas instituições privadas e públicas. Muitos surdos argentinos não têm dinheiro para pagar a mensalidade do curso superior particular, nem há incentivo das instituições de ensino públicas para a contratação de intérpretes de LSA. Conforme Ariño (2019, p. 104) sobre a presença de intérpretes nas universidades públicas pela legislação cita que:

“Compromissos assumidos pelos Estados membros das Nações Unidas que, como a Argentina, ratificou em 2008 a “Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência”, que inclui entre outros direitos - ter intérpretes. Ele também tem o "Programa Integral de Acessibilidade para Universidades Públicas", aprovado pelo Conselho Nacional Interuniversitário (Res. 426/2007), que luta pela acessibilidade comunicacional de alunos surdos, para o qual garante a presença de intérpretes quando necessário”.

Percebe-se o atraso desse país no ingresso de alunos com deficiências nas universidades públicas e privadas, especialmente os acadêmicos surdos que obtiveram seu direito a intérpretes de LSA a partir do ano de 2007.

Em 2005, o relatório “A Integração de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior na Argentina”, realizado pela Secretária de Políticas Universitárias do Ministério da Educação, Ciências e Tecnologia, traz as primeiras tratativas em organizar os serviços de tradução e Interpretação dentro das universidades bem como estruturar a acessibilidade para PcDs nas instituições superiores. De acordo com Arinõ (2019, p.37) sobre a inclusão da universidade que

Como nos demais países, também foi feita uma descrição das estruturas normativa e legal, as características da população com deficiência no ensino superior, as políticas e programas desenvolvidos em alguns universidades nacionais, para culminar com propostas e políticas para o inclusão. Neste último ponto é especificado que o RedBien - Red de Bienestar das Universidades Nacionais Argentinas, incluído na agenda de discussão a disciplina de alunos com deficiência nas universidades .

Nesse sentido, parece a exclusão das pessoas com deficiências nas universidades perdurar até o ano 2005, quando começou a discutir as normas institucionais e uma política universitária adequada aos acadêmicos com deficiências. Em 2007, a *Universidad Nacional del Litoral-UNL*, localizada no estado de Santa Fé, oferece acessibilidade e recebe alunos surdos no curso de Arquitetura e Urbanismo durante o período de 2007-2010.

No **Uruguai**, a coleta de informações foi feita através de entrevista (utilizando a plataforma Zoom) com os surdos uruguaios (profissionais na área de educação em seu

país), que relatam haver somente dez surdos formados. Explicam que o pouco número de surdos no ensino superior é consequência de que o ensino médio para surdos foi criado tardiamente (ano de 1996), e alguns pais de surdos estimulam a estudar e outros não. Depois começou a inserção do surdo no nível universitário. Começaram então a estudar na faculdade, e estes foram os modelos para outros iguais tentarem a profissionalização superior. Antes de 1996, alguns surdos estudavam o ensino médio na escola regular, em que não há presença obrigatória de intérprete de LSU. Em algumas escolas os próprios pais pagavam o profissional.

Quanto a este assunto, uma das participantes da reunião relata que não há lei específica obrigatória da presença de intérprete de LSU na sala de aula nas universidades públicas e privadas, mas algumas universidades particulares oferecem.

Uma intérprete/tradutora de LSU uruguaia relatou o que aconteceu em relação ao Ensino Superior nas instituições privada e pública. Ela relacionou o número inexpressivo, em sua opinião, relegado ao oralismo ou ao ensino do espanhol como primeira língua por muitos anos na educação de surdos no ensino fundamental e médio, não dando bons resultados. O bilinguismo foi implantado, mas os professores continuaram com as mesmas práticas e sem falar LSU. Quando os alunos surdos da 4ª a 6ª classes são integradas com os ouvintes nas escolas regulares não havia intérpretes nas salas de aulas. Há cerca de 20 anos, uma escola secundária e ou colégio para surdos, também tornou obrigatório a presença de intérprete, mas os professores desconhecem sobre educação ou cultura surda. O mesmo acontece nas Universidades, com o grande agravante de que os acadêmicos surdos uruguaios apresentam dificuldades para escrever em espanhol. Por isso, muitos não conseguiram ingressar na educação superior devido à falta de segurança em sua base linguística e a falta de construção da identidade surda na educação básica.

No **Paraguai**, os primeiros formados surdos colaram grau no dia 30 de julho de 2021, no curso de Ciência da Educação da Faculdade de Filosofia na Universidade Nacional del Este – UNE. Esse é um marco histórico em nível nacional e de grande importância na carreira profissional de surdos no país.

Na **Venezuela**, encontramos a dissertação de mestrado do surdo Javier Ramirez, com sua pesquisa intitulada “*Integración de Estudiantes Sordos a la Educación Universitaria*” (2015, p. 43 a 45) na qual apresenta 58 universitários surdos no ano de 2014 em três universidades diferentes como *UNELLEZ - Universidad Nacional Experimental de los Llanos Occidentales Ezequiel Zamora* em que havia 18 universitários surdos sinalizantes e oralizados; em outra, *Universidad de los Andes-ULA* havia 17

acadêmicos surdos sinalizantes e oralizados e na *Comunidad de Aprendizaje Barinas UPTM* havia 18 universitários surdos sinalizantes e oralizados. Não encontramos dados atualizados sobre a quantidade de universitários surdos no Ensino Superior no censo 2022, mas o venezuelano surdo Javier relata que no ano de 2017 apresenta cerca de 1.550 formados surdos nas universidades.

Ramirez (2015, p. 10) relata que

A renda dos universitários surdos em nível nacional nos últimos seis anos tem sido significativa e desde 2007 existem (aprovadas pelo Conselho Nacional de Universidades) as Diretrizes para garantir o Pleno Exercício do Direito das Pessoas com Deficiência a uma Educação de Qualidade em que o mencionado Ministério estabelece uma série de instruções para a entrada, continuação e saída de alunos com deficiência. As autoridades universitárias dificilmente estão fazendo tímidas tentativas de acelerar os processos de integração, uma vez que lhe permitiu oportunidades para estudos universitários, neste caso a ULA Estadual Mérida, UNELLEZ VPDS, que são as duas universidades pioneiras em dar acesso a surdos com intérpretes de língua de sinais venezuelano, segundo Anzola (2013), em sua apresentação sobre a criação da Universidade para Surdos, menciona que existem seiscentos (600) Surdos registrados nacionalmente na UPTM – Comunidades de Aprendizagem por Estados, no caso do Estado de Barinas apenas quarenta e dois (42) alunos surdos estão matriculados.

Percebemos que no Brasil é bem diferente. Avançamos nas políticas públicas educacionais; contudo, é de suma importância que a base da educação para crianças surdas seja dada em escolas bilíngues para que adquiram a Libras como sua primeira língua e o português escrito como segunda língua, proporcionando a construção do conhecimento, da identidade e da cultura surda, para que só depois sejam inseridos em escolas inclusivas, no ensino médio, e ou do ensino superior. Nota-se em outros países que o ensino superior tem se democratizado negativamente, visto o pouco quantitativo de formados surdos, evidenciando a falta de promoção na base da educação. Também as leis de acessibilidade ajudam muito aos acadêmicos surdos brasileiros em obter qualidade na educação e no ensino e na busca de grandes transformações sociais e culturais.

4.5.3. Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado

A partir de grandes marcos da legislação brasileira, principalmente do começo dos anos 2000 que não só objetivaram, mas permitiram o maior ingresso de pessoas anteriormente excluídas do ensino superior público brasileiro, como: negros, pardos,

indígenas, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiências⁵⁹. Começou-se, então, a perceber uma nova demanda de pessoas que desejam prosseguir seus estudos e concluir cursos de Pós-graduações em nível de mestrado e doutorado no Brasil. Pessoas que agora se sentem pertencentes e capazes dentro da academia brasileira: as pessoas com deficiências.

Para compreender a atual conjuntura, torna-se imprescindível reconhecer que historicamente os deficientes encontraram inúmeras dificuldades de conquistar o direito inicialmente à vida, e de serem aceitos como pessoas dignas de participar e construir uma sociedade⁶⁰. Com o avanço da igreja católica, que reconheceu os deficientes como detentores de “alma”, começou-se a pensar e refletir sobre o cotidiano dessas pessoas. Assim sendo, após inúmeras discussões mundiais, que culminaram na elaboração de documentos como a Declaração de Salamanca (Salamanca, 2004), Declaração de Jontiem (Jontiem, 1990), e principalmente, após 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos, passou-se a pensar na inclusão escolar das pessoas com deficiências.

Segundo os últimos dados disponíveis do IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística), o Brasil possui aproximadamente 45 milhões de pessoas (cerca de 24% da população do Brasil) com alguma deficiência, que podem variar entre auditiva, física, intelectual e visual. A maior parcela das pessoas com deficiência possui deficiência visual (58%), seguida por deficiência física (22%), auditiva (16%) e intelectual (4%) (IBGE, 2010).

A partir da conquista de espaços na educação básica e principalmente após a Lei nº 13.049/16⁶¹ (Lei de Cotas), percebe-se que nos últimos anos ocorreu um crescimento de 590,78% do número de estudantes que ingressaram na educação superior (INEP, 2014). As Universidades brasileiras, portanto, devem ser acessíveis de modo que seja

⁵⁹ Adotamos o termo “pessoa com deficiência”, pois o mesmo faz parte do texto da [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#) adotado pela ONU em 2006, ratificado com equivalência de emenda constitucional no Brasil através do [Decreto Legislativo nº 186](#) e promulgado por meio do [Decreto nº 6.949](#), em 2009.

⁶⁰ Estes processos históricos, sempre atribuíram a esses sujeitos uma incapacidade, uma inaptidão para exercerem qualquer tipo de relação social e educacional. A cultura destes sujeitos sempre foi negada, e os mesmos ao longo de suas histórias, foram mantidos em manicômios, segregados, pois no entendimento do “eu” essa “diferença” podia causar contaminação, como se a deficiência visual fosse um vírus ou algo contagioso (COUTINHO, 2011).

⁶¹ Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

garantido o direito de continuidade aos estudos a essa parcela da população brasileira (BRASIL, 2004).

Sem dúvida, toda a égide de políticas públicas, com suas recomendações e marcos legais permearam o acesso das pessoas com deficiências no Brasil e dados como censos do IBGE evidenciam claramente isso. A grande problemática é descobrir o número de pessoas com deficiência, mais precisamente com surdez, que conseguiram concluir cursos em nível de mestrado e doutorado em nosso país, qual sua área de formação, forma de ingresso, como se deu sua permanência, etc. Esse trabalho tem por objetivo reunir pela primeira vez estes dados.

Para tal, realizou-se um exaustivo trabalho de pesquisa bibliográfica e documental no intuito de desvendar se existiam esses dados. Porém, após consulta ao órgão Federal (SIC-MEC. Sistema Eletrônico do serviço de informação ao cidadão) competente recebemos a informação de que embora esses dados sejam de suma importância, não os possuem, tampouco conhecem como se dá esse processo, se há o ingresso através da política de cotas, se há durante a formação algum tipo de atendimento especializado, se concluíram os programas com algum tipo de bolsa de estudo, etc. Concluímos que é necessário realizar uma nova pesquisa a fim de mensurar tais dados e, a partir disso, podermos compreender esse processo, repensar o ingresso e permanência de Surdos nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* nas diversas instituições e em várias cidades do Brasil. É imprescindível contribuir com a melhoria de qualidade da educação para os surdos.

As pesquisas preliminares realizadas em revistas eletrônicas, documentos, bibliografias não nos permitiu encontrar informações que evidenciem o quantitativo de surdos mestres e doutores no Brasil. Não contentes com a escassez de dados, decidimos consultar o site do SIC-MEC. Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão, enviando tal questionamento no dia 12 de julho de 2018, às 15h09min, que logo foi encaminhado para resposta ao órgão vinculado, a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa em Nível Superior, conforme *print*.

Consultar Pedido - Siste: X
 Seguro | https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/ConsultaPedido.aspx

Todos

Texto da Solicitação

Texto na Resposta

Limpar Consultar

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Ações	Protocolo	Órgão Superior	Órgão Vinculado	Data de Abertura	Prazo de Atendimento	Situação	Data da Resposta	Nome do Solicitante
Q Detalhar	23480016238201834	MEC – Ministério da Educação	CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	12/07/2018 15:09	01/08/2018	Respondido	26/07/2018 09:00	Bruna Todeschini

Exportar Resultados

Voltar para o Topo

Assessoria de Informação

Fonte: Arquivo Pessoal Bruna Todeschini⁶². 2018.

A Capes enviou retorno dentro do prazo estipulado, que era até o dia 01 de agosto de 2018, respondendo da seguinte forma: “Prezada Bruna, A CAPES não possui o quantitativo de pessoas Surdas que concluíram a pós-graduação stricto sensu (Mestrado ou Doutorado). No entanto, informamos que, a partir da Coleta de Dados 2017, haverá preenchimento da quantidade de discentes com necessidades especiais, mas sem especificação do tipo. Atenciosamente”.

A partir da resposta da Capes, podemos concluir que infelizmente ainda hoje não possuímos essas informações sobre o quantitativo de Surdos mestres e doutores no Brasil, bem como não é possível mensurar as formas de ingresso (cotas ou ampla concorrência), se receberam algum tipo de Atendimento Educacional Especializado durante essa formação, entre outras inúmeras dúvidas decorrentes do ingresso e permanência nessa etapa da vida acadêmica relativa a esta população.

Impressionantemente, encontramos uma publicação chamada Mestres e Doutores 2015. Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira promovido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – GGEE⁶³ e também último censo de 2019, cujo link é: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br/>, em que apresentam informações detalhadas e

⁶² É tradutora/intérprete de Libras da Universidade Federal do Pampa - Unipampa campus Itaqui, quando conversamos e iniciamos a pesquisa sobre o quantitativo de mestres e doutores surdos do Brasil na minha dissertação de mestrado. Portanto, não encontramos os dados e tivemos a ideia de fazer um questionamento para SIC-MEC com o objetivo de receber informações acerca disso. Mas não conseguimos elaborar um questionário, devido ao prazo curto de pesquisa no programa de mestrado na época.

⁶³ Este publicação é de https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Mestres_Doutores_2015_Vs3.pdf/d4686474-7a32-4bc9-91ae-eb5421e0a981?version=1.1

ótimas, mas, infelizmente, não encontramos informações sobre as pessoas com deficiências, especialmente surdos.

Encontramos na revista digital nomeada Revista Espaço⁶⁴ com a autora Monteiro (2017, p. 13) em que relata os primeiros mestrados surdos do Brasil:

Os primeiros mestrados de pessoas surdas foram na área de Educação, pela UFRGS. A primeira mulher surda a se tornar mestre foi Gladis Perlin, em 1998, e o primeiro homem surdo a concluir o mestrado foi Wilson de Oliveira Miranda, em 2001.

Monteiro (2017, p. 12) apresenta 127 mestres surdos titulados e 21 doutores surdos titulados no Brasil entre 1998 e 2016, nas 26 universidades públicas e 19 universidades particulares.

A pesquisadora e professora surda da Universidade Federal de Rio de Janeiro - UFRJ, Myrna Salerno Monteiro atualizou os dados sobre mestres e doutores surdos no Brasil entre 2017 e 2021. De acordo com Monteiro (2022, p.5) “esses novos dados mostram um aumento significativo do número de surdos formados na pós-graduação, a saber, 40 doutorados, 163 mestrados e 3 pós-doutorados”.

A autora (2022) apresenta sua coleta de dados sobre a formação superior em nível de pós-graduação de surdos no Brasil ao longo dos anos e elaborou-se um gráfico estatístico para melhor visualização sobre os mestres e doutores surdos por área de estudo entre 1998 e 2021.

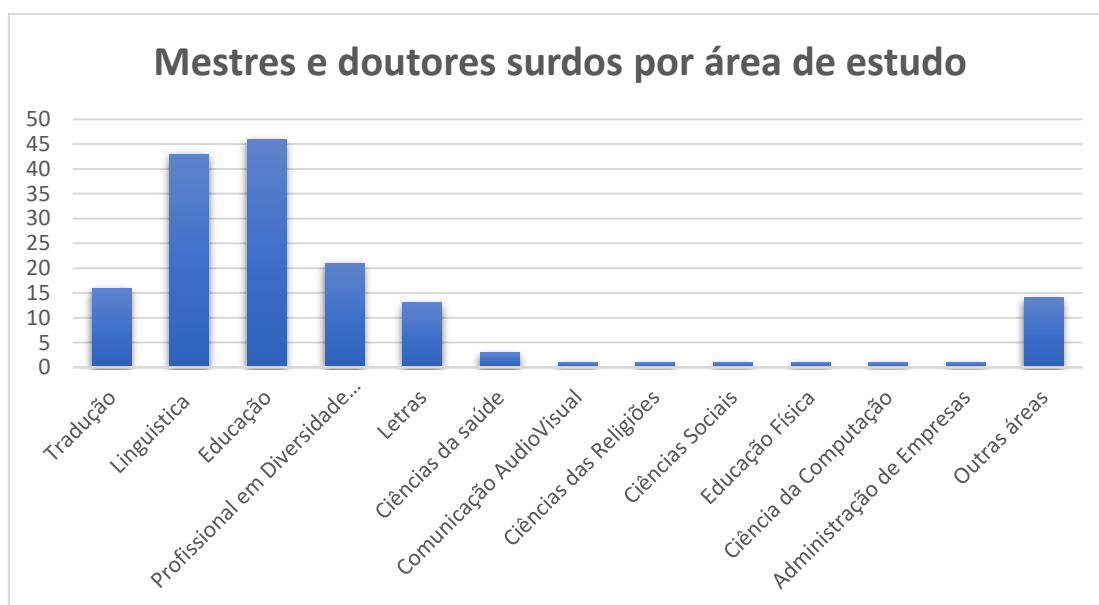


Gráfico 1: Mestres e doutores por área de estudo.
Fonte: Krause (2022).

⁶⁴ Acesso ao link: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1207/1211>

Percebemos que no curso de programa de pós-graduação que os surdos fazem, os cursos de área de estudo que se destacam, o primeiro lugar é do curso de Educação. Observamos os títulos da dissertação e da tese para pesquisas tais como: acessibilidade, literatura, currículo, política educacional, glossário bilíngue, cultura, ensino, pedagogia, formação, entre outros específicos em Libras; portanto, estimula a pesquisa desenvolvida pela base educação para surdos. No segundo lugar fica a linguística, o estudo de várias áreas tais como: gramática, política linguística, variações linguísticas, escrita, entre outros; nesse sentido, a pesquisa da linguística específica em Libras essa língua aprova. E, no terceiro lugar, o curso de tradução, com objetivo de intérpretes surdos, tradução, os materiais como acessibilidade, narração, entre outros assuntos.

Olhamos outras áreas de estudo. Os surdos têm coragem para buscar as outras áreas de curso, pois têm suas vocações de profissionais e novas pesquisas de área. É importante o crescimento dos números de profissionais diferentes e as influências em outras áreas de estudo para capacitação.

Fizemos um gráfico para melhor visualização sobre o números de mestres, doutores e pós-doutorados surdos do Brasil, entre a primeira etapa (1998-2016) e a segunda etapa (2017-2021):

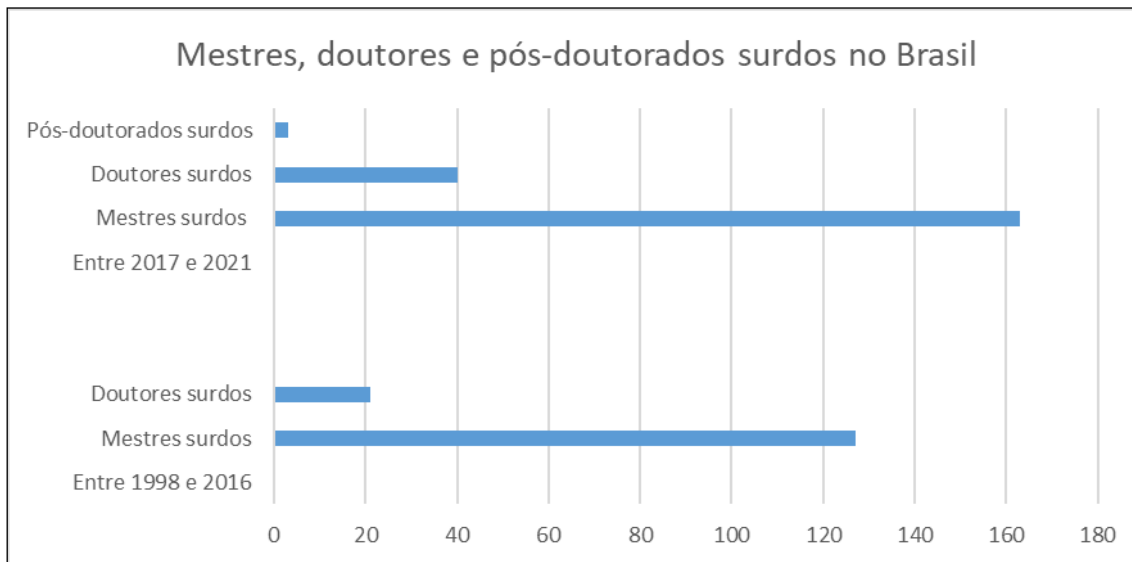


Gráfico 2: Mestres, doutores e pós-doutorados surdos no Brasil
Fonte: Krause, 2022.

Percebe-se que a segunda etapa apresenta aumento dos mestres e doutores surdos em relação à primeira etapa; esse dado é relevante, pois nos dá importante base para a criação de políticas públicas da educação em nosso país. Segundo dado gráfico sobre os mestres e doutores surdos no Brasil entre 1998 e 2021 com 290 mestres e 61 doutores.

Mestres, doutores e pós-doutorados surdos no Brasil entre 1998 e 2021.

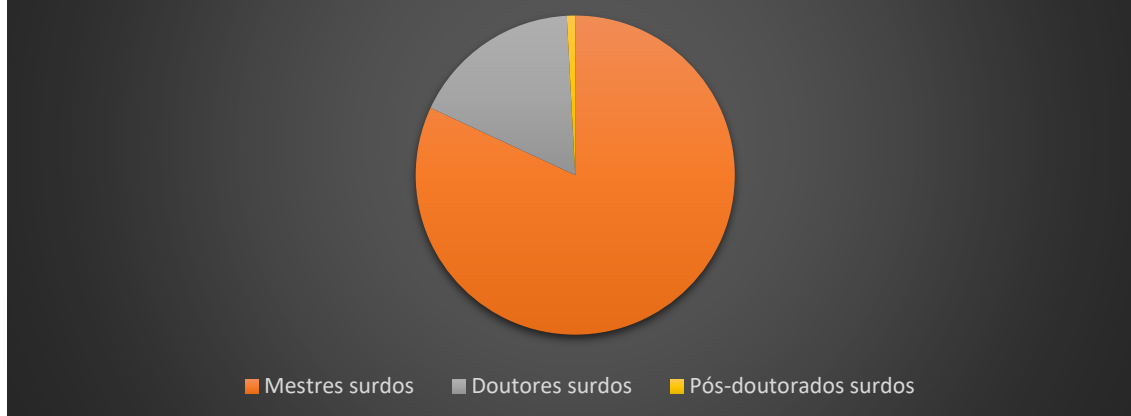


Gráfico 3: Mestres, doutores e pós-doutorados surdos no Brasil entre 1998 e 2021.
Fonte: Krause, 2022.

Esses os são dados relevantes de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado para surdos. Percebemos que em outros países como Argentina, Uruguai, Paraguai não há surdos com títulos de mestres e doutores. Para entender o contexto histórico da educação básica (ensino fundamental e médio) nesses países sulamericanos, falta base da educação que do professor bilíngue, ou presença tradutor/intérprete de língua de sinais na sala de aula acompanhar com estudante surdo. Também não há lei específica para exigir a presença tradutor/intérprete de língua de sinais no ensino superior. Não somente falta de interesses políticos que não auxiliam e não exigem leis específicas na área da educação para surdos e também para a comunidade surda sulamericana falta adquirir conhecimento na formação acadêmica na base, educação para participação dos movimentos sociais. Também a comunidade surda sulamericana falta avançar em conhecimento, descobrindo o significado da formação acadêmica e compreender como é sua participação dos movimentos sociais. Explicando melhor, na Argentina não há a lei nacional *de LSA (Lengua Argentina de Señas)* como reconhecimento dessa língua; portanto, há limite dos espaços sociais e educacionais em que transitam o surdo.

Luque e Pérez (2017) averiguaram que há na Venezuela um total de 440 pessoas surdas estudando em diferentes níveis de ensino: educação básica e superior, pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado (46 surdos), distribuídos em várias cidades como: Mérida, Caracas, Barinas, Zulia, Portuguesa, Maracay, Valencia, Calabozo, Lara, Trujillo e Miranda. Pela informação recebida própria de um sujeito venezuelano surdo, relata que não há no censo item específico dos surdos, mas o registro dos

matriculados surdos nas diferentes universidades para formar-se em todo o país. Apresenta cerca de 1.550 graduados surdos entre 1999 e 2017. O ano de 2022 demonstra 7 mestres e 2 doutores. Percebemos que os autores do livro (físico) como Luque e Pérez (2017) e da produção acadêmica (digital) como Javier Ramirez (2015) apresentam suas informações diferentes sobre o número de graduados surdos. Talvez eles (autores) pesquisam suas coletas de dados escolhidos em algumas cidades.

Percebemos que o Brasil avançou na política pública educacional para surdos, pois as lutas sociais surdas estavam discutindo com a instituição política sobre a educação para a criação de implementação da política tais como: a lei de acessibilidade (2000), a lei da Libras (2002), o decreto n 5.626 da educação bilíngue (2005), a lei de profissional de tradutor/intérprete de Libras (2010), a modalidade da educação bilíngue (2021) e outros. Essas leis significativas ajudam muito no desenvolvimento da base da educação e da educação superior para os surdos atrelados às políticas e à educação.

Nesse sentido, a autora Schubert (2015, p. 63) fala que “a Educação para Todos tem sido pregada como a bandeira principal no país, a busca por construir um futuro promissor para os cidadãos brasileiros, tendo como base uma educação de qualidade” e a fala da UNESCO⁶⁵:

O direito a uma educação de qualidade ao longo da vida não é exercido plenamente por todos os cidadãos brasileiros, apesar do Brasil ter conquistado vários avanços na legislação educacional. E é limitada a participação da sociedade civil na promoção do direito à educação no Brasil (UNESCO).

Para compreender as lutas sociais surdas e as instituições políticas entrelaçadas na circulação dos movimentos civis, econômicos e culturais, tendo objetivo de alcançar a implementação da política educacional para surdos como a base da educação até a educação superior com a qualidade de vida na formação de acadêmico e de profissional pelo país.

Vejamos o resumo geral dos comparativos entre os países sulamericanos no *ranking* sobre a melhor educação de surdos.

Ranking	País	Educação básica, Ensino Superior e P. de Pós-Graduação
1º	Brasil	Existem surdos matriculados em todos os níveis. Milhares de surdos formados em graduação. Sim, há 290 mestres, 61 doutores e 3 pós-doutorados surdos.

⁶⁵ É a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), nasceu no dia 16 de novembro de 1945.

2º	Venezuela	Há surdos matriculados na educação básica, em torno de 1.550 formados surdos em graduação; 7 mestres surdos e 2 doutores surdos.
3º	Paraguai	Matriculados surdos na educação básica, apenas 15 formados na graduação e não há mestres e doutores surdos.
4º	Uruguai	Matriculados surdos na educação básica, só 10 surdos formados na graduação e não há mestres e doutores surdos.
5º	Argentina	Existe surdos matriculados na educação básica, só 2% no ensino superior e não há mestres e doutores surdos.

Quadro 9: Ranking sobre a melhor educação de surdos.

Fonte: Krause, 2021.

É bom saber que o nosso país tem uma classificação melhor em relação à educação para as pessoas surdas. Essa qualidade apoia-se em políticas públicas inexistentes em outros países sulamericanos, mas a comunidade surda brasileira continua a lutar por seus direitos no campo jurídico, pois muitas conquistas foram realizadas, porém não foram concretizadas e assim surgem diferentes meios legais para resolver o que ainda nem foi reorganizado.

Conforme Cunha Junior (2015, p. 275-276):

[...] a experiência mostrou ao longo desse processo que as pessoas Surdas precisavam ser reconhecidas em seus direitos em igualdade de condições, o esforço empreendido pela atuação da Feneis [...], em busca de conquistar o real lugar dos Surdos no campo da educação contribuiu para que essas questões fossem colocadas em evidência nos embates das políticas públicas em movimento para produzir novas posturas e demandas educacionais, para atender e favorecer os estudantes Surdos.

As políticas públicas da educação que possibilitam a redução ou minimização das desigualdades sociais têm por objetivo oferecer uma educação transformadora que possibilite uma transformação nos índices de desenvolvimento humano (IDH) e social através, por exemplo, de fomento e criação de Institutos Federais de Ensino. Júnior et al. (2017, p. 196) cita

por educação transformadora entenda-se aqui uma atuação não apenas no foco da questão – redução das desigualdades sociais – mas a conjugação dos saberes constituídos naturalmente, com novos conhecimentos estruturados a partir da educação obtida na escola e aplicados cientificamente.

De acordo com Júnior (et al., 2017, p. 196 e 197) a relação com a educação para surdos em níveis de ensino, relata que

...o programa mapeia-se às regiões que possuem o menor IDH

(Índice de Desenvolvimento Humano) e, com projetos direcionados, promove ações de fomento às instituições e, instrumentalizando-as, possibilita que promovam a melhoria na condição social de as regiões, por meio de uma educação transformadora.

Assim sendo, a oferta de ensino inclusivo deverá ocorrer em todos os níveis, sem qualquer forma de discriminação, pois ainda que não houvesse a previsão da Convenção, a obrigação de ofertar o ensino decorreria do princípio de igualdade e da dignidade da pessoa humana. (Destro, 2020, p. 131).

O ponto de vista de Monteiro et al. (2017, p. 42) que explica sobre *a existência de desigualdades sociais é de conhecimento de todos, assim como é sábio que a educação é uma poderosa ferramenta para a redução das desigualdades, sejam elas de renda, raça, gênero, classe, cidadania e outras ligadas a questões sociais e culturais*. Nesse sentido, os vizinhos países sulamericanos ainda estão na desigualdade educacional para surdos nas políticas públicas institucionais.

4.6. Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais

Ao olharmos comparativamente os tradutores e intérpretes de língua de sinais em um país, e em outros países, encontramos as seguintes informações sobre a definição de ‘tradutor’ e ‘intérprete’; e diferentes histórias de mobilização sobre a criação das associações de Tils (Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais), bem como a quantidade de associações, apresentadas no quadro a seguir, e também informações quanto à formação profissional exigida, relacionando-a com as leis que regulamentam a profissão de tradutor/intérprete, ou não. Apresentaremos o quadro no decorrer desse trabalho de pesquisa.

Apresentamos o conceito de TILS - Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais segundo Quadros (2004, p.7 e 11) relata que

Intérprete - Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito.

Tradutor - Pessoa que traduz de uma língua para outra. Tecnicamente, tradução refere-se ao processo envolvendo pelo menos uma língua escrita. Assim, tradutor é aquele que traduz um texto escrito de uma língua para a outra.

Tradutor-intérprete - Pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito.

Tradutor-intérprete de língua de sinais - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

A importância dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais para a comunidade surda, e a sua atuação profissional. Segundo Quadros (2004, p. 27) explica que:

“O profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação)”.’

A maioria da sociedade não conhece a língua de sinais, nem como se comunicar com as pessoas surdas e ou com deficiência auditiva; portanto, torna-se necessário a presença de um profissional intérprete de libras. Esse profissional é essencial para a interação entre ouvintes e surdos. Essa necessidade ocorre em diferentes esferas, em diferentes instituições públicas e privadas, como escolas, universidades, congressos, seminários, programas de televisão, repartições públicas, lazer, justiça, saúde, entre outros. O intérprete é de suma importância para a inserção e inclusão social do Surdo, melhorando as condições de vida para entender e se comunicar com o mundo.

Apresentaremos a seguir um resumo das histórias de mobilização referentes à criação das associações de tradutores e intérpretes de língua de sinais, através de uma análise comparativa entre alguns países sulamericanos.

Na **Argentina**, em 1982, foi fundado o grupo de tradutores e intérpretes nomeado de *AATI – Asociación Argentina de Traductores e Interpretes*, com objetivo de defender os interesses dos tradutores e intérpretes técnico científicos, oferecendo serviços excelentes para atender às pessoas surdas nas repartições públicas.

Com mais de 30 anos de fundação, permanecendo até os dias de hoje, *AATI* é uma associação que representa os tradutores e intérpretes de língua de sinais, participando ativamente em diferentes regiões, eventos nacionais e internacionais, com objetivo de exercer um trabalho de conscientização profissional para a comunidade surda nos órgãos públicos e privados.

No **Brasil**, na década de 1980, não havia cursos de formação para intérprete de língua de sinais, pois a presença de intérprete de língua de sinais era vista em poucos espaços como, por exemplo, em trabalhos religiosos na Igreja Protestante. Nesse sentido,

o motivo não era a falta de qualificação e sua respectiva formação. Não havia cursos específicos nessa área de Libras, pois ainda havia a necessidade de regulamentação da profissão também.

Alguns anos depois, pessoas mais próximas aos surdos (vizinhos, amigos, filhos, religiosos e outros) que muitas vezes acabavam como "responsáveis" por intermediar a comunicação, ainda como voluntários, buscavam mediar à comunicação utilizando a língua de sinais. Ao longo dos anos, grupos de intérpretes e demais pessoas dedicaram-se aos estudos sobre a ética do profissional intérprete e, então, organizou-se o primeiro Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, coordenado pela Feneis - Federação Nacional da Educação e Integração de Surdos, no ano de 1988.

No ano de 1990, a Feneis ofereceu um curso de capacitação de Tradução e Interpretação de Libras, com o objetivo de qualificar e avaliar os profissionais em nível de ensino médio com certificação oficial. Esse curso foi um sucesso. No ano de 1992, houve o segundo Encontro de Intérpretes de Língua de Sinais, em que se iniciou a discussão sobre o regimento interno do Departamento Nacional dos Intérpretes; portanto, antes não havia uma norma profissional padronizada.

Conforme Schubert (2015, p. 115) menciona que em 2000, a lei nº10.098, apresenta a necessidade de se quebrarem barreiras comunicativas e o intérprete como possibilidade ou instrumento de acesso. Em 2002, tornou-se oficial a Libras, com a Lei nº 10.436. Antes não havia a regulamentação acerca da profissão do Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, somente o reconhecimento da Libras. Após três anos da regulamentação da lei, ela foi complementada pelo decreto nº 5.626/2005 que em seu Art. 17 disse que:

A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Também nos artigos 21 e 23 do qual se trata da inclusão do tradutor e intérprete de Libras nos quadros das instituições de ensino básico e superior:

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Dentro desse contexto, ocorreram diversos movimentos para a criação de Leis que viessem regulamentar a profissão dos Tradutores Intérpretes de Libras (Tils) em nosso país, como, por exemplo, em 2004, a proposta do Projeto de Lei (PL 4673/04) para regulamentar a profissão de Tils elaborada pela deputada gaúcha Maria do Rosário:

“Essa lei significa um avanço no conceito de comunicação inclusiva e do reconhecimento da Libras como uma língua oficial, da qual muitas pessoas dependem. Ao reconhecer a profissão de tradutor e intérprete de Libras, a lei contempla o direito de diversos cidadãos se expressarem, compreenderem a realidade e terem acesso a oportunidades, como a concursos públicos”.

Mas houve demora para a realização do processo até sua aprovação pela Câmara em 2009, na forma de um substitutivo elaborado pela relatora, deputada Maria Helena (PSB-RR). No ano de 2010, publicou-se oficialmente a Lei 12.319/10, de 1º de setembro, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A importância do intérprete de Libras é essencial em diversos espaços da nossa sociedade, pois esse profissional que deve dominar a língua de sinais e a língua falada do país é o qualificado para desempenhar tal função, sendo semelhante a outros profissionais de idiomas, como: alemão, italiano, inglês, espanhol e outros. Infelizmente, sabemos que muitas vezes empresas e instituições de ensino contratam Tils, porém registram na carteira de trabalho como serviço geral ou auxílio administrativo, ou seja, não fazem o registro adequado, no intuito de pagamento de salários menores.

A partir do ano 2006, criaram o Prolibras⁶⁶ para ouvintes fluentes em Libras que já haviam concluído o ensino médio e o ensino superior. Houve crescimento pela procura da formação do Prolibras em todo o Brasil, porque muitos editais de concursos públicos para TILS exigiam a formação “Prolibras”.

No decreto nº 5626/2005 observamos que no prazo de 10 anos, para a formação em Prolibras se findou, passando, portanto, a ser exigido outro nível de formação para esse profissional, passando então a ser o curso Bacharelado em Letras/Libras, curso que existe desde 2008, e inicialmente foi promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com objetivo de promover a formação profissional na área de tradução e interpretação em Libras. Por isso, antes não havia formação específica em Libras com curso superior, apenas certificação de proficiência. O MEC decidiu oferecer ampliação ao Prolibras, pois “encontrando abertura de novas vagas em concursos públicos exigindo essa formação e certificação, isso têm mostrado atualmente a valorização destes perante os espaços na sociedade além do afunilamento para o ingresso dessas vagas” (Araujo, 2015, p. 15). Segundo a portaria MEC de 2010 apresenta que há 2.725 profissionais habilitados para os serviços de tradução e interpretação.

Do ano 2006 até os dias de hoje, houve um elevado aumento no número de diferentes cursos, como graduação, especialização e pós-graduação na área de tradução e interpretação de Libras, em instituições públicas e privadas em todo o Brasil. Esse é um marco muito importante para a história dessa profissão, pois elevou o número de pessoas formadas nessa área em várias cidades do Brasil, podendo assim colaborar com a mediação da comunicação entre o surdo e o ouvinte nos órgãos e instituições públicas.

No ano 2007 foi fundada a Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais – AGILS, em Porto Alegre, conforme a citação do fanpage do Facebook dessa associação:

“com o objetivo de unir e dialogar com a categoria, como também de defender os seus direitos e deveres dos TILS. Valorizando a profissão, promovendo ações coletivas entre os TILS participando das discussões em nível Nacional e de todas as pautas que forem tratar sobre a nossa área”.

No dia 22 de agosto de 2008 destacamos a fundação da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de

⁶⁶ Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Prolibras) e para certificação de proficiência na tradução e interpretação da Libras – português-Libras

Sinais –FEBRAPLIS⁶⁷, com associações ligadas a ela em várias cidades do Brasil. Os princípios dessa federação são: orientar, apoiar e consolidar as associações sobre as legislações, os documentos, as declarações, as notas técnicas, os honorários, auxiliar na criação de uma nova associação, entre outros, em todo o Brasil.

A Febraplis relata que “compreende que os laços de parceria e proximidade com a comunidade surda são fundamentais, no sentido de garantir um serviço de excelência de tradução e interpretação de língua de sinais às pessoas surdas, e valorizar o trabalho de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de Libras”.

Não sabemos e não encontramos os dados sobre a história da implementação da primeira central de interpretação de Libras – CIL⁶⁸, mas encontramos um material da Secretaria de Direitos Humanos - SDH e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDP que trabalhou para a implementação de Centrais de Interpretação de Libras – CIL, as quais proporcionarão atendimento especializado e específico aos Surdos, às pessoas com deficiência auditiva e surdocegas. No ano de 2013, o governo federal distribuiu 37 centrais em 25 estados brasileiros. Não encontramos esse número atualizado de unidades de CIL, acreditamos que existam mais de 50 centrais em todo o Brasil. No nosso estado do Rio Grande do Sul há quatro centrais tais como: Horizontina (2014), Alvorada (2016), Porto Alegre (2021) e Pelotas (2020).

As comunidades surdas das várias cidades do Rio Grande do Sul ainda lutam e buscam a implementação de CIL até os dias de hoje, mas existem demoras e burocracias para a realização de todo o processo até sua aprovação pela Câmara de Vereadores, além de depender de vontade e interesse político.

No ano de 2019, infelizmente recebemos a triste notícia de que o governo federal atual (Bolsonaro) suspendeu alguns cargos efetivos dos serviços públicos como os técnicos tradutores e intérprete de Libras no decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019. Desta relação do ano de 2005, a seguinte lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005⁶⁹ sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, foca nos

⁶⁷ Acesso ao link: <https://febrapils.org.br/>

⁶⁸ Visa garantir o atendimento de qualidade para as pessoas surdas por meio dos serviços de tradução e interpretação de Libras nos órgãos públicos como delegacias, atendimentos jurídicos (defensoria Pública, Ministério Público e Fórum), atendimentos de saúde, hospitais, centro de referência da Assistência Social, atendimentos bancários, entre outros.

⁶⁹ Acesso ao link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm

técnicos tradutores e intérpretes de Libras relacionando com a abertura de concurso público e vagas adicionais para os cargos específicos.

Segue quadro sobre a classe, a escolaridade, e a numeração para Tils.

Profissão	Classe	Escolaridade	Remuneração
Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	D	Médio completo + Prolibras	Média R\$2.500,00
Tradutor/ Intérprete	E	Curso Superior em Letras	Média R\$ 4.000,00

Quadro 10: Classe, escolaridade e numeração para tils.

Fonte: Krause, 2021.

Em diversas universidades federais do Brasil há um problema sobre o cargo efetivo dos servidores públicos e técnicos tradutores e intérpretes de Libras que trabalham nas Instituições Federais de Ensino – IES e são enquadrados como classe “D”, mesmo atuando e tendo formação em nível de Ensino Superior (por exemplo, em curso de graduação em área livre), mais a certificação do curso de capacitação de interpretação como fluência em Libras, ou mais Pós-Graduação em Tradução e Interpretação em Libras com mais de 300 horas. Sabe-se que os servidores formados no nível médio estão corretamente enquadrados na classe D, porém a maioria dos profissionais tradutores e intérpretes que são graduados em Curso Superior nas instituições públicas, atuam no Ensino Superior e deveriam estar enquadrados na classe E. Vê-se, muito seriamente, tradutores e intérpretes de Libras desistirem desta profissão, desejando um novo emprego, como exemplo professor, ou dono da loja, ou dono de restaurante e outros, devido aos baixos salários. Levando alguns a trabalharem em mais de um emprego; por exemplo, trabalham 40 horas em Instituição Federal nos turnos vespertino e noturno, e mais 20 horas em escolas municipais (turno da manhã).

Os docentes e intérpretes de Libras dos IES elaboraram o projeto de extensão para a comunidade externa, com palestra, curso, evento, entre outros e também a conscientização que a comunidade surda necessita o intérprete de Libras. Também aconteceram parcerias com a associação de surdos e a instituição de algumas cidades, para maior divulgação do tema. Por exemplo, a cidade de Santana do Livramento há duas intérpretes de Libras (duas da Unipampa) e não há nos órgãos públicos, portanto a comunidade surda necessita de intérpretes utiliza, mas não em horário de trabalho e com os custos combinados entre o surdo, o órgão e a interprete, para auxiliar na comunicação nas repartições públicas e privadas.

Do ano de 2019 até os dias de hoje, não há mais concursos públicos para Tils, somente a opção de contratação temporária para Tils ou como terceirização e a contratação por prazo de 12 meses (1 ano), podendo prorrogar-se até o prazo de 24 meses, raramente. Um grande problema sobre a contratação temporária de Tils que os servidores públicos tradutores e intérpretes de Libras enfrentam, pois discordam da proposta aprovada. Na tabela a seguir é apresentada a remuneração para Tils, o regime, horas e a remuneração nas Instituições Federais de Ensino:

Tipo	Regime	Remuneração
Concurso Público	Regime de 40 horas semanais	R\$ 2.175,17
Contratação temporária	Regime de 40 horas semanais	R\$ 4.180,66
Contratação temporária	Regime de 20 horas semanais	R\$ 2.319,33

Quadro 11: Horas e a remuneração para tils.
Fonte: Krause, 2021.

Verifica-se que a remuneração para o concursado público de regime de 40 horas semanais apresenta o valor de salário de R\$2.175,17 é bem diferente das horas de trabalho que a contratação temporária do regime de 20 horas semanais que é de R\$2.319,33.

Temos aspectos positivos e negativos sobre o salário para os tradutores e intérpretes de Libras:

- Aspectos positivos: o concurso público é um emprego efetivo na instituição federal e baixo salário.
- Aspectos negativos: a contratação temporária para Tils é um emprego temporário de ótimo salário, mas prejudica o andamento do ensino, pois o tempo é curto, com apenas um ano de trabalho, depois o profissional tem de procurar outro emprego por sucessivas vezes.

Apresentamos mais um exemplo do edital nº 09, de 24 de fevereiro de 2021. O processo de seleção pública para contratação temporária de profissional tradutor/intérprete da língua brasileira de sinais – Libras pelo Instituto Federal Farroupilha, campus Federico Westphalen. A seguir, um *print* sobre a remuneração:

Conforme limite estabelecido no inciso II do art. 7º da Lei nº 8.745, de 1993 e Nota Técnica Nº 48/2017 – CGDP/DDR/SETEC/SETEC.		
Atividade	CH Semanal	Remuneração
Atividade Técnica de Suporte – Nível Superior- Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais	40 horas	R\$ 4.180,66

Quadro 12: Remuneração para tils do IFFar.

Fonte: Edital nº 09 da IFFAR campus Federico Westphalen

Veremos a seguir no quadro (*print*) sobre os requisitos para ingresso no IFFAR:

Área	Requisitos para ingresso	Nº de Vagas	Carga horária semana l
Profissional Técnico em Tradução e interpretação de Libras	Graduação em Tradução e Interpretação Letras/Libras; ou Graduação + certificação de proficiência em tradução e interpretação de Libras; ou Graduação + certificação PROLIBRAS; ou Graduação + Item 4.3.17 desse edital	1	40 hs

Quadro 13: Requisitos e ingressos

Fonte: Edital nº 09 da IFFAR campus Federico Westphalen

Demonstramos mais um exemplo de outro edital nº 5/2020/REI/IFTO, de 14 de janeiro de 2020, processo seletivo simplificado para contratação de profissionais técnicos especializados em linguagem de sinais – Libras pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins – IFTO. A seguir, o *print*:

2. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES EXIGIDAS, LOTAÇÃO E REMUNERAÇÃO

2.1. Das Especificações das Vagas

Função Pública	Regime de trabalho	Nº de Vagas		Total	Número máximo de classificados ³
		AC ¹	PcD ²		
Profissional Técnico Especializado em Linguagem de Sinais - Tradutor e Intérpretes de Libras	40 horas	5	1	6	25

Legenda: AC¹ = Ampla Concorrência; PcD² = Pessoa com Deficiência - Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018; ³Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

2.2. Das habilitações exigidas para as vagas de Profissional Técnico Especializado em Linguagem de Sinais:

a) Curso de graduação de bacharelado em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras/Língua Portuguesa (nos termos do Decreto nº 5.626/2005); ou
b) Curso de graduação de licenciatura em Letras, com habilitação em Libras ou Libras/Língua Portuguesa; ou
c) Curso de graduação em qualquer área com pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização) na área de Libras; ou
d) Curso de graduação em qualquer área com certificado de proficiência na tradução e interpretação da Libras-Língua Portuguesa e Língua Portuguesa-Libras (Prolibras), comprovada por certificado obtido por meio de exame promovido pelo MEC, ou por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC ou CEE, ou Instituições credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação com Centros de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).
e) Curso de graduação em qualquer área com certificado de curso na área de Libras com carga horária mínima de 60 horas.

Quadro 14: Habilitação para Tils.

Fonte: Edital 5º/2020 do IFTO.

As universidades públicas elaboram editais diferentes sobre a habilitação exigida, dependendo do contexto e da área profissional da instituição.

Na **Paraguai**, não há associações, existe apenas uma única federação chamada *ANILSPAR - Asociación Nacional de Intérpretes de Lengua de Señas, Intérpretes Sordos y Guías Intérpretes para Sordociegos de Paraguay*, que tem como objetivo reforçar a formação integral e contínua da lei LSPY como órgão representativo perante pessoas e entidades. Esta federação é filiada à WASLI. No ano de 2013, havia apenas 37 intérpretes de língua de sinais registrados no Paraguai, e não há uma apresentação atual de novos números.

No **Uruguai**, desde 1991, o CINDE oferece cursos de Língua de Sinais com diferentes tempos de durações, bem como formação para uma carreira de Intérprete de LSU em nível médio. No final dos anos noventa, com a sensibilização profissional do ILSU, começamos a perceber um crescimento no interesse dos próprios intérpretes, culminando até na fundação da Associação dos Intérpretes da LSU (AILSU) no dia 11 de novembro de 2008, na capital Montevideú, em que começou a ser debatidas as questões relacionadas com a função, com a formação, com o código de ética e com questões como a remuneração e o reconhecimento profissional. Essa associação é filiada à WASLI também. Conforme citado em sua fanpage do Facebook “AILSU” encontramos o relato que diz:

Os objetivos da AILSU são o reconhecimento legal e a regularização da profissão de Intérprete de Língua de Sinais Uruguiaia (Ilsu); defender os interesses dos associados que a exercem. Promover a difusão social e o reconhecimento na sociedade uruguiaia do papel desempenhado pela LSU; zelar pelo

cumprimento das leis que protegem a comunidade surda do Uruguai; ditar os padrões e princípios éticos que regerão, por meio de um Tribunal de Ética, a prática profissional do Lsu e divulgar as condições técnicas que facilitem sua atuação; procuram aconselhar os associados sobre aspectos relacionados com o exercício profissional da atividade de Intérprete em LSU.

No ano de 2009, a criação do curso TUILSU (Técnico Universitário em Intérprete de LSU/Espanhol) realizado pela Universidade da República – Udelar em Montevideu, com a duração de três anos, como objetivo de estudar e praticar a língua de sinais, focado no trabalho como intérprete de LSU. Conforme citação do site da Udelar relata-se que:

1 – Capacitar profissionais de tradução e interpretação do espanhol em LSU, através da articulação entre ensino, extensão e pesquisa na área, que possam atuar em um contexto intercultural e interlinguístico com uma perspectiva ética, crítica e de Direitos Humanos.

2- Promover a consolidação de um corpo profissional de intérpretes universitários espanhóis da LSU que defenda uma ética de trabalho, que colabore na profissionalização do campo e que possa responder às demandas que surgem da Lei N ° 17.378 (Lei de Reconhecimento da Língua de Sinais do Uruguai como a língua natural de surdos, 2001).

3 - Implementar equipe de trabalho na tradução de textualidade diferida e consolidar uma nova atividade de trabalho, até agora inexistente.

Na **Venezuela**, a *ASOIVE - Asociación de Intérpretes de Lengua de Señas Venezolana* foi criada em 15 de janeiro de 2006, na capital Caracas, oferecendo diferentes níveis de cursos: básico, intermediário, avançado e consolidado em LSV.

As conquistas principais da *ASOIVE*, entre 2006 e 2011 são a criação de associações e elaboração dos estatutos, participação em audiências públicas da providência administrativa da Conatel⁷⁰, planejamento, organização e execução da 1ª e 2ª jornadas de certificação para ILSV nos programas de televisão, assessoria nos diversos canais de TV regionais e nacionais, participação ativa em diversos eventos para a comunidade surda e participação dos membros da *ASOIVE* no diploma para ILSV promovida pela Universidade Experimental Pedagógica, desde 2007.

Essa associação tem 62 associados intérpretes de língua de sinais desde 2008 e possui cerca de 308 sócios (não só intérpretes, incluído pessoas com níveis básico, intermediário, avançado e consolidado) desde 2011.


⁷⁰ *Comision Nacional de Telecomunicaciones na Venezuela.*

No ano de 2016, houve a fundação de mais uma associação chamada de *Asociación de Intérpretes de Lengua de Señas Venezolana de Yaracuy – ASOISY*. Ela está situada na região centro-oeste. A viagem leva cerca de quase quatro horas, deslocando-se da capital Caracas para Yaracuy.

Não encontramos materiais sobre a história, formação, associados, entre outros, das associações de intérpretes, mas a informação foi recebida através do contato com os venezuelanos surdos que nos relataram o nome das associações e onde ficam: a *ALSEZ*⁷¹ - *Asociación de Interpretes de Lengua de Señas Del Estado Zulia* está localizada no norte da Venezuela, na cidade de Maracaibo; *ASOITA*⁷² – *Asociación de Interpretes de LSV Tachira* está localizada no oeste da Venezuela, no estado de Tachira. O entrevistado surdo cita que a ASOIVE é pioneira da associação em todo o país, que é responsável de todas as associações de intérpretes de língua de sinais em outras cidades da Venezuela. Cita como um exemplo, os empregados intérpretes da LSV na televisão que devem ter certificação pela ASOIVE que os avalia.

A visão histórica sobre as condições de trabalho do tradutor intérprete de língua de sinais no contexto nacional das diferentes políticas dos países Sulamericanos parte de uma perspectiva dos protagonismos dos (Tils) que participam das associações, reivindicando seus direitos, e atendimentos aos surdos nas instituições públicas e privadas.

Apresentamos um quadro comparativo sobre as leis relacionadas com a profissão de tradutor/intérprete de língua de sinais em cada país e, também, a quantidade de associações existentes; após, no quadro seguinte, sobre as associações brasileiras.

País	Legislação	Quantidades da associação
	Decreto regulamentar 7.393 - lei sobre a supressão das barreiras de comunicação pelo uso da língua de sinais argentina (LSA) - reconhecimento da Língua de Sinais Argentina. Complementa o decreto 2.049/2012 sobre a função de intérprete.	AATI - <i>Asociación Argentina de Traductores e Intérpretes</i> . Não existem outras associações, mas única AATI.

⁷¹ Seguir o link do facebook da ASLEZ: <https://es-la.facebook.com/ailsez2007/>

⁷² Seguir o link do facebook da ASOITA: <https://es-la.facebook.com/people/Asoita-Tachira/100065225072917/>





	<p>LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.</p>	<p>FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes da Língua de Sinais.</p> <p>Há cerca de 23 associações nos estados do Brasil.</p>
	<p>A lei ° 6350 do reconhecimento de LSPy desde 2020, dentro da lei mesma sobre a intérprete de LSPy.</p>	<p><i>ANILSPAR - Asociación nacional de Intérpretes de Lengua de Señas, Intérpretes Sordos y Guías Intérpretes para Sordociegos de Paraguay.</i></p>
	<p>A lei ° 17.378/2001 do reconhecimento de LSU, dentro da lei mesma sobre a função da intérprete. A formação de Tils dever ser o Ensino Médio (certificação realizado pela CINDE) de Ensino Superior (certificação realizada pela TUILSU).</p>	<p><i>AILSU - Asociación de Intérpretes de Lengua de Señas Uruguaya.</i></p>
	<p>No número 866 dentro da constituição Nacional da Venezuela (Caracas, 1/10/2006) sobre as normas técnicas dos serviços televisivos com a intérprete de LSV.</p>	<p><i>ASOIVE - Asociación de Intérpretes de Lengua de Señas Venezolana.</i></p> <p><i>ASOISY - Asociación de Interpretetes de LSV Yaracuy.</i></p> <p><i>ALSEZ – Asociación de Interpretetes de Lengua de Señas Del Estado Zulia.</i></p> <p><i>ASOITA - Asociación de Interpretetes de LSV Tachira.</i></p>


Quadro 15: Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais

Fonte: Krause (2021).

Foram fundadas várias associações de intérpretes de língua de sinais em vários estados brasileiros. Atualmente, existem cerca de 23 associações. Encontramos um *site* da Apilsemg⁷³ que apresenta as associações de tradutores e intérpretes da língua de sinais nas cinco regiões do Brasil. Organizamos um quadro a seguir para melhor esclarecer.

⁷³ Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes do Par Linguístico Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa do Estado de Minas Gerais e acesso ao link: <https://apilsemg-br.wixsite.com/tils/conheca-as-outras-apils>

Regiões do Brasil	Associações
<p data-bbox="379 293 507 320">Região Sul</p> 	<p data-bbox="667 297 1356 477">PR: APTILS – Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais do Paraná. SC: ACATILS – Associação Catarinense de Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais. RS: AGILS – Associação Gaúcha de Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais.</p>
<p data-bbox="316 598 536 624">Região Centro-Oeste</p> 	<p data-bbox="667 580 1356 907">DF: APILDF – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal e entorno. MT: APILMT – Associação dos Profissionais Intérpretes e Gui-Intérpretes de Língua de Sinais do estado do Mato Grosso. MS: APILMS – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Mato Grosso do Sul. GO: APILGO – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais do Estado de Goiás.</p>
<p data-bbox="347 936 539 963">Região Sudeste</p> 	<p data-bbox="667 918 1356 1310">SP: APILSBESP – Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes da Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo. RJ: APILRJ / AGITE – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira do Estado do Rio de Janeiro. MG: APILSEMG – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes do Par Linguístico, Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa do Estado de Minas Gerais. ES: APILES – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Espírito Santo.</p>
<p data-bbox="352 1424 544 1451">Região Nordeste</p> 	<p data-bbox="667 1350 1356 1832">BA: APILSBA – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do estado da Bahia. MA: APILMA – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Libras do Maranhão. PI: APILSPI – Associação dos Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Piauí. CE: APILCE – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Libras do Ceará. PE: APILPE – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Libras do Pernambuco. RN: APILRN – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Rio Grande do Norte. SE: AILES – Associação dos Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Estado do Sergipe.</p>
	<p data-bbox="667 1872 1356 2011">AP: ASTILAP – Associação dos Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Libras - Português do Amapá. AC: ASTILEAC – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras, no estado do Acre.</p>

<p style="text-align: center;">Região Norte</p> 	<p>RR: APPIS – Associação dos Professores, Parentes, Amigos e Intérpretes dos Surdos de Roraima.</p> <p>AM: APILAM – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Amazonas.</p> <p>PA: ASTILP – Associação dos Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Estado do Pará.</p> <p>RO: APTIGILSP/RO – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérprete de Língua de Sinais do Estado de Rondônia.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 16: Associações de Intérpretes de Língua de Sinais
 Fonte: Krause, 2021.

Apresentamos mais um quadro relacionando a formação profissional com a lei de regulamentação da profissão de tradutor/intérprete e suas respectivas exigências:


País	Formação profissional
	<p>A formação deve ser intérpretes LSA-espanhol com formação acadêmica de nível médio e superior e também intérpretes LSA-espanhol com atuação credenciada e comprovada experiência profissional.</p>
	<p>A formação de TILS deve ser capacitação de TILS pela Feneis (1990 até hoje) e ensino médio; Prolibras pelo MEC (2006 até hoje), ensino médio e ensino superior; Bacharelado em Letras/Libras pela UFSC (2008 até hoje) e ensino superior; instituições privadas e públicas (2009 até hoje) e curso de extensão universitária; Pós-Graduação em TILS (2008 até hoje) e especialização.</p>
	<p>Não encontramos a apresentação sobre qual a formação, somente o seguinte Art. 5 da lei nº 6.530/2020, exigida, nesse sentido somente a secretaria de políticas de idiomas poderia fazer uma avaliação com os candidatos no exame de proficiência “fluência em língua de sinais” e a análise da experiência superficial referente ao contato com as pessoas surdas.</p>
	<p>A formação de Tils dever ser o Ensino Médio (certificação realizado pela CINDE) de Ensino Superior (certificação realizada pela TUIULSU).</p>
	<p>Não encontramos a apresentação sobre qual a formação e o certificação, mas ASOIVE ofereceu os níveis diferentes dos cursos tais como básico, intermediário, avançado e consolidado em LSV.</p>

Quadro 17: Formação profissional de TILS.
 Fonte: Krause, 2021.





No **Uruguai**, CINDE é a instituição particular e TUILSU é a instituição pública. Segundo relato do site do CINDE: O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Pessoa Surda (CINDE) nasceu como comissão especializada da Associação de Surdos do Uruguai (ASUR, fundada em 1928) em meados da década de 1980 e, a partir de 1991, passou a ministrar cursos de Língua de Sinais para a formação de Intérpretes e formação de professores surdos de Língua de Sinais Uruguiaia, sendo a instituição pioneira na matéria autorizada pela ANEP e MEC. TUILSU - Técnico Universitário em Intérprete de LSU/Espanhol em 2003. Há os três eixos temáticos: a formação de intérpretes LSU-Espanhol, pesquisa e interpretação de LSU e a investigação e promoção das possibilidades de acesso.

Para melhor esclarecimento, os surdos uruguaios relatam que as pessoas têm interesse para aprender a língua de sinais, fazem o curso básico, intermediário e avanço no CINDE, isto é, os cursistas entram contato com os surdos da *ASUR (Asociación de Sordos del Uruguay)* para prática em LSU. Quando termina o curso, escolhe a área em que deseja ser intérprete/tradutor de LSU, aperfeiçoamento da pesquisa na área de LSU no TUISLU. Os participantes narraram sobre o concurso público para intérprete/tradutor de LSU que selecioná-los para verificar os títulos, interessa mais para escolher TUILSU, porque é o nível alto e a instituição pública também. As formações realizadas pela CINDE foram até TUILSU, receber dois títulos (certificados) que são fortes para conseguir a vaga de concurso público; também, o número maior de títulos para classificação. Outro surdo menciona que neste ano de 2022, a CINDE foi aprovado com os conteúdos iguais da TUILSU.

A seguir, um comparativo sobre o salário dos tradutores/intérpretes de língua de sinais em cinco países. Acessamos um conversor de moedas num site chamado OANDA⁷⁴, convertendo em moeda brasileira no dia 20 de março de 2021, havendo alteração do Dólar e taxa de câmbio:

País	Salário	Horas semanais	Conversor de moedas por Brasil
			

⁷⁴ Acesso ao link: <https://www1.oanda.com/lang/pt/currency/convert/>

	R\$ 2.175,17 a 4.180,66	20 horas a 40 horas (8 horas por dia)	
			
	UYU 27.011 (O salário de tradutor/intérprete de LSU igual professor)	30 horas (6 horas por dia)	R\$3.320,30
			

Quadro 18: Salário de tradutores/intérpretes de línguas de sinais.


Fonte: Krause, 2021.

Três países (Argentina, Paraguai e Venezuela) não informam o salário fixo, porque não há tabela específica, portanto fica a cargo dos intérpretes de língua de sinais combinar o valor por horários de trabalho.

4.7. Mercado de Trabalho para Surdos

Direito ao trabalho e ao acesso igualitário, a pessoa com deficiência, especialmente os surdos têm, sem qualquer forma de discriminação no mercado de trabalho e vida na sociedade; portanto, cumprindo a lei, ajudando e promovendo a diversidade no ambiente de trabalho com igualdades de oportunidades, seguindo ainda os preceitos da lei trabalhista e previdência.

Realizamos uma análise comparativa entre as cotas de vagas para mercado de trabalho para Surdos. O salário mínimo do país e a previdência social nos países sulamericanos.

País	Legislação	Salário mínimo 2021
	Lei Nº25.689, modificação da lei nº22.431 (1981), de 2 de janeiro de 2003, em relação ao percentual de contratação para pessoas com deficiências. Os seus órgãos descentralizados ou autárquicos, entidades públicas não estatais, empresas estatais e empresas privadas concessionárias de serviços públicos são obrigados a empregar pessoas com deficiência que reúnam condições de adequação para o cargo em uma proporção não inferior a quatro por cento (4%) da totalidade de seus funcionários.	21.600 pesos R\$1.340,00 reais

	<p>Para atender à Lei de Cotas para as empresas privadas, a Organização tem como base o art. 93 da Lei nº 8.213/91, que estabelece:</p> <ul style="list-style-type: none"> • até 200 funcionários — 2%; • de 201 a 500 funcionários — 3%; • de 501 a 1.000 funcionários — 4%; • a partir de 1.001 funcionários — 5%. <p>Serviço Público – 5% a 20% das vagas, dependendo do edital do concurso.</p>	<p>R\$1.100,00 reais</p>
	<p>A partir de março, 28 Órgãos e Entidades Estaduais cumprem com a Lei 2.479/2004, e sua alteração à Lei nº 3.585/2008, que estabelece a obrigação de incorporar pelo menos 5% das Pessoas com Deficiência (PcD) do total das quadros de funcionários de cada instituição pública, a fim de garantir o direito de trabalho desse grupo e implantar políticas de inclusão no Estado.</p>	<p>G 2.192.839 R\$ 1.686,00 reais</p>
	<p>Lei para a proteção integral de pessoas com deficiência, 18.651 (2010) somente as instituições públicas. A Lei 19.691, de 29 de outubro de 2018, estabelece benefícios para que as pessoas com deficiência tenham acesso a um emprego na atividade privada. Também determina os direitos e obrigações dos contratados, geração de acessibilidade para o cumprimento das funções de trabalho, licenças, contribuições e benefícios de aposentadoria e incentivos para empresas privadas.</p>	<p>US\$16.300 pesos R\$ 2.030,00 reais</p>
	<p>Lei nº 2007, Art. 27. As instituições nacionais, estaduais, municipais e paroquiais, bem como as empresas públicas, privadas ou mistas, devem incorporar em seus locais de trabalho não menos que cinco por cento (5%) das pessoas com deficiência permanente, do total da folha de pagamento, sejam eles executivos, funcionários ou trabalhadores.</p>	<p>R\$1.192,40 reais</p>

Quadro 19: Mercado de trabalho para Surdos

Fonte: Krause, 2021.

Conforme Destro (2020, p. 136) ressalta, diante do ainda presente e forte estigma que acompanha a deficiência, o mercado de trabalho resiste em reconhecer as habilidades e capacidades pessoais das pessoas com deficiências, não havendo outra forma senão obrigá-los legalmente a aceitar as pessoas com deficiências em suas empresas.

“A formação da identidade do ser humano na sociedade moderna passa, pois, pelo exercício de alguma atividade profissional que o dignifique, sendo o trabalho, sem qualquer sombra de dúvidas, um direito social fundamental” (GONÇALVES, 2011, p. 29).

No **Brasil**, em meados de 1991, alguns poucos surdos trabalhavam, sendo ou em indústrias ou como autônomos com seus pais ou parentes. Com a criação da Lei 8.213/91, que regulamenta a lei de cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência, e que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências, como a contratação de portadores de necessidades especiais, conforme observamos nesse quadro, verificamos que a porcentagem de vagas previstas por empresa é de acordo com o número

de funcionários. Em 2009, houve a complementação e a regulamentação pelo Decreto 3.298/99, que tratou de situações em que, caso alguma empresa viesse a não cumprir com a legislação e contratação das pessoas com deficiências no contingente correto de cota, após fiscalização, esse não cumprimento culminaria na geração de multas para as empresas. Segue a informação sobre o valor de multa no portal de deficientes *online*, que afirma:

O valor da multa varia de acordo com o número de deficientes não contratados. Uma pessoa deficiente não contratada resulta no valor de R\$1.925,81, por mês. Se à empresa caberia contratar 10 deficientes, a multa para não contratação de Deficientes / Pessoas Deficiência sobe para R\$19.251,00. A partir de janeiro de 2017 os novos valores de multas pelo descumprimento da lei de cotas para PCD variam de R\$ 2.284,05 a R\$ 228.402,57, segundo a Portaria Interministerial MPS/MF Nº 15, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU em 11/01/2017.

O crescimento dos empregos para pessoas com deficiências e surdos é importante, pois reconhece que, como qualquer outra pessoa dentro da força de trabalho, surdos têm habilidades, talentos e experiências que podem melhorar a produção em níveis consideráveis; o trabalho também representa uma forma de inclusão social, fundamental para todos no ambiente de trabalho.

Em 1993, a Lei nº 8.666/93 diz que é necessário gerar estatísticas sobre os empregos para pessoas com deficiências, porque é imprescindível conhecer os dados informativos sobre o trabalho qualificado e como funciona a contratação desses sujeitos no mercado de trabalho, apresentando aspectos negativos e positivos para os sindicatos e para as entidades. Às pessoas com deficiências é reservada a porcentagem de 5% das vagas em concursos públicos; ao contrário de outras correntes de pensamento, não concordamos que essa política pública seja superficial, porque ela tem se tornado um diferencial para conquista de pessoas com deficiência dentro da competição por uma vaga de trabalho e cargos. Porém, acreditamos que essa política não tem sido tão eficiente para os surdos quanto para as pessoas com deficiências de modo geral. Verificamos que, por exemplo, nos concursos públicos, não há acessibilidade nas provas, respeitando a primeira língua dos surdos, a Libras. Por exemplo, as provas poderiam ser realizadas também em vídeo Libras, ou contar com a presença de um tradutor e intérprete de língua de sinais.

Em 7 de julho de 2020, a lei nº 14.020/2020 proíbe a demissão sem justa causa de trabalhadores e trabalhadoras com deficiências, durante a pandemia (coronavírus).

Na **Argentina**, a Lei nº 25.687/98 apresenta que no mínimo 4% da contratação de servidores públicos devem ser reservadas para pessoas com deficiências. Sabemos que

isso certamente contribuiu para que alguns surdos pudessem trabalhar no setor público. Mas, nos dias de hoje, e com a situação governamental da Argentina enfrentando dificuldades, percebemos que pouquíssimas pessoas com deficiências estão empregadas em empresas privadas, dependendo, na maioria das vezes, de benefícios do governo e apresentando dificuldades para garantir uma qualidade de vida boa, tendo em vista o baixo valor desses benefícios. O salário mínimo 2022 é de 33.000 pesos, o que convertido, para a moeda brasileira, é de R\$1.584,00 reais, compara o Brasil é de R\$1.212,00. Percebe-se que os surdos argentinos têm dificuldade para viver, pois o custo vida é bem alto tais como: comida, aluguel, vestuário, luz, água, entre outros, nesse país. Constatamos que essa relação é diferente entre os dois países, pois a qualidade de vida das pessoas surdas brasileiras que recebem esse tipo de benefício é melhor do que a da Argentina, podendo garantir uma qualidade de vida melhor e até aquisição de bens, como casa, apartamento, carro, etc.

No **Uruguai**, a Lei 18.651, de 9 de março de 2010, em seus artigos 48 a 51, estabelece que as organizações e agências estaduais que convocam um concurso devem prever vagas para contratar pessoas com deficiência que possam penhorar tais cargos em uma proporção não inferior a 4% do total de vagas, e a Lei 19.691, de 08 novembro de 2018, as empresas privadas que tenham mais de 25 funcionários devem contratar pessoas com deficiência que atendam às condições e adequação para o cargo.

No **Uruguai**, nas empresas públicas existem cotas para pessoas com deficiências, incluindo os surdos, que devem ter cadastro de PcD, o que acirra a competição pelas vagas de empregos. Nessas empresas é mais difícil encontrar trabalho para PcD, especialmente surdos. Como os surdos argentinos, os uruguaios vivem a receber benefício do governo. Quando questionados sobre o mercado de trabalho, uma das participantes explicou que mais ou menos cinco anos atrás até os dias de hoje melhorou bastante, pois há oferta de cargos em concursos públicos para surdos. Salienta que ainda há pouquíssimos empregadores surdos na instituição privada que ocupam os cargos na limpeza, estoques, almoxarifado, entre outros, a maioria dos surdos concursados públicos.




De acordo com o depoimento de alguns surdos uruguaios, eles encontram dificuldades em conseguir os empregos nas instituições privadas, mas recebem benefícios dados pelo governo. Outros conseguem empregos, mas com um salário muito inferior ao custo de vida. Estes moram com a família ou dividem com amigos a moradia. Devido a isso, existem mais vagas em cidades diversas do que na capital. Alguns surdos concursados públicos não têm problema, pois têm salários bons.



Constata-se que todos os países e instituições públicas e privadas oferecem cotas de vagas para mercado de trabalho entre 4% e 5% destinadas às pessoas com deficiências, e apenas um país, o **Paraguai**, não oferece cotas de vagas nas empresas privadas. O **Brasil** é o único país em que o percentual para cotas de vagas do serviço público é maior, entre 5% a 20% das vagas, dependendo do edital do concurso.

Na **Paraguai, Uruguai e Venezuela** os surdos têm dificuldade em encontrar bons empregos, a maioria trabalha como vendedor, mercenária, artesãos, entre outros. Poucas oportunidades de trabalho em instituições públicas.

4.8. Previdência Social e Aposentadoria

As pessoas com deficiências têm direito à aposentadoria no regime geral de previdência social. No quadro a seguir, comparamos os países e suas normas sobre diferenças para acessar a aposentadoria e o que deve ter:

País	Que requisito deve-se cumprir para aposentar-se?
	<p>Para acessar a aposentadoria, você deve ter:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20 anos de serviço. • 45 anos. • Prove que durante os últimos 10 anos você trabalhou dentro do regime de trabalho protegido.
	<p>Aposentadoria da pessoa com deficiência por idade</p> <ul style="list-style-type: none"> • 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher. • 15 anos de tempo de contribuição. • Comprovar a existência de deficiência, seja qual grau for, durante esse tempo de contribuição. <p>Grau da sua deficiência vai fazer diferença:</p> <ul style="list-style-type: none"> • para deficiência de grau grave: 25 anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 anos de tempo de contribuição, se mulher; • para deficiência de grau médio: 29 anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 anos de tempo de contribuição, se mulher; • para deficiência de grau leve: 33 anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 anos de tempo de contribuição, se mulher.
	<p>O trabalhador com deficiência pode se aposentar aos 55 (cinquenta e cinco) anos, igual a mais de 33% (trinta e três por cento), desde que reúna o requisito de ter 20 (vinte) anos de contribuição para a aposentadoria.</p>
	<p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar invalidez absoluta e permanente para todos os tipos de trabalho de acordo com o parecer da Área de Medicina do Trabalho do BPS (<i>Banco de Previsión Social</i>).

	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos dois anos de serviços legalmente reconhecidos. • Para trabalhadores de até 25 anos de idade, será necessário apenas um período mínimo de 6 meses de serviços.
	<p>As pessoas normais (homem - 60 anos de idade e mulher – 55 anos de idade), mas não informa específica aposentadoria para as pessoas com deficiências.</p>

Quadro 20: Aposentadoria para PcD.

Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, a Lei 20.475, de 23 de maio de 1979, sobre aposentadoria para trabalhadores com deficiências, aos 45 anos de idade, se trabalhar em dependência e aos 50 anos de idade se for autônomo. Deve ter um mínimo de 20 anos de contribuições.

No **Brasil**, a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Após a nova lei complementar 142/2013, considera-se para pessoas com deficiência três tipos de requisitos para a aposentadoria (grau grave, grau moderado e grau leve) no quadro explicativo anterior. Essa lei não esclarece qual tipo de deficiência combina com qual grau. Depende de perícia médica do INSS. Avalia-se com o Código Internacional de Funcionalidade – CIF e também com assistência social para a avaliação dos documentos. Por exemplo, o surdo profundo combina no grau grave, pois há limite de comunicação nas repartições públicas; portanto, oferece a redução de tempo (20 anos – mulher e 25 anos – homem). De fato acontece muita desorganização na perícia médica. Há relatos, por exemplo, de três surdos profundos, mas que a perícia médica respondeu que um aprovado, outro reprovado e outro terceiro reprovado; por isso, essa norma é confusa.

No **Paraguai**, a Lei 6.648/2019 em seu Artigo 5º prevê que o trabalhador com deficiência pode se aposentar aos 55 (cinquenta e cinco) anos em grau igual ou superior a 33% (trinta e três por cento), desde que reúna o requisito de ter contribuído com 20 (vinte) anos de trabalho.

No **Uruguai**, a Lei nº 16.713, de 03 de setembro de 1995 sobre o benefício de aposentadoria para pessoas com deficiências, já está explicado no quadro anterior sobre o tempo de trabalho e tempo de contribuição. Constata-se que há diferentes regras de aposentadoria para as pessoas com deficiências nos países comparados; por isso, há necessidades de reforma na previdência e apresentar as soluções encontradas para melhorias para PcD para, dessa forma, organizar a política econômica.

A aposentadoria é um direito de todo trabalhador para pensar num cidadão bem

preparado e para uma futura qualidade de vida. Faz parte da estrutura econômica do país e não é apenas um benefício pago pelo governo.

Um diferencial no Uruguai é que as pessoas com deficiências, especialmente surdos, para verificar o tempo de contribuição com 30 anos de homens e 25 anos de mulheres iguais pessoas normais que precisam ter 60 anos de idade (mulher) e 65 anos de idade (homem). A curiosidade está na existência de uma lei específica sobre as quantidades de filhos. A lei garante que para cada filho que a mulher tem “ganha” um ano de desconto no tempo de aposentadoria. Para explicar melhor, hoje a mulher que tem 57 anos de idade e tem três filhos, já pode, pois os três filhos lhe garantem três anos de trabalho.



4.9. Transportes




Um país em que o transporte ainda é considerado elitista, o planejamento urbano prioriza no transporte público e é um direito social dos cidadãos que atendem às necessidades da sociedade e também no transporte privado como proprietário.

Nota informativa para transportes, como carteira de motorista, passe livre e isenção de IPI. A seguir, as informações diferentes em cada país.

4.9.1. Carteira de Motorista para surdos

No quadro a seguir, evidenciam-se dados referentes à carteira de motorista para surdos nos países sulamericanos.

País	Legislação	Categoria
	AGÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA do atual MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, as Leis Nacionais N° 24.449 e 26.363 e os Decretos Regulamentares, o Decreto N° 1.787 / 08, N° 8 / 2016, e Provisão 207/09, suas alterações.	A - Motociclista B - Veículo G - Máquinas rurais
	No Diário Oficial datado de abril de 1975 , concedendo a CNH às pessoas com deficiência auditiva. - Resolução Contran nº 558 de 15 de outubro de 2015 , dispõe sobre o acesso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para o candidato e condutor com deficiência auditiva quando da realização de cursos e	A - Moto B – Veículo AB – (moto e carro)

	exames nos processos referentes à Carteira Nacional de Habilitação - CNH.	
	No Decreto 1055/2015, de 20 de novembro de 2015. Para avaliar o grau de perda auditiva do motorista, será realizada uma audiometria tonal. Os resultados com menos que uma perda combinada entre as duas orelhas de 45% será elegíveis para a habilitação ordinária, ou seja, sem restrições.	AM – Ciclomotores A1 - Potência máxima das motocicletas 11 kW A2 - Potência máxima das motocicletas 32 kW A – Motociclista B – Automóvel B + E - Veículos do Grupo B e reboque até 3.500 Kg.
	Montevideú, 21 de março de 1972, na lei 17.535 , modificar a resolução nº 57.141, de 28 de dezembro de 1971, relativa à declaração de que a surdez não é causa inabilitada para a concessão da carteira de habilitação neste Município. Serão provisórios e sua validade máxima será de 1 (um) ano. As renovações de tais autorizações serão efetuadas após parecer dos Serviços Médicos Municipais e da Direção de Condutores e Veículos. Esta última devendo manter um registro especial para este tipo de licenças, que recolhe os antecedentes dos acidentes de viação em que os seus titulares intervir.	A – Veículo até 9 passageiros C – Veículo até 18 passageiros e caminhões E – Taxímetros e veículos até 9 passageiros
	No dia 26 de junho de 1998, o Decreto nº 2.542 , por meio do qual é aprovado o Regulamento da Lei de Trânsito Terrestre apresenta o seguinte artigo 224: Qualquer pessoa interessada em obter uma licença para condutor especial deve cumprir os requisitos para a obtenção do grau de licença a que aspira. Relatório necessário emitido por um especialista, dependendo da deficiência, que também certifica que a pessoa em questão pode exercer a atividade de dirigir veículos automotores.	

Quadro 21: Carteira de motorista para surdos
Fonte: Krause, 2021.

Percebemos que a primeira lei da carteira de motorista para surdos foi no **Uruguai** em 1972. Três anos depois no **Brasil** e mais recente no **Paraguai**, desde 2015, e as diferentes categorias do transporte.

No **Brasil**, em 1989, os surdos puderam passar a dirigir veículos, de acordo com a Resolução n.º734/1989 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com foco do artigo 54, que afirma que o laudo médico que apresentar o mínimo de 40 decibéis de grau de surdez só poderá dirigir veículo categorias A ou B. No mês de agosto de 2021, o Senador Romário assinou o projeto de Lei 2634/2021 para garantir que as pessoas com deficiência auditiva possam obter habilitação – CNH, para as categorias **C, D e E**, e diminuir a falta de acessibilidade para **TODAS** as categorias que é constante.

Os candidatos surdos têm direito a fazer carteira nacional de habilitação (CNH), aulas teóricas e aulas em simulador e devem ser acompanhadas por intérprete de Libras nos centros de formações de condutores (CFCs) de suas cidades. Quando realizarem a prova oficial, deve vir intérprete de Porto Alegre, polo central do Detran-RS.

Segundo Fonesca (colunista do UOL⁷⁵, 2020) ressalta a nova lei do código de trânsito em 2015 sobre a acessibilidade para surdos e deficientes auditivos à CNH que:

Com o art. 147-A, tornou-se obrigatório acessibilizar a comunicação nas etapas do processo de habilitação. No mesmo ano, com a Resolução nº 558/2015, do Contran, passou a ser obrigação dos Detrans garantir a disponibilidade de intérpretes de Libras para auxiliar candidato surdo ou deficiente auditivo durante todas as fases do processo de habilitação - desde os exames médicos e psicológicos iniciais, até as provas teóricas e práticas.

No **Uruguai**, em 2015, foi lançado o primeiro Guia Nacional de Conductor em *Lengua de Señas Uruguai – LSU*⁷⁶, pela Federação Nacional de Surdos do Uruguai e o IM elaborou um Guia para que os surdos conheçam as normas rodoviárias e entendam a importância de respeitá-las, e com o objetivo de fornecer material teórico para os candidatos à obtenção da carteira de habilitação. A importância de ter material de segurança viária na língua natural dos surdos não só tem como objetivo o acesso à carteira de habilitação, mas também que o material chegue a toda à comunidade surda para que possam entender os motivos da regulamentação e a importância de respeitá-las.

Faz-se necessária a aquisição de carteiras de motoristas para fazer as aulas teóricas e práticas com os intérpretes/tradutores de LSU em todas as cidades do Uruguai. Quanto à prova, esta possui a janela de LSU no computador. Precisa se esclarecer que isto não beneficia todos os surdos, porque alguns apresentam dificuldade de leitura na segunda língua como espanhol, e solicitam a presença física do intérprete.

Na **Venezuela**, no dia 26 de junho de 1998, o Decreto nº 2.542, por meio do qual é aprovado o Regulamento da Lei de Trânsito Terrestre apresenta o seguinte artigo 224:

Qualquer pessoa interessada em obter uma licença para condutor especial deve cumprir os requisitos para a obtenção do grau de licença a que aspira. Relatório necessário emitido por um especialista, dependendo da deficiência, que também certifica que a pessoa em questão pode exercer a atividade de dirigir veículos automotores.

⁷⁵ Seguir o link de UOL: <https://www.uol.com.br/carros/colunas/doutor-multas/2020/09/02/surdo-pode-dirigir-como-e-o-processo-de-cnh-para-deficientes-auditivos.htm>

⁷⁶ Manual da língua de sinais para as pessoas surdas no Guia Nacional de Conductor – Autos e Motocicletas e seguir o link do material: <https://montevideo.gub.uy/areas-tematicas/educacion-y-formacion/educacion-y-seguridad-vial/guia-nacional-de-conduccion-en-lengua-de-senas-del-uruguay>.

O entrevistado venezuelano cita que a lei 1998 reconhece as pessoas com deficiências. Em 1999, nova CRBV (Constituição República Bolivariana da Venezuela) muda para pessoas com deficiências e delas surgiu em 2006 a Lei de pessoas com deficiência, mas atualmente a lei de 2006 é uma lei morta para as pessoas com deficiência, porque não é respeitada.

A Constituição República Bolivariana da Venezuela de 1999 apresenta o artigo 42:


As pessoas com deficiência que reúnam os requisitos ordinários para a obtenção da carta de condução de veículos automóveis, obtém-na nas mesmas condições e com a duração geral ordinária do grau em que foi concedida. Os atestados médicos especiais que comprovem a aptidão para a condução devem determinar o tipo e o grau de deficiência apresentado.





O entrevistado surdo comenta que no ano de 2006, complementa a citação na constituição de 99 que as pessoas com deficiências podem dirigir os veículos. Na carteira de motorista a escrita “Pessoa com Deficiência” até o ano de 2015, somente categoria A e B. Depois do ano 2015, tirou a palavra “PcD” da carteira, seja normal e também as pessoas surdas começam a dirigir caminhão, ônibus, entre outros. Infelizmente, não há presença de intérpretes de língua de sinais para candidatos surdos para fazer as provas teóricas e práticas de veículos. Antes, as pessoas com deficiência tinham que renovar suas licenças anualmente, mas hoje isso mudou, agora é a cada dez anos que a licença é renovada.

Não encontramos dados informativos sobre os exames teóricos e práticos para os candidatos surdos nos países (Paraguai).

4.9.2. Passe Livre

Consta que toda pessoa com deficiência comprovadamente carente tem direito ao Passe Livre, que dá a gratuidade no transporte coletivo interestadual por ônibus, trem ou barco nos países sul americanos:

País	Legislação
	<p>Lei n.º 25.635, de 1 de agosto de 2002. Cada uma das empresas de transportes públicos em terra deve fornecer transporte gratuito para pessoas com deficiência. Decreto n.º 38/2004, de 9 de janeiro de 2004. Estabelece o certificado de deficiência dado pela Lei n.º 22.431 e suas alterações como documento válido para acessar o direito de viajar gratuitamente em diferentes tipos de transportes públicos em terra.</p>

	<p>Passage Livre Federal: o transporte coletivo interestadual gratuito é garantido pela lei nº 8.899/1994.</p> <p>Passage Livre Intermunicipal: depende da lei de cada Estado (de uma cidade para outra, mas sem sair do Estado).</p> <p>Passage Livre Municipal: depende da lei de cada cidade (por exemplo, as cidades têm algumas leis municipais do estado do RS).</p>
	<p>A Lei 6.556/2020 que isenta as pessoas com deficiências do pagamento da passagem no transporte coletivo terrestre.</p>
	<p>A Lei 18.651/2010 diz que as pessoas com deficiências podem viajar gratuitamente em ônibus nas cidades e em fora de cidades, têm direito a um assento ou lugar reservado.</p> <p>Existe passage livre somente para estudantes com deficiências em Montevideu, também outras cidades.</p>
	<p>Oferece o desconto de 50% sobre o valor de passagem nos transportes.</p>

Quadro 22: Passage livre
Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, como explicado no quadro acima, a lei de transporte e os passageiros argentinos surdos têm direito a escolher qualquer horário de ônibus igual a outros passageiros, fora do estado, mas não sabemos quantas vagas de assento gratuita para as pessoas com deficiências.

No **Brasil**, o PASSE LIVRE foi criado pela Lei n.º 8899, de 29 de junho de 1994, para as pessoas com deficiências no sistema de transporte coletivo interestadual, rodoviário e ferroviário; mais tarde, incluído o aquaviário (2001), por isso, foram criados novos decretos, portarias e normas nos anos seguintes.

As pessoas surdas precisam de comprovante de renda familiar per capita inferior a dois salários mínimos, sendo que existem três tipos de passage livre: municipal (por exemplo, idosos, pessoas com deficiências e a carteira de estudante), intermunicipal (dentro dos municípios do estado do RS, as empresas de ônibus oferecem só dois assentos de viagens gratuitas na modalidade comum e semidireto, não podendo usar direto, executivo e leito, mas, dependendo da empresa de ônibus, pode-se usar o direto, porque não existe comum e semidireto) e interestadual (do mesmo modo que o intermunicipal). Constata-se que os horários de ônibus não favorecem, porque há somente um ou dois horários por dia em ônibus comum e semidireto.

Na **Venezuela**, a Lei para Pessoas com Deficiências de 2006, apresenta ao seguinte *Art. 39. O Estado, por meio de ministério com competência em matéria de transportes, e os Estados e Municípios estabelecerão a livre passagem do transporte urbano, de superfície e subterrâneo e, no mínimo, com desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre os valores extras bilhetes urbanos terrestres, aéreos, fluviais, marítimos e ferroviários nas rotas nacionais, devendo promover a aplicação de descontos nas rotas internacionais para pessoas com deficiência, nos termos e condições estabelecidas no Regulamento desta Lei.*

Verificamos que a lei velha de nosso Brasil e de outros países sulamericanos, incluindo a mais recente do Paraguai de 2020. Atrasos no programa e no sistema de circulação de transporte para as pessoas com deficiências, especialmente surdos. Impressionante, o único país **Venezuela** com desconto de 50% sobre os valores de passagens e gratuidade plena. O entrevistado venezuelano relata sobre o passe livre que aproximadamente nos anos de 2006 a 2017, os surdos se beneficiaram de tarifas urbanas de metrô, todas gratuitas e tarifas rurais pagam 50 % menos e viagem dentro do território nacional pagam 50% e viagens internacionais valor integral. Atualmente, apenas o serviço de metrô é reconhecido como gratuito, nos ônibus locais são pagos integralmente, nos ônibus rurais são pagos integralmente, em alguns casos de ônibus governamentais 50% menos, nos ônibus nacionais é muito difícil para nós nos beneficiarmos de 50% agora que a maioria dos idosos consome a cota nos ônibus. Há 6 lugares disponíveis para pessoas com deficiência e idosos que se beneficiam de 50% de desconto, uma vez terminados os 6 lugares, os restantes devem pagar os 100% normais.

4.9.3. Isenção de Imposto em veículos






Dentre os tributos pagos pelos contribuintes está o IPI – Isenção sobre produto industrializado, porque influencia tanto valor dos veículos que é a taxa do produto e a base de cálculo do IPI e vai levar em conta o ICMS e Confins por ser regulamentado e administrado pelo Governo Federal.

O texto de AutoShow⁷⁷ esclarece pois e relata sobre o funcionamento do imposto pelo governo federal:

⁷⁷ É a informação sobre os veículos e seguir o link do AutoShow: <https://autoshow.com.br/o-que-e-ipi-e-por-que-ele-influencia-tanto-no-valor-dos-veiculos/>

A União pode isentar ou reduzir o valor do imposto sobre uma mercadoria para estimular o consumo, e o contrário também acontece, caso o Governo queira frear o consumo de um determinado produto, como cigarro ou bebidas. Esta flutuação de valor regulamentada pelo Governo permite ao Executivo fazer política com indústrias automobilísticas (devido à sua importância no cenário econômico nacional) para aquecer as vendas do setor. Esta “relação” é o que permite às montadoras criarem as famosas promoções do IPI reduzido ou zero. De fato, o consumidor deve aproveitar estes momentos para realizar a compra de um carro, afinal os tributos representam uma parcela significativa do valor final de um automóvel.

Portanto, as pessoas com deficiências podem adquirir carros com descontos tributários e têm direito a comprar com isenção de imposto em cada país apresentam suas normativas e diferenças.

País	Lei/dados sobre a isenção do imposto em veículo
	A Lei 19.279, de 04 de outubro de 1979, sobre o automóvel para deficientes. Comprar um carro industrial argentino sem pagar impostos internos ou IVA – <i>Impuesto al Valor Agregado</i> (valor descontado 21% correspondente), somente carro básico. Este preço não leva em consideração acessórios opcionais ou comandos de adaptação.
	A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre isenção do IPI para PcD e transporte escolar com desconto de 20% a 30% dos carros nacionais e importados, não incluído surdos e deficientes auditivos. A lei 12.183/21 decretou o aumento do teto de preço de carros PCD de R\$ 70 mil para R\$ 140 mil para obtenção da isenção do IPI. Somente excluído com os surdos. Na Lei 14.287/21, 31 de dezembro de 2021 foi aprovada que as pessoas com deficiências auditivas podem comprar carro novo com desconto de IPI.
	Não há a lei específica, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências estava discutindo com a Câmara de Deputados sobre a isenção de imposto de importação sobre veículos usados por PcD em mês de junho de 2021. Para diferentes deficiências há isenção, para o surdo não há.
	Sob a proteção da Lei 13.102 de 18 de outubro de 1962, refere-se à importação de veículos para uso de pessoas com deficiência, mas alterou os decretos até o ano do 2017. - Os veículos importados até o valor de \$16.000. - Os vencimentos fiscais e taxas aplicáveis, incluindo pagamento contado com desconto de 20% e pagamento na data com desconto de 10%. - Comprar um carro até o valor de \$32.000 (esse valor dólar).
	Não tem a isenção do imposto em veículos para surdos.

Quadro 23: Isenção do imposto para surdos

Fonte: Krause, 2021.

O Paraguai é o único país em que não há lei específica sobre a isenção de imposto para a compra de veículo para as pessoas com deficiências. Está tramitando legislação na

Câmara de Deputados neste ano. Também a comunidade surda brasileira não tem direito à compra com isenção de imposto para carros, mas outros tipos de deficiências e as pessoas com doenças crônicas (câncer, parkison, hérnia de disco, neuropatia diabéticas, entre outros) têm direito à compra.

Notam-se diferenças nas normas de isenção de imposto para a compra de veículos em cada país. Na Argentina somente carro básico são contemplados diferentemente de outros países. Uruguaios com deficiências podem comprar veículos importados até o valor de \$16.000 (convertida para a moeda brasileira R\$88.824,00) e neste país apenas veículo de fabricação industrial próprio até o valor de \$32.000 dólares (em moeda brasileira 177.648,00). Os surdos citam que há a isenção do imposto em veículos para pessoas com deficiências, mas não incluídos surdos.

No Brasil, o desconto é de 20 a 30% para compra de qualquer carro nacional e ou importado. A lei nº 14.183 de 2021, eleva o teto de isenção de IPI para carros para PcD e “veta” o artigo que incluía pessoas com deficiência auditiva como beneficiários do desconto, e com teto de 140 mil reais até o final de 2026.

Entre os anos 1995 até 2021, os surdos e deficientes auditivos não tiveram direito a comprar com isenção do imposto nomeado IPI – Isenção de Imposto sobre Produto Industrializado. O motivo de veto para pessoas com deficiências auditivas e surdas foi alegado devido à verificação orçamentária e financeira para o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao elevado número de surdos e deficientes auditivos. Um absurdo, ao olharmos o gráfico estatístico apresentado pelo IBGE 2010 (35 milhões de cegos, 2,5 milhões de deficiência intelectual, 1,3 milhões de deficiência motora e 10 milhões de deficiência auditiva).

A comunidade surda brasileira e a Feneis continuam a lutar, pois discordam dessa lei excluindo os surdos e deficientes auditivos. O Senador Romário e outros políticos continuam a elaborar e articular com outras instituições políticas até os dias de hoje uma audiência pública ainda em articulação. Até o dia 31 de dezembro de 2021, o governo federal sancionou a lei 14.287 e foi aprovado que podem comprar carros novos, o valor máximo do veículo que terá a isenção é de R\$200 mil.

Na **Venezuela**, não há a isenção do imposto em veículos para surdos e comprar os carros normais iguais ouvintes.

5.0. Segurança Pública para Surdos

Esta pesquisa aborda as organizações policiais para surdos comparando-as entre Estados Unidos e os Países Sulamericanos (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) sobre a transparência dos encargos surdos pelas crenças limitantes na segurança pública. Apresenta dois pontos de trabalho: como funcionam os encargos surdos pelos órgãos de segurança pública nos contextos locais tais como corpo de bombeiros, polícia civil, polícia militar, polícia federal e outros, e o desenvolvimento de aplicativos da tecnologia de informação para atendimento a pessoas surdas nas diferentes organizações policiais nos países sulamericanos.

Apresenta ideias sobre o leque das organizações policiais relacionados aos profissionais surdos e o atendimento emergencial para as pessoas surdas na questão de segurança pública pela perspectiva cultural da América.

Claramente, o problema da comunicação com surdos em sua língua materna ou L1, está sendo resolvido parcialmente pelas organizações policiais, que estão oferecendo curso de língua de sinais para agentes de segurança pública como polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros. Com objetivo de derrubar um obstáculo de comunicação, colocando em prática aqui no Brasil, a legislação existente, com a finalidade de comunicar-se com as pessoas surdas nos contextos locais.

Promover a inclusão no mercado de trabalho para surdos e a igualdade de oportunidades, segundo SASSAKI apud MOTA, (2007) conceitua “Inclusão Social” como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Ele também explica que diferente da integração, a inclusão evidencia uma sociedade preparada para receber a pessoa que é diferente dos demais. Se olharmos em nível mundial, diferentes conquistas foram realizadas; muitas também conquistadas em nível sulamericano, porém tem-se notado que o surdo em questões policiais ou na justiça ainda precisa avançar em seus direitos.

5.0.1. Acesso aos profissionais surdos das organizações policiais

Pessoas merecem tratamentos iguais e possuem sentimentos reconhecidos e podemos dizer que vontades parecidas. Porém, se pensarmos em questão de sentir-se pertencentes e reconhecidos como tal em relação ao patriotismo, ainda temos que

conhecer e refletir sobre a questão. O orgulho de pertencer a uma incorporação e exibir o mesmo no uso do uniforme é um sentimento cultivado por todos, surdos ou ouvintes, porém não permitido a todos. Ainda há legislações retrógradas que impedem a participação de todos os cidadãos em incorporações como: polícia, bombeiro, exército, etc... Faz-se necessário conhecer estes setores e ser provocado a refletir sobre a condição do surdo como protagonista e vítima, comparando alguns aspectos em nível dos Estados Unidos e os países sulamericanos.

5.0.1.1 Exército Militar Surdo

Nos Estados Unidos, a partir de 2001, foi permitido e aceito o ingresso do surdo no exército (militares), na polícia e no corpo de bombeiros. Esse fato ocorreu por movimentos individuais destes sujeitos, como relata o cadete surdo Keith Nolan que lutou e bateu à porta do Pentágono pedindo para se juntar ao Exército dos Estados Unidos como soldado americano uniformizado a serviço de seu país, pois não desistiu de seu sonho de ter uma carreira militar.

Sua vontade persistiu após seu amigo contar que em Israel era possível fazer uma carreira profissional militar. Esses soldados estavam inseridos nos quartéis e utilizavam fardas. Nolan começou a analisar as informações e os materiais nos Estados Unidos e também foi para Israel, descobriu que a história mostra que os EUA já tiveram soldados surdos, ao contrário de hoje. A citação apresentada do TED⁷⁸ com o narrativo Nolan sobre as funções de militar israelense:

Os soldados surdos não estão na linha de frente em batalha, mas estão na retaguarda, em funções de suporte. Há uma abundância de trabalhos sem combate acessíveis para pessoas surdas: inteligência, tecnologia computacional, cartógrafo, suprimentos, treinamento de cães, entre outros. A comunicação entre os soldados surdos israelenses e outros soldados que podem ouvir é feita da mesma forma como os surdos falam com os ouvintes normalmente. Podem usar a voz, leitura labial, gestos, às vezes outro soldado sabe língua de sinais e isso pode ser utilizado, papel e caneta, textos, computador, e-mail; não é preciso nenhuma varinha mágica. É a mesma coisa que fazemos todo dia. Intérpretes são utilizados, basicamente, no campo de treinamento. Para os demais trabalhos, não é preciso ter um intérprete ao lado. O exército israelense é formado por pequenos grupos. Cada grupo com soldados surdos desenvolveu um jeito próprio de se comunicar, sem precisar de intérpretes.

⁷⁸ Acesso ao link de TED: https://www.ted.com/talks/keith_nolan_deaf_in_the_military?language=pt-br

Com isso, fica a questão: por que da não possibilidade do surdo ser recrutado? De acordo com informações, 80 % das pessoas que trabalham dentro do exército americano ocupam posições sem combate. A comunidade surda pode trabalhar como mecânicos, finanças, computações, entre outros.

Em seu relato de experiência, Keith Nolan explica que mesmo fazendo o curso pelo Centro Preparatório de Oficiais da Reserva – CPOR; havia certas regras específicas para ele: não usou uniforme e frequentava o curso com roupas normais, não participava do treinamento prático, pois sua surdez era vista como empecilho. Também no treinamento com helicóptero não lhe foi permitido subir no transporte, porém Nolan reclamou e no final disseram: “Venha logo, entre no helicóptero”, ele correu até eles e entrou, foi muito emocionante. Tudo era negado, por causa da surdez; portanto, obedecer às instruções normativas no âmbito militar e não pensar, testar e acompanhar o cadete surdo para fazer avaliação.

Apesar da ascendência no curso de cadete, Nolan não conseguiu ir para o terceiro nível, pois sua condição de surdez impediu aprovação no exame médico. Ele não desistiu, continuou a lutar. Mostrou sua habilidade e capacidade para o exercício militar até quebrar os padrões médicos para nomeação, alistamento ou indução nos serviços militares relacionados à legislação. Segundo Schwartz (2018, p. 301) por que os médicos avaliam defeitos físicos que precisam ser “cl clinicamente capazes de terminar o treinamento, medicamente adaptáveis ao ambiente sem limitação geográfica, e medicamente capazes de servir sem agravamento das condições existentes ou defeitos”.

Ele entrou em contato com o deputado Mark Takano da Califórnia, para ajudar na questão de alterar os regulamentos que proíbem candidatos surdos servirem nas forças armadas dos Estados Unidos. O deputado realizou a solicitação ao Comitê das Forças Armadas.

Em 2015, Keith Nolan solicitou ao Secretário da Força Aérea que executasse um programa de demonstração para avaliar a viabilidade e conveniência de permitir o acesso de indivíduos com deficiência auditiva (incluindo surdez) como oficiais da Força Aérea.

De acordo com Schwartz (2018, p. 301-302), em 26 de abril de 2016, uma carta foi enviada ao senador John McCain, presidente do Comitê das Forças Armadas, Peter Levine, Subsecretário de Defesa em exercício e apresentou um relatório “relativo à revisão do alistamento de pessoas com deficiência nas Forças Armadas”. O relatório

foi apresentado em resposta a um pedido do Senado ao DOD, que pediu ao DOD "para avaliar a viabilidade de um programa piloto para determinar se civis, com certas condições médicas, que atualmente são motivo de rejeição para o serviço militar, podem ser nomeados, alistados ou empossados nas Forças Armadas.

O Instituto de Análise de Defesa – IDA e Especialidade Ocupacional Militar – MOS havia uma discussão do estudo complementar a um estudo da Força Aérea que o surdo poderia entrar num ambiente militar. Finalmente, o relatório apresenta que o recrutamento para os candidatos com implantes cocleares e os candidatos que usam aparelhos auditivos são proibidos no ambiente militar, mas há discussão sobre os surdos sinalizantes. Nolan diz que seu foco principal agora é aprovar um projeto de lei que permita aos surdos ingressarem nas forças armadas e alguns de seus colegas soldados o incentivam para que continue a lutar. Já se passaram oito anos, mas há pouco interesse políticos em lhe apoiar.

A luta continua e o deputado Mark Takano, em 2018, trouxe o assunto a público, solicitando esforços para permitir os surdos americanos a oportunidade de buscar o serviço militar. A primeira impressão foi favorável, mas logo em seguida removido durante o Comitê de Conferência com o Senado em julho de 2018 na versão final do NDAA – Autorização de Defesa Nacional 2019. Este programa de demonstração foi adicionado ao projeto de lei.

Até hoje há essa luta e continua a revisão do Comitê de Conferência da versão finaldo NDAA 2020 que é esperada para julho. Ainda não há nenhuma notícia da aprovação ou não deste pedido.

5.0.1.2. Polícia Surdo

Em 2018, um departamento de polícia contratou a primeira policial surda, Erica Trevino, na cidade de Dalhart, localizada no estado do Texas, nos Estados Unidos. Ela trabalha na Divisão de Investigações Criminais do departamento. A citação do Facebook⁷⁹, traduzido para o português, do chefe de polícia de Dalhart, David Conner explica:

“Reconhece o policial Trevino como um grande trunfo para o Departamento de Polícia e para os membros da comunidade com

⁷⁹ Acesso ao link da facebook: <https://www.facebook.com/humankindalliance/videos/officer-erica-trevino-first-female-deaf-police-officer-dalhart-pd/1047391535414077/>

deficiência auditiva ou surda. Tanto o Chefe Conner quanto o Officer Trevino reconhecem os julgamentos que podem surgir, masseu valor para o PD e o público supera em muito esses desafios. A oficial Trevino está pronta para trabalhar diligentemente para ser a melhor oficial que pode ser e é abençoada por ter o apoio de todo o departamento por trás dela. De acordo com o Chefe Conner, “Não há dúvida de que ela pode fazer isso e é qualificada” e abordagem centrada na comunidade em relação ao policiamento.

Ferreiro (2021) relata que a Erica passou nos mesmos testes policiais que o resto do Departamento e demonstrou muitas habilidades, mas também encontrou muitas pessoas que se opuseram, pessoas que lhe disseram que ela não poderia ser policial porque era surda. Ela disse sobre isso: *“Não vou deixar ninguém me dizer o que posso fazer e o que não posso fazer. Então decidi ser policial. Tem sido um caminho longo e difícil, mas aqui estou”*.

Conforme Batitucci e Sinhoretto (2019, p. 12-13) relatam sobre o grupo minoritário de policiais negros que:

“Apenas alguns policiais negros é que admitem que a polícia produza efeitos racistas nos resultados de suas práticas, embora se declarem pessoalmente como antirracistas. O que não exclui que outros policiais negros neguem a existência de racismo institucional”.

Nesse sentido, a institucional discriminatória vê uma relação com os policiais surdos não poderem trabalhar, por causa de surdez. A polícia surda é uma oportunidade de carreira profissional dentro da instituição polícia fora da rua.

Impressionantemente, na cidade de Oaxaca, no México, o Secretário de Segurança Pública recrutou 20 policiais surdos para controlar as câmeras da cidade a fim de prevenir crimes ou apoiar investigações. Eles controlam até 230 câmeras em turnos e sua acuidade visual melhorou as operações de vigilância. De acordo com Ferreiro (2019), a citação do site UNUSUALVERSE⁸⁰ traduzido em português:

Eles os chamam de "Os Anjos do Silêncio". Desde 2013, eles identificam problemas na rua antes dos ouvintes, pois têm maior acuidade visual e não têm distrações sonoras do ambiente (rádio, conversas entre ouvintes, etc.). Além disso, alguns deles conseguem ler os lábios, o que é uma vantagem, pois as câmeras não têm som.

Nesse sentido, os olhos dos policiais surdos são de ouro, pois visualizam melhor e têm percepção rápida e maior do que as pessoas ouvintes.

⁸⁰ Acesso ao link do site: <https://www.unusualverse.com/2019/03/deaf-police-mexico.html>

5.0.1.3. Corpo de Bombeiro Surdo

Nos Estados Unidos, há cerca de 50 bombeiros surdos com certificações de competência de Bombeiros em 2009. Não encontramos o número atualizado neste ano, mas acreditamos que tenha havido crescimento dos profissionais surdos no corpo de bombeiros nos vários estados dos Estados Unidos.

O surdo americano Mark Kite trabalha no corpo de bombeiro voluntário há 16 anos. Foi o primeiro chefe do corpo de bombeiro em 2009. Segundo Mark, a única restrição é não poder trabalhar dentro de incêndio em residências e prédios, pois os agentes precisam se comunicar no rádio amador.

A série *Station 19* sobre uma equipe de bombeiros de Seattle que usa toda a sua habilidade e dedicação para salvar vidas, em sua segunda temporada coloca um bombeiro surdo chamado Dylan. É um bom filme que mostra para a sociedade e divulga o potencial da pessoa surda em qualquer trabalho.

5.0.1.4. As organizações policiais surdas nos países americanos

Interessante, dificilmente encontramos profissionais surdos no leque das organizações policiais nos países sulamericanos, porque a comunidade não acredita que os profissionais surdos são capazes em diferentes formações, como: médicos, engenheiros, dentistas, empresários, administrativos, técnicos em recursos humanos, entre outros. Porque não? Surdez?

No Brasil, alguns surdos formados como dentista, psicólogos, engenheiros e outros, trabalham em outra área, porque não conseguem ingressar no mercado de trabalho pela área específica, por causa de crenças, limites nas empresas e nas indústrias. Nos Estados Unidos já existem surdos em diferentes profissões, porque a herança histórica cultural é diferente do sul da América. A cultura é meio confusa de explicar. Muitos surdos acostumados à dominância ouvinte, ainda preferem consultar um profissional ouvinte que saiba língua de sinais ou acompanhado de intérprete, do que procurar um profissional surdo. Sabe-se que, por não conseguirem o seu lugar na sociedade, muitos desistem e procuram outros afazeres, o que impossibilita o conhecimento deste profissional dentro da comunidade surda.






Não há profissionais surdos como agentes da segurança pública, mas, para que haja, faz-se necessária uma reestruturação parecida com o modelo dos Estados Unidos,

influenciando e expandindo para todo o mundo.

5.0.1.5. Atendimento de emergência pelos aplicativos nos âmbitos policiais e bombeiros

É de suma importância para os surdos em situações de emergências poderem pedir ajuda através da tecnologia. O uso de aplicativos precisa ser pensado para sanar dificuldades ou obstáculos de comunicação como com setores ou serviços de polícia e corpo de bombeiros no contexto Administrativo da Segurança Pública.

No quadro apresentado veremos se existe aplicativo específico para a comunidade surda nos países sulamericanos comparados:

País	Aplicativo
	Não há aplicativo
	“S.O.S. Surdos” O aplicativo permite que a comunidade acione equipes de emergência de plantão do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.
	Não há aplicativo
	Há um aplicativo chamado “Emergencia 9-1-1”
	Não há aplicativo

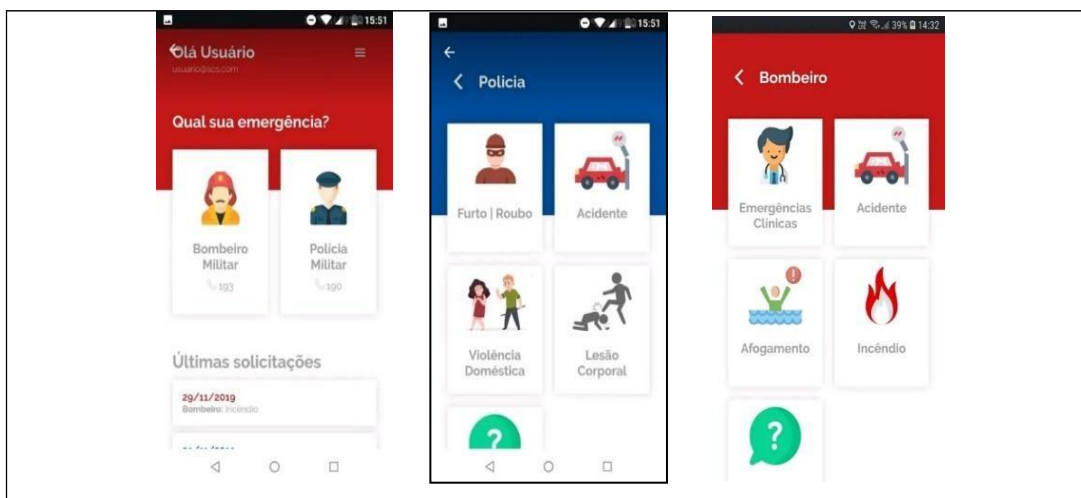
Quadro 24: Aplicativo específico para a comunidade surda.

Fonte: Krause, 2021.

O Brasil é o único país em que existe um aplicativo chamado S.O.S Surdos que a comunidade surda aciona equipes de emergência de plantão do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar e foi criado pela engenheira do Corpo de Bombeiros em Vilhena, Verônica Rech, que o idealizou e o desenvolveu em 2019. A autora explicou que “o projeto teve início no município de Vilhena, onde testes com o aplicativo já foram realizados; ocorreu o curso de Libras para os bombeiros, que foi ministrado pela

professora Josimari dos Santos, intérprete que fez parte do projeto de implementação do APP SOS Surdos com o ensino de Libras para os bombeiros e policiais Militares em Vilhena, na Universidade Federal de Rondônia (Unir)” O Observador⁵ (2020).

No quadro a seguir, imagens do aplicativo pela polícia militar e pelo corpo de bombeiro para atendimento às pessoas surdas:



Quadro 25: APP do S.O.S Surdo

Fonte: Krause, 2021

É de suma importância o sistema emergência, pois o tradicional serviço feito somente via telefone pelos três dígitos, 193, pelo bombeiro e ,190, pelo polícia, impossibilita a comunidade surda de seu uso e a priva de seu direito de acessibilidade à informação e comunicação. De acordo com Leão (2018, p. 11), é fundamental que se promova a igualdade e a justiça; é imperioso que se promova a acessibilidade, a qual, segundo o Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), na Constituição Federal é definida como:

(...) a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (Grifo nosso).

No **Uruguai**, o surdo comenta que há um aplicativo chamado “*Emergencia 9-1-1*” com quatro tipos de emergência, que são polícia, corpo de bombeiro, trânsito e violência doméstica, mas as pessoas surdas podem usar somente o aplicativo para polícia, pois este tem cadastro do surdo e identificado como tal, assim, também, com sua localização, quando necessário. Os outros aplicativos não conseguem chamar por não estarem identificados como surdo.




5.0.1.6. Relação com a violência contra mulher surda no âmbito policial



Pensa-se sempre no preconceito envolto sobre o gênero feminino. Depois da oficialização da lei Maria da Penha, percebe-se que a mesma tornou-se a principal referência no caso da violência contra a mulher.

“A administração dos conflitos violentos contra a mulher através do sistema de justiça criminal, com os principais serviços de atendimento e proteção desenvolvidos pelas instituições de segurança pública apontam para a centralidade dada pela Lei Maria da Penha à natureza criminal destes conflitos”. (VASCONCELLOS, 2015, p. 21)

Um ganho para as mulheres, porém, para um grupo de pessoas, mais especificamente as mulheres com deficiências, entre elas a surdez, trazem uma preocupação como, em situação de violência, procurar ajuda, como comunicar-se com a polícia civil, brigada militar e a delegacia de atendimento as mulheres. Pode-se pensar que a problemática é só na comunicação, porém o problema é mais sério; falta conhecimento a respeito de uma cultura, na qual a comunicação gestual-visual é presente.

Neste quadro apresentamos as delegacias especializadas no atendimento às mulheres surdas nos países sulamericanos comparados:

País	Atendimento as mulheres surdas	Aplicativo
	Sordas Sin Violencia 18 serviços atendentes as mulheres surdas argentinas na central 144.	Não há aplicativo específico para surdas, somente o sítio de Sordas Sin Violencia. Mas existem materiais guia sobre uma comunicação e acessibilidade a mulheres surdas.
	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher não há atendimento específico às mulheres surdas brasileiras.	SOS Mulher Brasil adiciona as funcionalidades de WhatsApp e Telegram, bem como atendimento em Libras para usuários surdos. Nova forma de denunciar pelo aplicativo, com atendimento realizado por mulheres bilíngues na central do 180, em Brasília.
	Não há atendimento específico às mulheres surdas paraguaias.	Não há específico aplicativo para surdas.

	<p>Não há atendimento específico às mulheres surdas uruguaias.</p>	<p>Não há aplicativo específico para dar suporte a vítimas de violência. Mas existem os materiais informativos para as orientações sobre situação da mulher surda frente à violência de gênero.</p>
	<p>Existe um ministério público com serviços de intérprete de LSV que atendem às mulheres surdas.</p>	<p>Não existe aplicativo de emergência de violência contra a mulher.</p>

Quadro 26: Atendimento às mulheres surdas

Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, existe uma sede da Fundasor (Fundação de Pais e Familiares de Pessoas Surdas para sua Integração) e oferece uma sala para Sordas Sin Violencia em Buenos Aires. Foi fundada no ano 2015 e tem 18 funcionários atendentes que são: uma coordenadora operacional, uma surda (coordenadora da intervenção e atendimento à comunidade surda) e uma coordenadora de acompanhamento às mulheres surdas em situação de violência, uma psicóloga, uma mediadora surda, sete intérpretes de LSA, três colaboradoras (incluído com duas surdas), uma fotógrafa surda, uma *designer*, um assessor visual e uma companheira terapêutica para mulheres surdas presenciais e virtuais (videoconferência do WhatsApp e SMS). Também há programas e materiais tais como guia para uma comunicação em acessibilidade para as mulheres surdas: recomendações para adequar os serviços de atendimento ofertados por meio de dispositivos tecnológicos e presenciais e vídeos de informações diversas e acessíveis. Conheça a seguir dois *links* de materiais sobre guias argentinos no rodapé⁸¹.

Na **Venezuela** não existe aplicativo de emergência de violência contra a mulher, mas existe um ministério público com serviços de intérprete de LSV que atendem às mulheres surdas que recebem queixas de violência e abuso de toda a Venezuela. Tem só a capital Caracas, nos outros estados não tem estes serviços.

No **Brasil**, tem as delegacias especializadas de Atendimento às mulheres nas diferentes regiões. Segundo Vasconcellos (2015, p. 53), a primeira Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres (DEAM) foi criada no ano de 1985 em São Paulo. Alguns anos depois, tendo a maior expansão destas delegacias ocorrida entre os anos de 1986 e 1995, mas não há atendimento específico às mulheres surdas, porque não conhecem a Libras.

⁸¹ <https://argentina.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/armado%20boceto%20final%206.pdf> e <https://www.sordassinviolencia.com/Guadeatencionamujeressordas.pdf>

As autoras Perlin e Vilhava (2016) relatam que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) tem como objetivo lutar por posições mais justas, igualitárias e democráticas, valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país. Segundo Krause e Lopéz (2019, p. 141) relatam que, como destacam Mello e Nuernberg (2012), no Brasil, são recentes as aproximações dos estudos feministas e de gênero com o campo dos estudos sobre deficiência. Também é recente a visibilidade pública de mobilizações de mulheres com deficiência, que estão instigando mudanças não só no âmbito das políticas públicas e garantias de direitos, mas também nos próprios estudos acadêmicos. Entendemos a deficiência como “um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636).

Na década de 90, no início da interface do feminismo relacionado aos estudos sobre deficiência no Brasil, a pesquisadora Mello (2012) relata que a Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), com sede em Brasília, é a primeira organização não governamental, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, assessoramento e capacitação em Bioética na América Latina (Krause, 2017, p.6).

Conforme Krause (2017, p.1) ressalta que a mulher com deficiência já passa privações por falta de políticas públicas na saúde, na educação, no trabalho, e isso acaba aumentando a suscetibilidade à violência. A questão da mulher é um tema relevante em nossa sociedade que precisa ser discutido e focalizando as mulheres surdas em suas diversas etnias. São importantes seus reconhecimentos de direitos na relação entre a raça e a classe da mulher. Segundo DIAS (2016), no Brasil, de acordo com o Censo de 2010, há mais de 25 milhões de mulheres com deficiência.

As autoras Krause e López (2019, p. 141) ressaltam que a violência contra as mulheres constitui um debate que vem sendo visibilizado na esfera pública pelo movimento feminista há décadas, potencializado pela aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 2006) e a criação de dispositivos de denúncia e proteção às mulheres em situação de violência. A temática também ocupa um lugar preeminente nos estudos feministas e de gênero, por afetar a vida de milhares (VEIGA et al, 2016). Porém, conforme Mello (2016), os estudos que tematizam a violência contra as mulheres com deficiência são escassos.

Conforme Krause (2017, p.6) ressalta que o primeiro fórum municipal de Combate à violência contra mulher com deficiência ocorreu em agosto de 2016 na cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul.

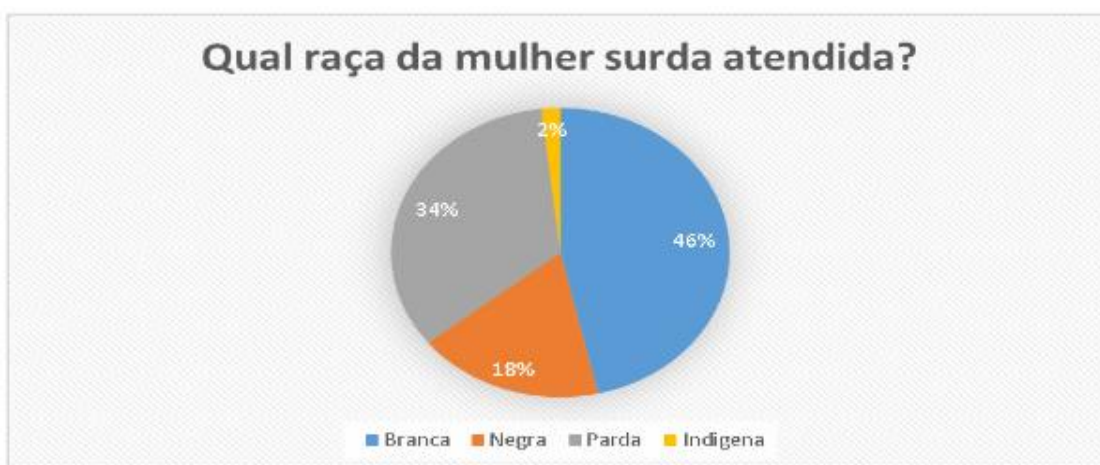
“Realizado no auditório do Ministério Público e promovido pela prefeitura de Canoas, por coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Este fórum com o objetivo de conceito e dispositivos legais, a proposta de projeto de lei estadual como a disponibilização de canais acessíveis voltados ao registro de situações de violência, criação de espaço específico nos formulários para registro de ocorrência de violência física, psicológica e/ou sexual contra pessoa com deficiência com recorte de especificidade, gênero e faixa etária, assistência integral à pessoa com deficiência vítima de violência, incluindo violência doméstica e sexual, com atendimento especializado e multiprofissional, prioritário para mulheres e meninas com deficiência, transversalidade nas ações voltadas ao combate a todas as formas de discriminação e o enfrentamento à violência contra a pessoa com deficiência, levando em consideração as questões relacionadas à identidade de gênero, raça, diversidade sexual e geracional, além da criação do Cadastro Estadual de Violação dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com dados do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Secretaria da Segurança Pública, sob orientação técnica da FADERS e garantida a participação social por meio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e COPEDE. Por isso, o estudo da legislação está traçando uma relação com a revisão da Lei Brasileira da Inclusão – LBI (2015), o novo pensamento da política para as diversas áreas para as pessoas com deficiência”.

De acordo com Krause e Lopéz (2019, p. 141), articulamos a esses campos, os estudos surdos para ressaltar a especificidade da condição de surdo como sujeito(s) que se situa(m) no mundo de maneira diferenciada, tendo a língua de sinais como distintiva na construção de conhecimento do mundo e na constituição e reconhecimento de identidade cultural (PERLIN, 1988; SKLIAR, 1997).

Percebemos que há poucos materiais e informações no que tange à surdez, porque é bastante recente o movimento feminista surdo em nosso país e a autora Krause foi elaboradora e aplicadora de um questionário com intérpretes de Libras de várias cidades do Brasil, com base nas redes sociais, sobre a temática “o atendimento a mulheres surdas em situação de violência” desde 2017. Artigo publicado (Anais) pelo evento V Enlaçando.

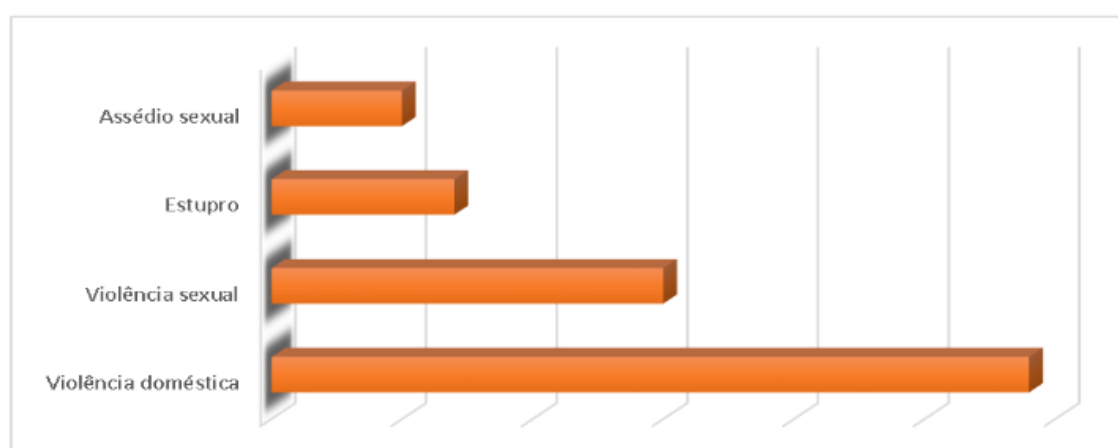
A autora Krause realizou uma pesquisa *online* e os convites para responder ao questionário circularam nas redes sociais. Responderam ao questionário 68 intérpretes de Libras de 13 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São

Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Bahia, Roraima, Goiás, Paraíba, Pernambuco e Ceará). Krause (2017, p. 7) apresenta que atendem mulheres surdas, de raça branca em número maior.



Fonte: KRAUSE, 2017.

Conforme Krause (2017, p.8), relata que a violência doméstica é caracterizada pelo tipo de violência que é praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre pessoas com laços de sangue (como pais e filhos), ou unidas de forma civil (como marido e esposa ou genro e sogra). Nesse gráfico, percebe-se que essa é a mais praticada. E, na violência doméstica, muito é consequência da falta de comunicação e medo com ameaças.



Fonte: KRAUSE, 2017.

Krause (2017, p.8) demonstra um gráfico estatístico sobre onde os intérpretes de Libras atendem as mulheres surdas vítimas de violência.



Como se trata de violência, o gráfico aponta que o maior número foi nas delegacias. Acontece muito, pois a própria autoridade, sentindo a necessidade, procura o profissional para auxiliar no fato. Seria necessária a presença em todos os setores pública presença deste, mas na realidade sabemos que não acontece.

Conforme Krause (2017, p. 12) a mídia sempre mostra nas redes de TVs sobre a violência contra mulher e indica ligar para o 180 (central de atendimento à mulher). Aproveito e questiono: como as mulheres surdas ligam, sem poder falar e, às vezes, nem sequer terem um intérprete? Acredito que a maioria não sabe como fazer denúncia, há falta de conhecimento, não há materiais especiais em Libras e sugiro que as instituições precisam criar estratégias de comunicação envolvendo a elaboração de materiais para as mulheres com deficiência.

Percebe-se, quanto à acessibilidade, uma preocupação constante das pessoas com deficiências, especialmente surdos. Portanto, SOS Mulher Brasil adiciona as funcionalidades de WhatsApp e Telegram, bem como atendimento em Libras para usuárias surdas em 2021 e uma nova forma de denúncia pelo aplicativo, com atendimento realizado por mulheres bilíngues na central do 180, em Brasília.

Os materiais da Lei Maria da Penha foram traduzidos de português para Libras e encontramos alguns materiais como DVD “Cartilha Lei Maria da Penha e Cartilha Assédio” em Libras. Encontra-se esse material no seguinte link: <https://www.sedhast.ms.gov.br/subsecretaria-da-mulher-realiza-roda-de-conversa-com-conteudo-em-libras/>, bem como, o material livro digital sobre Lei Maria de Penha traduzido e acessível para as pessoas com deficiências tais como conteúdo em Libras, conteúdo em português (audio e texto), conteúdo para pessoas com deficiências visuais, neste link: <https://www.pcdlegal.com.br/leimariadapenha/material-de->

[divulgacao/#.Y6syDhXMLrc.](#)

Com esse importante trabalho, percebeu-se que o combate à violência contra as mulheres ainda tem muito a avançar. Essa triste realidade continua acontecendo. Por refletirmos sobre como a produção da deficiência se apresenta na incapacidade do Estado em acolher as demandas das mulheres surdas e de garantir condições igualitárias de acesso aos seus direitos. Ao mesmo tempo, existem movimentos de luta pela acessibilidade e garantia de direitos para as mulheres surdas. Assim, analisaremos essas ações da sociedade civil organizada, no sentido de contribuir para a multiplicação das mesmas em outras ONGs feministas da região (Krause e López, 2018, p. 613).

No Uruguai, não há aplicativo específico para dar suporte vítimas de violência, mas existem os materiais informativos para as orientações sobre situação da mulher surda frente à violência de gênero.

Nos países Paraguai e Venezuela não há aplicativos específicos e também não há materiais informativos sobre orientações para as mulheres surdas paraguaias e venezuelanas.

De acordo com as autoras Perlin e Vilhava (2016) ressaltam que “os direitos das mulheres surdas são os mesmos direitos de todas as mulheres. Construir, por meio do conhecimento científico, a visão da mulher surda como diferente da mulher ouvinte e da mulher deficiente, por ela ser usuária de língua de sinais e necessitada de comunicação visual” e outra expressão “a inclusão das mulheres surdas será muito mais prática se desenvolvida conjuntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres”.

6.0. Cidadania comunicativa surda e acessibilidade.

Discutindo o caminho da cidadania a partir da comunicação e o acesso à informação e direitos dos cidadãos surdos no campo midiático, conforme Krause (2020) resalta a importância de estudar o campo já é apontado pelas teorias da comunicação, que apresentam vários paradigmas dos estudos comunicacionais, propondo estudos da comunicação social em todos os seus aspectos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, e abarcando o papel da mídia e suas mudanças de acordo com sua evolução tecnológica na sociedade. Verón (2004) afirma que a passagem das sociedades midiáticas para a midiaticizada expressa, na realidade, a adaptação das instituições das democracias industriais às mídias, tornando-se, estas últimas, as intermediárias incontornáveis da gestão social.

Nesse cenário contemporâneo, para pensar a cidadania surda, dois focos são importantes: a cidadania comunicativa e a importância de acessibilidade para o desenvolvimento humano na sociedade contemporânea. Sobre a primeira, diversos autores escrevem:

A cidadania comunicativa é um direito básico (o acesso à Internet, por exemplo, deveria ser possível a todas as camadas do estrato social). De acordo com Mata et al. (2005), a cidadania comunicativa pode ser entendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda, no âmbito da comunicação pública, e no exercício desse direito. (FOLETTTO, 2016, p. 5)

A cidadania comunicativa abarca a participação dos sujeitos na democracia, viabilizada por intermédio do acesso às tecnologias. Constitui-se num “forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional” (BONITO, 2015, p. 165). Dentro desse conceito, propõe-se pensar uma cidadania comunicativa acessível às pessoas surdas.

De acordo com Krause (2020, p. 94), autora surda, nessa perspectiva sobre a cidadania comunicativa surda ressalta existir pouca problematização acerca dessa noção, sendo que ela está relacionada “com consciência e prática, com os processos de conhecer seus direitos, desenvolver suas práticas sociais e propor seu processo de democracia da sociedade, pois a ‘democracia é um valor ético’” (CLAUDIO, 2016, p. 109).

Concordamos com Claudio, dado que a dimensão da comunicação visual acessível é importante estratégia comunicacional pelos sujeitos surdos nos meios de comunicação. Apresenta o reconhecimento da língua de sinais nos espaços de cidadania no campo midiático. É contribuir na circulação das informações e das experiências vividas numa comunidade surda politizada, por exemplo, suas mãos representam a voz na política (Krause, 2020, p. 94).

Sobre a segunda, o autor Queiroz (2005):

Mostra que o termo acessibilidade surgiu na França com a necessidade de transposição dos obstáculos arquitetônicos que impediam o acesso de pessoas com deficiências a lugares de uso comum e público.

No Brasil, a Lei de Acessibilidade n.º10.098, no artigo 2 de 19 de dezembro 2000, estabelece normas gerais para a acessibilidade e apresenta o conceito de acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O conceito de acessibilidade é apoio para a pessoa com deficiência, representa a quebra das barreiras para a efetivação da participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social tais como: atitudinal, arquitetônico, metodológico, programático, instrumental, comunicação, digital e transporte.

Conforme Krause (2020, p. 101) relata, há dois pilares de cidadania via sociabilidade, relacionadas com a comunidade surda: a cidadania comunicativa (o direito à informação e à comunicação, usando como exemplo a televisão, as redes sociais, a intérprete de Libras e outros), a cidadania corporativa (cidadania empresarial relacionada com o oferecimento da acessibilidade, como os equipamentos, os recursos tecnológicos, o *closed caption*, os audiovisuais e outros para o surdo), e a acessibilidade e cidadania (a pessoa surda tem direito ao acesso e à acessibilidade).

A parte de teoria da comunicação apresenta vários paradigmas dos estudos comunicacionais para o processo de seleção das informações midiáticas, ligações como sociologia, filosofia e psicologia, que são desenvolvimentos e aplicações da comunicação social em todos os seus aspectos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos. É objetivo estudar o papel mutável da mídia de acordo com sua evolução tecnológica na sociedade.

Uma definição de termo “comunicação pública”, em relação ao que mídia faz em sua capacidade pública, foi sugerida por Ferguson (1990, p. ix) como “aqueles processos de troca de informações e cultura entre instituições, produtos e públicos de mídia que são compartilhados socialmente, que estão amplamente disponíveis e que são comuns por natureza” (McQUAIL, pág.17, 2012).

Segundo Oliveira (2007), a parte de telecomunicações é mais importante para as pessoas, pois o mundo se desenvolveu com base nos padrões definidos pelos sistemas de telecomunicações, no que podemos transmitir, nos textos, imagens gráficas, sons e informações de vídeo. Portanto, há um grande avanço tecnológico e científico na atualidade.

A seguir, dados sobre o campo da mídia nos meios de comunicação e acesso à informação para as pessoas surdas e com deficiências auditivas:

6.1.1. Legenda (*Closed Caption*) na televisão

Em 1976 foram criadas as legendas cultas nos Estados Unidos que só chegaram ao programa ao vivo em 1982, na transmissão da Cerimônia do Oscar. *Closed caption* é o significado da sigla CC, e é uma expressão em inglês que significa legenda oculta, um sistema de transmissão de legendas de filmes, programas de televisão ou vídeos *online*, com objetivo de auxiliar pessoas com deficiência auditiva e pessoas surdas.






	<ul style="list-style-type: none">- O desenvolvimento do sistema CC em Pal (análogo) em 1999.- CC ao vivo em 2001.- Continuamos alcançando novos destinos com o serviço CC (<i>closed caption</i>) no Uruguai.- A legenda fica em cima na tela da televisão.
	<ul style="list-style-type: none">- No ano de 1990, tentou-se oferecer a legenda para uma grande emissora, mas não deu certo.- Em 1997, o <i>closed caption</i> foi inserido pela primeira vez na emissora Rede Globo, no Jornal Nacional e tempo real (2008).- A legenda fica na parte inferior da tela da televisão.
	<ul style="list-style-type: none">- Em 2013, o projeto de lei para a Universalização das TIC para Pessoas com Deficiências.
	<ul style="list-style-type: none">- Na lei nº 19307/2004, da lei de mídia. Regulamentação da Prestação de Rádio, Televisão e outros serviços de comunicação audiovisual.- A partir do dia 13 de dezembro de 2019, todos os canais de TV aberta em Montevideú deveriam incluir um intérprete de língua de sinais ou sistema de legendagem que traduza em tempo real.- A legenda fica na parte superior da tela da televisão.
	<ul style="list-style-type: none">- Nos meios de comunicações acessíveis no Art. 101 da Constituição Nacional (1999) que a televisão é obrigada a fornecer legendas e traduções para o espanhol em alguns programas.- A legenda fica na parte inferior da tela da televisão.

Figura 15: Closed caption na televisão

Fonte: Krause, 2021

Na **Argentina**, o desenvolvimento do sistema CC foi em 1999. Cinco anos depois, a criação da empresa nomeada **Caption Group**⁸², que é uma empresa argentina, principal produtora de serviços de legenda oculta (CC), descrição de áudio (AD), língua de sinais (LS) e legendagem eletrônica em espanhol. **Caption Group** é endossado por instituições nacionais e internacionais para fornecer serviços de inclusão para pessoas com deficiência auditiva e visual. No Artigo 66 da Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual, promulgada em outubro de 2009, fornece acessibilidade por meio da Língua de Sinais

⁸² A seguir ao link da empresa Caption Group: <https://www.captiongroup.tv/>

Argentina (LSA) e legendagem para surdos (SPPS). Após o ano de 2010, essa lei foi complementada com o Decreto nº 1225 sobre a comunicação visual.

No **Brasil**, no ano de 1990, tentou-se oferecer a legenda oculta para uma grande emissora, mas não deu certo. Só foi possível a partir de 1997, quando o Jornal Nacional, na Rede Globo, começou com legenda na televisão. A comunidade surda brasileira estava ansiosa para ler as legendas na televisão, mas as primeiras palavras surgiram com muitos erros de ortografia, o que dificultava ou até impossibilitava a compreensão do português. Mais tarde, a legenda foi ficando cada vez mais aprimorada e os diversos programas da televisão e emissoras começaram a oferecer o *closed caption*. A lei diz que padroniza recursos como o *closed caption* e a legenda oculta para pessoas com deficiências auditivas. O artigo 19 dessa lei diz que:

[...] os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão planos de medidas técnicas com objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

A Portaria nº 310, de junho de 2006 do Ministério das Comunicações, que regulamenta a quantidade e qualidade obrigatórias para aplicação do recurso, prevê um aumento gradual da sua utilização até chegar a 24 horas da programação das emissoras em junho de 2017. Além disso, a portaria estabelece uma precisão ortográfica mínima de 98% e de máximo de quatro segundos. O objetivo da lei é tornar a programação da televisão aberta acessível a deficientes auditivos (ABERT, 2014).

Na **Paraguai**, o projeto de lei para a Universalização das TIC para Pessoas com Deficiências em 2013, tendo como objetivo dessa lei que um sistema adicional de comunicação visual que são utilizadas legendas ocultas e áudio-descrição devem ser incorporados por canais de televisão aberta. Não encontramos os dados sobre o projeto de lei se foi aprovado ou não.

No **Uruguai**, é a lei da mídia nº 19307/2004 sobre a regulamentação da Prestação de Rádio, Televisão e Outros Serviços de Comunicação Visual. Após o ano de 2014, um novo passo para a acessibilidade aos serviços de comunicação visual. Há na televisão informação em LSU durante 24 horas na televisão pública como canal 5, mas também alguns programas privados apresentam alguma janela de LSU em canais diferentes.



Na **Venezuela**, nos meios de comunicações acessíveis no Art. 101 da Constituição Nacional (1999) que a televisão é obrigada a fornecer legendas e traduções para o espanhol em alguns programas.

Comparando o ano de início do *closed caption* nos Estados Unidos em programas gravados (1971) e tempo real (1982) e os anos de início no Brasil em programas gravados (1997) e tempo real (2008), na Argentina em programas gravados (1999) e tempo real (2001), no Uruguai em programas gravados (2004) e tempo real (2019) e na Venezuela em programas gravados (1999), percebe-se que nos países sulamericanos as coisas aconteceram muito tardiamente. Aqui, percebe-se a diferença entre um país de Primeiro Mundo e de Terceiro Mundo.

6.1.2. Janela de Língua de Sinais na televisão

Fausto Neto (2006) apresenta que o sistema midiático e as tecnologias de informação e comunicação utilizadas para com os surdos ocupam um lugar central na vida social cotidiana das pessoas e sua cultura, visto que se tornaram fonte primordial de informação, instrução, entretenimento e trabalho.

Alguns programas da TV apresentam na tela, ao lado, o tamanho do intérprete de Língua de Sinais. Os surdos preferem mais a janela de língua de sinais, porque relatam suas dificuldades de compreensão das notícias jornalísticas veiculadas nos meios de comunicação. Também algumas pessoas surdas não conseguem ler a legenda na televisão, porque não são alfabetizadas. Entretanto, não é incomum surdos sulamericanos telespectadores e usuários da Internet apresentarem dificuldades na compreensão das informações apresentadas em texto, seja por terem o idioma escrito como sua segunda língua, seja por deficiência em seu processo de alfabetização. A maioria das pessoas surdas prefere a janela de Língua de Sinais, pois o uso da língua de sinais traz um completo entendimento aos surdos dos conteúdos por se tratar da sua língua materna.

	<p>- Em 2009, o início da janela de LSA na televisão.</p>
	<p>- Surgiu a primeira janela de Libras na televisão para a Resolução TSE n. °14.550 de 1 de setembro de 1994. - Propaganda Eleitoral Gratuita na TV com utilização de intérpretes de Libras no Projeto de Resolução n. ° 040/2003. - A NBR 15.290/2005 obriga que programas políticos, jornalísticos, educativos e informativos façam uso da janela intérprete de Libras.</p>




	- Em 2013, o projeto de lei para a Universalização das TIC para Pessoas com Deficiências.
	A partir do ano 2019 com a inclusão da intérprete de língua de sinais em todas as emissoras informativas dos canais abertos da capital.
	- Nos meios de comunicações acessíveis no Art. 101 da Constituição Nacional (1999) que a televisão é obrigada a fornecer legendas e traduções para o espanhol em alguns programas.

Figura 16: Janela de Língua de Sinais

Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, as disposições do artigo 66 da Lei 26.522 e sua regulamentação (Decreto 1225/2010): Incentivar a acessibilidade aos serviços de comunicação audiovisuais por parte dos/as usuários/as de línguas gestuais por meio de estudo e reflexão, tradução, especialmente enquadrada mídia; Técnicas de Ações, ferramentas e conhecimento do equipamento de interpretação LSA Espanhol sobre a especificidade da interpretação nos meios de comunicação da língua de sinais audiovisuais; Promover o trabalho coletivo de equipes interdisciplinares em todo o país; e Incentivar campos de estudo da Lei de Sociedades em relação ao grupo que usá-lo e a avaliação da linguagem como uma minoria.

No **Brasil**, foi a primeira janela de Libras na televisão para resolução TSE nº 14.550 de 1 setembro de 1994. Após ano de 2003, propaganda eleitoral gratuita na televisão com utilização de intérprete de Libras.

Percebe-se que há diversas formas de janelas de Libras na televisão. Em uma análise preliminar, foi possível observar que não há padronização, nem respeito às diretrizes da norma da ABNT para a janela de Libras na Internet, indicando a necessidade de orientar sua produção. Há, portanto, campo de trabalho para investigar a apresentação das janelas de Libras produzidas por emissoras de TV e produtores de conteúdo Web para instituições de ensino e empresas, apontar falhas e sugerir melhorias. As normas brasileiras ABNT NBR 15290 sobre a acessibilidade em comunicação na televisão apresentam as diretrizes para a janela de Libras, tais como: o estúdio, que é o local onde será gravada a imagem de intérprete de Libras; a janela com o intérprete da Libras; o recorte ou *wipe*, isto é,

quando a imagem do intérprete de Libras estiver no recorte e os requisitos para a interpretação e visualização da Libras:

- a) altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor.

Seguir as normas brasileiras ABNT NBR 15290 em vigor desde o ano de 2005 sobre a acessibilidade em comunicação na televisão que apresenta as diretrizes para a janela de Libras com o tamanho da tela, ainda é um ato não usual, de desrespeito às diretriz e aos surdos, pois a telinha é tão pequena que quase precisamos utilizar “lupa” na televisão. Por isso, foi possível observar que não há padronização, embora exista a norma brasileira televisiva. Mas já existe a recomendação da norma ABNT 15.290:2005 estabelece que o tamanho da janela de Libras deve ter, no mínimo, **a metade da altura e um quarto da largura do televisor** e, a seguir, um exemplo da imagem na Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais (2009, p. 22):



Fonte: <https://docplayer.com.br/18957-A-classificacao-indicativa-na-lingua-brasileira-de-sinais.html>

Também se percebe o pouco uso de janelas de Libras na televisão, devido a não estarem dispostos a arcar com os honorários da contratação de profissionais tradutores/intérpretes de Libras; em contrapartida colocar as legendas ocultas prontas, com valor mais barato. Encontramos um canal de televisão nomeado TVE Brasil, em que há a janela de Libras o dia inteiro, também com tamanho maior de janela de língua de sinais. É o programa que melhor apresenta o recurso em comparação aos outros programas televisivos.

Percebemos atualmente o aumento da oferta da janela de Libras na televisiva brasileira, principalmente em propagandas de empresas (comercial), bancos (Caixa, Bradesco e Sicredi), informação dos governos estadual e federal, entre outros. *As várias*

empresas nas propagandas se preocupam com o aspecto da acessibilidade, ainda é um desafio para o cidadão surdo, principalmente na comunicação (Krause, 2020, p. 136).

Contém o importante Capítulo VI, intitulado "Do Acesso à Informação e à Comunicação", que institui, entre outras medidas, sobre a obrigatoriedade da acessibilidade nos recursos tecnológicos e midiáticos, especialmente aos surdos (portais e sítios eletrônicos, telefonia celular, TV – legenda e janela de Libras, entre outros). Ainda há documentos recentes, como a LBI – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

No **Uruguai**, em 2019, o novo Decreto nº 160/019, de 5 de junho de 2019 com a inclusão da intérprete em língua de sinais em todas as emissoras informativas dos canais abertos da capital. Neste país existe guia para produções audiovisuais acessíveis e são o modelo do Brasil.






6.1.3. Os programas de Surdos na televisão

Se pensarmos na ótica da TV Pública, que teria como pressuposto promover cidadania, inclusão e visibilidade dos diferentes atores sociais, os programas de surdos na televisão ganham a importância da semiótica imagética e a mediação semiótica entre a comunicação, especificamente para o público surdo, pois os telespectadores surdos visualizam a tela com as imagens. Peirce (2005) define um signo como aquilo que representa alguma coisa para alguém. É uma entidade que estabelece relação entre três dimensões: o seu representante, o seu objeto e o seu interpretante, isto é, os componentes da tríade peirciana. O signo saussureano é uma estrutura bifacial que compreende por constituintes o significante e o significado.

Na língua de sinais e seu espaço visual, também existem referências à semiótica imagética, à importância da imagem enquanto signo. A definição de Santaella e Campello (2007, p. 106) apresenta a seguinte explicação sobre a semiótica imagética:

[...] é um estudo novo, um novo campo visual no qual se insere a cultura surda, a imagem visual dos surdos, os olhares surdos, os recursos visuais e didáticos também. Esclarece que isto não é um gesto ou mímica, e sim signo [...] podem usar os braços, as mãos, o corpo, os dedos, os pés, as pernas em semiótica imagética.

Vejam os programas de surdos na televisão pública e ou no WebTV nos países sulamericanos:

	O Paka Paka é um canal de televisão pública, cuja sede é na cidade de Buenos Aires e o programa <i>EnSeñas para Aprender</i> no período dos anos de 2010 a 2014.
	Em 2013, a TV INES foi o primeiro canal de WebTV para surdos, cuja sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro.
	Não há o programa específico de surdos.
	Não há o programa específico de surdos.
	Em 2017, a NotiSeñas lançou no WebTV para surdos dentro de CONSORVEN e está localizada no capital de Caracas.

Quadro 27: Programa de Surdos na televisão e no WebTV
 Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, o Paka Paka é um canal de televisão pública argentina. Começou em setembro de 2010, sendo o primeiro canal educativo e público, criado pelo Ministério da Educação em Buenos Aires, na Argentina e da América Latina, direcionado a crianças de 2 a 12 anos, com objetivo de proporcionar-lhes acesso a conteúdo de qualidade cultural e educacional que contribua para seu desenvolvimento global (Krause, 2020, p. 164).

Krause (2020, p. 165) ressalta que “o Programa EnSeñas para Aprender apresenta que a língua de sinais fornece a capacidade de compartilhar ideias, gostos e atividades a partir de uma linguagem cujas características tornam-no uma fonte inesgotável de recursos expressivos. Insígnias é o primeiro programa de televisão projetado para meninas e meninos surdos e ouvintes, com objetivo de mostrar atividades diferentes, como, por exemplo, cores, animais, esportes, dias de semana, clima, cidades e outros. A apresentadora Gabriela Bianco é uma pessoa famosa como artista, atriz, escritora e pedagoga em Buenos Aires”. Segundo Krause (2020, p. 167) “a importância do programa EnSeñas para Aprender no canal Paka Paka se dá por meio de uma imagem direta na LSA e atrás uma pessoa com fala. Assim, as crianças surdas e ouvintes podem assistir ao

programa juntas, havendo integração, sendo este, segundo Gabriela Bianco, o único programa da América Latina”.

De acordo com Krause (2020, p. 170) o programa de televisão pública tem como objetivo expandir para seus espectadores, grupo composto de crianças surdas e ouvintes argentinas, a possibilidade de busca por informação e a apropriação de conhecimento e informações sobre o mundo. Cita-se como exemplo o vídeo “Férias de meu país”, que explica e mostra uma história argentina, pela qual a criança ouvinte pode, ao assistir à programação, aprender fundamentos da LSA.

Percebe-se que o nível da linguagem da LSA no programa infantil com conteúdo educativo é produzido especialmente para as crianças surdas, tendo-se em mente sua elaboração que é de suma importância, bem como benéfico ao desenvolvimento da criança, que se estimule sua criatividade e imaginação, permitindo o desenvolvimento do raciocínio, complementando o processo de ensino-aprendizagem intelectual e incentivando à construção da cidadania (Krause, 2020, p. 170). Percebe-se a existência e valorização da LSA, como instrumentos acessíveis para a inclusão social e no desenvolvimento da cultura inclusiva.

Infelizmente, as políticas públicas da Argentina têm ignorado programas infantis como EnSeñas para Aprender para as crianças surdas. Uma prova disso é que há mais de 20 programas infantis para ouvintes na Argentina e somente um programa para surdos, sendo que este findou no ano de 2014 (Krause, 2020, p. 178).

Com quatro anos de trabalho, mais de 60 a 300 episódios, colocar os vídeos (Youtube), e se pode ver pela Internet no link do Canal programa de EnSeñas para Aprender: https://www.youtube.com/channel/UC_SsCAG8KXwOOSAeiSgWpLw.

No **Brasil**, a autora Krause (2020, p.138) ressalta a TV Ines foi o primeiro canal de WebTV para surdos e foi lançado no Brasil em 2013, numa parceria entre a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Existe como proposta única de canal com conteúdo audiovisual bilíngue, com legendas e locução em português, acessível ao público surdo e ouvinte – o que a torna única no propósito de integrar os públicos surdo e ouvinte dentro da mesma programação.

Conforme Krause (2020, p. 139 e 140) relata sobre os programas de surdos na TV, Ines apresenta uma programação diversificada:

“Filmes, notícias, esportes, cultura, tecnologia, desenhos animados, produções adaptadas para surdos e produções próprias com os apresentadores surdos. Na Web Tv da Ines TV, existem muitos

programas diferentes, tais como: Educação (A história das coisas, A vida em Libras, Aula de Libras, Ligando em saúde e Manuário), Entretenimento (Café com Pimenta, Momento ambiental, O que me faz bem, Salto para o futuro e Tecnologia em Libras), Especial (Acervo Ines, Centro de Apoio aos Surdos, Colaborativos e Variedades), Filmes e documentários (Cinemão, Gera Mundos e Um dia), Humor (A louca olimpíada, Comédia da vida Surda e Piadas em Libras), Infantil (As chaves de Mardum, Baú de Titio, Contação de história, O diário de Bel e Dr. Ânimo) e Jornalismo (Boletim, Boletim Olimpíada, Boletim Paralímpicos, Brasil Eleitor, Interesse Público, Jogos Indígenas, Panorama Visual, Primeira Mão, Saber Mais, Super Ação, Via Legal e Legal).

Acessar a conhecer esse programa de surdos nomeado TV Ines a seguir o link: <http://tvines.org.br/> está funcionando normalmente até os dias de hoje.

De acordo com Krause (2020, p. 178) relata no tocante à cidadania comunicativa surda, percebe-se que esta não é praticada na realidade nos espaços sociais como a acessibilidade comunicativa. Na área da mídia, por exemplo, o Brasil criou seu primeiro canal de televisão em 1950, ou seja, após 68 anos dessa ocasião, ainda não existe um programa próprio de televisão para surdos, sendo que somente em 2014 iniciou a WebTV Ines na cidade do Rio de Janeiro.





Na **Venezuela**, a Confederação de Surdos da Venezuela (CONSORVEN) lançou oficialmente NotiSeñas, cápsulas de informação 100% acessíveis para a comunidade surda e para garantir o direito de acesso à informação para pessoas surdas através das redes sociais, devido ao alto fluxo de notícias no país e à falta de acessibilidade na mídia. Os repórteres são próprios surdos que publicam nas redes sociais da CONSORVEN, pretendem tornar-se referência informativa para as pessoas surdas e deficiências auditivas ao nível nacional. Pode acessar para assistir no link de Youtube de NotiSeñas: <https://www.youtube.com/channel/UCBT2pvXtmdTNtHkxci5iaRA/videos>.

Os dois países (**Paraguai e Uruguai**) relatam não haver os programas de surdos específicos na televisão e na WebTV.

Para ver quantos funcionários dos programas de surdos na **Argentina** “há mais ou menos 10 funcionários no programa EnSeñas para Aprender, Gabriela e mais um colega são escritores, diretor, filmador, diretor geral, diretor de TV, ajudante, iluminador, vestuarista, maquiador, um surdo acompanhado com a apresentadora para falar se está bem, e um ouvinte que ajuda a falar se ela está fazendo bem, intérprete de LSA e surdo olha para ela” (Krause, 2020, p. 167). No **Brasil**, “a equipe de TV Ines conta com média de 58 profissionais dentro da produção, incluindo sete apresentadores surdos e sete intérpretes de Libras” (Krause, 2020, p. 140).

6.1.4. Avatares nos sítios eletrônicos e aplicativos (App)

Os avatares em 3D para utilização na tradução de textos produzidos da língua para língua de sinais, sendo as novas tecnologias chegam para ficar sobre a eficácia e vamos ver a comparação entre os países sulamericanos, se existem ou não.

	<ul style="list-style-type: none">- Não existe avatar nos sítios eletrônicos, mas têm aplicativos sim.- Há apenas três aplicativos são LSApp, Glosario del Vino em LSA e LSA em Familia.
	<ul style="list-style-type: none">- Há avatar nos sítios eletrônicos (Hand Talk, Prodeaf e VLIBRAS) e muitos aplicativos diversificados.
	<ul style="list-style-type: none">- Não há avatar nos sítios eletrônicos e nenhuns aplicativos.
	<ul style="list-style-type: none">- Há apenas um aplicativo Ceibal LSU e nenhuma avatar nos sítios eletrônicos.
	<ul style="list-style-type: none">- Há apenas um aplicativo nomeado LSV (<i>Lengua de Señas de Venezolanas</i>).

Quadro 28: Avatar nos sites e App.

Fonte: Krause, 2021.

Na **Argentina**, não há nenhuma avatar nos sítios eletrônicos e há apenas três aplicativos (LSApp⁸³, Glosario Del Vino em LSA⁸⁴, e LSA em Familia⁸⁵).

⁸³ O LSApp é um aplicativo gratuito, conceituado e desenhado por Vanesa Barán, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos surdos, facilitando o aprendizado da Língua de Sinais Argentina (LSA). Para a realização desta contribuição para a sociedade, recebeu apoio da Posibillian Tech para o desenvolvimento de computadores, Florence Roth no projeto, bem como o apoio da ASO (Associação Argentina dos Surdos) na validação dos sinais e experiência do usuário e seguir ao link: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.lsapp>

⁸⁴ Por este motivo, um dos objetivos é gerar ambientes de participação para surdos e ouvintes, divulgando a cultura do vinho e promovendo o envolvimento dos participantes na aprendizagem dos Sinais do Vinho; como um prelúdio para outros desenvolvimentos na LSA. A experiência de enoturismo acessível e em LSA em ambientes virtuais destina-se a todos os interessados em aprender e vivenciar a cultura do vinho. Inclui três instâncias. Podem ser considerados em conjunto, de forma independente como alternativas e / ou complementares à vivência in loco na adega e seguir ao link: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.niceware.glosariodelvino>

⁸⁵ LSA em Familia é um aplicativo que favorece a comunicação por meio de placas básicas LSA em famílias com crianças surdas. Mostra com imagens e vídeos que podem ser baixados online como interpretar palavras relacionadas ao cotidiano na LSA, agrupadas em diferentes temas: casa, escola, roupas, comida, mas também sentimentos, o corpo humano, o saúde e educação sexual, entre outros.

No **Brasil**, o crescimento de intérprete avatar⁸⁶ (Hugo – Hand talk⁸⁷, ProDeaf e Icaro –VLIBRAS⁸⁸) utilizados para traduzir em Libras os textos dos portais e sítios eletrônicos privados e públicos, são para a maioria das pessoas surdas ineficientes, não cativam o olhar para esse avatar, e preferem os intérpretes humanos, pois têm sentimentos, demonstram emoções e a contextualização do texto.

Na **Venezuela**, há um aplicativo nomeado *LSV (Lengua de Señas de Venezolanas)*⁸⁹, parece dicionário sinalário, baseio os sinais como família, cores, alfabeto manual, números e outros. Tem enSeñas é o primeiro aplicativo móvel gratuito da língua de sinais e seguir o link de youtube: https://www.youtube.com/watch?v=R_rJPD1-Rc.
Outro sítio eletrônico no dicionário escolar em Lengua de Señas Venezolana no seguinte link: <https://funvapedigital.alwaysdata.net/DLSV/>

No país (**Paraguai**) não existe avatar nos sítios eletrônicos e também nenhum aplicativo. No Uruguai há um aplicativo nomeado Ceibal LSU⁹⁰ e não há avatar nos sítios eletrônicos.

Os pesquisadores acadêmicos e científicos surdos e não surdos criam os sites e os canais de youtube pelos programas como os glossários e sinalários bilíngues (Libras-Português) de áreas diferentes: informática, ciência, biologia, letras, linguística, saúde, jurídico, história, química e entre outros nas várias universidades do Brasil.

No sentido de auxiliar interpretes e surdos, apresentamos um projeto de criação de um sinalário a nível superior, que foi selecionado em 2021 pelo PIBIC via edital da instituição de ensino superior – Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Conforme Krause e Claudio (2022) relatam que

Impulsionado por novas reflexões com relação aos sinais-pessoais e biografias de autores de ciências sociais englobando suas áreas de ação: sociologia, antropologia, filosofia e da ciência política. O foco do mesmo centra-se no desenvolvimento para criação, de um

⁸⁶ É um robô de inteligência artificial.

⁸⁷ É uma ferramenta usa um avatar digital, interpretado pelo personagem Hugo nas empresas privadas e seguir o link: <https://www.handtalk.me/br>

⁸⁸ A suite VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas e seguir o link: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras>

⁸⁹ Seguir o link de aplicativo da LSV: https://www.ivoox.com/lsv-lengua-senas-venezolanas-audios-mp3_rf_3428759_1.html

⁹⁰ É um aplicativo criado para a comunidade de ouvintes que o aproximará do Língua de sinais uruguiaia de uma forma divertida. Desenvolvido pelo Plan Ceibal com a colaboração de alunos da escola nº 197 "Ana Bruzzone de Scarone", o Conselho de Educação Inicial e Primária - Inspeção Nacional de Educação Especial, Sub-área de Surdos e Técnico Universitário em Interpretação em Linguagem de Sinais do Uruguai (Faculdade de Humanidades, UDELAR). A seguir ao link: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.sirHat.CeibalLSU>

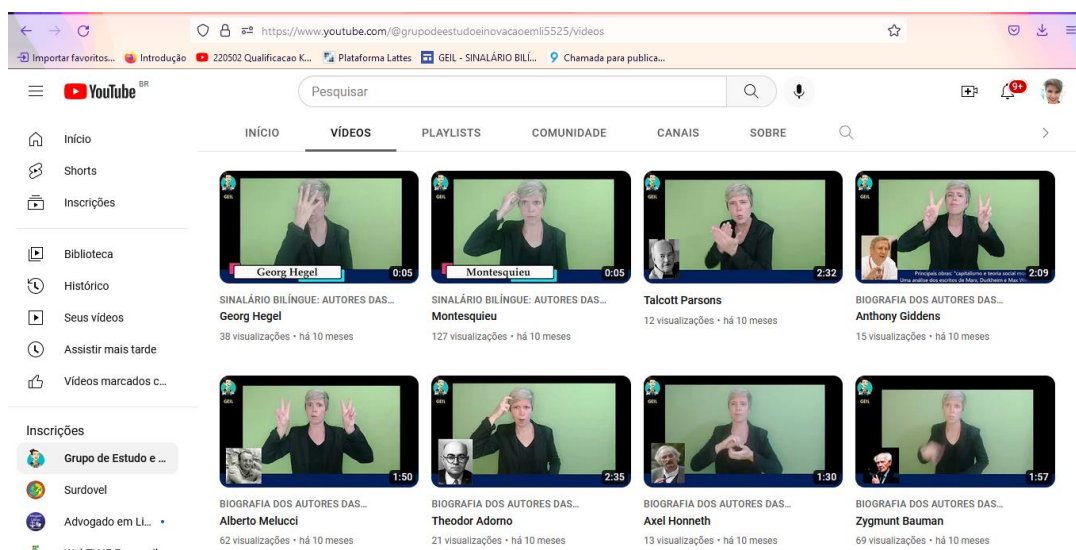
sinalário bilíngue de autores de ciências sociais em Língua Brasileira de Sinais (Libras), publicado nas plataformas digitais no canal do Grupo de Estudo e Inovação em Língua Brasileira de Sinais (Geil) do Youtube e do site. A problemática percebida foi a falta dos sinais em Libras de autores contemporâneos internacionais e nacionais dificultando uma interpretação, tradução mais fatural e compreensão do conteúdo abordado. Portanto justifica-se a criação do sinalário bilíngue contribuição para a inclusão e acessibilidade. O objetivo principal desse projeto foi coletar os sinais existentes e validados, além disso emergir com novos sinais voltados para alguns dos principais autores de referência das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Neste artigo demonstrar-se como ocorreu o processo de criação, e as análises através na coleta de dados dos sinais-pessoais de autores ciências sociais no Brasil. O projeto se encontra finalizado, porém ainda está em fase de produção de edição dos vídeos, sendo que na primeira etapa o grupo de pesquisa avalia uma lista a nomenclatura de escritores para investigar, selecionar e validar esses sinais-pessoais existentes ou a necessidade de batizar-los. Com essas atividades feitas foram as reuniões do grupo, no período da pandemia, foram realizadas os encontros virtuais e o contato constante pelo grupo de WhatsApp. Na segunda etapa, os sinais-pessoais validados e as biografias revisadas foram filmados pelos sujeitos surdos para serem registrados e divulgados pelas plataformas digitais. A partir desses resultados foi estipulado, inicialmente, a escolha de aproximadamente vinte sinais para cada área: antropologia, sociologia, filosofia e ciência sociais. No caso das biografias, estas foram feitas através de leitura sobre aos autores e resumidas em tópicos para facilitação de entendimento e interpretação em Libras.

No total foram a cerca de 150 autores e biografias nacionais e internacionais, este projeto tem como objetivo ajudar a criar uma padronização de sinais relacionados à área de Ciências Sociais e Humanas, em relação á teóricos conhecidos e utilizados em diversos cursos e sem sinal. Segundo Krause e Claudio (2022) citam que

Estabelecermos uma referência nacional, não regional, que sirva de base para o desenvolvimento de novos estudos nas áreas dessas e sua divulgação do país e do exterior também. Como resultado espera-se que o sinalário seja referência amplamente utilizada pela comunidade surda brasileira bem como para a formação de acadêmicos, para o trabalho de tradutores/intérpretes de Libras nas escolas e universidades, para os educadores nas escolas inclusivas e bilíngues de surdos e para alunos surdos do ensino médio na disciplina de filosofia e de sociologia, e demais pesquisadores dessa área de ciências humanas e sociais. Não se restringe somente à área das Ciências Sociais e Humanas, mas ao Universo da Ciência que faz uso destes autores. Assim, com essa contribuição, esse sinalário fará diferença com as suas iniciativas de inclusão e acessibilidade.

Pode-se ter acesso pelo canal de youtube e sites google do Grupo de Estudo e Inovação em Libras e seguir as imagens abaixo:

Figura 17: Canal de Youtube do GEIL



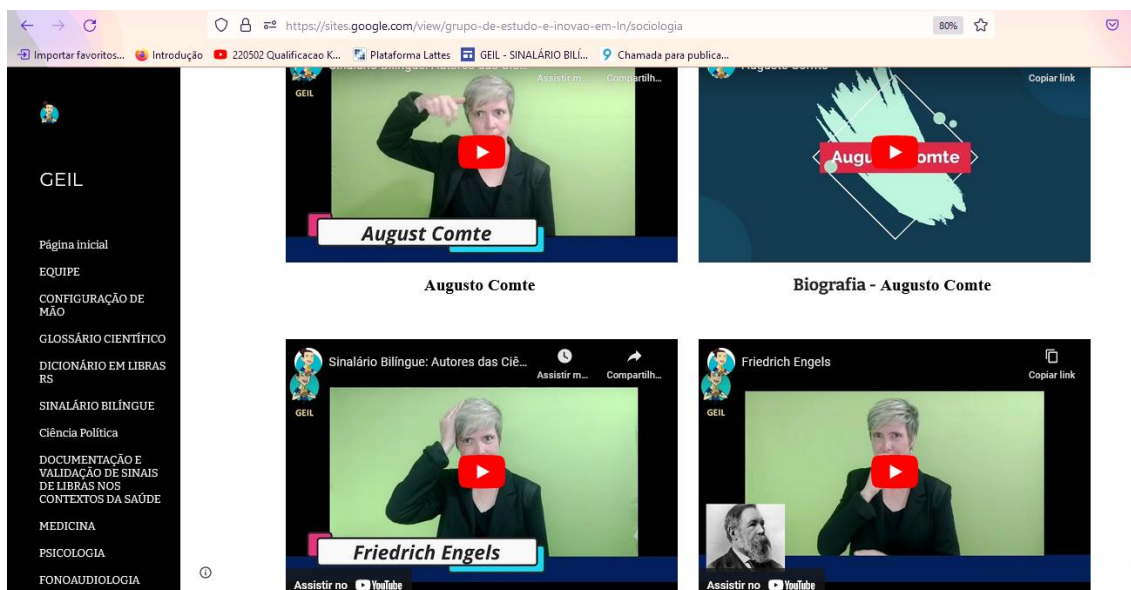
Fonte: <https://www.youtube.com/@grupodeestudoenovacaoemli5525/videos>

Figura 18: Sites google do GEIL



Fonte: https://sites.google.com/view/grupo-de-estudo-e-inovao-em-ln/sinal%C3%A1rio-bil%C3%ADngue?fbclid=IwAR1sz7DDdFb70oN60dfJmCq6Q-MPWtTi_M_Vs119yMYBZXFfdlPeYJm0_o&pli=1

Se clicarmos em cima de imagem, ter-se-a a opção de “Filosofia”, “Sociologia”, “Antropologia” e “Ciência Política” para acessar e olhar os vídeos. Importante salientar que na coluna da esquerda estará o sinal e da direita uma pequena bibliografia sobre o teórico.



Fonte: <https://sites.google.com/view/grupo-de-estudo-e-inovao-em-ln/sociologia>

Os países sulamericanos (Venezuela, Argentina, Paraguai e Uruguai) não existem glossários, sinalários bilíngues pensados para o nível superior, pois não há pesquisadores atuando neste nível, porém encontra-se os sinais básicos, como por exemplo família, cores, países, verbos, meses do ano entre outros.

6.1.5. Telefone para Surdos

O avanço tecnológico auxilia de comunicação para as pessoas surdas e com deficiências auditivas no uso de dispositivos. Atualmente, a comunicação por meio de recursos como o Skype, o Facebook, o Zoom, o Google Meeting, WhatsApp, Instagram e outros para o uso de Videoconferência entre surdos em todos os países sulamericanos.

As pessoas ouvintes não conhecem a Libras como se comunicam com a tecnologia para surdos que o telefone especial para surdo conhecido inglês dispositivo *TDD* – *telecommunications device for the deaf*, “que realiza a comunicação por meio de texto, é composto de teclado, *display* para leitura de mensagens enviadas e recebidas e monofone para uso alternativo de voz” (Pesquisa FAPESP, s/n). De acordo com Krause (2020, p. 84) em 1998, o Decreto nº 2.592 de 15 maio de 1998 diz que o Governo Federal ofereceu telefone para surdos chamado TDD e também instalou uma central de atendimento para intermediação da comunicação (142) para deficientes auditivos e surdos em lugares

públicos, tais como: rodoviárias, escolas, aeroportos, ruas e outros entre os anos 1998 a 2010. A seguir, a imagem de telefone para surdos conhecido TDD:



Fonte: <https://www.direitodeouvir.com.br/blog/telefones-para-deficientes-auditivos>

Pouco tempo depois, isso acabou se desfazendo, a empresa Telecom extinguiu a central de atendimento de intérpretes de língua de sinais nos estados brasileiros, passando a contar somente com uma central no estado de Goiás. A qualidade do atendimento caiu muito e as pessoas surdas não suportaram mais, porque ao ligar para a central de atendimento, estava rotineiramente ocupado e demorava muito, não sendo mais algo prático para as pessoas que necessitavam (Krause, 2020, p.85).

Em uma perceptiva comparativa entre TDD da Argentina e do Brasil, percebemos que o serviço na Argentina continua utilizando ainda o TDD, tendo em vista que lá esse serviço funciona com qualidade entre os anos 1998 e 2018, diferentemente do Brasil entre os anos 1998 a 2010.

Os surdos brasileiros preferem utilizar celular, pois é uma comunicação móvel, rápida e fácil. No ano de 2012, iniciou-se a importação de VPAD (aparelho do equipamento de videoconferência para surdos), aparelho americano que instalou em nosso país a empresa Viável Brasil, oferecendo um serviço de intermediação por vídeo (SIV) funcionando em todo o Brasil, que envia oralmente para pessoas ouvintes e sinalizado para surdos, podendo ser usado pelos Surdos e pessoas com deficiência auditiva e da fala. A Viável Brasil é um sucesso, porque está disponível para ligações em todos os dispositivos, tais como: computador ou *notebook*, celular, *tablet* e VPDA. Conheça uma imagem de VPAD na empresa Viável Brasil.



Fonte: <http://blogadoufs.blogspot.com/2013/08/vpad-videofone-para-surdos-e.html>

Poucos surdos brasileiros compraram esses aparelhos importados conhecidos como VPAD, porque o custo caro e mais a mensalidade da internet conectada na empresa Viável Brasil no horário de atendimento apenas (segunda a sexta).

Atualmente, o crescimento dos surdos utiliza o ICOM Libras que é uma das principais plataformas de tradução simultânea do país envolvendo Libras, a língua brasileira de sinais. Trata-se de uma ferramenta que permite às empresas privadas e aos órgãos públicos se comunicar com a pessoa surda no seu próprio idioma e conheça essa empresa. A seguir, o link: <https://www.icom-libras.com.br/sobre-o-icom/> e o link do youtube sobre como funcionamento da Icom: <https://youtu.be/8aNBy2ZirQ4>.

Encontramos difíceis os materiais e as informações sobre os recursos tecnológicos para surdos nos países (Paraguai, Uruguai e Venezuela).

7.0. Acessibilidade na repartição pública

Nós surdos temos direito de acesso à comunicação assegurado pela legislação corrente como a lei de acessibilidade nº 10.980/2000, a lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Libras e a reconhece como segunda língua oficial do Brasil e prevê o seu uso em ambientes públicos e privados, tendo objetivo de promover acessibilidade e visibilidade à comunidade surda, baseado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Indica formas de apoio ao uso e a difusão da LIBRAS nos sistemas públicos e privados de ensino, amenizando as barreiras de acessibilidade de comunicação entre surdo e ouvinte. Contém o importante Capítulo VI, intitulado "Do Acesso à Informação e à

Comunicação", que institui, entre outras medidas, sobre a obrigatoriedade da acessibilidade nos recursos tecnológicos e midiáticos, especialmente aos surdos (portais e sítios eletrônicos, telefonia celular, TV – legenda e janela de Libras, entre outros). Ainda há documentos recentes, como a LBI – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Conforme Krause e Klein (2017, p. 2) citam que há uma grande parcela da população brasileira que se comunica com outra língua dentro de seu país; nesse caso, com a Libras. Assim, para que estes não se sintam estrangeiros dentro de sua própria nação, há diversos documentos que garantem a presença de intérpretes/tradutores de libras, mas, percebemos que a efetivação desse direito ainda não é real, e a própria autora⁹¹ desse texto, na condição de surda e usuária de libras, percebe as dificuldades encontradas no cotidiano quando há ausência de acessibilidade em diversos espaços sociais.

A Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei no 13.146/15) garante que a pessoa com deficiência terá direito a atendimento prioritário em diversos serviços públicos específicos, além do atendimento prioritário. Conta na *V Seção do Art. 9º: acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis*; o esclarecimento que os surdos têm direitos à presença de intérprete de Libras nas repartições públicas.

As pessoas surdas apresentam dificuldades de comunicação com pessoas ouvintes nos órgãos públicos, pois não há atendimento de intérprete de Libras, embora exista a lei de acessibilidade desde 2000, ainda não há prática no real na sociedade contemporânea.

A existência de leis e decretos que garantem a acessibilidade aos surdos para exercício da plena cidadania é recente, tornando-se importante instrumento para efetivar a acessibilidade e a inclusão social em diferentes ambientes, difundindo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

São apontadas desigualdades comunicativas para as pessoas surdas nos recursos midiáticos e tecnológicos e na acessibilidade nas repartições públicas onde de fato acontecem as reais falhas na sociedade contemporânea.

Também a falta de acessibilidade como assistência à saúde nos postos de saúde, nas clínicas e nos hospitais, para prestação de um atendimento com qualidade, o autor Novaes (2014, p. 133), afirma que

As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistências à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado às pessoas com deficiências auditivas, de acordo com as normas legais em vigor.

⁹¹ Keli é surda, usuária de Libras.

“[...] Assim sendo, é direito das pessoas surdas serem atendidas em órgãos públicos por meio do uso da Língua Brasileira de Sinais”. (NOVAES, 2014, p. 133).

A relevante pesquisa elaborada pelo enfermeiro Daniel Hugo de Freitas Lima, no ano 2007, na cidade de Campina Grande, no estado do Paraíba, a qual trata sobre o atendimento à saúde para as pessoas surdas:

a) 91% dos participantes afirmam encontrar dificuldades no atendimento à saúde; b) acerca da necessidade de acompanhante no atendimento à saúde, 26% recorrem a intérpretes, 3% aos amigos, 68% aos familiares, quase sempre a presença materna, e apenas 3% afirmam não precisar de acompanhante; c) sobre o medo de uma possível interpretação errônea por parte dos profissionais da saúde acerca de seus sintomas, 82% afirmam ter medo, em especial, no tratamento medicamentoso; d) 91% afirmam nunca terem sido atendidos por profissionais de saúde conhecedores da Libras; e) 94% afirmam desconhecer os direitos da pessoa surda em relação à saúde. (NOVAES, 2014, p. 136).

Mas não é somente na saúde. É em várias repartições públicas, tais como: prefeitura, posto de saúde, polícia, delegacia, fórum, banco, justiça, escola, defensoria pública, empresa, entre outros. Existe ausência de atendimento ao surdo em Libras como primeira língua e ao acesso à cidadania surda comunicativa.

Na corrente LBI, em seu capítulo 2 da igualdade e da não discriminação no seguinte Art.4 diz que “*toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação*”.

Vemos que os eventos públicos não oferecem intérpretes de Libras, embora exista previsão na lei brasileira de inclusão apresentada em seu Art. 70 que:

As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei.

Percebe-se, também, que as inscrições de alguns eventos não apresentam os “tipos de deficiências” e o “que é necessário” para que estejam assistidos em suas especificidades. Esse é um problema sério; portanto, qualquer cidadão tem direito à informação e ao conhecimento desses eventos caso queira participar (Krause e Klein, 2017, p.10). O surdo é quem paga sua inscrição para os eventos, entra em contato com os responsáveis da organização do mesmo, por e-mail, sobre a confirmação da presença do intérprete de Libras e não é incomum quando da realização do evento, acontecer de não ter o profissional, e a comissão alegar uma justificativa qualquer; no entanto, o surdo pode denunciar a falta de acessibilidade, processar a instituição promotora por não cumprir

com o prometido. Aconteceu e acontece que em alguns eventos que as pessoas surdas participam, enviando seu trabalho para a submissão de trabalhos, e na hora de apresentação do trabalho havia e há a presença do intérprete de Libras. Porém não conseguiu oralizar e acompanhar o que o surdo sinalizou, porque não conheceu o assunto antes. E em alguns casos, o intérprete não tem conhecimento da Libras, pois sua língua é mais básica, e não conhece ou não tem contato com uma língua mais “cultura”, conhecida como língua padrão que tem como base a norma culta, utilizada pelo surdo que está apresentando.

Há centrais de interpretação em Libras em várias cidades no Brasil, sendo de extrema relevância. Um projeto novo, que aos poucos vai surgindo em várias regiões proporcionando melhor acessibilidade na comunicação do cidadão surdo. Infelizmente, em algumas cidades, a demanda de pessoas envolvidas na política acaba prolongando ou desinteressando nesses projetos tão importantes para o surdo.

Percebe-se que ainda há desigualdades comunicativas para com as pessoas surdas. Existem legislações, mas não acontecem na prática, na realidade nos espaços sociais, culturais e educacionais.

Quando falamos de inclusão, falamos de tratar todas as pessoas na igualdade, que tenha de fato acessibilidade. A escola aberta à diversidade, sempre deve pensar nas mudanças que são necessárias para atender a essas diversidades. Cada aluno possui suas particularidades, suas individualidades e, também, o que é muito importante, valorizar suas potencialidades. Para tanto, é necessário que toda equipe, professores, direção, coordenação e demais profissionais que atuam na escola se envolvam para que haja mudanças de atitudes e consciência da realidade para o bom desenvolvimento do educando. Para o surdo não é diferente, sendo uma das principais diferenças, a comunicação. Isto não quer dizer que se o profissional sabendo o alfabeto manual está preparado para trabalhar com o surdo. As leis existem, mas na prática ainda tem muito a avançar. Não somente em nível educacional, mas também no geral, nas repartições públicas e na sociedade em geral.

Toda a importância que a educação possui na vida do homem e estando amparada por lei, contudo, muitas pessoas não possuem as mesmas oportunidades para o acesso à escola. Hoje sabemos que com a inclusão já tivemos avanço de oportunidades, tivemos também aprovação de escolas bilíngues, o que foi de grande conquista para a comunidade surda, pois para eles é fundamental o convívio entre os iguais para desenvolvimento de sua identidade, cultura e ter uma vida digna e feliz.

Claramente, o problema da comunicação com surdos em sua língua materna ou L1, está sendo resolvido parcialmente pelas repartições públicas e acessibilidade nos países sulamericanos, que estão oferecendo curso de língua de sinais e, também, a tecnologia auxilia na comunicação para as pessoas surdas e com deficiências auditivas. Com o objetivo de derrubar um obstáculo de comunicação, colocando em prática aqui no Brasil e outros países também, as legislações existentes, com a finalidade de comunicar-se com as pessoas surdas nos contextos locais.

7.0.1. Acessibilidade da Saúde para as pessoas surdas e com deficiências auditivas

A comunicação é um instrumento essencial para o desenvolvimento das atividades de todos os profissionais da saúde. Ela é o instrumento mais importante entre os quais estes profissionais possuem. A partir dela, todo o atendimento se processa. Sua qualidade afeta completamente a qualidade do serviço de saúde prestado (Novaes, 2014, p. 125).

Segundo Tedesco e Junges (2013), o acolhimento baseia-se na construção de relações de confiança e solidariedade entre os profissionais da área da saúde e as pessoas que buscam o atendimento para a resolução de seu problema. Acolher é fundamental para que se estabeleça um vínculo com o paciente, contribuindo significativamente para que aconteça o direito à saúde. Diante disso, o acolhimento na rede básica de saúde, é fundamental, pois é um dos momentos em que ocorrem os mais diversos conflitos éticos e acolher as necessidades da saúde da comunidade surda é um grande desafio para os profissionais (Morais⁹², 2019, s/n).

Certo é que, caso “a comunicação entre o enfermeiro e o paciente não ocorrer efetivamente, o significado do cuidado prestado pode ser afetado profundamente” (LIMA, 2007, p.26).

Vejamos a comparação entre os países sulamericanos sobre a acessibilidade de saúde para as pessoas surdas com as legislações.

⁹² Eliete Morais escreveu esse parágrafo a seguir ao link: <https://redehumanizaus.net/libras-e-saude-acessibilidade-da-comunidade-surda-a-rede-de-saude/>

País	Acessibilidade da Saúde para as pessoas surdas
	<ul style="list-style-type: none"> - A Lei nº 26.378/2008 seguinte artigo 25 sobre a saúde para pessoas com deficiências. - Em 2016, a primeira Unidade de Atendimento aos Surdos (UAPS) no hospital Iturraspe na cidade de Santa Fé. Esta Unidade é a segunda da América Latina.
	<ul style="list-style-type: none"> - Em seu artigo 196 da Constituição Federal de 1988 diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado. - Não há Unidade de Atendimento aos Surdos.
	<ul style="list-style-type: none"> - A lei nº 4.934/2013 da acessibilidade ao ambiente físico para pessoas com deficiência. - Não há unidade especial de atendimento aos surdos pela saúde.
	<ul style="list-style-type: none"> - A Lei ° 18651/2010 sobre a Lei de Proteção Integral Pessoas com Deficiências no capítulo 6 do artigo 35. Em 2012, a primeira Unidade de Saúde de Surdos do Uruguai (USS) na América Latina. Existe o serviço de atendimento da saúde em língua de sinais e fica na Policlínica Luisa Tiraparé.
	<ul style="list-style-type: none"> - No dia 15 de novembro de 2006, a Lei para Pessoas com Deficiências sobre a saúde nos seguintes artigos 10 a 15 do 196º ano da Independência e 147ª ano da Federação. - Não há unidade de saúde para surdos.

Quadro 29: Acessibilidade da saúde para as pessoas surdas
Fonte: Krause, 2021.

Impressionante, os dois países (Argentina e Uruguai) instalam as Unidades de Saúde de Surdos na área de saúde em forma de bilíngue.

Na **Argentina**, a primeira Unidade de Atendimento aos Surdos (UAPS)⁹³ no Hospital Iturraspe na cidade de Santa Fé em 2016. Mas estava processando a criação de UAPS em 2014 e organizam com a Associação de Surdos de Santa Fé (Asorsafe), hospital Iturraspe. O governo estadual do Uruguai e o governo de Santa Fé estavam discutindo e estudando com o objetivo do hospital possuir médicos que falam a língua de sinais, além de intérpretes e mediadores para possibilitar o entendimento entre os surdos e os

⁹³ Seguir ao link da informação sobre UAPS:

https://www.unl.edu.ar/noticias/news/view/la_unl_participa_en_la_creacion_de_la_primera_unidad_de_atencion_para_personas_sordas_del_pais

profissionais de hospital. É o modelo da Unidade de Saúde para Surdos (USS) no Uruguai para UAPS e é a segunda da América Latina.

No **Brasil**, a Constituição Federal de 1988 apresenta o artigo 196 sobre *a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*.

De acordo com Novaes (2014, p. 126) relata que “deve o Estado proporcionar a viabilização prática dessas políticas sociais que poderão formar profissionais aptos para agirem, visando reduzir os riscos de doenças e outros agravos, de cidadãos ouvintes ou surdos”, segundo Destro (2020, p. 139) ressalta “a boa prestação do serviço de saúde, respeitando-se as particularidades do atendimento à pessoa com deficiência é também responsabilidade do particular, que pode, por permissão constitucional, prestar tal serviço (art. 199 diz que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada)”.

Conforme Novaes (2014, p. 132) “a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, reconhecendo-a como a língua oficial da comunidade surda. Em seu artigo 3º, evidencia a necessidade de as instituições de assistência à saúde utilizá-la para a prestação de um atendimento com qualidade, ao afirmar que

As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistências à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor”.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei de Libras (nº 10.436/2002), no capítulo VII, trata da “Garantia do Direito à Saúde das Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva”, dentro de uma visão bilíngue, profissionais da área de saúde, quando do atendimento de indivíduos da Comunidade Surda (NOVAES, 2014, p. 133). Na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão – LBI do capítulo III do Direito à Saúde nos artigos 18 a 26 que são as normas legais da área de saúde para pessoas com deficiências.

De acordo com Novaes (2014, 2014, p. 134), “quanto ao atendimento das pessoas surdas ou com deficiência na rede de serviços do SUS e das empresas detentoras de concessão ou permissões de serviços públicos de assistência à saúde, o decreto determina que deve ser feita “por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para uso da tradução e interpretação” (inciso IX).

As autoras Krause e Klein (2017, p. 8 e 9) relatam que alguns comentários de surdos relatam que já aconteceu lá no acesso aos serviços de saúde, que um médico gritou e mandou chamar sua mãe e, pelo fato de não ouvir, e ser reconhecido como comunidade linguística usuária de libras, gritar e constranger o surdo é considerado falta de respeito. Outra situação relatada de um surdo, é que seu filho estava doente, a mãe surda levou-o ao consultório médico, mas o mesmo também mandou chamar a mãe dela, no caso a avó, pois o médico entendeu que a surda seria incapaz de compreender; nesse caso, deveria ser chamado um profissional intérprete, pois é direito da mãe acompanhar seu filho no médico. O médico explicou os detalhes sobre a doença para a avó, a mãe de criança surda, mas a surda ficou sem saber o que havia desassistida, e resolveram por ela, como mãe, que quem deveria assinar os papéis para permitir a criança a submeter um procedimento cirúrgico foi a avó, como sendo responsável pela filha da pessoa surda que não pode executar seu papel de mãe por não compreender o que falavam.

Segundo Destro (2020, p. 143) cita que “o Brasil ainda não compreendeu a obrigatoriedade da acessibilidade, a necessidade de respeitar a pessoa com deficiência como qualquer cidadão brasileiro”. Nesse sentido, com a ausência da acessibilidade na área de saúde pelas instituições públicas e privadas em todo o Brasil, percebemos que nossa legislação antiga e boa, mas demora transformar e avançar na saúde precisa conscientizar a ser acessível para as pessoas surdas na realidade prática e a mudança cada vez melhor.

O **Paraguai** apresenta a lei da acessibilidade recente e apenas ambientes físicos para as pessoas com deficiências em 2013 que outros países sulamericanos.

No **Uruguai**, a primeira Unidade de Saúde para Surdos (USS) no Montevídeu e fica na Policlínica Luisa Tiraparé em 2012, fornece uma equipe bilingue com membros surdos e ouvintes que as consultas com especialistas, análises clínicas e exames contam com o apoio de intérpretes de Lengua de Señas Uruguay – LSU.

Entre 2012 e 2016, o USS existe por 2 mediadores, 1 clínico geral, 1 psicólogo, 1 serviço social e 4 intérpretes de LSU. Após o ano de 2017, o início do USS oferece 24 horas por semana e o serviço de intérprete acompanha apenas 8 horas de semanais de atendimento.

Conforme USS apresenta o atendimento aos surdos no período de julho de 2012 a dezembro de 2016, foram realizados 4.506 consultas.

Na **Venezuela**, No dia 15 de novembro de 2006, a Lei para Pessoas com Deficiências sobre a saúde nos seguintes artigos 10 a 15 do 196º ano da Independência e 147ª ano da Federação.

7.0.2. Atendimento as mulheres surdas à saúde


A importância da assistência às mulheres surdas na área de saúde humanizada como fator de inclusão social, referente ao atendimento às pessoas surdas nos serviços da área de saúde, estabelece-se como fator essencial de qualidade dos serviços prestados.





A comunicação é um indicativo de qualidade de vida com a relação profissional da saúde e cliente surdo precisa ser melhorada, porque para os surdos o atendimento digno é atingido quando são compreendidos em suas necessidades, efetivando assim a inclusão na saúde.

A perspectiva social e comunitária, com foco à comunidade surda, passando de objeto de saúde a sujeitos de direito, as mulheres surdas no exercício de seus direitos sexuais e reprodutivas enfrentam diferentes barreiras sociais.

Por outro lado, Correa e Petchesky (1995) argumentam que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são eixos fundamentais para a construção da cidadania e que se referem ao poder que cada pessoa tem para decidir sobre sua fertilidade, capacidade de saúde reprodutiva, sexual e reprodutiva, número de filhos, atividade sexual, cuidados e crianças em ascensão. Além disso, para que as pessoas possam tomar essas decisões com segurança e responsabilidade, elas devem ter acesso às informações, disponibilidade de recursos, equidade, não discriminação, liberdade e respeito. (FERRARI, 2016, p. 25 e 26).

Vemos a comparação entre os países sulamericanos sobre o atendimento às mulheres surdas à saúde:

País	Atendimentos às mulheres surdas à saúde
	<ul style="list-style-type: none">- Em 2018, Sordas sin Violencia começou a trabalhar com o Hospital Geral de Agudos Dr. Teodoro Álvarez, na cidade de Buenos Aires em iniciativa para acesso à saúde integral para as mulheres surdas.- Este hospital trabalha nas dependências do parto. Também se caracteriza por seus serviços de saúde sexual e reprodutiva e assistência às vítimas de violência e abuso sexual.

	<p>- A Lei 17.029, de 18 de agosto de 2020, garante o direito à presença de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado de Pernambuco.</p> <p>- Projeto de Lei 1769/15, obrigatoriedade de hospitais terem 10% de funcionários capacitados para o uso de Libras.</p> <p>- Há o material sobre a saúde sexual e saúde reprodutiva, realizado pelo Ministério de Saúde desde 2013, e incluído com as pessoas surdas.</p> <p>A seguir ao link desse material do Ministério de Saúde: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf.</p>
	<p>Não encontramos as informações sobre as legislações específicas sobre o atendimento às mulheres surdas à saúde.</p>
	<p>- Em 2012, a Unidade de Saúde de Surdos do Uruguai (USS) iniciou o atendimento às mulheres surdas uruguaias tais como: saúde sexual e reprodutivas, também educação em saúde sexual e reprodutiva, maternidade, entre outros.</p>
	

Quadro 30: Atendimento as mulheres surdas à saúde
Fonte: Krause, 2021.

8.0. Moradia para surdos

A moradia adequada foi reconhecida como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais. Não é apenas um teto e quatro paredes. É muito mais: É aquela com condição de salubridade, de segurança e com um tamanho mínimo para que possa ser considerada habitável. Deve ser dotada das instalações sanitárias adequadas, atendida pelos serviços públicos essenciais, entre os quais água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, e com acesso aos

equipamentos sociais e comunitários básicos (postos de saúde, praças de lazer, escolas públicas, etc.).

Conforme Acca (2019, p. 76) ressalta que “política pública estabelece regras e critérios para a distribuição de benefícios para a aquisição da casa própria” e também “entrega de moradias para famílias desabrigadas e com renda de até 1 (um) salário mínimo”; nesse sentido, cada país tem diferentemente suas regras e critérios relacionadas à legislação e constituição federal ou nacional numa análise comparativa entre os países sulamericanos.

Todos têm direito a um lar. É considerado um direito humano universal no Brasil como membro da ONU, isso porque é obrigatório seu cumprimento dentro de nosso território; portanto, os tratados e acordos internacionais assinados pelos países diferentes têm força a lei que foi incorporada à Constituição até as políticas públicas podem ser vastas como a promoção e implementação de programas para construções de moradias e melhoria das condições habitacionais atualmente.

Faz-se uma análise de política habitacional para as pessoas surdas nas esferas federal, estadual e municipal, com objetivo de investigar aos surdos se conhecem seus direitos à moradia sobre a legitimidade como o desenho universal (moradia adaptável com base nas normas da ABNT) como acessibilidade à moradia.

É importante demonstrar e focar nas necessidades de acessibilidade em programas habitacionais comparando o programa especial pela legislação e pelo governo federal nos países sulamericanos, e de algumas secretarias municipais ou estaduais de habitação sobre a habitação e a isenção do imposto predial e territorial urbano – IPTU, por exemplo, no Brasil, para as pessoas com deficiências na aquisição do seu imóvel.

Destaca-se acessibilidade arquitetônica na moradia. Assim, o cidadão surdo, para indagar se tem conhecimento dos seus direitos à moradia e com o resultado obtido, muito se pode contribuir levando as informações a essa comunidade.

A seguir, informativo sobre o nome de programa habitacional, os requisitos, e metros quadrados/quantos dormitórios na análise comparativa entre os países sulamericanos:

País	Programa habitacional nasceu no ano	Requisitos	Metros quadrados/ Dormitórios
	Instituto Provincial de la Vivienda – IPV é o órgão encarregado de outorgar os mecanismos de aquisição de habitação condigna e foi criado em 1947 no estado de Mendoza.	- Família de renda até 6 salários mínimos.	42m ² a 104m ² Até 3 dormitórios
	Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV foi um programa de habitação federal do Brasil e foi criado em março de 2009.	- Qualquer pessoa (renda familiar) deve ter a renda até R\$1.800,00.	32 m ² até 70m ² até 2 dormitórios
	Ministerio de Urbanismo, Vivienda y Habitat – MUVH e FONAVIS – Fondo Nacional de La Vivienda Social foi criado em 2013.	- Família de renda média (renda de 2 a 7 salários mínimos).	50 m ² até 65m ²
	Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial – MVOT é compra de uma nova casa construída e foi criado em 1991.	- Programa para famílias de 40 a 96 UR dependendo do número de membros do domicílio. - A renda líquida de familiar não pode ultrapassar UR 100 (ver valor UR).	- 55m ² para 2 quartos - 70m ² para 3 quartos - 85m ² para 4 quartos
	Gran Misión Vivienda Venezuela – GMVV foi criado em 2011	- Familiar tem 4 salários de mínimos e menos 15. - Ser trabalhador contribuinte e responsável perante o Fundo de Poupança Voluntário para Habitação (FAVV) ou Fundo de Poupança Necessário para Habitação (FAOV).	m ² até 72m ² Até 3 dormitórios

Quadro 31: Programa habitacional
Fonte: Krause, 2021.

É impressionante os países comparativos sobre a fundação do programa habitacional, sendo que a primeira foi a **Argentina**, desde 1947, relacionado ao início da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e também melhor tamanho de metros quadrados de moradia que outros países. O último país e recentemente foi o **Paraguai**, desde 2013. Os paraguaios devem ter a renda de 2 salários mínimos e não podiam um salário mínimo. É desvantagem que a miséria não pode adquirir seu imóvel como a política de redução da pobreza do governo nacional. No ano de 2017, a lei alterou sobre as famílias com pessoas com deficiências – PcD e ou doenças crônicas – PEC no

âmbito do Programa FONAVIS oferece 4 níveis de subsídio. De acordo com a renda total inferior a 1 salário mínimo podem receber subsídio.

No **Uruguai**, alguns surdos da classe baixa não sabem a informação sobre MVOT. Às vezes, as intérpretes de LSU e a comunidade surda passam informações detalhadas sobre os requisitos de moradia pelo programa governamental e alguns conseguiram habitação. Sabendo disso, percebe-se que não há acessibilidade no programa de MVOT informando com a língua de sinais para as pessoas surdas.

Na **Venezuela**, o relato é que quase a maioria dos surdos são beneficiários da habitação, mas, nenhuma habitação é a adaptada à sua deficiência.

No **Brasil**, há um programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009 pelo Governo Federal, com objetivo de proporcionar ao cidadão brasileiro condições de acesso à moradia própria, tanto em áreas urbanas como rurais. O Governo federal relata as modalidades do Programa Minha Casa, Minha Vida e abrangem todos os Municípios brasileiros, beneficiando famílias de acordo com a sua faixa de renda:

Renda	
Renda até R\$ 1.800,00	Se a sua família tem renda mensal de até R\$ 1.800,00 você pode ser atendido por uma dessas modalidades: MCMV Empresas, MCMV Entidades, MCMV Oferta Pública ou MCMV FGTS.
Renda até R\$ 6.500,00	Se a sua família tem renda mensal até R\$ 6.500,00 você pode ser atendido pelo MCMV FGTS.
Minha Casa Minha Vida Rural	Se você é um agricultor familiar, trabalhador rural ou de comunidade tradicional (quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas) você pode ser atendido pelo MCMV Rural.

Depende dos municípios do Brasil, para as pessoas carentes de baixa renda, as prefeituras oferecem o projeto de apartamentos ou de casas populares, através da parceria com o Banco Caixa pelo programa Minha casa, Minha vida, de investimento pelo governo federal. Esse programa habitacional é bom para as pessoas surdas, pois antes não existia programa, havia muitas dificuldades, por exemplo, os surdos alugavam casa ou apartamento, dependendo da família, quando o surdo constiuia uma família, morava junto com os pais ou proporcionavam uma residência para eles no terreno de fundos da casa.

Em Brasília, a arquiteta da CAIXA (2014) destaca sobre a acessibilidade no Minha Casa Minha Vida que em todas as unidades devem permitir adaptação à pessoa com deficiência, e o mesmo consta no site da CAIXA:

“Todas as construções do Minha Casa Minha Vida seguem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 9050/2004 que regula a acessibilidade. O objetivo desta Norma é estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e

adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. A ABNT leva em consideração a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

O manual de acessibilidade às residências apresenta a acessibilidade arquitetônica para as pessoas com deficiências, a nova portaria N° 355/2017. Este ministério das cidades alterava normas de acessibilidade em programas habitacionais que regulamentava parâmetros de acessibilidade nas unidades dos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. Segundo determinação do Ministério das Cidades, no mínimo, 3% das habitações têm que ser construídas respeitando as normas de acessibilidade estabelecidas para os empreendimentos.

O Ministério Público Federal⁹⁴ relata que “embora anunciasse que seu objetivo era regular a aplicação do art. 32 da Lei Brasileira de Inclusão (N° 13.146/2015), que trata do direito à moradia, a Portaria N° 355 de 28 de abril de 2017 trazia redação contrária ao disposto na LBI, sugerindo a interpretação de que a acessibilidade estaria limitada a apenas 3% das unidades dos pavimentos térreos das unidades habitacionais multi familiares, quando, na verdade, a legislação aponta esse como índice mínimo a ser cumprido”, com objetivo da normatização, no âmbito dos programas habitacionais públicos; entre eles, o Minha Casa Minha Vida (MCMV), ou subsidiados com recursos públicos, dos direitos da pessoa com deficiência.

Na Caixa não existe um programa especial e não há orçamento do governo para acessibilidade em programas habitacionais, mas só subsídio para imóveis e a avaliação de construção de imóveis para a acessibilidade arquitetônica. Como exemplo: deficiência auditiva necessita de luz luminosa, a campainha e no interfone deve dispor de vídeo no apartamento. O responsável da Caixa avalia os orçamentos de materiais para a implantação. O uso da faixa 1 do MCMV, as unidades devem ser adaptáveis para pessoas com deficiência; nesse sentido, que atende famílias com renda de até 1.800,00. É previsto o atendimento de no mínimo 3% para famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

⁹⁴ Segue o link da informação sobre Ministério das Cidades revoga portaria que alterava normas de acessibilidade em programas habitacionais: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2017/junho/ministerio-das-cidades-revoga-portaria-que-alterava-normas-de-acessibilidade-em-programas-habitacionais/>.

Percebe-se que a falta de esclarecimento sobre o manual de acessibilidade, tanto para os surdos, quanto para as outras pessoas com necessidades especiais, na construção dos prédios residenciais, e no “Viver Sem Limites” no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2013) apresenta que os recursos visuais nos *kits* adaptação para surdos no programa Minha Casa, Minha Vida como sinalização luminosa estroboscópica instalados em todos os cômodos interligados à campainha e ao interfone deve dispor de vídeo; implantar sistema luminoso em cor verde nos porteiros eletrônicos dos prédios para a comunicação com o apartamento; e instalar sistema de incêndio com sinalização luminosa obrigatória, tanto nos prédios residenciais quanto nos prédios públicos.

Até os dias de hoje, parece desfazer as informações sobre *kits* adaptação para surdos pelo Viver Sem Limites, pois não distribuiu a cartilha sobre isso. Atualmente, os surdos compram os recursos tecnológicos para casa ou apartamento do bolso próprio e a maioria dos surdos possuem cachorros para ajudar a ouvir se há pessoa em casa.

Interessante, a seguir as imagens de modelos diferentes da construção da casa e de apartamentos pelo programa habitacional na América do Sul:





A primeira imagem do modelo da casa no bairro de San Nicolás – Argentina (42 a 82 metros²); com a fonte: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/mas-familias-cumplieron-el-sueno-de-la-casa-propia-en-san-nicolas-tigre-general-pinto-y>; segunda direita da imagem da casa na cidade de San Miguel – Argentina (60 a 98 metros²) com a fonte: <https://www.argentina.gob.ar/habitat/procrear/desarrollosurbanisticos/buenos-aires-san-miguel>; terceira foto do apartamento em Montevideu – Uruguai com o link: e quarta foto da casa em Assunção – Paraguai com o link: <https://www.lanacion.com.py/pais/2021/06/02/habilitan-postulacion-virtual-para-subsidios-de-mejoramiento-y-ampliacion-de-viviendas/>; quinta imagem da casa na cidade de Boconó – Venezuela com a fonte: <https://www.lanacion.com.py/pais/2021/06/02/habilitan-postulacion-virtual-para-subsidios-de-mejoramiento-y-ampliacion-de-viviendas/>.

8.0. 1. Habitação e Imposto da residência

No nosso país há uma análise das quatro secretarias municipais de habitação sobre a habitação e a isenção do imposto predial e territorial urbano – IPTU. Percebe-se que cada município faz seu projeto próprio da prefeitura municipal incluindo percentuais para as pessoas com deficiências.

Apresento uma comparação dos quatros conselhos municipais de habitação, para inscrever-se e habilitar-se ao sorteio dos candidatos com deficiências que relatam o seguinte:

- Município A: mostra 15% das unidades aos inscritos portadores de deficiências físicas⁹⁵ e a isenção do IPTU para as pessoas com deficiências, os pensionistas, os

⁹⁵ Portadores de deficiência física foram incluído todas as pessoas com deficiências, porque os projetos das prefeituras não deixa claro o termo usado.

aposentados e os carentes a partir dos 60 anos de idade somente casa e apartamento próprios.

- Município **B**: não há projeto sobre a habitação para as pessoas com necessidades especiais e a isenção do IPTU é para deficiente físico ou mental, proprietário de um único imóvel, onde tenha fixado residência e domicílio, que comprove renda familiar mensal não superior a três salários mínimos.

- Município **C**: mostra que num projeto de construção de 540 casas, 17 reservadas para idosos e outras 17 unidades destinadas para pessoas com deficiência e não há a isenção do IPTU para as pessoas com deficiências.

- Município **D**: escolha e sorteio das unidades com acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência contemplada pelo programa Minha Casa Minha vida para família com renda de até três salários mínimos e não há a isenção do IPTU para as pessoas com deficiências.

Percebe-se que funcionários das prefeituras das cidades que visitamos desconhecem informações, normas sobre o assunto para pessoas com deficiências no direito à moradia, principalmente as pessoas surdas. Portanto, não há modelo padrão “isenção do imposto predial e territorial urbano – IPTU” em todo o Brasil, porém somos humanos, cidadãos e precisamos lutar para fazer cumprir a lei.

Segundo os estudos realizados, o sonho de conquistar a sua casa própria aos poucos o cidadão vai concretizando. Assim, as pessoas de baixa renda, que se inscrevem nas prefeituras do seu município, quando em parceria com o governo federal e caixa federal, através de projetos realizam as construções das casas. E o cidadão que possui rendimento maior, o faz diretamente no banco da caixa federal.

E as pessoas com deficiências, aqui me dirijo aos deficientes auditivos e surdos, também conseguem realizar o sonho da casa própria. O que difere é que ele precisa de intérprete para obter todas as informações e também o conhecimento de todo o processo no encaminhamento para financiamento, com acessibilidade no imóvel, ou a inscrição via conselho da assistência social da habitação nas prefeituras de sua cidade.

9.0. Associação de Surdos


A associação de surdos surge com objetivo de reunir sujeitos surdos que participam e compartilham os mesmos interesses, assim como costumes, história, tradições, em uma determinada localidade, geralmente em uma sede própria ou alugada, ou cedida pelo


governo e outros espaços físicos. A Associação de Surdos representa um importante espaço de articulação e encontro da comunidade surda. Importantes movimentos se originaram e ainda se resultam das reuniões e assembleias que ocorrem por todo o Brasil (STROBEL, 2009, p. 42 e 43).

Conforme Alves (2014) ressalta que “a associação é um local de suma importância para a construção do conhecimento crítico, enriquecendo a cultura surda, trabalhando com a política, não a política partidária, mas sim na sua essência do direito da pessoa com deficiência”, não somente esporte e lazer, também participação de diferentes atividades como seminários, oficinas, cursos, entre outros; encontros com outros surdos para troca e organização de informações sobre a luta de seus direitos e deveres.

Entende-se que o papel da associação também é buscar e articular com as políticas públicas na garantia dos direitos de acessibilidade nos serviços públicos, nas escolas, no mercado de trabalho, na saúde, nos eventos culturais, sociais e políticos, entre outros, na perspectiva de inclusão social, sempre militando pelos direitos de surdos na sociedade.

Conforme explicação no capítulo 2 sobre a história da fundação de associação de surdos nos países sulamericanos, na parte do texto sobre o tema “as organizações e movimentos sociais surdos”, nesta análise documental e bibliográfica sobre a primeira associação de surdos, a lista de associações de surdos, quantas associações existentes no seu país e entre outros, nos comparativos dos países sulamericanos conforme será demonstrado nos próximos quadros:

País	Primeira Associação de Surdos	Quantas associações existentes no seu país
	Asociacion dos Sordomudos Ayuda Mutua em 1912 no capital dos Buenos Aires	45 Associações de Surdos
	Associação Brasileira de Surdos-Mudos em 1913 no Estado do Rio de Janeiro.	Mais de 195 associações de surdos
	Centro de Sordos del Paraguay – CSP em 1961 no capital do Assunção.	6 Associações de Surdos
	Asociación de Sordos del Uruguay em 1928 no capital de Montevideo	3 Associações de Surdos

	Asociación de Sordomudos de Caracas – ASC em 1950 no capital de Caracas.	23 Associações de Surdos
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------	--------------------------

Quadro 32: Associações de Surdos
Krause, 2021

Na **Argentina**, conforme CAS – Confederação Argentina de Surdos ressalta que atualmente, tem como filiadas 30 Associações de Surdos, das 45 associações, os grupos mais numerosos existentes em todo o território argentino, dentro das quais 25 Associações são Membros Ordinários e 5 são entidades filiadas na categoria de aderentes.

No **Brasil**, fundou-se a segunda associação conhecida como: Associação Brasileira de Surdos-Mudos desde 1913 na América Latina, conforme Monteiro (2006) relata que *“os ex-estudantes do Grêmio do INES no Rio de Janeiro organizavam várias modalidades esportivas e competiam com várias escolas ouvintes [...] e com um pequeno número de surdos, ex-estudantes no INES, hoje desativada e que não possuía estatuto”*. De acordo com Barreto (2012) ressalta que:

A primeira associação de surdos do Brasil foi fundada pelo ouvinte Dr. Brasil Sivaldo Júnior, que ao realizar uma viagem ao exterior entrou em contato com as associações de surdos dos países da Europa e trouxe a ideia, sendo a mesma fundada no Rio de Janeiro. Na primeira reunião para a organização dessa associação de surdos, em 24 de maio de 1913, foi registrada a presença de quase todos os surdos residentes no Rio de Janeiro. Dessa forma, iniciou-se a estruturação da Associação Brasileira de Surdos-Mudos.

De acordo com Monteiro (2006, p. 6) nos conta sobre a Associação de Surdos de Alvorada oficial no Rio de Janeiro que:

Uma associação foi fundada no dia 16 de maio de 1953 com a ajuda de uma professora de Surdos, Dona Ivete Vasconcelos. Era composta por um grupo de Surdos da Congregação de Surdos do Rio de Janeiro (Alvorada). Dona Ivete emprestava a sala do pátio de seu prédio para as reuniões com o presidente da associação - Vicente Burnier. Este foi substituído pelo novo presidente Alymar Antunes Bousquat, que juntou essa fundação com os ex-estudantes do INES para desenvolver as competições esportivas e lazer.

Barreto (2012) relata sobre a associação sob o aspecto do para quem?

Em 16 de maio de 1953, outra associação denominada "Associação Alvorada de Surdos" surgiu no Rio de Janeiro. Era uma organização especial para um grupo de surdos oralizados da classe alta, da qual os surdos pobres e sinalizantes não podiam participar. A presidente dessa associação era a Sra. Ivete Vasconcelos, famosa professora ouvinte e adepta do oralismo [...].

Os ex-estudantes voltavam para suas cidades de origem de cada Estado do Brasil e militavam para reunir os surdos de sua cidade, assim surgiu a segunda Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, fundada no dia 19 de março de 1954. Em 1956, foi fundado a terceira Associação de Surdos de Belo Horizonte em Minas Gerais (MONTEIRO, 2006, p. 6). Porém a clientela desta, ao contrário da Associação Alvorada de Surdos, era de associados surdos sinalizantes na classe pobre e média. Espalharam-se as fundações das associações de surdos nas várias cidades do Brasil até os dias de hoje e existem mais de 195 associações de surdos.

Percebe-se que o Brasil tem o maior número das associações de surdos do que outros países sulamericanos. É claramente que esse país é o maior do que os outros, e a seguir, apresento o quadro sobre quantas associações de surdos existem nos estados brasileiros.

Estado	Quantas associações existentes no seu estado	Federação Desportiva de Surdos
Rio Grande do Sul	16 Associações de Surdos	FDSRS – Federação Desportiva de Surdos do Rio Grande do Sul
Santa Catarina	5 Associações de Surdos	FDSESC – Federação Desportiva de Surdos do Estado Santa Catarina
Paraná	20 Associações de Surdos	FDSP – Federação Desportiva de Surdos do Paraná
Minas Gerais	29 Associações de Surdos	FMDS - Federação Mineira Desportiva dos Surdos
São Paulo	19 Associações de Surdos	FDSESP - Federação Desportiva de Surdos do Estado de São Paulo
Rio de Janeiro	9 Associações de Surdos	FDSERJ – Federação Desportiva de Surdos do Estado do Rio de Janeiro
Goiás	10 Associações de Surdos	FGDS - Federação Goiana de Desportos dos Surdos
Mato Grosso	4 Associações de Surdos	FDSMT – Federação Desportiva de Surdos de Mato Grosso
Mato Grosso do Sul	1 Associação de Surdos	Não há federação
Tocantins	1 Associação de Surdos	Não há federação
Espirito Santo	7 Associações de Surdos	FDSES – Federação Desportiva dos Surdos no estado do Espírito Santo

Bahia	3 Associações de Surdos	FBADS - Federação Baiana de Desportos dos Surdos
Alagoas	5 Associações de Surdos	FALDS - Federação Alagoana Desportiva dos Surdos
Pernambuco	13 Associações de Surdos	FPEDS – Federação Pernambucana Desportiva de Surdos
Paraíba	3 Associações de Surdos	FDSPB - Federação Desportos de Surdos da Paraíba
Rio Grande do Norte	8 Associações de Surdos	FDSRN – Federação Desportiva de Surdos do Rio Grande do Norte
Ceará	16 Associações de Surdos	FDSC - Federação de Desportos de Surdos do Ceará
Maranhão	8 Associações de Surdos	FMADS - Federação Maranhense Desportiva dos Surdos
Pará	14 Associações de Surdos	FPADS - Federação Paraense Desportiva dos Surdos
Amapá	1 Associação dos Surdos	Não há federação
Roraima	1 Associação dos Surdos	Não há federação
Amazonas	1 Associação dos Surdos	ASMAN - Associação dos Surdos de Manaus
Acre	1 Associação dos Surdos	Não há federação
Rondônia	2 Associações dos Surdos	Não há federação
Sergipe	1 Associação dos Surdos	Não há federação
Distrito Federal	6 Associações de Surdos	FDBS - Federação Brasileira Desportiva dos Surdos

Quadro 33: Associações de Surdos no Brasil
Krause, 2021

Percebemos que o maior número de associações de surdos no estado é de Minas Gerais, pois a Associação de Surdos de Minas Gerais em Belo Horizonte foi fundada em 1956. Eram modelos os líderes surdos que organizaram os movimentos sociais e culturais e espalharam-se as fundações das associações de surdos nesse estado. E menor número da associação de surdos, principalmente na região Norte do Brasil, com dificuldade no movimento social surdo pela política pública.

Se formos analisar a estrutura física das associações de surdos em todo o Brasil, constatamos que o primeiro lugar é da Associação dos Surdos de Goiás – ASG (tem

prédio grande, ginásio, ônibus próprio, entre outros, e também desenvolvem ações de Assistência Social através da Educação, Saúde, Trabalho, Lazer, Esporte e Cultura), o segundo lugar a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul – SSRS (Ações sociais: esportes, BAE produções⁹⁶, CODAKIDS⁹⁷, crianças e adolescentes surdos, mulheres surdas e terceira idade; e Comunicação: Colônia de Férias e Jornal GaúSurdo) e o terceiro lugar a Associação dos Surdos de Minas Gerais – ASMG (Atendimento Social e Atividades: reforço escolar, fonoaudiologia, audiometria, Surdo comunica, Libras em casa, assistência social e esportes; Educação: cursos de Libras, seminários, oficinas e palestras; e Jurídico: Direito de Família, Direito Imobiliário; Direito do Consumidor; Erro médico, Solicitação de remédios e cirurgias, acidente de trânsito, Bancário, Consultoria Prévia; Criminal/ DPVAT, Trabalhista; Inventário e Usucapião).

No **Paraguai** há apenas seis associações dos surdos em todo o país. Percebemos que o **Uruguai** tem o menor número de associações de surdos. O que ressalta se fizermos a comparação entre esses países considerando a população surda do país e a fundação da associação de surdos entre Uruguai (30 mil surdos e foi fundada a associação desde 1928) e Paraguai (35 mil surdos e foi fundada a associação desde 1961), percebe-se que o Uruguai possui território pequeno, semelhante território Estado do Rio Grande do Sul no Brasil e tem a menor representatividade desta população.

Na **Venezuela** tem 108 mil surdos no censo do ano 2011, atualmente há 23 associações de surdos venezuelanos e a primeira Associação de Surdos de Caracas - ACS foi fundado em 1950 até os dias de hoje.

Há uma importância da associação de surdos para o espaço esportivo, social e cultural. Dessa forma histórica se construiu esse papel, segundo Berthier, que foi pai de fundador associativo de surdos em 1834, em Paris, na França. A ideia se espalhou por vários países, que também criaram associações de surdos. Com objetivo da defesa da língua de sinais, nos embates políticos culturais e educacionais para a comunidade surda.

⁹⁶ É Barco Cisne Branco em Porto Alegre cada um ano, essa associação dos surdos promove evento BAE produções com parceria DJ PHILL.

⁹⁷ CODA KIDS é a sigla inglesa, CODA “Children of Deaf Adults” traduzida em português: filho ouvinte de pais surdos ou família surda e KIDS traduzida em português: crianças (menores de 18 anos), CODA foi fundando em 1983 nos Estados Unidos, com objetivo de promover as crianças ouvintes bilíngues fluentes. No Brasil, aproximadamente do ano de 2013, o modelo de CODA Brasil e a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul tem programa de CODA KIDS, é o programa criado desde 2016 que visa promover encontros para integrar crianças surdas e ouvintes cujos pais são surdos, oferecendo gincanas e outras atividades. Conheça a seguir o link: <https://ssrs.org.br/codakids/>

9.0.1. Esportes e Lazer para surdos

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu ser dever do Estado o fomento de ações que garantam o acesso ao esporte e ao lazer para toda a população brasileira. Como marco legal, inaugura-se aí a noção de que o esporte e o lazer são "direitos sociais" (STIGGER e MYSKIW, 2019). Um direito a todos, pois fazer bem à saúde e contribuir para melhorar a autoestima, o equilíbrio físico e psíquico, a capacidade de interação social, a afetividade, as percepções, a expressão, o raciocínio e a criatividade nos ambientes diferentes.

As pessoas surdas que participaram de esportes que garantiam o direito de surdos têm espaço no universo esportivo como jogos regionais, nacionais, internacionais e mundiais; apresentam as associações de surdos nos seus países próprios no subtítulo. Anteriormente, fazem uma análise comparativa entre os países sulamericanos sobre a confederação de desportos de surdos e estes participam da olimpíada mundial que se chama surdolímpiadas.

Segundo Hall (1997), os momentos nos quais as pessoas vivenciam e adaptam-se às diferentes culturas acontecem. O esporte, vislumbrado enquanto prática cultural, em cada país, região ou cidade, adquire diversos significados que, paulatinamente, se conectam por meio de artefatos e regras globais. (DI FRANCO, BOCHERNTSAN e MAZO, 2019, p. 3).

A primeira edição das Olimpíadas, realizada em Paris, na França, 1924, originou o encontro esportivo conhecido como Jogos Internacionais Silenciosos, organizado pelo ICSD – Comitê Internacional de Desportos de Surdos. Havia 145 atletas de nove países europeus que participaram nas 7 modalidades. Em 2000, adota-se a palavra inglesa *Deaflympics* traduzida em português: Surdolímpiadas até os dias de hoje.

Os países sulamericanos participaram das surdolímpiadas pela primeira vez na edição de 1965 mantendo alguma representatividade em todas as edições até a última realizada em Samsun, na Turquia em 2017, com 97 países participantes e as 21 modalidades de esportes. Acrescenta mais uma edição do Brasil em 2022, com 79 países participantes e as 18 modalidades de esportes e a quantidade de medalhas no seguinte quadro:

País	Que ano participação de Surdolimpíadas em primeira vez e a última edição	Medalhas/posição de ranking
	<p>Em 1965, os 21 argentinos atletas surdos participaram de surdolimpíada na sede de Washington DC, nos Estados Unidos.</p> <p>Em 2017, os 38 atletas surdos na sede de Samsun, na Turquia.</p> <p>Em 2022, os 70 atletas surdos na sede de Caxias do Sul, no Brasil.</p>	<p>1 medalha de prata (1965)</p> <p>Nenhuma medalha (2017)</p> <p>1 medalha de prata e 2 de bronzes (2022)</p>
	<p>Em 1993, apenas dois atletas surdos, realizada em Sofia (Bulgária).</p> <p>Em 2017, os 98 atletas surdos na sede de Samsun, na Turquia.</p> <p>Em 2022, os 199 atletas surdos na sede de Caxias do Sul, no Brasil.</p>	<p>Nenhuma medalha (1993)</p> <p>5 medalhas (2017) (1 ouro e 4 bronzes)</p> <p>6 medalhas de bronzes (2022)</p>
	<p>Nunca participaram de surdolimpíada.</p> <p>Em 2022, um atleta surdo foi participar em primeira vez na sede de Caxias do Sul, no Brasil.</p>	<p>Nenhuma medalha (2022)</p>
	<p>Em 2001, apenas um atleta surdo, na sede de Rome, na Itália. Nunca mais participou.</p> <p>Em 2022, os 3 atletas surdos na sede de Caxias do Sul, no Brasil.</p>	<p>Nenhuma medalha</p>
	<p>Em 1969, apenas três atletas surdos, na sede de Belgrade, na antiga Iugoslávia.</p> <p>Em 2017, os 79 atletas surdos, na sede de Samsun, na Turquia.</p> <p>Em 2022, os 55 atletas surdos na sede de Caxias do Sul, no Brasil.</p>	<p>Não informativa desde 1969.</p> <p>18 medalhas desde 2017 (5 ouros, 5 pratas e 8 bronzes)</p> <p>17 medalhas (2022) (2 ouros, 3 pratas e 12 bronzes)</p>

Quadro 34: Surdolimpíadas

Fonte: Krause, 2022

Surpreendentemente, a Argentina foi o primeiro país de toda a América do Sul que participou de todas as edições a partir de 1965 surdolimpíadas e o Uruguai somente participou em 2001. E o Paraguai nunca participou, mas foi marco histórico de participação da surdolimpíadas em primeira vez, no Brasil em 2022, com um atleta paraguaio e um membro de comissão técnica.

Na **Argentina**, em 8 de julho de 1953, um grupo de ex-alunos do Instituto Nacional de Surdos (atualmente Bartolomé Ayrolo) fundou uma sociedade civil chamada Federação Argentina de Esportes Silenciosos. Os objetivos e finalidades desta entidade

eram exclusivamente esportivos, como promover e organizar esportes entre os surdos argentinos.

Em 20 de abril de 1954, ele solicitou a filiação ao CISS (Comité International Sports des Sourds). Não possuíram sede própria, mas utilizaram a sala de reunião nas Confederação Argentina de Surdos – CAS, Associação de Surdos de Ajuda Mutua – ASAM e outros. Após vários esforços, o FDSA se afilia a Confederação Argentina de Esportes (CAD) e ao Comitê Olímpico Argentino (COA).

Em 1955, representantes da Argentina participaram do Congresso CISS na Alemanha, foi o primeiro país de toda América do Sul a aderir ao CISS. Em 1965, houve a participação na surdolimpíada em primeira vez na sede de Washignton DC, nos Estados Unidos até a última edição de 2017 na sede de Samsun, na Turquia⁹⁸.

No **Brasil**, o início da Associação de é na década de 50. Para as palavras do Di Franco (2014) ressalta “os surdos viviam uma época de articulações sociais e políticas, fundando associações que serviam de sedes para encontros e práticas esportivas. Acompanharam o momento nacional de fomento a essas práticas, já que o presidente Getúlio Vargas havia recém criado o Conselho Nacional de Desportos (CND)”. O crescimento das Associações de Surdos participou de eventos esportivos nas regiões do Brasil. Em 1956, o primeiro jogo oficial entre as Associações de Surdos do Brasil.

Percebe-se a importância do espaço esportivo entre as associações de surdos; por isso, foi criado o Estatuto de Federação Carioca de Surdos-Mudos em 1959. Mais tarde, retornam ao CND – Conselho Nacional de Desporto para entrega de documentos exigidos. Alguns dias depois, receber a notícia boa que o reconhecimento de Vínculo da CBDS – Confederação Brasileira de Desportos de Surdos em 1979 ao CND. Para as palavras da Ferreira (2021, p. 76) relata que:

Com a ampliação das práticas esportivas nas associações de surdos, surgiu a necessidade da criação de uma entidade destinada apenas aos esportes surdos. Diante disso, em 20 de janeiro de 1959, foi fundada a Federação Carioca de Surdos Mudos (FCSM), no Rio de Janeiro. Liderada por Sentil Delatorre, a entidade foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) e pela CBF Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Posteriormente, filiou-se ao International Committee of Sports for the Deaf (ICSD) – Comitê Internacional de Esportes dos Surdos (CBDS, s/d).

⁹⁸ as imagens de surdolimpíadas (1965 á 2017) o link de Confederación Argentina Desportiva de Sordos: <http://cades.org.ar/cadesnew/deaflympics/>.

O surdo Mário Júlio de Mattos Pimentel foi eleito o primeiro presidente da CBDS e foi um militante na surdez, pois lutou muito nesta área de esportes para surdos e reuniu toda a documentação exigida até conseguir fundar a instituição oficial representativa do esporte surdo a: CBD – Confederação Brasileira do Desporto Surdo.

Em 1960, surgiu o esporte paraolímpico. Essa *palavra “paraolímpico” era, originalmente, uma combinação de paraplégico e olímpico, entretanto, com a inclusão de outros grupos de pessoas com deficiência e a união das associações ao movimento olímpico, ela tomou outra conotação (SENATORE, 2006 apud MARQUES et al., 2009).* Muita gente fazia as perguntas “Porque surdos não participam da Paraolimpíada?”

Para Ferreira (2021, p. 89) ressalta sobre a resposta da CBDS dessa pergunta anteriormente:

Os sujeitos surdos foram por séculos representados por discursos pautados na lógica da deficiência associada à falta e à incapacidade. No entanto, no decorrer da história, das lutas e das pautas protagonizadas pelo Movimento Surdo organizado, foi possível perceber, ao longo deste estudo, um deslocamento da representação do sujeito deficiente para sujeito antropológico, emergindo a cultura surda que descreve e produz outras formas de existência surda, especificamente acerca dos esportes.

Conforme o site de NINJA⁹⁹ (2021) relata sobre Surdolimpíada – justifica a não participação dos surdos nas Paralimpíadas:

O presidente da Associação de Surdos de São Paulo, Jorge Rodrigues, 26, diz que a participação dos surdos nas Paralimpíadas é uma questão complicada, pois revela muito sobre a identidade dos surdos, “É um assunto muito delicado pois abre brecha para interpretações desfavoráveis sendo que a gente não é contra a existência das Paralimpíadas, pelo contrário, a gente aprecia e celebra muito. Mas não é para nós, surdos”.

Ou seja, a não participação se deve à história e à identidade do surdo. É além de uma competição entre os surdos-surdos como Surdolimpíada; portanto, não é somente o fato de não competir com outras pessoas com deficiências. Entre competições entre deficiências, dando alguns exemplos aconteceram nas escolas, instituições, e entre outros nas várias cidades do Brasil, os alunos com deficiências competiram os jogos (jogo futsal entre surdos e cegos, o que acontece com os jogadores surdos, ganham. Fazer 10 gols e

⁹⁹ Seguir o link de NINJA Clube Esporte:

<https://midianinja.org/ninjaesporteclubesurdolimpiadas-por-que-os-surdos-nao-estavam-nas-paralimpiadas/>

os cegos zero), e outro exemplo (natação entre surdos e físicos foram impossíveis, pois os surdos ganham).

Conforme Di Franco, Bochernitsan e Mazo (2019, p. 7) ressaltam que: *a participação oficial de atletas surdos brasileiros em Surdolimpíadas ocorreu apenas na década de 1990, embora desde 1965 o país estivesse filiado à CISS¹⁰⁰*. Nesses 28 anos, não participaram de jogos mundiais como Surdolimpíadas, porque não conseguiam financiamento e não havia apoio dos recursos governamentais.

Em 1993, a primeira vez que CBDS enviou representantes para a Surdolimpíadas em Sofia, Bulgária, apenas dois nadadores surdos e ficaram em 34º lugar. Mesmos autores anteriormente, *a possibilidade surgiu quando um grupo de deputados do Rio pagou o transporte e a alimentação destes participantes. Este financiamento não era governamental, e sim, particular de cada um. Quanto aos uniformes da equipe, não tinha. Comprou camisetas amarelas e costurou o emblema da Federação.*

Em 1997, a primeira sede própria da CBDS, adquirida com os recursos governamentais em São Paulo, funciona até os dias de hoje. Atualmente, com outros escritórios em Belo Horizonte e Minas Gerais. Essa instituição filia-se com Surdolimpíadas (*Deaflympics*), PANAMDES (*Pan American Deaf Sports Orgazation*) e CONSUDES (*Confederación Sudamericana Desportiva de Surdos*), com objetivo de promover os atletas surdos e deficientes auditivos nos eventos esportivos como associações e federações para a seleção para surdolimpíadas nacionais e *deaflympics*.

Entre 1993 e 2017, a dificuldade de financiamento impossibilitou os atletas surdos brasileiros de participar de surdolimpiadas, mas como conseguem financiar, segundo Di Franco, Bochernitsan e Mazo (2019, p. 12) explicam que:

O apoio ao esporte dos surdos ainda é pouco reconhecido pelas instâncias governamentais e, deste modo, com escassos recursos para se desenvolver. Além disso, a falta de visibilidade e de reconhecimento dificulta a obtenção de financiamento das empresas públicas e privadas no Brasil e em vários outros países. Tais dificuldades, entre outras, geram frustrações e falta de motivação dos atletas surdos, que muitas vezes acabam desistindo de praticar o esporte de alto rendimento. Muitos daqueles que conseguem participar dos eventos esportivos dependem do próprio custeio ou de doações de amigos e familiares das despesas com o treinamento e com as competições.

Em 2017, a CBDS levou para Samsun a maior Delegação de sua história para participar de uma competição desportiva internacional de surdos, com 138 pessoas (98

¹⁰⁰ Comitê Internacional de esportes surdos, hoje conhecido como ISCD - Comitê Internacional de Esportes para *Surdos*

atletas surdos e 40 profissionais como técnicos, assistências e outros). Esse marco histórico de organização pela participação de Surdolimpíada, esse significativo impacto do movimento surdo pelos esportes que conseguiram os recursos financeiros através de doação, rifa, familiar, patrocínio dos empregadores surdos, entre outros.

Segundo Di Franco (2021, p. 13) ressalta que além da falta de financiamento há o afastamento do trabalho para participação pela Surdolimpíada:

Os surdoatletas são trabalhadores na indústria, no comércio, nas escolas, universidades e outros setores públicos e privados. Diante disso, para participar de um evento esportivo se faz necessário pedir dispensa do trabalho e, dependendo do momento econômico ou da vida da pessoa, nem sempre é possível. Para a maioria dos surdoatletas brasileiros, o esporte ainda é uma segunda opção, o que dificulta o crescimento da participação brasileira nas Surdolimpíadas.

O Brasil conquistou cinco medalhas, sendo a primeira medalha Surdolímpica de OURO foi conquistada pelo nadador paulista Guilherme Maia Kabach, nos 200m de nado livre e o bronze nos 100m, três de bronze (uma no Karatê – Aexsandro; uma no judô, Heron Rodrigues da Silva, que reside em Pato Branco-PR, e a medalha de bronze conquistada pela Seleção Feminina de Futebol de Surdos foi duplamente inédita para o Brasil: a primeira medalha de esporte coletivo e primeira medalha feminina que as meninas subiram ao pódio na primeira competição que participaram).

Interessante, no quadro geral do Surdolimpíada 2017, o Brasil ficou em 28º lugar entre os 97 países participantes, sendo o 4º mais bem colocado da América. Conforme Di Franco (2021, p. 14) relata:

“o período de 1993 a 2017, as delegações brasileiras tenham obtido conquistas em termos do incremento no número de participantes, na quantidade de modalidades disputadas e nas medalhas alcançadas, pouco se observou em termos de reconhecimento e apoio, em especial, de viés governamental. As ações para o desenvolvimento do esporte surdo no país e para a participação brasileira nas Surdolimpíadas ainda parecem depender, basicamente, de iniciativas individuais”.

Uma grande novidade do Brasil sobre a Surdolimpíadas é que este foi o primeiro país da América Latina no período dos dias 1 a 15 de maio de 2022, ser sede da competição que se realizou em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Reuniu mais de cinco mil atletas representando 79 países que participaram de disputas em 20 modalidades no masculino e 18 no feminino. Nessa tese relacionada com cinco países sulamericanos apresentam o número de atletas e membros de comissões técnicas: Argentina (117), Brasil (320), Paraguai (2), Uruguai (5) e Venezuela (113).

A Keli Krause foi ser voluntária para surdolimpiadas em Caxias do Sul que durou duas semanas. Uma das experiências mais marcantes na vida da surdolimpiadas, observou os sujeitos surdos de vários países e obviamente as culturais diferentes num grande evento mundial e foi muito lindo para visualizar as mãos diferentes como línguas de sinais e multiesportivo também.

Observação, um importante alerta que a maioria dos surdos oralizados europeus utilizam os implantes cocleares do que os surdos sinalizantes da América. Conforme Paulus (2016, p. 98) “paradoxalmente, ocorreu um grande aumento de crianças e adultos surdos implantados com o IC nos últimos 25 anos, o foco na educação da fala continua”. Uma surda suíça da surdolimpíada comentou que admirou os surdos sinalizantes e o movimento social do surdo forte na América do Sul.

Outra coisa, chamar mais atenção da história do mundo que o país Ucrânia estava na guerra e 259 atletas e membros de comissões técnicos conseguem vir para surdolimpiadas. Esta tragédia da história, porque quatro atletas surdos ucranianos perdem de sua família morta no momento da guerra e como conseguem vir para Brasil. Algumas pessoas falam que aquela equipe da Ucrânia foi para Turquia, porque o treinamento alguns dias depois, aconteceu a guerra entre Ucrânia e Rússia, mas eles têm sorte, não conseguiram retornar para Ucrânia e ficaram em alguns lugares como asilo, lar de amigos e outros até vir para Brasil. Quando terminou surdolimpiadas e foram retornar para Turquia novamente, mas não sabem quando vão retornar para Ucrânia, porque ainda estão bloqueados nos países vizinhos. Surpreendentemente sobre o quadro de medalhas da surdolimpiadas no Brasil em 2022, o primeiro lugar foi Ucrânia com 61 ouros, 38 pratas e 38 bronzes, num total de 137; no segundo lugar foi Estados Unidos com 19 ouros, 11 pratas e 24 bronzes, num total de 54 e o terceiro lugar foi Irã com 14 ouros, 12 pratas e 14 bronzes, num total de 40.

Esta autora Krause relata que não conseguiu fazer entrevista com alguns atletas surdos de vários países na surdolimpiadas, porque não teve tempo para elaborar e trabalho como voluntária em muitas horas, por causa de ausência de voluntários. A mesma autora conseguiu ter só um dia de folga para aproveitou fazer as fotos e os vídeos dos ambientes diferentes, e conseguiu conversa informal com alguns atletas, federações, delegações sobre como conseguem vir para Surdolimpiadas no Brasil? Verbas financeiras pelos governos de seus países? Escolhidos os três países diferentes de seus comentários:

- As palavras da equipe da Argentina que o governo ajudou as despesas para hotel e alimentação, mas cada um paga particular sobre o vestiário específico esportivo do país.

Todos os atletas e membros de comissões técnicas ficam até no dia 15 de maio, quando terminou na surdolimpíadas, porque a aviação militar da Argentina pousou em Caxias do Sul e os buscou para retornarem para Buenos Aires.

- Delegação surda do voleibol feminino do México comentou que o governo mexicano ofereceu a verba financeira pelas passagens de avião, hotel e alimentação, mas tem um problema que o grupo das mulheres não pode trazer para Brasil e somente homens. A federação como associação de surdos convenceu com o governo que as mulheres surdas são importantes nas participações e disputas nos esportes diferentes até o governo aceitou a oferecer mais despesas para as mulheres, com 63 atletas e membros de comissões de técnicos mexicanos. Mais uma coisa que os uniformes esportivos mexicanos por responsável da federação como associação de surdos.

- Atleta japonês cita que o governo ajudou com a verba financeira pelas passagens de avião, de hotel, de alimentação, de uniformes e calçados esportivos e de tecnologia como tal, de câmera digital utilizada para gravação dos jogos e também mídia enviada para seu país que pudesse assistir na internet. Estes materiais completos são recursos financeiros de governamentais japoneses.

Outro assunto relacionado à natureza do Brasil que ouviu as falas de alguns representantes de países como Turquia que diz que há muitas florestas lindas e o céu limpo e azul também; representante da Suécia diz que quer comprar as mudas de flores levar junto para seu país; representante do Cazaquistão tirou fotos de árvores, de flores, de florestas, entre outros. Estes itens de países que sabem conhecer sobre Amazonas, e falam que não deixam desmatar as florestas, porque é muita riqueza e a importância de substâncias para todo o mundo.

O Uruguai participou da surdolimpíada duas vezes: uma Rome, na Itália e em 2001, com apenas um atleta. Em 2022, participam da surdolimpíada, Caxias do Sul, no Brasil, com os três atletas surdos uruguaios na modalidade tênis e dois membros de comissões técnicas. A explicação dada à pouca participação na última surdolimpíada foi problemas financeiros relacionado a prestação de contas com o governo e depois disso não conseguiram verbas e também pela má organização do departamento de desportos, bem como não há estímulo para a participação de surdos em esportes.

Na **Venezuela**, Federación Venezolana Polideportiva de Sordos filia-se com Deaflympics em 1 de janeiro de 1967, participou de Surdolimpíada em Belgrade, antiga Iugoslávia desde 1969 em primeira vez e o último edição de Surdolimpíada 2017, Samsun, na Turquia, com 79 atletas surdos e receberam 18 medalhas (cinco ouros, cinco

pratas e oito bronzes). Em 2022, participam da surdolimpíada, Caxias do Sul, no Brasil, com 113 atletas surdos e membros de comissões técnicas e 18 posições de medalhas por país com 2 ouros, 3 pratas e 12 bronzes, num total de 17 medalhas.

Surpreendentemente, o país sulamericano que conquistou mais medalhas na Surdolimpíada, entre 1969 e 2022, é a Venezuela com 54 medalhas (14 ouros, 13 pratas e 27 bronzes). A Fesopor¹⁰¹ se organizou bem para que os atletas treinassem nas modalidades esportivas diferentes, e conheça as informações e imagens para acessar no facebook de Feposor.

A seguir, o quadro de medalhas em cinco países sulamericanos que participaram da surdolimpíadas em Caxias do Sul, no Brasil em 2022:

País	Ouro	Prata	Bronze	Total	Posição de ranking
Brasil	0	0	6	6	44°
Argentina	0	1	2	3	40°
Uruguai	0	0	0	0	
Paraguai	0	0	0	0	
Venezuela	2	3	12	17	18°

Quadro 35: Medalhas em cinco países sul americanos na surdolimpíadas 2022

Fonte: Krause, 2022.

Por exemplo, os ucranianos, os japoneses, os turcos e os americanos surdos são craques e profissionais, porque têm salários normais como ouvintes para treinamento, mas os atletas brasileiros não têm bolsas para treinamento.

Sabemos que é de suma importância o estímulo à prática esportiva para os surdos nas competições de vários países do mundo; também, percebe-se que cada país viabiliza diferentemente a política esportiva e os recursos financeiros governamentais que apoiaram as associações e federações desportivos de surdos se esforçam para organizar e participar da Surdolimpíada. Cabe ressaltar que, ao conhecermos a história desta comunidade, há uma grande importância no esporte, não como a prática, mas como organização das lutas e movimentos políticos.

Na história encontraremos os banquetes surdos – França, como exemplo e mais próximo às competições realizadas no INES década 50 – ano 1957. Nestes acontecimentos surdos realizavam o esporte e tinham a oportunidade de ter informações

¹⁰¹ Fesopor – Federacion Venezolana Polideportiva de Sordos e seguir o link de facebook: <https://www.facebook.com/Fesopor-Venezuela-311738375616817>

e conquistas de diferentes países e o mais importante, sem a interferência dos ouvintes, pois havia comunicação fluente entre os mesmos.

Finalmente, ouvimos o boato da surdolimpiada sobre a Confederação Brasileira Desportiva de Surdos – CBDS que estava organizando o projeto de proposta e os documentos enviados para Paralimpíadas para fazer parceria com CDBS, porque a surdolimpiada recebeu poucos recursos financeiros governamentais e também patrocínio do Banco Caixa que ajudou pouco com a verba financeira. Esses documentos ainda estão em processo como burocracia, se vai aprovar e incluir com Paralimpíadas, mas a organização separada como participação de disputas para surdos e outros tipos de deficiências no mesmo evento mundial.

5. CARACTERISITCAS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICAS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO SURDA NOS PÁISES SULAMERICANOS

É de suma relevância realizar-se estudos, pesquisas e produções para compreender e analisar das culturais políticas da comunidade surda, com objetivo de mudança no ambiente político para haver novas oportunidades, possibilitando aos grupos sociais surdos a divulgação de suas reivindicações para a sociedade em geral dos países Sulamericanos. Segundo o dicionário de Política de Bobbio (2000, p.306), cultura política é o “conjunto de atividades, de normas, de crenças, mais ou menos largamente partilhados pelos membros de uma determinada unidade social, e tendo como objetos fenômenos políticos”.

Em alguns países a instituição da comunidade surda articulou-se e integrou-se com atores políticos, legislativos, surdos, entre outros, com o objetivo principal a modificação das instituições e dos indivíduos, com a melhoria da comunidade, respeitando as solicitações da mesma. Já explicamos sobre a história dos movimentos sociais surdos de seus países no terceiro capítulo, e o estudo comparativo das conquistas e legislações para a parcela da população surda no quarto capítulo, para entender o contexto da cidadania, da vida democrática e da cultura de direitos humanos em todos os capítulos da tese.

No primeiro capítulo, apresenta o construtivismo social do surdo até os dias de hoje, pois, é dependente de alguns políticos atuais que ainda não conhecem os sujeitos surdos e o que é necessário fazer para as pessoas surdas. Por isso, a parcela da população surda continua na luta a buscar por seus direitos; isso significa ampla dignidade humana como a demanda específica por justiça e que a comunidade surda tem direitos fundamentais que são os direitos humanos constitucionalizados que outras pessoas iguais têm, pois a constituição trata dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais.

Como os processos políticos são observáveis nas diferenças culturais políticas e avalia-se que a análise das instituições políticas de cinco países sulamericanos promove a inserção social das pessoas com deficiências, acham que o grupo das pessoas surdas e com deficiências auditivas são minorias, não precisam promover a garantia de direitos

humanos, pois poucas quantidades surdas parecem invisíveis, ignorados às vezes e a preocupação dos maioritários no país. Apresentamos um resumo de dois lados de perspectiva das instituições políticas e da comunidade surda pelas políticas públicas nos países sulamericanos:

Na **Argentina**, as instituições políticas surdas separadas parecem a estrutura de um jogo, porque há dificuldade de união da própria comunidade surda para lutar pelas políticas. Há divergências entre os próprios surdos para organizar movimentos para lutar por leis que os favoreçam. As instituições dos surdos são separadas e egoístas, mas não conseguem suas lutas. A câmara dos deputados não conseguiu aprovar os direitos da comunidade surda com, por exemplo, o projeto de Lei de Reconhecimento da *Lengua de Senãs Argentina (LSA)* para que seja oficializada como Língua e Patrimônio Linguístico e Cultural da Comunidade surda. Desde 2012, não houve aprovação, pois não há entendimento da proposta certa, porque tem as duas ou mais instituições que apresentaram suas propostas diferentes, pois é um grupo de surdos e outro grupo é dos surdos oralizados e implantados cocleares. Até os dias de hoje, não há lei nacional e a defesa da língua para os surdos. Atualmente, o CAS, apoiado por vários grupos de surdos de cidades diferentes, encaminhou para a câmara de deputados e outras organizações políticas uma proposta sobre a língua de sinais.

A perspectiva dos governos que costuma dar benefícios para as pessoas e comunidades com deficiências são acomodados, por acharem que não precisam aumentar a qualidade de vida; por isso, essa cultura perdura sociopolítica.

No **Brasil**, a perspectiva das lideranças surdas que foram incansáveis em suas lutas e, por isso, continuaram alcançando melhores condições de vida através da institucionalização, havendo o ingresso para articulações no sistema político e nas ações institucionais do Estado. As lutas de direitos e as reivindicações como a garantia dos direitos humanos por meio das políticas públicas, contextualizadas nas diversas áreas da vida comunidade surda. O grupo dos interesses tais como: as pessoas surdas e com deficiências auditivas, surdocegueiras, os surdos oralizados, os surdos implantes cocleares, os intérpretes de Libras, familiares e outros, se unem e lutam juntas, com muito mais força para buscar e conquistar seus direitos. Estes, unidos, por exemplo, à Federação Nacional de Educação de Surdos – FENEIS que organizou e efetuou a elaboração dos projetos de leis enviados por diferentes âmbitos políticos, tais como: Comitês, Comissões, Câmara de Deputados e de Senado, entre outros. Essa Feneis é uma instituição e filiada às associações de surdos, de escolas de surdos e outras organizações não governamentais

(ONGs) que são unidas e fortes. Portanto, os políticos, os legislativos e outros ficam alerta e aceitam; por isso, os movimentos sociais surdos recebem cada vez mais apoio. Também, as formações de mestres e doutores surdos adquirem os conhecimentos e protagonismos na discussão da academia profissional e científica; dessa forma, tem suas experiências nativas e culturais surdas. Percebe, pelas características, que no Brasil, as políticas públicas da comunidade surda têm como objetivo de construtivismo social. Essa forma da instituição política apresenta sua estrutura burocrática, a formação de preferências tanto quanto a cultura, as ideias e o contexto social dos atores.

A Perspectiva das instituições políticas é a estrutura de um jogo. Esse significado que os partidos políticos competem a demonstrar sua proposta para a discussão com o Congresso Nacional é popular e nomeando, por exemplo, o Senado Romário, que ajudou a fazer as diferentes propostas para pessoas com deficiências, porque ele tem uma filha com Síndrome de Down. A senadora Mara Gabrilli é uma ativista política, era a melhor deputada de São Paulo e os diferentes cargos políticos, porque ela tem pessoa com física, os políticos surdos, por exemplo, a vereadora surda Isabelle Dias de Paranaguá – PR, entre outros políticos sem deficiências. Estas pessoas são a representação política da diferente comunidade minoritária e majoritária.

Percebe-se o Brasil tem avanços em políticas públicas para a comunidade surda, pois as legislações ajudam muito para a conscientização e para o respeito das leis às práticas em realidades que comparados a outros países.

No **Uruguai**, ao ir a busca de informações mais diretas sobre as políticas sociais a respeito da comunidade surda, encontram-se informações não completas, sendo necessário buscar além de registros gráficos. Os surdos uruguaios comentam que a luta da comunidade ocorre de acordo com o tema a ser explorado. Exemplificam narrando que houve alguns movimentos como em relação ao reconhecimento da comunidade, bem como a janela em LSU na televisão pública até a conquista. Neste momento, após conseguirem uma estabilidade social, percebem a importância e a necessidade da comunidade surda continuar a luta por seus direitos. Quando há necessidade de mobilização não um líder, porém geralmente as instituições como: CINDE, ASUR, TUILSU, família de surdos, AILSU, etc., pois se faz necessário participar na construção ou na aceitação sobre as propostas de projetos, bem como em projeto de lei. O problema elencado é que essas reuniões acontecem em horários diferentes de trabalho e em lugares muitas vezes muito longínquos para a comunidade participar.

Como pode observar, há dificuldade de organização de um movimento social e protagonismo surdo, pois não há políticas muito conhecidas e estruturadas sobre os direitos humanos, começando pela própria educação. Porém, as instituições das políticas uruguaianas não promovem a inserção social do surdo, perduram alguns problemas sociais, tais como: poucos empregos, quase nenhum surdo formado na graduação, poucos direitos, entre outros. Mediante esses fatos, a comunidade surda uruguaia percebeu que o Brasil tem muito mais leis, lutas, movimentos sociais e políticos; começou a aprender com os surdos brasileiros, tendo os mesmos como exemplos. Hoje, os uruguaianos surdos começam a organizar a luta e o movimento para reivindicar seus direitos, mas ainda sua visibilidade é pouca e as instituições das políticas estão demorando na aceitação desta comunidade e não os notam qual é a política usada. A perspectiva da comunidade surda uruguaia não pensa em competir com outras instituições. Mesmo que haja objetivo de lutas a direitos e cidadãos surdos, porém não há apoio dos atores políticos e legislativos e os mesmos não têm interesse que se mostre a reivindicação desta minoria. Portanto, não há interesse em estruturar a política pública para os surdos.

Nesse sentido, o autor Badie (1993, p.34) relata a diversidade de seu protagonismo e, com isso, estrutura sua história política.

“não só essa diversidade cabe a cada espaço político que aspira à soberania e, portanto, na elaboração de sua própria cena política, mas dentro de cada um desses espaços de soberania surgem suas próprias histórias que produzem sua própria tradição política e sua própria relação com o político”.

No **Paraguai**, a comunidade surda paraguaia não desenvolveu muito, por não haver instituições políticas surdas fortes e seguras. Mas, hoje, as políticas paraguaias recentes ficam melhores um pouco, porque a história das heranças e discriminações é ignorada e são invisíveis à comunidade surda, não há as instituições dos surdos e, por isso, os sujeitos não conhecem as informações como, por exemplo, associações, clubes para surdos e outros assuntos pertinentes a essa comunidade. O político não pensa nos grupos minoritários, geralmente ligados ao preconceito de cor, classe social ou gênero, ficaram excluídos da sociedade, marginalizados, e não tiveram a plenitude de seus direitos básicos garantidos. Por isso, um verdadeiro processo de democratização em 1993, pois foi na última constituição de 1992, a transformação estrutura da instituição política.

No ano de 2009, o governo paraguaio começou a se preocupar com a educação para surdos, porque havia uma quantidade grande de pessoas analfabetizadas e começou a promover a inserção social das pessoas com deficiências na vida social. Embora o

Paraguai seja o único país Bilíngue oficialmente (espanhol e Guarani), no dia 20 de maio de 2020, os surdos paraguaios começaram a luta pelo reconhecimento da Lengua de Señas Paraguayas (LSPy), muito atrasada, se olharmos a história dos outros países, porém justificável do ponto de vista dos fracassos das instituições das políticas e dos surdos.

Na **Venezuela**, as políticas públicas para a comunidade surda e a luta dos direitos humanos, conhecidas mais como a instituição *Confederación Sordos de Venezuela* (*Consorven*) neste país. Esta instituição sempre observa e contata com os surdos brasileiros que são exemplos e modelos. A política venezuelana motivou e proporcionou o respeito dos grupos minoritários, especialmente surdos.

O surdo venezuelano cita que sempre estiveram muito unidos na luta por direitos graças às associações de surdos e *CONSORVEN*... a realidade é outra, os direitos são violados, mas continuam lutando, apesar da situação do país, continuam a flutuar como numa montanha russa, e depois da pandemia também, mas graças a organizações como a *FUNVAPE* (*Fundación Vanessa Peretti*) que sempre deram muito apoio à comunidade surda da Venezuela, apesar de tudo. Na realidade, atualmente tem muito poucos líderes surdos na Venezuela, pois a maioria deles migrou, mas tem programas de treinamento para jovens líderes surdos. Assim, graças que no futuro contam com *CONSORVEN* e *FUNVAPE*. A relação com a política é leve e pouca porque estão aguardando sua bandeira política.

Entretanto, a comunidade surda precisa continuar lutando para que as políticas públicas contemplem a acessibilidade, conforme a real necessidade das pessoas, assim, praticando uma legislação justa, cada vez melhor na sociedade inclusiva e suas demandas cheguem aos governantes para que tenham acesso às fontes políticas, sociais, culturais e econômicas do Estado, para entender o contexto histórico da cultural política pelo sistema do governo nos países sulamericanos, e como funciona a política dos países relacionados com a parcela de população surda. Apresentamos a comparação do sistema de governo nos cinco países sulamericanos para entender a reivindicações e a demandas da comunidade surda pela política pública como instituição política e os interesses públicos surdos. Nos cinco países sulamericanos havia as políticas públicas; estas significavam que a construção social em seu território demonstra como é sua estrutura de organizações políticas para os interesses públicos como, por exemplo, a secretaria estadual que pode melhor se estruturar para atuar de maneira organizada com municípios e, assim, implementar políticas.

Na **Argentina**, o sistema político é a presidencialismo, a primeira constituição foi de 1853 e a última constituição foi de 1994. Essas constituições foram reformuladas seis vezes. Esse país está dividido em 24 províncias, na instituição política há uma Câmara dos Deputados com 257 membros e o Senado com 72. Os municípios estão formados por um Departamento Executivo, presidido por um *Intendente Municipal* (prefeito), e um *Conselho Deliberativo* composto por conchega-lhes (vereadores). Há um total de 2.278 municípios ou entes locais.

No **Brasil**, o sistema político é a República Federativa do Brasil e o modelo de presidencialismo e a Constituição Federal de 1988. Já foram sete constituições anteriores, e a primeira foi 1824. No país existem 26 estados e mais o distrito federal. A câmara de deputados conta com 513 membros e o Senado Federal possui 81 senadores. Há cerca de 5.473 prefeitos em municípios em todo o Brasil e mais vereadores de cada município.

No **Paraguai**, ao longo da história, a República do Paraguai teve a mudança de seis Constituições; a primeira constituição de 1813, e a última constituição de 1992. A história do sistema político paraguaio teve os partidos políticos que eram militares fortes e a transição política demora até a constituição de 1992 e, nos dias de hoje, o sistema político é a república presidencialista. Este país está dividido em 17 departamentos, a Câmara dos Senadores, com 45 membros e a Câmara dos Deputados com 80 membros. O governo dos municípios estará a cargo de um intendente (prefeito) e de uma junta municipal com 231 departamentos.

No **Uruguai**, o presidencialismo, o país está dividido em 19 departamentos, o Senado possui 31 senadores e a Câmara de Deputados com 99 deputados. Segundo o Decresci (2016, p. 3) cita sobre o sistema político uruguaio:

Observa-se no Uruguai um presidencialismo pluralista que demanda negociação, compromisso e coalizão entre os atores políticos em uma situação política marcada pela separação dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Em razão disso, tem-se no cenário uma situação que privilegia a competição e o pragmatismo político à ideologia.

Na **Venezuela**, o modelo do sistema político é a República Presidencialista, oficialmente República Bolivariana da Venezuela. No país tem 335 municípios (integrados aos 23 Estados e ao Distrito Capital), a Câmara de Deputados com 277 deputados e não informativo o número de senadores.

A observação é que em todos os países têm políticas públicas; mas alguns países organizam a estrutura diferente um pouco como, por exemplo, o **Paraguai** que tem políticas públicas para a primeira infância e para Desenvolvimento Social; a **Venezuela**

tem políticas públicas de combate à pobreza; a **Argentina** tem políticas públicas semelhantes as do **Brasil**. Por isso, os programas sociais e ações na característica dos países são diferentes tais como econômica, social, política e cultural.

Pouca diferente é organização das políticas públicas no **Uruguai**. Não há um governo federal como o programa nacional, mas existe em cada cidade de seus programas e ações próprias como, por exemplo, a política pública de saúde, de educação, entre outras conexões pelo governo nacional.

Percebe-se que cada país tem a estrutura política com o número dos deputados e dos senadores e não tem nada a ver a diferença, porque dependente de território grande como no Brasil, médio como na Argentina, no Paraguai e na Venezuela e pequeno como no Uruguai. Mas a representação política e as instituições políticas precisam ampliar o conhecimento sobre a língua de sinais e o sujeito surdo, ter mais compromisso e responsabilidade pela vida pública surda como tal cidadania. Para pensar, a corrente do autor Honneth (2017) esclarece ao autorrespeito, autoconfiança e autorrelação conhecidos relacionados ao amor, à prática institucional e à solidariedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco dessa pesquisa de doutorado teve objetivos amplos de cidadania surda nos países sulamericanos na perspectiva da política cultural de seu país e relacionada com a comunidade surda. Para verificar a escrita por Honneth e Fraser, combinados na teoria social do Surdo, aconteceu as coisas que são realidade em nossos países sulamericanos no ponto de vista das políticas públicas; portanto, os movimentos sociais surdos buscam suas conquistas como direitos de surdos para compreender a relação com as instituições políticas como reivindicações e demandas nos documentos legais dos direitos civis, sociais e políticos.

No capítulo dois apresenta a retrospectiva dos movimentos surdos franceses e europeus até a influência em outros países da América como, por exemplo, surdos europeus (Laurent Clerc, Edward Huet, José Arquero Urbano e outros). Esses líderes do prognatismo influenciam para os surdos sulamericanos na herança de movimentos nos seus países próprios.

No terceiro capítulo, o alicerce desse trabalho sobre a história dos movimentos surdos nos cinco países (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela), suas conquistas de ampla cidadania surda na vida pública e política. Para conhecer a importância de contexto histórico sociocultural na evolução dos acontecimentos nas instituições políticas e as políticas públicas da parcela surda ser cidadã. As correntes de autores Honneth e Fraser explicam os pontos relacionados com a comunidade surda na América do Sul para verificar as políticas culturais e as lutas por reconhecimentos. Krause (2020, p. 177) relata que:

“Também se destacam as teorias sobre a construção do sujeito surdo ser cidadão, como os movimentos sociais e as lutas pelo reconhecimento de direitos humanos de caráter político, cultural e social no cenário contemporâneo. É importante mostrar a história de fenomenologia social do surdo...”.

No quarto capítulo avalia-se que a análise documental e bibliográfica em síntese de quadro apresenta a comparação legislativa sobre os direitos de surdos nos países sulamericanos. Percebemos que há algumas semelhanças e diferenças dos cidadãos surdos nos cinco países; por isso, a herança de história de instituições políticas e os movimentos sociais surdos nessas perspectivas dos direitos humanos e culturais acessíveis. Conforme Krause (2020, p. 178) relata que “esta pesquisa torna-se relevante, pois é essencial conhecer e contribuir com as informações detalhadas de países em desenvolvimento que contemplem uma comunidade surda nos aspectos positivos da

política pública como a melhoria de condições sociais nos países vizinhos da América Latina”.

Em principalmente, a legislação da língua de sinais como reconhecimento ajuda muito nos instrumentos acessíveis para a inclusão social e no desenvolvimento da cultura inclusiva. Infelizmente, as políticas públicas da Argentina têm ignorado a campanha de reconhecimento da *LSA (Lengua Señas Argentina)* e a comunidade surda lutou dez anos (2012 até os dias de hoje). Não há lei nacional e outro país que é o Paraguai é mais recente a lei da LSPy desde 2020.

Em todos os capítulos da tese, percebemos que o Brasil traz os pontos positivos das políticas públicas que são mais avançadas num comparativo com outros países; entretanto, a comunidade surda precisa continuar lutando para que as políticas públicas contemplem a acessibilidade. A seguir, apresentamos o quadro sobre os aspectos conquistados na política pública pela comunidade surda no país:

Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Violência contra mulher (Sordas In Violencia) - Acessibilidade da saúde para surdos
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Educação (Número maior de mestres e doutores surdos) - Mercado de trabalho (Aumento de concurso público para surdos) - Formação de intérpretes/tradutores de Libras - Candidatos a cargos políticos surdos - Associação de Surdos
Paraguai	- Algum aspecto positivo da política pública é mais novo que outros países
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> - Maior medida de moradia pelo programa habitacional - Acessibilidade da saúde para surdos
Venezuela	<ul style="list-style-type: none"> - Educação - Esportes surdos - Maior medalha de surdolimpíadas

Quadro 36: Aspectos conquistados na política pública da comunidade no país.

Fonte: Krause, 2022.

O quinto capítulo apresenta característica da política cultural da comunidade surda. Para compreender um contexto histórico sobre o sistema de governo e a instituição política promove as pessoas com deficiências, especialmente surdos. Não importa o sistema do governo, mas, primordialmente, a instituição política precisa entender a discussão da cidadania surda, que promova as pessoas surdas e com auditivas para participação da política pública na sociedade inclusiva e redução de herança cultural como discriminação e preconceito e também desigualdade social.

De acordo com a Krause (2020, p. 66) relata que:

Toda pessoa surda deve ter a garantia de seus direitos civis, políticos, socioeconômicos e culturais. O cidadão surdo tem todo o direito da participação social. Entretanto, muitas vezes, isso não acontece na concretude, sendo necessária a intervenção da comunidade para efetivar os direitos humanos.

Esse trabalho da tese apresenta conhecimento mútuo que requer para além do conhecimento superficial de cada um dos países, a realização de estudos comparados e a questão nacional sobre os direitos humanos e culturais acessíveis específicos para surdos e deficiências auditivas. É importante demonstrar como é a comunidade surda desenvolvida de países diferentes.

O estudo de ciências sociais tem voltado seu olhar para a comparação como forma de abordagem de diversas temáticas. É uma forma própria do pensamento humano e a fenomenologia social e política relaciona com a comunidade surda contemporânea na justiça social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. **Paraguay cuenta con cerca de 35.000 sordos sin Apoyo.** Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/paraguay-cuenta-con-cerca-de-35000-sordos-sin-apoyo-1715512.html>. Acesso em: 23 fev/2021.

ABERT. **Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Acessibilidade.** 2008. Disponível em: <http://www.abert.org.br/web/>. Acesso em: 28 ago. 17

ALMEIDA, Silvio Luiz da. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 7^a reimpressão. 2021.

ALVES, Fábio Lopes, BARROS, Eduardo Portonova, GADEA, Carlos Alfredo (orgs). **Ciências Sociais: políticas e práticas sociais na contemporânea.** Trajetória Editorial, São Leopoldo, 2017.

ALVES, Teresinha Cristina L. S. **A importância dos Surdos (cadê) nas suas próprias associações.** In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2014. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/a-importancia-dos-surdos--cade--nas-suas-proprias-associacoes>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

AMARAL, L. A. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

ARADO, Belén E. Pérez de. “El Sordo, Su Cultura y Su Lenguaje”.

ASAM. **Asociacion de Sordosmudos de Ayuda Mutua.** Disponível em: <http://www.ASAMutual.org.ar/>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BADIE, Bertrand. HERMET, Guy. **Política comparada.** Fondo de Cultura Económica, México, 1993. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/287248399/Badie-Bertrand-Y-Hermet-Guy-Politica-Comparada-pdf>

BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca F.. **Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas.** Revista Debates, v. 5, n. 1, p. 89-114, 2011.

BARTH, Fredrick. **Metodologias comparativas na análise de dados antropológicos.** In: BARTH, F.; LASK, T. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARRETO, Lígia Maria da Freiria. **História dos Surdos no Brasil.** Fesurv-Universidade de Rio Verde. Faculdade de letras, Goiás, 2012. Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Surdos-No-Brasil/446040.html>>. Acesso em: 21 dez.2021.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. SINHORETTO, Jacqueline. **A Produção de Desigualdades na operação do policiamento Ostensivo em São Paulo e Minas Gerais.** UFSC - Florianópolis, 2019.

BATISTA, Andrews Alexandersom Sousa. MACHADO, Larissa Bitencurt. CEZAR, Leandro Larruscain. **OS SURDOS DA FRONTEIRA DE SANTANA DO LIVRAMENTO-BR E RIVERA-UY E E SUAS LÍNGUAS.** Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura Letras- Português/Inglês pela UNIP - Universidade Paulista, 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.098.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.319,** de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.

BRASIL. MEC. **Decreto n. 5.626.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.679,** de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 1999.

BRÉGAIN, Gildas. **Para uma historia transnacional de la discapacidad: Argentina, Brasil y España siglo XX.** 1ª – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/169515/1/Historia-transnacional-discapacidad.pdf>. Acesso em: 25/07/22.

BITTAR, Eduardo, C. B. **Curso de Filosofia Política.** 4ª edição, São Paulo: editora Atlas, 2011.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O conceito de política pública em direito.** In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAS. **Confederacion Argentina de Sordos.** Disponível em: <http://cas.org.ar/>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CAPOVILLA, Fernando. **Filosofias educacionais em relação ao surdo:** do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. Revista Brasileira de Educação Especial, São Paulo, v.6, n.1, 2000. p. 99-116.

CBDS. **Confederação Brasileira de Desportos de Surdos.** Disponível em: <http://www.cbds.org.br/cbds>. Acesso em 19 dez. 2021.

CLAUDIO, Janaína Pereira. **A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no facebook**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2016.

COMESANÃ, José L. ÁLVAREZ, Armando. *La Increible Historia de La Asociación de Sordos de Caracas 1950-2010: 60 Aniversario..*

CONSORVEN. **Confederación Sordos de Venezuela**. Disponível em: <http://https://consorven.org/>. Acesso em: 16 fev.21.

COPIDIS. **Una mirada transversal de la sordera**. Disponível em: [https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/una mirada transversal de la sordera_copidis_0.pdf](https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/una_mirada_transversal_de_la_sordera_copidis_0.pdf) . Ciudad Autonoma de Buenos Aires, 2015. Acesso em: 21 set.21.

CNSE. **Situación de las mujeres sordas ante la violencia de género**. Disponível em: <https://www.inmujeres.gob.es/publicacioneselectronicas/documentacion/Documentos/DEI1308.pdf>. Acesso em: 19.07.2021.

CRESPI. Leonardo Peluso. **Sordos y Oyentes em um liceo común: Investigación e Intervención en um contexto intercultural**. Editorial Psicolibros Universitario, Montevideú, Uruguay 2010.

CRESPI. Leonardo Peluso. **La escritura y Los sordos: entre representar, registrar/grabar, describir y computar**. Disponível em: <http://www.tuilsu.edu.uy/biblioteca/espanol/peluso2020.pdf>. Acesso em: 19/07/2022.

CULTURA SORDA. **Día Nacional de las Personas Sordas Argentinas: 19 de septiembre**. Disponível em: <http://www.cultura-sorda.org/dia-nacional-de-las-personas-sordas-argentinas-19-de-septiembre/>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CUNHA JÚNIOR, E. P. da. Capítulo1: Os Surdos vão à Escola no Brasil: Breve Histórico. In.: STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (org.). Referenciais para o Ensino de Língua Brasileira de Sinais como Primeira Língua para Surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior, Vol. 1 [livro eletrônico] / texto final coletivo: vários autores et. al.]. 1ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021, p. 36-51.

DESTRO, Carla Roberta Ferreira. **Pessoa com deficiência: Direito à Acessibilidade, Cidadania e Inclusão à Luz da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth**. Curitiba: Juruá, 2020.

DIAS, Adriana. **As mulheres com deficiência, o silêncio e a violência**. Disponível em: <http://thinkolga.com/2016/02/19/as-mulheres-com-deficiencia-o-silencio-e-a-violencia/>. Acesso em: 26/05/2017.

DI Franco, Marco Aurelio Rocha. **Surdolimpíadas (deaflympics): histórias e memórias dos esportes surdos no Brasil (1993-2017)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

2019. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/202258>>.

DI FRANCO, Marco. BOCHERNTSAN, Denize C. e MAZO Janice. **SURDOLIMPIADAS: MEMÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA (1993-2017)**. Ser/Estar Emergentes e/na educação. In: Anais do 8º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação / 5º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação. Canoas: PPGEDU, 2019. Disponível em: < [SURDOLIMPIADAS MEMÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA artigo.pdf](#)>.

DB~e. **José Arquero Urbano**. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/96624/jose-arquero-urbano>. Acesso em: 18 fev.21.

EL PAÍS. Charles Michel de L'Épée, o pai da educação pública para surdos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html. Acesso em: 06/04/21.

EDWARDS, R. A. R. **Words Made Flesh: nineteenth-century deaf education and the growth of deaf culture**. New York University Press, 2014.

ESCUELA. **Escuela N° 197 “Ana Bruzzune de Scarone”**. Disponível em: <https://eduescuela197.weebly.com/>. Acesso em: 17 fev.21.

FNS. **Fédération Nationale des Sourds de France**. Disponível em: <https://www.fnsf.org/la-federation/notre-histoire/>. Acesso em: 9 de abril de 2021.

FAUSTO NETO, A. **Mediatização, prática social: prática de sentido**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (Compós). Bauru, Brasil: Compós, 2006.

FERREIRO, Emílio. **UNUSUALVERESE**. Disponível em: <https://www.unusualverse.com/2019/03/deaf-police-mexico.html>. Acesso em: 19.07.21.

FOLETTO, Rafael. **Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa**. Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui, v. 1, p. 277-292, 2016. Disponível em: <http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2576>. Série: 131; ISSN/ISBN: 13901079. Acesso em: 22 ago. 2017.

FUNDASOR. **Fundacion de Padres y Familiares de Personas Sordas para su Integracion**. Disponível em: <http://www.fundasor.org.ar/>. Acesso em: 15 fev. 2017.

FUHRMANN, Nádia. **Luta por Reconhecimento: Reflexões sobre a Teoria de Axel Honneth e as Origens dos Conflitos Sociais**. Barbaroi. Santa Cruz do Sul, n.38, p. 79-96, jan/jun. 2003.

FUNAG. **Estudo da Língua Portuguesa: textos de apoio**. Brasília, 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/696-Estudos_da_lingua_portuguesa.pdf. Acesso em: 22.11.2021.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação.** Tradução de Teresa Tavares. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 7-20, out. 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Um debate político-filosófico.** Tradução de Pablo Manzano, Madrid: Morata, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo: editora Loyola, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALL, P.; TAYLOR, R. **As três versões do neo-institucionalismo.** LUA NOVA, nº 58, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: 34, reimpressão 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/sobre/numeros-do-censo.html>. Acesso em: 21 Fev/21.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/> . Acesso em: 22 fev. 21.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010.** Censo del Bicentenario. Serie C. Población con dificultad o limitación permanente. 1. ed Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos – Indec –, 2014. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/PDLP_10_14.pdf. Acesso em: 5 mar. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Censo Escolar 2020.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 1/jun.2021.

JUNIOR, Paulo Afonso Velasco. **O Mercosul Social: Avanços e Obstáculos para uma Nova Dinâmica de Integração Regional.** 2013. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Paulo-Afonso.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

LAVALLE, Adrian Gurza; et al. **Movimentos Sociais, Institucionalização e Domínios de Agência.** Versão em andamento apresentada no III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas -III PDPP (UFES), Vitória, maio 2017.

LUCAS, Regiane; MADEIRA, Diogo. **Educação de Surdos: em repúdio às declarações do MEC, pesquisadores defendem bilinguismo e pedagogia surda.**

Revista da Feneis. Publicação trimestral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, n. 40, jun./ago. 2010. (ISSN 1981-4615).

LUQUE, Beatriz. PÉREZ, Yolanda H. **Una aproximación a la educación y a la lengua de la comunidade de sordos de Venezuela.** IN: ZAMBRANO, Romana Castro. PEDROSA, Cleide Emília Feye (Orgs). Comunidades Surdas na América Latina: língua – cultura- educação-identidade. Florianópolis: Editora Bookess, 2017.

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). **Qualitative research in health care.** 2. ed London: BMJ Books, 2000.

KRAUSE, Keli. **A implementação de políticas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação: uma análise comparativa Brasil-Argentina.** 1 edição, Curitiba: Appris, 2020.

KRAUSE, K. **Feminismos surdos, deficiências e políticas públicas.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLANÇADO SEXUALIDADES, 5, 2017, Salvador. Anais [...]. Campina Grande, PB: Realize eventos e editora, 2017, p. 1-12.

KRAUSE, Keli. KLEIN, Alessandra Franzen. **Políticas Públicas para Surdos: os pontos legais e críticos na acessibilidade.** In: Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia, 2018, Ijuí. Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos. Ijuí: Portal de Eventos da UNIJUÍ, 2017.

KRAUSE, Keli. LÓPEZ, Laura Cecília. **O Despertar das Mulheres Surdas Brasileiras e Argentinas.** In: VI Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Gênero, Interseccionalidades e Justiça, 2018, São Leopoldo. O Despertar das Mulheres Surdas Brasileiras e Argentinas. São Leopoldo: Casa Leiria - Unisinos, 2018. v. 1. p. 612-616.

KRAUSE, Keli. LÓPEZ, Laura Cecília. **Feminismos, Deficiências e Direitos das Mulheres Surdas. Sexualidade e Relação de Gênero.** Ponta Gorssa, PR, Atena Editora, 2019.

KRAUSE, Keli. **Unipampa vencendo barreiras na educação.** In: Cleusa Ines Ziesmann; Sonize Lepke. (Org.). Reflexões, experiências e estudo da LIBRAS na perspectiva da educação. 1ed.Santa Maria: Caxias, 2018, v. 1, p. 121-140.

KRAUSE, Keli. CLAUDIO, Janaína Pereira. **UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DO SINALÁRIO BILÍNGUE DE AUTORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.** V.2n. 14 (2022): Anais do 14º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA: Pesquisa e Inovação. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/113830>

MALLY, G. Der lange Weg zum Selbstbewußtsein Gehörloser in Deutschland. In: FISCHER, R; LANE, H. (Eds): Blick zurück. Ein Reader zur Geschichte von Gehörlosengemeinschaften und ihren Gebärdensprachen. Internationale Arbeiten zur Gebärdensprache und Kommunikation Gehörloser, vol. 24. Hamburgo: Signum Verlag, 1993, p. 211-238.

MELLO, Anahi G. **Economia moral do cuidado: um estudo sobre violências contra mulheres com deficiência em Belo Horizonte**. In: VEIGA, A.M.; LISBOA, T.K.; WOLFF, C.S. (Org.) *Gênero e violências. Diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016, p. 86-120.

MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Estudos Feministas**. Florianópolis, 20(3): 635-655, setembro-dezembro/2012.

MELLUCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petropolis: Vozes, 2001.

MERCOSUL. **Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/estatuto-cidadania-mercosul/>. Acesso em: 27/07/22.

MERTZANI, Maria. **Currículo da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: componente curricular como primeira língua**. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2020. Disponível em: https://www.riogrande.rs.gov.br/smed/externo/20200128-curriculo_lingua_brasileira_de_sinais.pdf. Acesso em: 18/07/2022.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. RELATO DE EXPERIÊNCIA Grupo de Estudos e Subjetividade © ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research** London: Sage, 1997.

MOTA, Sara dos Santos. **Portunhol, sujeito e sentido: efeitos de uma política educacional em Noite no Norte**. Tese de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria e professora assistente na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2012.

MILITARY FAMILIES MAGAZINE. Will The Deaf Ever Be Able To Enlist? Disponível em: <https://militaryfamilies.com/military-life/will-the-deaf-ever-be-able-to-enlist/>. Acesso em: 25.07.21.

MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores).

MINISTERIO DE CULTURA PRESIDENCIA DE LA NACION. **Sordas Sin Violencia**. Disponível em: <https://www.sordassinviolencia.com/sordassinviolenciapresentacion.html>.> Acesso em: 17.07.2021.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2011.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve**. Lisboa, 2012.

NDEC. **La población con discapacidad en Argentina.** Disponível em: https://www.indec.gov.ar/micro_sitios/webcenso/aquise cuenta/aqui14.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania.** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **Tecnologia da Informação e da Comunicação.** Pearson, 2007.

OVIEDO, Alejandro. **Uruguay, atlas sordo.** Disponível em: <https://cultura-sorda.org/uruguay-atlas-sordo/>. Acesso em: 18 fev.21.

OVIEDO, Alejandro. **La comunidad sorda venezolana y su lengua de señas.** Disponível em: <https://cultura-sorda.org/la-comunidad-sorda-venezolana-y-la-lsv/>. Acesso em: 18 fev.21.

PAIXÃO, Eduardo Henrique Lima. **Repertório de Ação do Movimento Surdo no Brasil: Campanha pela oficialização da língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

PANTHÉON. **L'Histoire silencieuse des sourds.** Disponível em: http://www.paris-pantheon.fr/var/cmn_inter/storage/original/application/906c84dee7dad87cd5ee3ab4d6792449.pdf . Acesso em: 9/abril de 2021.

PAULUS, Liona. **A língua de sinais alemã (DGS) no ensino superior na Alemanha: a história, os desafios e a realidade.** Revista Espaço. Periodico Acadêmico-Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Jan-jun 2016. ISSN – Imp. 0103-766, Elet. 2525-6203.

PARKS, Elizabeth. PARKS, Jason. **Sondeo sociolingüístico sobre los sordos em el Paraguay.** Traducido por Bettina Revilla. SIL International Publications, Electronic Survey Report 2015-010, September 2015. Disponível em: <https://www.sil.org/resources/publications/entry/63699>. Acesso em: 11/04/21.

PASTORE, José; DO VALLE SILVA, Nelson; CARDOSO, Fernando Henrique. **Mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2000

PELUSO, L. & LODI, A. La visibilidad de los sordos. Consideraciones políticas, lingüísticas y epistemológicas. São Paulo: Pro-Posições, 2015.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha & Maria Inês da Silva Vieira. **Bilingüismo e Educação de Surdos.** Revista Intercâmbio, volume XIX: 62-67, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/bilinguismo.pdf . Acesso em: 20/07/2022.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica.** Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 2. reimpr. da 3. ed de 2000. v. 46. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos).

PERES, P. **Comportamento ou instituições: A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política***. RBCS Vol. 23 n.o 68. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a05.pdf>

PERLIN, Gládis. **Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.). A surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. PERLIN, Gládis; VILHAVA, Schirley. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. INES. Revista Forum, Rio de Janeiro, n. 33, jan.-jun. 2016. Disponível em: www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453. Acesso em: 27 maio 2018.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da Cidadania**. 6 ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

POLICE 1. **Texas PD hires first deaf female officer**. Disponível em: <<https://www.police1.com/police-recruiting/articles/texas-pd-hires-first-deaf-femaleofficer-ZukP4awO1nD57aTw/>> Acesso em: 17.07.2021.

PROVEA. **Conorven lanza <NotiSeñas>: Cápsulas informativas para personas Sordas**. Disponível em: <https://provea.org/actualidad/conorven-lanza-notisenas-capsulas-informativas-para-personas-sordas/>. Acesso em: 23/10/22.

QUEIROZ, M. A. **FAQ - Perguntas Frequentes sobre Acessibilidade na Web**. 2005. Disponível em: <http://www.acessibilidadelegal.com/40-faq.php>. Acesso em: 20 ago. 2017.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro, KLEIN, Madalena. **Heróis/heroínas surdos/as brasileiros/as: busca de significados na comunidade surda gaúcha**. Curitiba: CRV, 2020.

RAMIREZ, Javier. **Integración de estudiantes sordos a la educación universitaria**. Tesis no publicada, Universidade Nacional Experimental de los Llanos Occidentales “Ezequiel Zambora”, Barinas, 2015. Disponível em: <https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2018/07/TESI-javier-DEFINITIVA.pdf>. Acesso em: 22/10/2022.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. **Reconhecimento da língua brasileira de sinais: legislação da língua de sinais e seus desdobramentos**. In: STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. (Org.). Estudos da Língua Brasileira de Sinais. Florianópolis: Insular, 2018. 4 v.

SANTOS, Luana Marina dos. **A influência dos movimentos sociais das mulheres nos processos decisórios do mercosul: uma breve análise a partir dos elementos propulsores do fenômeno da globalização**. Cadernos Prolam/USP, v. 18, n. 34, p. 118-141, jan./jul. 2019. Disponível em: http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Paulo-Afonso.pdf. Acesso em: 20/08/22.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Apud MOTA, Letizia de Oliveira. **Envelhecimento e inclusão social: o projeto agente experiente**, Rio de Janeiro: PUC, 2007.

SCHUBERT, Silvana Elisa de Morais. **Entre a surdez e a língua: outros sujeitos... novas relações: intérpretes e surdos desvelando sentidos e significados.** Curitiba: Prismas, 2015.

SCHWARTZ, Michael. **Admission of Deaf Soldiers to the Military: Rethinking the "Undifferentiated Soldier" Paradigm.** 71 Ark.L.Rev.297(2018).

SKOPCOL, Theda. **El Estado regressa al primer plano: Estratégias de análisis en la investigación actual.** (tradução de Fabián Chueca). In: EVANS, P.; et al. (org.) *Bringing the State back in.* Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

SCHEPSLE, Kenneth. **Estudiando las instituciones: algunas lecciones del enfoque de la elección racional.** Montevideo, Revista Uruguaya de Ciencia Política, 16, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v16n1/v16n1a03.pdf>

SPELLING, Germano Weniger; CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; SILVA, Danilo. **A mulher surda na Segunda Guerra Mundial.** Araraquara: Letraria, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.

SOY DUVAL. **Historia de la comunidad sorda en el Uruguay.** Professora Elaine Fernandez. 2016. 1 vídeo (11min20s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OcTDszkOhew> . Acesso em: 15 fev. 21.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.

STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (org.). **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior, Vol. 1** [livro eletrônico].

STROBEL, Karin Liliane. **História da Educação de Surdos.** Licenciatura em Letras/Libras na modalidade a distância – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em 19 dez. 2021.

SIGALES-GONÇALVES, Jael Sânera. **A noção de deveres linguísticos e sua contribuição para a configuração do direito linguístico no Brasil.** *Travessias Interativas – Direitos linguísticos: abordagens teóricas e estudo de caso.* São Cristóvão (SE), N. 22 (Vol. 10), p. 256–278, jul-dez/2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/15329>. Acesso em: 26.11.2021.

SILVA, César Augusto de Assis. **Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade.** São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Os movimentos sociais.** 1. ed., 1977, reimpressões, 1978.

VASCONECellos, Fernanda Bestetti. **Punir, Proteger, Prevenir? A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal.** Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, 2015

VAZ, Cristiano Pereira. **Educação de surdos na fronteira de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

WEBER. M. **“Classe, Status, Partido”.** In: VELHO, O. G., Palmeira, M. G. S., & BERTELLI, A. R. (Org.). Estrutura de classes e estratificação social. Terceira edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 61-83

WEINGAST, Barry R. (1996). **“Political Institutions: Rational Choice Perspectives”.** In: GOODIN, Robert E. and KLINGEMANN, Hans-Dieter. (1996). A New Handbook of Political Science. Oxford-UK, Oxford University Press, 2000. Pages 167-190.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

Le statut des langues des signes en Europe. Publicação do Conselho da Europa, 2005. Disponível em: <https://rm.coe.int/16805a2a1b> . Acesso em: 21/04/21.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos Modernos: Discurso e representação política.** 2ª ed. rev.- Campinas, SP: editora da Unicamp, 2014.